



CANOA DO TEMPO

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS



DOI: <https://doi.org/10.38047/rct.v12.n02.2020>
MANAUS - V.12 - Nº02 - 2020
INSS 2594-8148



CANOA DO TEMPO

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

DOSSIÊ O COMPLEXO MADEIRA: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES SOBRE REGIÃO, FRONTEIRAS E DIVERSIDADES

ORGANIZADORES

Dr. Antônio Cláudio Barbosa Rabello
(UNIR)

Me. Fernando Roque Fernandes
(UNIR)

CAPA

Wenderson Lima

IMAGEM DA CAPA

Mateus Souza Rabello

APRESENTAÇÃO

PRESENTATION



Em tempos sombrios como o que estamos vivenciando e em meio a tantas perdas humanas que nos inundam de consternação, medos e incertezas, damos à luz mais um número de nossa *Canoa do Tempo*, empreendimento editorial que vem se consolidando dia a dia no seio da comunidade acadêmica voltada para a história e, em especial, para os temas Amazônicos.

Não tem sido um empreendimento dos mais fáceis. Como a imensa maioria dos periódicos científicos do país, o trabalho de editoração acadêmica tem sido feito entre nós em meio a carências de toda ordem, acrescidas da já tradicional falta de incentivos e aportes financeiros. Mesmo assim, não há porque recuar. Mais que nunca, o que nos cabe é avançar com convicção, na certeza de que, em meio ao obscurantismo anticientífico que grassa nas mídias e redes sociais deste país à deriva, publicar é resistir.

Felizmente, o aumento contínuo das submissões à revista demonstra não apenas sua consolidação como referência para o debate historiográfico qualificado, como também o vigor de uma comunidade científica que não tem se deixado abater neste contexto de crise pandêmica e isolamento social. Assim, enquanto novas mídias tentam ocupar o lugar dos encontros presenciais das academias num mar infinito de *lives*, os periódicos científicos presenciam uma expansão sequer imaginada uma década atrás. A mudança para uma publicação de artigos em fluxo contínuo, como a que nossa *Canoa do Tempo* incorporará a partir do próximo número, e que tem sido tendência entre as principais publicações de nossa área, dá bem a ideia de uma comunidade científica plenamente consciente de seus compromissos profissionais e sociais.

Outro ponto a salientar é o prazer de ver abrigado nas páginas deste número da revista um dossiê dedicado ao *Complexo Madeira*, a traduzir o desejo de debater numa perspectiva interdisciplinar as múltiplas questões que alcançam uma das muitas Amazôniaas – a do vale do Madeira –, frequentemente obscurecidas pelos estereótipos generalistas dos que pensam e falam de uma região percebida à distância, sem o calor dos corpos suados do sol abrasador que alcança povos indígenas, lavradores, ribeirinhos



e posseiros vindos do sul do país; sem a percepção da desolação dos que perderam a terra, expulsos pela soja ou pelo gado, que se alastra botando abaixo a floresta; ou dos que foram deslocados pelas represas que um desenvolvimentismo sem peias ou freios dinamizou, bloqueando os rios turbulentos que guardavam a histórias de povos ancestrais e de comunidades quilombolas. Sem a percepção da angústia dos que, derrotados, vivem hoje o flagelo da fome numa periferia de Humaitá ou Porto Velho.

Canoa do Tempo não é e nem deseja ser regionalista, assim como nunca advogou exclusivismos espaço-temporais. Por meio das contribuições que recebe, vindas de profissionais de várias localidades, abre-se continuamente à compreensão do mundo com a mesma convicção e interesse com que abriga temas que abordam realidades amazônicas. No entanto, é do meio dessa imensa região, tão complexa quanto incompreendida, que projeta sua voz, seu lugar de fala, para empregar uma terminologia que tem se tornado frequente entre nós, e é por isso que a Amazônia não pode lhe ser indiferente.

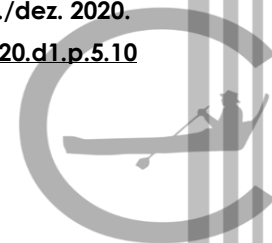
Pensar a Amazônia de dentro, traduzi-la ao mundo pelas informações iluminadas pela pesquisa científica tocada com afinco ao longo de meses e até de anos, traduz-se numa responsabilidade grandiosa para os editores e organizadores deste número; mais ainda quando se quer também traduzi-la em sentimentos. Sentimentos encarnados nas agruras das vivências populares, nas feridas ainda abertas nas lutas diárias pela sobrevivência, mas também e sobretudo nas muitas histórias ribeirinhas de resistências, de vitórias e de superação. Que esta seja nossa inspiração e nossa bandeira.

Boa leitura!

Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro

O COMPLEXO MADEIRA: DIÁLOGOS SOBRE REGIÃO, FRONTEIRAS E DIVERSIDADES

THE MADEIRA COMPLEX: DIALOGUES ABOUT REGION,
BORDERS AND DIVERSITIES



Nas últimas décadas, a concepção de História Regional passou a se constituir como importante campo de estudos ao valorizar *espaços* sócio-históricos considerados periferias dos centros de tomadas de decisões políticas. Ao privilegiar noções como *região*, *território*, *fronteira*, *etnicidade*, dentre outras, ela tem possibilitado a valorização de *espaços* até então invisibilizados por análises historiográficas generalizantes. Os desdobramentos destas últimas têm sido, em muitos casos, a construção de representações esvaziadas de especificidades sócio-históricas, as quais negligenciam as características de determinados espaços regionais marginalizados pelas estruturas das organizações sociais hierarquizantes e pelas tendências geopolíticas hegemônicas e homogeneizadoras.

Considerando as reflexões apresentadas pelo editorial da Revista de História Regional (RHR), periódico do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, a noção de “região” pode ser concebida como “uma produção de diferentes grupos, classes e culturas que a constroem mediante determinadas vivências e representações. [Assim,] uma região é tanto um espaço físico, ambiental e material quanto um espaço imaginário, simbólico e ideológico. E uma dimensão é inseparável da outra”.¹ Para Claude Raffestin, o “espaço” se constitui como um campo de possibilidades para a conformação do “território” e “falar de território é fazer uma referência implícita a noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço”. Assim, “a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade [sociedade-espaço-tempo] do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”.²

Nesse sentido, o presente dossiê se propôs a reunir trabalhos que se debruçassem sobre as especificidades presentes na região denominada por Alfredo Wagner Berno de

¹ As publicações feitas pela Revista de História Regional desde 1996 e demais informações sobre o periódico podem ser acessadas através do endereço: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/index>; Acesso em: 21 jan. 2021.

² RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder – Terceira parte: capítulo I – O que é o Território. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993, p. 153.



Almeida, em 2009, de “A última grande fronteira amazônica”. Para este autor, é preciso pôr em evidência os antagonismos sociais existentes na região amazônica, sendo importante que apresentemos elementos comparativos entre as diferentes realidades vivenciadas por indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais e outros grupos sociais denominados formalmente pelos órgãos fundiários como assentados e agricultores familiares, além dos residentes em perímetro urbano. Isto porque de acordo com Almeida, o discurso da “vocação mineral, agropecuária e energética”, voltado para a materializa o de projetos desenvolvimentistas gestados na Amazônia em forma de constru o de grandes obras de infraestrutura como hidrelétricas, rodovias, ferrovias, portos fluviais, dentre outros cresce a cada dia, sendo que a região denominada de “O Complexo Madeira” não está dissociada desse fen meno.

Assim, a tese de Almeida   de que a aço das agências multilaterais, os interesses neoliberais dos agronegócios e aqueles referidos ao que se denomina usualmente de *globaliza o* “não teriam derrubado a capacidade e o poder de interven o do Estado na região amazônica, ao contrário, se associaram a ele numa poderosa coalisão de interesses”, concorrendo para o aumento da concentra o fundiária e o crescimento dos conflitos agrários nas fronteiras amazônicas.³ Por outro lado, o respeito e a preserva o da rela o entre natureza e cultura, no que concerne ao modo como as popula es tradicionais lidam com o meio ambiente, está pautada no artigo 216 da Constitui o brasileira de 1988, o qual prescreve que   responsabilidade do Poder Público e da comunidade zelar pela preserva o do patrimônio material e imaterial relacionado às referências identitárias e às memórias dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.⁴

Dessa forma, consideramos que as representa es sobre esta parte da Amazônia compreendem diferentes espaços e perspectivas que informam particulares rela es sócio-históricas desenvolvidas ao longo das rela es de contato entre diferentes sujeitos e coletivos. Além disso, o espaço relacionado ao Complexo Madeira, inclui regiões fronteiriças entre os atuais estados do Amazonas, Rondônia e Acre, assim como áreas relacionadas ao Vale do Guaporé até a fronteira com a Bolívia, partindo de uma

³ DE ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. A última grande fronteira amazônica: anota es de preâmbulo. In. DE ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno (Org.). Conflitos sociais no " Complexo Madeira". Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edi es, 2009, p. 22. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/conflitos-sociais-no-complexo-madeira/>; Acesso em: 21 jan. 2021.

⁴ BRASIL. Constitui o da República Federativa do Brasil. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm; Acesso em: 21 jan. 2021.



perspectiva que privilegia a História Regional e evidencia diferentes relações estabelecidas nesta parte da Amazônia brasileira. Assim, as propostas que compõem esse dossiê privilegiam características sócio-históricas específicas e particularizadas. Cada uma delas a seu modo apontam caminhos e rascunham interpretações que nos permitem evidenciar vestígios do cotidiano social nessa parte da Amazônia.

Seguindo essa linha, o texto escrito pelo professor do Departamento Acadêmico de História da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Dante Ribeiro da Fonseca, intitulado *Santo Antonio do Rio Madeira: as ambiguidades de uma povoação amazonense do Mato Grosso e a Madeira-Mamoré*, evidencia o processo de surgimento e a dinâmica das transformações ocorridas na povoação de Santo Antonio do Rio Madeira, assim como as mutações ocorridas desde o início da construção da ferrovia Madeira-Mamoré em sua relação com o colapso da economia da borracha no Vale Amazônico, num processo que mescla referências dos séculos XIX e XX. Dentre suas importantes contribuições está a evidenciação dos processos históricos que informam o modo como a povoação de Santo Antonio, que surgiu como uma localidade do Mato Grosso ocupada pelo Amazonas, hoje resiste como um bairro da capital do território do Guaporé, Porto Velho, RO.

Outro trabalho que evidencia processos que informam uma espécie de geografia humanística é aquele desenvolvido por Aleandro Gonçalves Leite e intitulado *Sentidos colonizados: a Zona Sul de Porto Velho na redemocratização nacional*. Nesta proposta, o autor analisa, através da imprensa periódica, o processo de formação discursiva da ideia de uma periferia da capital de Rondônia e apresenta elementos para refletirmos sobre o modo como os sentidos produzidos discursivamente pela imprensa dos anos 1980, no contexto de reabertura política no Brasil, influenciaram os processos de expansão urbana de Porto Velho, RO.

Partindo das concepções de patrimônio, memória e representações, apresentamos três trabalhos que nos permitem compreender o modo como a relação entre as culturais materiais e imateriais vêm se constituindo nessa região. O primeiro deles, produzido pelo professor Alexandre Pacheco e intitulado *O patrimônio histórico da EFMM: entre a “política do precário” e o impacto da natureza (Porto Velho, 2007-2017)*, traz como proposta a análise estética e histórica do complexo da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), em Porto Velho, a partir dos resultados de sua revitalização/restauração, a partir de 2007, e os impactos decorrentes da chamada “Grande Enchente do Rio Madeira”, ocorrida em 2014. A ideia do autor é evidenciar



como a inadequação das políticas patrimoniais de preservação da cultura material e os impactos dos fenômenos naturais têm concorrido para um processo de invisibilização da EFMM nos últimos anos.

Já o trabalho desenvolvido por Marcelo Leal Lima, intitulado *A instalação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré em O mar e a Selva*, de Henry Tomlison e *Mad Maria*, de Márcio Souza, apresenta o projeto cartográfico “Complexo Madeira”, considerando a EFMM através das cartografias literárias de Tomlinson e Márcio Souza.

A proposta do autor é enveredar pela literatura de modo a evidenciar o processo de construção dessa ferrovia em plena Amazônia e indicar possibilidades do uso da literatura como elemento indicador de novos olhares socio-históricos e político-culturais na região.

Em seguida, a pesquisadora Carmem Rodrigues, no texto intitulado *Um experto em Amazônia? O Visconde de Balsemão e a representação da Amazônia portuguesa no mapa “Colombia Prima or South America”*, faz uma análise sobre os agentes colonizadores que auxiliaram o geógrafo inglês William Faden a produzir seu grande mapa da América do Sul intitulado *Colombia Prima or South America*, publicado em 1807. A proposta da autora é verificar quem foram os oficiais portugueses que auxiliaram nesta produção e, através da análise de suas trajetórias, verificar de que modo eles contribuíram para a criação de representações cartográficas sobre a região amazônica.

O terceiro conjunto de artigos traz uma mescla de discussões referentes às fronteiras, colonizações, projetos desenvolvimentistas e seus derivados impactos socioambientais. Cada um deles, a seu próprio modo, problematiza as mudanças micro e macro relacionais ao Complexo Madeira em múltiplas escalas. O trabalho escrito por Antônio Cláudio Barbosa Rabello, intitulado *Agentes e agências na construção da política mineral brasileira e da fronteira amazônica (1930-1960)*, traz elementos para refletirmos sobre a noção de “volatividade da fronteira amazônica”, entendendo-a como produto de relações sociais em permanentes disputas na condução das políticas de Estado.

O trabalho ainda evidencia que os argumentos utilizados pelos agentes da mineração são fundamentados na ideia de que há primazia das atividades de mineração em detrimento dos processos de industrialização entendendo a primeira como principal alternativa à independência econômica do Brasil ao mesmo tempo em que produzem diferentes interpretações sobre a Amazônia e seu papel enquanto fronteira de recursos minerais.



Em seguida, o professor Rogério Sávio Link, no texto intitulado *A “Ferrovia de Labre” e a consolidação da última fronteira*, problematiza o projeto colonizador de Antonio Rodrigues Pereira Labre para o Complexo do Madeira e para a última fronteira brasileira entre Brasil e Bolívia. Nele, o autor apresenta elementos que contribuem com as reflexões relacionadas à História Regional do Complexo Madeira e com a evidência de processos de colonização e demarcação daquilo que também denomina como a última fronteira brasileira.

Já o trabalho redigido por Paula de Souza Rosa e Jéssyka Sâmia Ladislau Pereira Costa, intitulado *O célebre Telesforo Salvatierra, o herói da terrível tragédia de Carapanatuba: conflitos pela posse de seringais e o mundo do trabalho no rio Madeira (1870-1887)*, analisa a trajetória do negociante e seringalista boliviano Manoel Telesforo Salvatierra no contexto de expansão conflituosa da fronteira extrativista desenvolvida na região. Ao refletir sobre os mundos do trabalho a partir de meados do século XIX, as autoras se propõem a reconstruir redes de relações familiares, econômicas e sociais estabelecidas por Manoel Telesforo na Bolívia e ao longo do Rio Madeira.

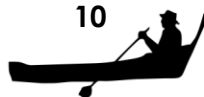
O trabalho que encerra esta apresentação é fruto de uma excelente pesquisa desenvolvida junto aos pescadores do Rio Madeira, na região de Porto Velho. Intitulado *Pescarias tradicionais da Cachoeira do Teotônio submersas pelas Usinas em Rondônia*, os autores trazem à tona as transformações ocorridas na atividade de pesca de pequena escala, uma atividade de profunda importância histórica e que garantia segurança alimentar e renda para as comunidades desenvolvidas ao longo do Rio Madeira antes da construção das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. Outra importância do trabalho está na evidência de que antes da construção das usinas, as atividades pesqueiras da região da Cachoeira de Teotônio se destacavam pela pesca altamente adaptada à captura e produtividade. Nesse sentido, o objetivo do trabalho é descrever as mudanças socioambientais e históricas ocorridas nas atividades de pesca após a construção das usinas e nos indicar de que modo a alteração da condição da pesca pela modificação antropogênica do ambiente, aliado ao deslocamento de comunidades inteiras de suas regiões de atividades de sobrevivência tradicionais, altera as relações sócio-históricas entre sujeitos e coletivos e suas paisagens ao longo de gerações de pescadores.

Dessa forma, o dossiê reflete as diferentes tentativas de seus colaboradores e idealizadores para evidenciar um caleidoscópio de possibilidades de análise sobre uma



região complexa e historicamente resultante de constantes transformações sócio-históricas e geopolíticas. Não nos admiramos, nesse sentido, de que os trabalhos distribuídos ao longo desta publicação possam suscitar possibilidades de pesquisas futuras que privilegiem aquilo que se tem denominado a última grande fronteira amazônica. Com este dossiê, esperamos contemplar diferentes pesquisadores que se debruçam sobre essa região particular, denominada de “O Complexo Madeira”.

Fernando Roque Fernandes
Porto Velho, Inverno amazônico, 2021.



SANTO ANTÔNIO DO RIO MADEIRA: AS AMBIGUIDADES DE UMA POVOAÇÃO AMAZONENSE DO MATO GROSSO E A MADEIRA-MAMORÉ

SANTO ANTONIO DO RIO MADEIRA: THE AMBIGUITIES OF AN
AMAZONIAN SETTLEMENT IN MATO GROSSO AND MADEIRA-
MAMORÉ

Dante Ribeiro da Fonseca¹

Resumo

Este estudo discorre sobre o processo de surgimento e dinâmica das transformações da povoação de Santo Antônio do Rio Madeira, como também das mutações ocorridas desde o início da construção da ferrovia Madeira-Mamoré, até o colapso da produção de borracha no vale Amazônico. Além disso, aborda nas observações realizadas a concorrência de Porto Velho, seu esvaziamento e desaparecimento.

Palavras-chave: Santo Antônio do Rio Madeira, Mato Grosso, Madeira-Mamoré.

Abstract

This study discusses the process of the village of Santo Antônio do Rio Madeira emergence and its changes dynamics, as well as the transformations occurred since the beginning of the construction of Madeira-Mamoré Railway, until the Amazon valley rubber production collapse. Additionally, addressing the competition in Porto Velho, its emptying and disappearance.

Keywords: Santo Antônio do Rio Madeira, Mato Grosso, Madeira-Mamoré

¹ Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor Associado IV/DE do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e pesquisador de História da Amazônia. Coordenador em Rondônia da Incubadora de Políticas Públicas na Amazônia (IPPA/RO); Colaborador do jornal eletrônico Gente de Opinião.



Introdução

É comum encontrar, na bibliografia pertinente, a informação que a povoação de Santo Antônio do Rio Madeira teria surgido de uma missão, ela que foi fundada em 1728, ao pé da cachoeira de mesmo nome.

A informação que não procede é correta, a missão de Santo Antonio, ou Santo Antonio das Cachoeiras, embora o topônimo sugira sua localização, estava situada a algumas dezenas de quilômetros à jusante da cachoeira a qual emprestou o nome (havia duas denominações anteriores: Aroaia e São João). Nesse sentido, fundada pelo missionário jesuíta João Sampaio, a missão desapareceu ainda no século XVIII. Afirmam alguns que, depois de sucessivas mudanças, veio a constituir a povoação de Santo Antonio de Borba, no baixo Madeira.

Em outras palavras, todos esses fatos são anteriores ao surgimento da povoação mato-grossense de Santo Antonio do Rio Madeira, no último quartel do século XIX. Essa última não possui vínculo de continuidade com a missão jesuítica, ainda que em seu núcleo não se encontrava no outeiro, ao lado da cachoeira; mas, a aproximadamente mil e duzentos a jusante da queda d'água.

Com o surgimento de Porto Velho, no início do século seguinte, Santo Antonio, quando ainda se mantinha como cabeça de município, tornou-se como que um bairro da povoação mais nova, criada a pouco mais de sete quilômetros de distância rio abaixo. Com a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, sequer teve direito a uma estação ferroviária. Isto é, uma vila que, como bairro, foi minguando em população até desaparecer nos anos quarenta (1940), quando foi totalmente absorvida por sua rival.

Sendo assim, nossa proposta é explorar Santo Antonio nesses primeiros anos de concorrência com a Porto Velho da Madeira-Mamoré. Para isso, utilizaremos para esta finalidade um pequeno conjunto de relatórios provinciais e do governo do estado do Mato Grosso, além dos relatos dos viajantes.

De certo modo, podemos reputar a Santo Antonio como o local que deu origem a Porto Velho. Muitos poderão argumentar que essa cidade originou-se do aglomerado urbano, ou ainda, que foi se formando em torno do pátio e estação onde iniciava a ferrovia Madeira-Mamoré. Contudo, podemos argumentar que há uma vinculação, digamos umbilical, na origem das duas povoações. Tal vinculação foge à proximidade física, e permitiu a apropriação de uma sobre a outra. Ambas as localidades surgiram em função das dificuldades: trafegar pelo trecho encachoeirado do rio Madeira.

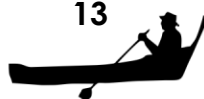


Dessa forma, ambas foram eleitas, em momentos diferentes, para ser o ponto inicial da ferrovia. Assim, Santo Antonio do Rio Madeira já existia como pequeno povoado, desde o último quartel do século XIX, mas vê sua população crescer a partir da última tentativa de construção da ferrovia, em 1907. Em suma, é a população dessa última temporalidade que, basicamente, vai mudar-se para Porto Velho, compondo assim seus primeiros moradores.

Outro ponto interessante a ser observado na gênese dessas povoações é a sua situação de área limítrofe dos estados aos quais pertenciam. A localização delas ficou refletida na própria divisão municipal, instituída quando da criação do território do Guaporé. Nesse sentido, Santo Antonio e Guajará Mirim pertenciam ao estado do Mato Grosso, enquanto que Lábrea e Porto Velho, esse último nos limites do município de Humaitá, pertenciam ao Amazonas. Ainda é essa condição de distância e isolamento em relação a sua capital que vinculou, desde o seu início, os dois municípios mato-grossenses ao Amazonas.

Ademais, convém esclarecer que o povoado de Santo Antonio, durante muito tempo, foi tutelado pelo Amazonas. Essa tutela intensificou-se no auge do surto gumífero, quando interesses fiscais, principalmente, fizeram assomar os brios de soberania estadual do Mato Grosso na região. Nisso, iniciou-se uma disputa pela submissão efetiva à jurisdição mato-grossense de Santo Antonio. Mas, não somente da povoação, também dos rios Jamari, Machado (ou Ji-Paraná), em que grande parte da região do alto Madeira, parte do rio Abunã, destacaram-se como grandes produtores de goma elástica.

Entre o último quartel do século XVIII e segunda metade do século XIX, pouco se sabe a respeito da região do alto Madeira. Na verdade, muito pouco aconteceu ali em termos de História Colonial nesse período. Isto é, naquela área, quando falamos em colonização portuguesa. Por sua vez, espanhola, através das missões jesuíticas, atingiu o rio Mamoré que com o Beni forma o rio Madeira. Foi então esse trecho para a colônia brasileira apenas um canal de passagem para aqueles que, de Belém ou Manaus, dirigiam-se ao Mato Grosso ou à Bolívia, ou vice-versa. Além disso, o rio como um todo apresentava difuso interesse estratégico que eventualmente emergia como definidor de limites entre a Portugal e Espanha e, posteriormente, as nações que sucederam essas potências na área. Ademais, como via de ligação, é certo que houve grande interesse por esse rio durante a segunda metade do século XVIII. Compreensível interesse, pois, fazia a ligação das povoações portuguesas na Amazônia à região aurífera do vale do Guaporé, isto no Mato Grosso.



Três fatores, contudo, permitem-nos compreender o relativo abandono desse rio, como via de ligação entre essas povoações no final do século XVIII a meados do século XIX. Trataremos os dois eventos iniciais como um só fator em virtude de sua relação de causalidade. Além disso, ao que se refere à queda da produção de ouro no vale do Guaporé e a conseqüente extinção da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1775, que abastecia aquela região.

Esclarece-se ainda que a extinção da empresa comercial e a perda do poder aquisitivo da população da região, pela decadência do ouro, fizeram com que os comerciantes monçoeiros perdessem o interesse no seu comércio. Ademais, havia nisso tudo a progressiva perda da importância do cacau para a economia amazônica. Produto este que era coletado pelos luso-brasileiros no rio Madeira através de um extrativismo ambulante e sazonal. Destarte, o trânsito pela região tornou-se ínfimo. Ainda é destaque mencionar que o Mato Grosso, principal interessado naquela via de comércio no período colonial, com a transferência definitiva da sua capital, Vila Bela da Santíssima Trindade, às margens do rio Guaporé para Cuiabá, isolou ainda mais a região dos rios Guaporé e a parte do rio Madeira, ou seja, de sua nascente até a cachoeira de Santo Antonio, já no século XX, algo que viria a confirmar-se àquela província.

Já em 1866, o presidente da província do Mato Grosso, Augusto Leverger (barão de Melgaço), informava sobre as dificuldades de comunicação da província, tanto internamente como em relação ao restante do país.

Nesse sentido, compreende-se essa situação em função de sua localização no interior do país, do imenso território que ocupava e da mínima infraestrutura de comunicações que possuía. Assim, a comunicação com o litoral oceânico ficava prejudicada pelo despovoamento colonial dos sertões de Goiás e São Paulo, isto é, por onde tinham que passar, caso a ligação fosse feita por terra. Dessa forma, o despovoamento também era a causa, nessas regiões, de ausência de pontos para o apoio logístico àqueles que se deslocavam entre a capital do Mato Grosso e a capital do Império. Conforme declarava Leverger, em 1865: “As vias de comunicação, e com especialidade as que ligão a Provincia ao littoral do Imperio, por onde tem de transitar os socorros de gente e de material de que precisamos, são objectos de vital necessidade.”²

² LEVERGER, Augusto João Manuel (barão de Melgaço). *Relatorio do vice-presidente da provincia de Matto-Grosso*, chefe da esquadra, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial em 17 de outubro de 1865. Cuiabá: Typographia Souza Neves, 1865, p. 19.



Os pontos de apoio, fossem privados ou militares, existiriam para suprir ao viajante daquelas necessidades mais básicas, tais como: fornecer provisões, garantir a segurança, hospedarias para abrigo e abastecimento de forragem para os animais. Quanto às comunicações com as províncias vizinhas, os mesmos problemas estavam presentes. É ainda o barão de Melgaço a informar-nos que apenas a importação do guaraná e o provimento de alguns gêneros, como o sal, é que mantinham a navegação pelo rio Paraguai, ainda que precária e feita de forma penosa e dispendiosa:

A necessidade da importação do guaraná fez com que a facil mas precaria navegação pelo Paraguay não extinguisse de todo as communicações fluviaes que temos com as Provincias do Pará e Amazonas, communicações penosas e dispendiosas porem de grande utilidade para prover-nos de certos gêneros e particularmente de sal³.

De todo modo, essa navegação não passava pelos rios Guaporé e Madeira. No que tange à região do Mato Grosso, correspondente aos municípios de Mato Grosso (Vila Bela) e Cáceres, ambos fronteiriços à República da Bolívia, foi registrado que ocorreu naquele ano de 1866 um visível incremento do comércio de exportação e importação daquele país através dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé. Esse comércio, embora também precário, já iniciava a demonstrar seu potencial de crescimento. Em outras palavras, poderia ser proveitoso para ambos os municípios, particularmente para o município de Mato Grosso, que compartilhassem as proximidades do rio Guaporé com outros povoados bolivianos, como San Joaquin, surgido de antiga missão jesuítica do período colonial.

Contudo, as dificuldades de comunicações desse município com o restante da província e do império, revelaram a estagnação econômica vivenciada e isto tornavam limitadas suas iniciativas no sentido de aproveitar-se desse comércio. Ei-las:

O incremento que nesses últimos anos tem tomado o commercio dos Bolivianos pelo Mamoré, Madeira e Amazonas poderiam ser de summo proveito para Mato Grosso, se o marasmo que consome aquelle desgraçado Município lhe permitisse fazer empresas de alguma importancia.⁴

³ LEVERGER, Augusto João Manuel (barão de Melgaço). *Relatorio do vice-presidente da provincia de Matto-Grosso*, chefe da esquadra, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial em 17 de outubro de 1865, pp. 19-20.

⁴ LEVERGER, Augusto João Manuel (barão de Melgaço). *Relatorio do vice-presidente da provincia de Matto-Grosso*, chefe da esquadra, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial em 17 de outubro de 1865, pp. 19-20.



Já a cachoeira de Santo Antonio, área cujos limites incertos não permitiam concordar se pertencia ao município de Cáceres, no Mato Grosso ou ao Amazonas, era o ponto ideal para o estabelecimento de um entreposto comercial para aquele estabelecido com a Bolívia, pois era o lugar onde iniciava o trecho encachoeirado. Também as possibilidades de efetiva arrecadação fiscal se fizeram presentes naquele local de passagem obrigatória. Mas, o que existia de fato nesse período, em termos de povoação, às margens da cachoeira de Santo Antonio? A crer-se nos depoimentos que consultamos, nada.

Senão vejamos. Viajando pelo Amazonas no ano de 1865, o político alagoano Tavares Bastos declarou a necessidade da fiscalização do comércio entre o Brasil e a Bolívia, através do rio Madeira. Para essa finalidade, recomendou a criação de uma mesa de rendas. Passou então a especular sobre o local mais adequado para sua instalação. Considerou então viáveis para a realização desse intento a cachoeira de Santo Antonio (alto Madeira) e as localidades de Serpa (hoje conhecida por Itacoatiara, no rio Amazonas, próxima à boca do rio Madeira) e Borba (baixo Madeira, próxima à sua foz). Informou também o deputado geral, ser Santo Antonio a primeira das cachoeiras para quem sobe o rio Madeira, nada falando sobre a existência de povoação naquele local. Concluiu então que o melhor local para a instalação da mesa de rendas seria Borba. Justificou nisso possuir a vila certo movimento comercial e ser o ponto onde iniciava a navegação à vapor naquele rio.⁵ Diga-se, a propósito, uma navegação incerta e esparsa, já que a primeira linha de navegação por aquele rio seria inaugurada em 1870, criando condições para o surgimento de uma aglomeração humana nas proximidades da cachoeira de Santo Antonio. Conforme já concluí em trabalho anterior:

Apesar disso, com a chegada da linha de navegação, Santo Antonio tornou-se o destino final das canoas que transitavam o rio em busca dos vapores que prosseguiriam com as suas cargas. [...] Pouco a pouco, dada a maior comodidade, essas mercadorias passaram a estacionar em Santo Antonio, à espera dos vapores, em razão dessa escolha economizar aproximadamente quarenta léguas de navegação a remo entre o Crato e aquela localidade. Ficavam as tripulações aguardando para retornarem rio acima com as mercadorias transportadas por esses vapores (aviamentos). Uma população, sazonal, passou a compor a nascente

⁵ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *O vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatística, produções, comércio, questões fiscais do valle do Amazonas*. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1975, p. 79.



povoação. É que a chegada da linha a vapor não isentou os produtores de continuarem com o mesmo tipo de transporte que já vinham realizando no trecho encachoeirado, ou seja, transitar esse trecho em ubás impulsionadas pelos remeiros indígenas, em geral benianos, que compunham essa população flutuante. Assim, ao chegar ao porto de Santo Antonio com as mercadorias era essa população de remeiros que iria descarregar os vapores e carregar as canoas.⁶

Em 1877, mais de uma década após a visita de Tavares Bastos ao vale do Amazonas, passou por Santo Antonio do Rio Madeira, a serviço da Comissão de Inspeção de Fronteiras, o médico militar João Severiano da Fonseca. Sua viagem transcorreu durante a segunda tentativa de construção da ferrovia Madeira-Mamoré. Severiano da Fonseca viajou pelo rio Madeira de retorno para o Rio de Janeiro, tendo embarcado em Santo Antonio, no vapor Canuman, em direção a Belém no dia 15 de dezembro de 1877.⁷

O que viu e registrou o militar em Santo Antônio? Um depósito de materiais, mantimentos e medicamentos remanescentes da tentativa de construção da estrada de ferro ocorrida em 1872. Da mesma origem, observou espalhados pela área da povoação trilhos, dormentes e restos de guinchos e guindastes à vapor. Quanto à presença do Estado no local, registrou a existência do 3º. Batalhão de Artilharia, que era comandado por um subalterno, onde existia ainda uma subdelegacia de polícia, sobre a qual não forneceu maiores detalhes. No mais, o relato de Severiano da Fonseca é sucinto, acusando a existência de palhoças e de um sobrado onde ficou alojado.⁸

Em 1877, chegaram ao rio Madeira os engenheiros norte-americanos da P & T. Collins, empreiteira contratada pelo concessionário da Madeira & Mamoré Railway Co., e o coronel George Earl Church para construir a ferrovia que contornaria o trecho encachoeirado do rio Madeira.

Por sua vez, a descrição do engenheiro norte-americano Neville Craig é bem mais minuciosa que aquela anterior de Severiano da Fonseca. Conhecendo já os relatos a respeito do local, aqueles feitos pelos trabalhadores da Public Works que participaram da tentativa de construção em 1872.

Destaca-se nisso que não esperavam encontrar uma povoação muito desenvolvida. Contudo, segundo o relato de Craig, esperavam que: “[...] no ponto inicial da navegação

⁶ FONSECA, Dante Ribeiro da. *In idem flumen: as povoações do rio Madeira e a origem de Porto Velho (século XVIII ao XX)*. Porto Velho: Nova Rondoniana, 2017, pp. 108-109.

⁷ FONSECA, João Severiano da. *Viagem ao Redor do Brasil (1875-1878)*. Volume 2. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1881, pp. 302-418.

⁸ FONSECA, João Severiano da. *Viagem ao Redor do Brasil (1875-1878)*, p. 322.



de um dos maiores rios do globo, encontraríamos um aldeamento mais ou menos próspero.”⁹ Suas expectativas, ainda que modestas, foram frustradas. Segundo suas palavras, era a povoação com menos atrativos em todo o curso do rio. Para desembarcar, tiveram os viajantes que abriram uma clareira na mata para descobrirem a povoação, composta de aproximadamente oito choças cobertas de palha e dois depósitos construídos com ferro corrugado pela Public Works.

Dentre essas edificações cobertas de palha destacava-se o depósito do residente mais destacado do local, o sr. Brígido. Tratava-se de uma edificação cuja estrutura era de madeira amarrada por cipós, assoalhada e revestida de lascas de um coqueiro, possivelmente da palmeira paxiúba, muito usada na região para construção por ser resistente. Ademais, em edificação semelhante residia o sargento que comandava a guarnição brasileira no local, composta naquele momento por seis soldados que habitavam “[...] cabanas miseráveis inteiramente encobertas pela mataria.”¹⁰ Poucos anos depois, em 1882, notava o viajante português Bernardo Silva situação parecida¹¹.

Na década seguinte, o barão de Marajó (José Coelho da Gama Abreu) registrava o incremento da povoação em razão do número considerável de vapores ocupados no transporte de cargas que ali aportavam:

[...] tem tomado grande incremento, pois sendo o logar em que pode dizer-se termina a navegação do baixo Madeira e começa a navegação da região encachoeirada, allí o deposito de cargas que vão ou vem, e o numero de vapores particulares ou fretados que navegam aquelle rio já é bastante considerável para que anime aquelle ponto de espera.¹²

No mesmo período, um boliviano registrava a existência de três ou quatro mil pessoas na vila, estimando que a metade estava em trânsito¹³. A estimativa ilustra bem como a afluência de pessoas ao local, nos períodos de exportação da borracha, aumentava a população daquele lugar.

⁹ CRAIG, Neville B. *Estrada de Ferro Madeira Mamoré: história trágica de uma expedição*. São Paulo: Nacional, 1947, pp.130-131.

¹⁰ CRAIG, Neville B. *Estrada de Ferro Madeira Mamoré: história trágica de uma expedição*, pp. 131-132)

¹¹ SILVA, Bernardo da Costa e. *Viagens ao sertão do Amazonas: do Pará à costa do mar Pacífico pelo Amazonas, Bolívia e Peru*. Porto: s/ed., 1891.

¹² ABREU, José Coelho da Gama (Barão de Marajó). *As regiões amazônicas: estudos corographicos dos Estados do Gram Pará e Amazonas*. 2. ed. Coleção Lendo o Pará, volume 12. Belém: SECULT, 1992, p. 130.

¹³ CUÉLLAR, Juan Bautista Coimbra, (1877-1942). *Siringa: memorias de un colonizador del Beni*. La Paz: Cruz del Sur, 1946, p. 137.



Como vimos, o povoado de Santo Antonio estava isolado da sede do governo provincial e também municipal, aos quais deveria estar subordinado. Destaca-se que do Mato Grosso, nenhum apoio recebia aquela povoação, nem de Cáceres, sede de seu município, nem de Cuiabá, capital de sua província. Logo, revela-se que Santo Antonio, conforme declarou Severiano da Fonseca em 1877, estava dentro dos limites da província do Mato Grosso. Quem exercia jurisdição sobre a povoação, provendo-a de fiscalização, guarnição militar, autoridades civis e eclesiásticas, era a província do Amazonas.¹⁴

A situação pode ser compreendida se lembrarmos do péssimo estado das comunicações na província do Mato Grosso naquele momento. Existiam naquela época sete municipalidades naquela unidade do Império, a saber: São Luiz de Cáceres (hoje Cáceres), Poconé, Mato Grosso (hoje Vila Bela), Diamantino, Rosário, Corumbá, Miranda e Sant'Anna de Parnaíba. Sendo assim, o município de Mato Grosso, cuja cabeça era a povoação de Vila Bela estava situada às margens do rio Guaporé, seria a ligação mais natural com Santo Antonio. Este município era considerado o mais decadente da província, isolado da capital.¹⁵ Porém, para agravar o isolamento da vila de Santo Antonio, ela ficou sob a jurisdição do município de Cáceres, mais distante ainda que Vila Bela e sem ligação fluvial com essa.

Assim, as comunicações com a sede do município, Cáceres, somente poderiam ser feitas seguindo caminho por terra até Vila Bela, daí através dos rios Guaporé e Madeira até Santo Antonio. Ora, se Vila Bela, limitada com Cáceres, estava isolada do restante da província, imagine-se Santo Antonio do Madeira da cidade de Cáceres. Acresça-se a isso aos problemas ocasionados pela distância entre Santo Antonio e a sede do município de Cáceres.

Além disso, já não dizemos de Cuiabá, a capital do Mato Grosso. Ali havia um fenômeno muito comum nessa época: a indefinição de limites e a superposição de jurisdição. Dado esse isolamento da cabeça de seu município e ainda mais da capital de sua província. Com efeito, Santo Antonio começou a ver a província do Amazonas estender sua jurisdição sobre si.

Evidentemente, esse interesse do Amazonas em estender a jurisdição tinha relação com as rendas auferidas pela produção de borracha naquela região. Até o ano de 1891

¹⁴ FONSECA, João Severiano da. *Viagem ao Redor do Brasil (1875-1878)*, p. 322.

¹⁵ PEDROSA, João José. *Relatorio com que o exm. snr. dr. João José Pedrosa, presidente da provincia de Matto-Grosso, abriu a 2a sessão da 22a legislatura da respectiva Assembléa em 1o de outubro. Cuiabá: Typographia do Liberal, 1878*, p. 15.



esse território ao norte foi mantido sob jurisdição política e administrativa do estado mencionado, que usufruía das rendas derivadas da produção daquele lugar. De tal forma era exercido esse poder, isto é, recusavam as autoridades amazonenses em reconhecer como válida a documentação expedida pelo Mato Grosso para o trânsito de mercadorias no rio Madeira.

Naquele ano (1891), o governo do Mato Grosso criou a coletoria de Santo Antonio do Rio Madeira e São Manoel (no rio Tapajós). Mas, a tentativa de instalação daquele órgão somente se efetivou em Santo Antonio em 1893. É nesse momento e em razão dessa iniciativa do governo do Mato Grosso que inicia-se efetivamente a questão de limites entre o Mato Grosso e o Amazonas. Contudo, a coletoria não foi instalada ainda naquele ano.

A questão de jurisdição fiscal continuava ainda em 1897, pois reclamava o governador do Mato Grosso, naquele ano, da recusa que faziam as repartições fiscais do Amazonas aos certificados de procedência e de pagamentos de direitos, das mercadorias que passaram pela estação fiscal do rio Madeira e expedidas pela coletoria de Santo Antonio.¹⁶ Finalmente, como resultado de um acordo fiscal firmado em 1898, o Amazonas autorizou ao Mato Grosso a instalação da coletoria de Santo Antonio.¹⁷

Com efeito, tomou como base um novo acordo fiscal entre os dois estados: a Lei número 413, de 23/03/1905, do governo do Mato Grosso. Para isso, criou o cargo de delegado fiscal no distrito de Santo Antonio do Madeira.¹⁸

Após inúmeras marchas e contramarchas, a Lei número 458, de 6/12/1906, determinou a instalação da Delegacia de Mato Grosso no Norte. Novamente aqui observa-se a dificuldade em fazer funcionar o órgão em Santo Antonio. Assim, a referida delegacia ficou provisoriamente sediada em Manaus durante parte daquele ano, até que, finalmente, o Distrito Fiscal do Norte foi instalado em Santo Antonio. Em suma, destinava o órgão a arrecadar impostos nos rios Jamari, Machado e seus afluentes.¹⁹

¹⁶ COSTA, Antonio Corrêa da. *Mensagem do Presidente do Estado de Matto-Grosso* Dr. Antonio Corrêa da Costa á Assembléa Legislativa em sua 2a. Sessão Ordinaria aberta em 1o. de Fevereiro de 1897. Cuyabá: Typographia do Estado, 1897, p. 11.

¹⁷ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo [...] Á Assembléa Legislativa do Mato Grosso [...] 13 de Maio de 1912*. Cuyaba: Typographia Official, 1912, p. 9.

¹⁸ PONCE, Generoso Pais Leme de Sousa. *Mensagem dirigida à Assembléa Legislativa do Estado de Mato Grosso pelo 1º vice-presidente coronel Generoso ... Ponce, Presidente do Estado, ao instalar-se a 3ª sessão da 7ª legislatura em 13 de maio de 1908*. Cuiabá, s.n.t., s.d., p. 29.

¹⁹ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo [...] Á Assembléa Legislativa do Mato Grosso [...] 13 de Maio de 1912*, p. 10.



Ainda naquele ano de 1906 não havia um caminho viável que ligasse o Mato Grosso a Santo Antonio do Rio Madeira. Os funcionários do Mato Grosso, encarregados de instalar a Delegacia Fiscal do Norte, partiram de Cuiabá para o Rio de Janeiro de onde prosseguiram para Manaus. Os demais funcionários da delegação seguiram pelo mesmo caminho, partindo de Cuiabá em 18 de novembro de 1907 e chegando a Manaus em 18 de janeiro de 1908²⁰, dois meses depois de sua partida.

Em 29 de outubro de 1904 foi celebrado um acordo sobre os limites entre os estados do Amazonas e Mato Grosso. Além da presença tributária, propunha o governador firmar a presença do estado do Mato Grosso naquela região, ao criar uma circunscrição judiciária em Santo Antonio. Novamente aqui era necessário contrapor-se, segundo palavras do governante, às “[...] facilidades naturais que para isso tem [...]”²¹ o estado do Amazonas. E que facilidades são essas? Novamente, são aquelas derivadas da distância e do isolamento em relação ao governo do Mato Grosso. Conforme fica claro na justificativa da proposta firmada pelo governador Generoso Ponce, destinava-se a circunscrição a dar oportunidade para que “[...] seus habitantes encontrem autoridades judiciarias perante a quem possam propugnar por seus direitos e interesses [...]”²², pois até então recorriam à justiça do Amazonas.

O conflito de jurisdição afetava também a questão da legalização das terras na região. Embora a comarca e município de Santo Antonio tenham sido criados em 1908 (Lei número 495 de 3 de junho), os limites entre o Amazonas e o Mato Grosso não foram imediatamente demarcados na área do rio Madeira.²³ Dessa situação, acusava o governo do Mato Grosso, valia-se o estado do Amazonas para vender terras situadas dentro e fora da área litigiosa.²⁴

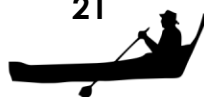
²⁰ PONCE, Generoso Pais Leme de Sousa. *Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso* pelo 1º vice-presidente coronel Generoso ... Ponce, Presidente do Estado, ao instalar-se a 3ª sessão da 7ª legislatura em 13 de maio de 1908, p. 28.

²¹ PONCE, Generoso Pais Leme de Sousa. *Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso* pelo 1º vice-presidente coronel Generoso ... Ponce, Presidente do Estado, ao instalar-se a 3ª sessão da 7ª legislatura em 13 de maio de 1908, p. 28.

²² PONCE, Generoso Pais Leme de Sousa. *Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso* pelo 1º vice-presidente coronel Generoso ... Ponce, Presidente do Estado, ao instalar-se a 3ª sessão da 7ª legislatura em 13 de maio de 1908, p. 8.

²³ COSTA, Pedro Celestino Corrêa da. *Mensagem dirigida pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa* 1o. Vice-Presidente do Estado, ... Ao instalar-se a 1. Sessão da 8. Legislatura em 13 de Maio de 1909. Cuyabá: Typographia Official, 1909, p. 21.

²⁴ PONCE, Generoso Pais Leme de Sousa. *Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso* pelo 1º vice-presidente coronel Generoso ... Ponce, Presidente do Estado, ao instalar-se a 3ª sessão da 7ª legislatura em 13 de maio de 1908, p. 29.



Em outras palavras, acusava o Mato Grosso o Amazonas de negociar as terras não somente na área em disputa, mas também em áreas reconhecidamente pertencentes ao acusador. Acusava ainda, ao governo do Amazonas, de usar o artifício de reduzir o preço da terra, para atrair os interessados em regulamentar suas posses. Isto, segundo o relatório, levou aos posseiros dos seringais dos rios Machado e Jamari ao requerer as terras ao governo do Amazonas, pois pagavam a esse estado o valor de 600 réis o hectare, enquanto que se o mesmo procedimento fosse encaminhado ao governo do Mato Grosso, pagariam 3\$600 réis.²⁵ Claro está que para o posseiro essa legalização tornava-se mais cômoda, barata e pela maior facilidade de contato com Manaus do que em Cuiabá.

Em 1907, esclarecemos ainda que foi iniciada a última tentativa de construção da ferrovia Madeira-Mamoré. O fato reveste-se da maior importância para o entendimento da lógica da ocupação de Santo Antonio a partir daquele ano. Isto porque 1907 representará o início de um período que, ao contrário do que a maioria dos trabalhos locais reflete, será o auge da povoação. Como todo auge precede a decadência, foram postas aí as condições para o desaparecimento futuro do povoado.

A fim de compreendermos isso, convém perceber que o elemento fundamental para a compreensão do episódio é a decisão da ferrovia em recuar seu ponto inicial para sete quilômetros rio abaixo, em um local denominado Porto Velho (ou Ponto Velho). Com essa transferência, a sede administrativa da ferrovia passou a situar-se em área periférica do município de Humaitá, no Amazonas, embora a quase totalidade dos trilhos corresse em território do Mato Grosso.

No que seria o curso da ferrovia, esclarece-se que Santo Antonio era a única povoação existente antes da sua construção. A administração norte-americana da ferrovia dificultava a instalação de comércio e residência nas imediações de seu leito e estações. Assim, o mais provável é que o enorme volume de pessoas que acorreu para a região para atender as demandas do empreendimento buscou Santo Antonio para satisfazer suas necessidades de abastecimento, de lazer e de moradia.

Naquele momento inicial, Santo Antonio cresceu. Ocorreu então uma transformação na paisagem da povoação, de bucólica imagem cuja população era basicamente composta por indígenas bolivianos à espera de seus patrões, poucos militares

²⁵ PONCE, Generoso Pais Leme de Sousa. *Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso* pelo 1º vice-presidente coronel Generoso ... Ponce, Presidente do Estado, ao instalar-se a 3ª sessão da 7ª legislatura em 13 de maio de 1908, p. 32.



e comerciantes. Com a expansão súbita, observamos que o lugar se tornou cada vez mais caótico.

Nesse ínterim, em 1910, percorreu o rio Madeira o médico e sanitarista Oswaldo Cruz que, contratado pela ferrovia Madeira-Mamoré, veio inspecionar e sugerir ações para debelar os casos de malária e outras doenças na área da ferrovia, ainda em construção. Em pinceladas fortes, o quadro que o médico pinta de Santo Antonio retrata uma povoação sob as nuvens negras da insalubridade sanitária e social. Um lugar horrível, atestou ele, assolado por doenças tropicais e imoralidades.

Naquele mesmo ano, de passagem pela área, à serviço da Comissão das Linhas Telegráficas, registrou o tenente Lobato Filho impressões semelhantes. Primeiramente, o fenômeno da fluidez da população de Santo Antonio por ser apenas um ponto de passagem de mercadorias. Caracterizou-a, ainda, como composta por muitos aventureiros e poucas famílias: “Santo Antonio era o ponto de passagem da volumosa produção da Bolívia e do extremo oeste de Mato Grosso, para Manaus e Belém e, por isso, sua população era volante e de aventureiros, poucas famílias [...]”.²⁶

Já a topografia do povoado mudou em relação à última década do século anterior, pois registrou o militar a existência de uma rua composta por aproximadamente doze casas de adobe (pau-a-pique) rebocado. Também observou um comércio composto por “tiendas” e “cantinas”, em contraponto a um ou dois estabelecimentos comerciais que existiam anteriormente. Por fim, declarou ainda a existência de habitações de bambu e palmeiras ocupadas pelos indígenas bolivianos.²⁷

A mudança na topografia urbana resultou da transformação social do povoado. Nesse sentido, a imagem que Lobato Filho revelou de Santo Antonio é das mais decadentes, informou que os hábitos da velha família patriarcal dominam o rio Madeira, exceto em Santo Antonio, onde se encontrava: “[...] somente bolivianas e curibocas esfarrapadas e desordeiras às vezes. Essa era a matéria prima dos bordéis.”²⁸

Também sob o ponto de vista sanitário, o combate às doenças não era fácil em Santo Antonio. À condição insalubre da região somava-se o descuido da vila. Tanto que em 1911 ocorreu, naquela localidade, uma forte epidemia de febre amarela e varíola. 99 anos depois, passando pela experiência da pandemia que nos assola hoje, podemos

²⁶ LOBATO FILHO (Gal.). *Avançai para o Jamarí* (a comissão Rondon nas selvas do Alto Madeira). Rio de Janeiro: s/ed., 1957, pp. 31-32.

²⁷ LOBATO FILHO (Gal.). *Avançai para o Jamarí*, p. 200.

²⁸ LOBATO FILHO (Gal.). *Avançai para o Jamarí*, p. 28.



afirmar que certas situações, parece, não mudaram ou, pelo menos mantêm alguns de seus elementos.

Nesse sentido, o inspetor sanitário, intentando debelar a epidemia, submeteu aquela localidade a rigorosa quarentena. A medida causou inúmeros prejuízos ao comércio. Dirigiu-se então a Associação Comercial de Santo Antonio ao Delegado Fiscal do Norte, solicitando providências no sentido de suspender a quarentena. Observe-se que nessa ocasião o município ainda não havia sido instalado.

Diante de tal cenário, a Resolução número 567, de 28 de setembro de 1911, estabeleceu um prazo de dois anos para a organização da Câmara Municipal de Santo Antonio²⁹. A maior autoridade do Estado no local era a Delegacia Fiscal do Norte. Logo, quando foi percebido que a quarentena sanitária prejudicava o comércio e a arrecadação fiscal da vila, o governo do Mato Grosso, a pedido do Delegado Fiscal do Norte, comunicou-se com os ministérios da Viação e da Justiça, solicitando a suspensão da quarentena. Incontinenti autorizou também as despesas necessárias para debelar a epidemia.

Esse evento somou-se ao impacto do relatório feito por Oswaldo Cruz, no ano de 1910, onde denunciou as péssimas condições sanitárias da vila. Como consequência, uniram-se à Madeira-Mamoré, a Delegacia Fiscal do Norte, auxiliada pelo governo do Amazonas e a Associação Comercial de Santo Antonio. Providenciaram, então, a limpeza e desinfecção das residências, comércio e logradouros públicos. Por sua vez, na povoação, o lixo, carcaças e dejetos de animais amontoavam-se nas vias públicas. Como causa, foi providenciado o aterro das poças de água estagnadas e abriu-se poços para fornecer à população água mais limpa que a do rio, até então servida pelos residentes³⁰.

Podemos constatar, nesse episódio, que a Madeira-Mamoré possuía interesse em ver resolvida a questão da salubridade em Santo Antonio. Isto significa, talvez, para a nossa interpretação, um zelo por conta da defesa da produtividade de seus trabalhadores contra as doenças tropicais. Talvez ainda para manter aquela cidade como aglomerado urbano viável, porém, distante o suficiente da sua sede.

Assim, com esses trabalhos de saneamento foram gastos aproximadamente onze contos de réis, dos quais o Mato Grosso participou com cinco contos de réis, enquanto

²⁹ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado À Assembléa Legislativa* ao instalar-se a 2a. Sessão ordinária da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913. Cuyaba: Typographia Official, 1913.

³⁰ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo [...] À Assembléa Legislativa do Mato Grosso [...] 13 de Maio de 1912*, p. 50-51



que o Amazonas e a Madeira-Mamoré participaram - respectivamente - com três contos de réis e um valor aproximado³¹.

No ano de 1912, a estrada de ferro foi concluída. Então, perspectivas otimistas descortinavam-se para Santo Antonio do Rio Madeira, segundo o governador do Mato Grosso:

A estrada de ferro Madeira-Mamoré, que grande impulso dará à expansão da industria extractiva no norte do Estado, facilitando o povoamento daquela grande e rica zona regada pelo caudaloso Madeira e seus afluentes, e onde ao lado de vastos e densos seringaes, medram o cacauzeiro e muitos outros vegetaes preciosos para a industria extractiva, no dia 2 do corrente assentou seu ultimo dormente e devera inaugurar o seu trafego em principio de Julho proximo. A importancia de tão auspicioso acontecimento para a vida econômica e prosperidade do Estado não vos preciso descrever³².

Nessa época, a borracha produzida no Mato Grosso encontrava duas rotas de escoamento: o rio Amazonas e o rio da Prata. Naquele contexto, a produção gumífera, das margens do rio Paraguai e seus afluentes, das cabeceiras do Tapajós e seus afluentes (Arinos, Juruena e Paratininga), e do alto Guaporé era exportada pelo rio da Prata. Pelo rio Amazonas era transportada a borracha proveniente do baixo Guaporé, do Madeira e seus afluentes e do baixo Tapajós³³. A produção do baixo Guaporé seguia de lancha até Guajará-Mirim (Porto Espiridião), daí sendo embarcada nos vagões da Madeira-Mamoré, seguindo para Santo Antonio do Madeira ou Porto Velho.

Por sua vez, a produção do rio Madeira e seus afluentes eram transportadas em lanchas diretamente para Porto Velho. Lá chegando, a mercadoria era embarcada, em vapores de 10 a 12 pés de calado, para Manaus, onde fazia-se o transbordo para navios transatlânticos que a conduzia para o seu porto de destino³⁴.

Com a construção da Madeira-Mamoré, mais do que nunca Santo Antonio parecia ser o ponto vital para o escoamento da borracha do norte do Mato Grosso. Parte dessa

³¹ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. Mensagem dirigida pelo [...] Á Assembléa Legislativa do Mato Grosso [...] 13 de Maio de 1912, p. 51.

³² MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. Mensagem dirigida pelo [...] Á Assembléa Legislativa do Mato Grosso [...] 13 de Maio de 1912, p. 48.

³³ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado* Á Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinaria da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, p. 8

³⁴ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado* Á Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinaria da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, p. 9.



carga poderia ser embarcada no rio Madeira em portos de escala dos vapores oriundos da Companhia do Amazonas:

Boca do Canumã. Borba. Vista Alegre. Boca do Aripuanã. Santa Rosa. Manicoré. Bom Futuro. Boca do Carapanatuba. Boca das Tres Casas. Cintra. Humaytha. Missão do S. Francisco. Boa Hora. Boca do Jamary. Santo Antonio."³⁵

Vê-se, então, que parte da produção era embarcada nos navios da Companhia do Amazonas, em Santo Antonio. Outra parte seguia de Porto Velho nos navios da Madeira-Mamoré. Também era o caso de Calama, na boca do rio Jamari, de onde era transportada a carga daquele rio.

Em 1914, os navios da Companhia do Amazonas fizeram paradas para carga e descarga na foz do rio Jamari, isto é, antes de prosseguirem para Santo Antonio, mas não há menção à parada em Porto Velho. Depois, em 1919, um viajante declarou que era o barracão do seringal Nova Vitória o porto de baldeação para as mercadorias do rio Jamari³⁶.

Embora a questão de limites entre o Amazonas e o Mato Grosso, na região, tenha sido resolvida por um acordo entre ambos os estados, em 1904, os trabalhos de demarcação desses limites apenas findaram em 1912. Foram então colocados os marcos divisórios nos rios Candeias, Jamari, Preto e Machado nos pontos em que o paralelo 8°48' corta esses cursos de água. Porém, apenas em 27 de julho daquele ano foi homologada pelo Supremo Tribunal Federal a sentença relativa a essa demarcação. Antes dela, em dois de julho de 1912, foram instaladas a comarca e o município de Santo Antonio, criados ambos por lei em 1908, e empossadas suas autoridades no mesmo ano. Como a vila de Santo Antonio estava sob jurisdição do Amazonas, naquele dois de julho a instalação e a posse foram realizadas no lugar denominado Vila Nova, pouco acima do porto da vila, coisa de mil e duzentos metros a montante, em um outeiro defronte a cachoeira.

Após a homologação da demarcação, Santo Antonio passou a ser a cabeça do município e, finalmente, entrou o Mato Grosso na posse das terras ao sul do paralelo,

³⁵ *Almanach do Amazonas historico, administrativo, commercial, estatistico e litterario 1884*. Manaus: Typographia do Amazonas, 1884, p. 68.

³⁶ GONDIM, Joaquim (da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais). *Através do Amazonas: impressões de viagens realizadas em 1921*. Manaus: Typographia Cá e Lá, 1922, pp. 91-92.



desde a cachoeira de Santo Antonio até o rio Machado³⁷. Seguiu-se então o volume da arrecadação da Delegacia Fiscal do Norte que foram discriminados pelos diversos rios da região, algo que pode ser observado na tabela abaixo. Nela podemos observar que os rios Jamari, seguida do rio Machado, eram as duas maiores produtoras de borracha da área daquela delegacia.

³⁷ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado À Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinaria da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913*, pp. 44-46.



Estado de Mato Grosso
Delegacia Fiscal do Norte - Santo Antonio do Rio Madeira
Produção de borracha por quilograma no ano de 1913

| Localidades | Fina | Sernambi | S. caucho | Caucho | Soma |
|---------------|----------------|----------------|------------------|---------------|------------------|
| Rio Jamari | 363.102 | 40.640 | 585.070 | 50.997 | 1.039.809 |
| Rio Machado | 400.912 | 51.446 | 311.330 | 22.799 | 786.487 |
| Santo Antonio | 111.070 | 8.137 | 263.699 | 36 | 382.942 |
| Vila Murinho | 45.121 | 3.098 | 254.413 | 0 | 302.632 |
| São Manoel | 53.991 | 13.600 | 55.545 | 0 | 123.136 |
| Soma | 974.196 | 116.920 | 1.470.057 | 73.832 | 2.635.005 |

Fonte: MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado Á Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinaria da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, p. 65.

E quem eram os produtores de borracha dessa região do Mato Grosso? Eram muitos. No ano de 1913, organizou-se no Rio de Janeiro a Exposição Nacional da Borracha. O Mato Grosso enviou para a exposição amostras de vários produtores, dentre eles, representando o norte do estado: Assenci & Cia., Guaporé Rubber Company e Julio Muller Rubber Company, as duas últimas pertencentes à Madeira-Mamoré Railway³⁸.

Interpretamos disso que era intenção da municipalidade que a Madeira-Mamoré construísse uma estação de carga e passageiros em Santo Antonio. Para tanto, obteve da empresa a promessa de construção³⁹ que, parece, nunca se realizou. Em 1913, a prefeitura instalou uma fábrica de tijolos, certamente para estimular a melhoria da qualidade das edificações na povoação e “[...] uma linha de bondes para condução de cargas e passageiros [...]”. Possivelmente, essa “linha de bonde” eram aqueles metros de linha férrea, construídos em 1878. Desde então, esses trilhos serviram para o transporte de mercadorias. Seus percursos partiram do porto dos vapores e pelo novo núcleo da vila. Enfim, tinham como ponto de chegada o porto das canoas. Diga-se, de passagem, que Severiano da Fonseca já observara em 1878 a grande profundidade do porto dos vapores⁴⁰. No entanto, em 1907, a Madeira-Mamoré considerou suas condições técnicas inadequadas, sendo este o motivo principal da transferência para Porto Velho. O porto das canoas estava situado acima da cachoeira, de onde essas embarcações partiam em

³⁸ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado Á Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinaria da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913*, p. 6 a 12.

³⁹ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado Á Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinaria da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913*, p. 47.

⁴⁰ FONSECA, João Severiano da. *Viagem ao Redor do Brasil (1875-1878)*. Volume 2. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1881, p. 322.



direção ao trecho encachoeirado. Registre-se também a existência de um jornal
semanário⁴¹.



Borracha para Estrada de Ferro Madeira-Mamoré [Iconográfico]. Santo Antônio (RO): [s.n.], 1909-1910
Cópia fotográfica em gelatina e prata, p&b ; 13 x18. Biblioteca Nacional (Brasil). ARQ 1,4,2 (3).

Enquanto os casos de malária decaíam, esclarece-se que os registros do hospital da Candelária, que acusavam no ano da epidemia de varíola e febre amarela, em 1911, uma frequência diária de 120 a 150 enfermos. No ano seguinte, ele passou a receber 60 enfermos em média⁴². Tempos depois, no ano de 1914, a inspetoria de higiene, órgão do governo estadual, sugeriu a criação de uma delegacia de saúde em Santo Antonio do Rio Madeira⁴³ para melhor cuidar do saneamento local.

⁴¹ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado* À Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinária da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, p. 47.

⁴² MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado* À Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinária da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, p. 47.

⁴³ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado* À Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinária da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, p. 23.



Assim, ao contrário da paisagem decadente, pintada por Oswaldo Cruz em 1910, repetida à exaustão pela historiografia sobre a região. Apesar da perda da competitividade da borracha brasileira, nos mercados internacionais, claramente observável no ano de 1913, a perspectiva do governo do Mato Grosso para o progresso de Santo Antonio do Rio Madeira era de um otimismo ilimitado. Para dar consequência ao domínio efetivo sobre aquela parte de seu território, através da melhoria no sistema de comunicações, o governo do Mato Grosso elaborou um plano que previa a construção de uma estrada de ferro que ligasse Cáceres ao “[...] importante valle seringueiro do rio Guaporé [...]”⁴⁴.

A execução desta iniciativa resultaria em melhor integrar Santo Antonio do Madeira ao restante do Mato Grosso, pois o Guaporé, navegável até Guajará-Mirim, encontraria a ferrovia Madeira-Mamoré. Convém esclarecer que a construção desta estrada de ferro já fora autorizada. Além disso, previa-se a continuidade do saneamento do alto Madeira, particularmente a vila de Santo Antonio, onde seria construído um hospital para cem doentes e uma colônia agrícola em Guajará-Mirim.

Porém, explica-se aqui que a redução dos recursos para a valorização da borracha, feita pelo governo federal, inviabilizou esses planos⁴⁵. Lamentava o governador do estado ter ficado inconclusa a construção de uma ponte metálica sobre o rio Coxipó-Mirim pois, naquele momento, o trajeto da linha telegráfica do Mato Grosso ao Amazonas já permitia visualizar uma possível ligação terrestre entre a capital e o norte do Estado⁴⁶.

Mas, não somente de planos e antevisões vivia o município de Santo Antonio. Como observamos a partir do ano de 1911, a povoação estava em franco desenvolvimento. Já então, muito diferia daquele lugar abandonado, no fim do mundo, descritos pelos seus primeiros visitantes, nos anos iniciais de 1910. Para governar o município, como vimos somente foi instalado em 1912, foi nomeado o componente da Comissão das Linhas Telegráficas e médico Joaquim Augusto Tanajura (Lei de número 494 de 5 de junho de 1908)⁴⁷.

⁴⁴ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado* À Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinária da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, p. 5.

⁴⁵ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado* À Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinária da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, p. 5.

⁴⁶ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado* À Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinária da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, p. 44.

⁴⁷ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado* À Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinária da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, p. 51.



Em 1914 continuava o município a ser dirigido pelo mesmo político⁴⁸. Iniciativas governamentais fizeram-se presentes, além do poder público instalado finalmente em 1912. Como exemplo delas, podemos listar algumas que foram concretizadas. Com a construção da ferrovia, a população residente cresceu de tal forma que no ano de 1913 a vila contava já com 304 casas, nela residiam 911 habitantes, sendo 697 na zona urbana e 214 na zona rural. Havia ainda um certo equilíbrio entre os sexos. Se considerarmos ser essa uma região pioneira e de marcante migração masculina. Viviam na zona urbana 366 homens e 206 mulheres e na zona rural 139 homens e 52 mulheres.

Ao contrário do cenário repleto de mulheres aventureiras e prostitutas, a existência de 148 crianças na população da vila revela que muitos desses homens e mulheres formavam famílias. A maioria delas residiam na área urbana pois lá existiam 125 crianças⁴⁹.

No ano de 1913, o governo estadual construiu na vila de Santo Antonio do Rio Madeira uma casa para que fosse utilizada como escola⁵⁰, deixemos que o governador do Mato Grosso descreva esse estabelecimento de ensino:

A instrução publica primaria é ministrada, ali, em uma escola mixta, que iá se acha bem installada em edificio mandado construir especialmente para esse fim. Essa escola foi inaugurada em 1.º de Maio do anno findo, com 48 alumnos, e no fim do anno a matricula a accusava 56 alumnos, o que é, para um logar de população reduzida e que até ha pouco era tido como a ante-camara da morte, um numero bastante animador. Esta escola, porem não satisfaz as necessidades do ensino primario em tão vasta região e de população tão disseminada.⁵¹

⁴⁸ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques* Presidente do Estado Á Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinaria da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, p. 51.

⁴⁹ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques* Presidente do Estado Á Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinaria da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, p. 51.

⁵⁰ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques* Presidente do Estado Á Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinaria da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, p. 46.

⁵¹ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques* Presidente do Estado Á Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinaria da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, p. 53.



A presença da autoridade pública, segundo o governador do Mato Grosso, Costa Marques, inibiu o banditismo antes reinante naquele local, que justificava o apelido dado à vila de “Calábria Brasileira”.⁵²

Ademais, na desorganização inicial em que foi envolvida a pequena vila, em função da súbita e volumosa massa de homens de todas as procedências, a partir de 1907 nela foram se instalar a improvisação. Devido ao imperante estado de desordens em que vivia a vila naqueles primeiros anos de construção da Madeira-Mamoré, aqueles flagrados em delito, brigas, assassinatos; roubos eram presos aos pés por correntes, pois inexistia ali uma cadeia pública. Posteriormente, foi utilizada uma casa para servir de cadeia. Mas, sendo inadequado o prédio para esse fim e estando em péssimo estado de conservação, foi reformado e adaptado para servir de cárcere, achando-se já em 1914 em pleno funcionamento.⁵³

Após as providências tomadas com relação à epidemia de 1911, continuaram as iniciativas tendentes ao saneamento daquela vila. Pretendia-se mesmo a administração municipal mudar o local da vila para outro lugar, com melhores condições de manutenção do saneamento e do ordenamento urbano.

Decorre disso que a existência de uma Nova Santo Antonio, diversamente da velha seria planejada dentro de padrões de racionalidade, transformando a antiga em mera periferia e porto. Já em 1912, quando foram instaladas a comarca e o município de Santo Antonio, houve a posse das autoridades municipais.

Nesse contexto, o ato ocorreu em um local de Vila Nova. Disso, indagamos saber: Qual seria a povoação? Informa o relatório que Vila Nova, local escolhido pelo anterior delegado fiscal do Mato Grosso não era adequado porque era tão insalubre quanto o antigo povoado e “[...] fica para cima do porto em local inacessível pelas embarcações [...]”⁵⁴, ou seja, ficava a montante do rio Madeira e nas proximidades de Santo Antonio. Afirma em seguida o documento que, provisoriamente, a comarca e a municipalidade seriam instaladas em casas particulares, alugadas, ficando pelos motivos alegados o

⁵² MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques* Presidente do Estado À Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinária da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, p. 52.

⁵³ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques* Presidente do Estado À Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinária da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, p. 53.

⁵⁴ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo [...] À Assembléa Legislativa do Mato Grosso [...] 13 de Maio de 1912, p. 53.*



delegado fiscal autorizar a buscar delas em um outro local, para assim construir edifícios públicos que abrigassem a esses órgãos, ou ainda o fizesse em Santo Antonio.

Ao que tudo indica, essa não foi a opinião do primeiro superintendente daquele município, Joaquim Tanajura. Promoveu esse superintendente uma modificação bastante importante para a sanidade da vila e, salvo engano, nunca mencionada na literatura pertinente. Em outras palavras, é que Tanajura transferiu o núcleo da vila para uma situação mais salubre, cerca de cinquenta metros acima do rio e a quinhentos metros de sua margem. Nesse novo local, o terreno alto facilitava o escoamento das águas, dificultando a proliferação dos anofelinos transmissores da malária, a pior endemia da região. Além disso, promoveu-se o arruamento observando a simetria e largura conveniente, onde iniciaram por construir prédios públicos e particulares, aos quais a municipalidade estimulou a construí-los naquele local, concedendo favores especiais.⁵⁵

Apesar de todo esse empenho em transformar Santo Antonio em um local habitável, observamos a antevisão inconformada do destino dessa vila por parte do então governador do Mato Grosso. Destino esse que o governante vincula, com clarividência, à vizinha rival, Porto Velho, senão vejamos:

O que tem embaraçado o mais rapido desenvolvimento da villa de Santo Antonio do Rio Madeira, nestes ultimos tempos em que o pavor pela sua tão fallada e exagerada insalubridade vae desaparecendo por completo ante a real melhoria de todas as suas condições sanitárias - é a proximidade de Porto Velho, cidade edificada pela Empresa Madeira-Mamoré, com todas as exigencias da hygiene e para servir de porto à mesma estrada.⁵⁶

Atribui as vantagens de Porto Velho não somente à iniciativa da Madeira & Mamoré Railway em sanear o local, mas também a certos benefícios a ela concedidos pelo governo.

Em síntese, Santo Antonio não contava com uma mesa de rendas e uma agência dos correios, por falta de iniciativa da União, e a população deslocava-se para Porto Velho quando necessitava de serviços postais. Além disso, destaca-se aqui que o controle exercido sobre a população pela ferrovia naquele local era demasiado, mas reconhecia-se

⁵⁵ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado* À Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinaria da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, pp. 52-53.

⁵⁶ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado* À Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinaria da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, pp. 52-53.



ser Porto Velho mais atraente do que Santo Antonio do Rio Madeira que, para não ser vencida, deverá aparelhar-se dos confortos oferecidos pela sua rival:

Essa futura cidade tem tido favores especiaes da União e nella se fez um trabalho perfeito de saneamento, de modo que, não obstante as exigencias, ás vezes demasiado rigorosas, feitas ao seus habitantes, ella constitue um ponto de attracção muito mais poderoso que Santo Antonio do Rio Madeira que, para não ser completamente vencida nessa lueta necessita que lhe façamos todos os benefícios aparelhando-a de tal forma, que possa resistir á sua rival.⁵⁷

Eis, então, apresentado com clareza que a incipiente povoação iniciada em Porto Velho, isto é, por causa do que a empresa Madeira-Mamoré poderia oferecer ao que se referem aos maiores atrativos para a população local. Assim, apresenta-se o projeto de modernização de Santo Antonio como de importância capital. Essa tarefa justifica-se, pois é aquele o único porto do Mato Grosso no rio Madeira com acesso para grande parte da produção extrativa daquele estado.⁵⁸

Baldias intenções, a povoação teve uma vida curta, pouco mais ou menos setenta anos. Em outras palavras, é percebido que ela originou-se das transformações pelas quais passou-se no rio Madeira, na segunda metade do século XIX. Refletiu em sua origem desenvolvimento e queda, as ambiguidades profundas do processo de modernização em ambiente socialmente arcaico.

Nesse sentido, as ambiguidades se refletem na própria percepção dos historiadores. Primeiramente, sua origem foi navegação ou ferrovia? Em segundo lugar, sua jurisdição: Mato Grosso ou Amazonas? Por muito tempo não soube a quem pertencia. Quando do surgimento de Porto Velho a vila opõe-se, inicialmente, como reduto da barbárie, à modernidade ferroviária da nova povoação. Poderia se dizer que foi também a portadora de outra modernidade, a navegação a vapor. Mas isso não seria verdade, sua expressão fixa se encontrava fora dela, nas oficinas e administração das empresas fluviais em Belém e Manaus. Ambiguidade também representada pela existência de dois portos em seu espaço: um deles recebia os vapores (modernidade), outro as ubás (arcaísmo), embarcações encavadas em um tronco de árvore e movida pelos remeiros indígenas.

⁵⁷ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado* À Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinaria da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, pp. 52-53.

⁵⁸ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado* À Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinaria da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, pp. 52-53.



Compunha Santo Antonio, perfeitamente, o quadro da urbanização amazônica no surto gumífero. É necessário colocar em relevo aqui que apenas Belém e Manaus eram cidades que expressavam a modernidade na Amazônia. A elas, juntava-se Porto Velho, ou melhor, seu pátio ferroviário apenas, que foi confundido com a “cidade”. De resto, durante o surto gumífero, as povoações interioranas da Amazônia expressavam inequivocamente o arcaico, com raras exceções tópicas e lampejos de modernidade aqui e ali.

Por sua vez, no alto Madeira, o sistema do aviamento não necessitava delas crescidas e dinâmicas, como era o interesse do capitalismo. Assim, não se transformaram em grandes cidades comerciais, no máximo foram entrepostos de mercadorias. No lugar de modernos portos, havia as barrancas de rio, conhecidas pelo mesmo nome. No alto Madeira, os estabelecimentos rurais à sua volta concentravam suas operações diretamente nas casas aviadoras de Belém e Manaus.

Com exceção de um parco comércio nas povoações da parte baixa do rio, havia ainda o comércio que absorvia a pequena produção gumífera, justamente na área pobre em seringueira, cuja pífia produção não interessava ao aviador das duas grandes metrópoles. É que casas comerciais compravam, trocavam por aviamentos ou vendiam em consignação por comissão a pequena produção dos sítios ao redor. A exemplo de consulta, veremos nos jornais do rio Madeira no século XIX os anúncios desse pequeno comércio local em povoações como Borba e Manicoré.

Nos anos seguintes Santo Antonio foi diminuindo. A concorrência da vizinha Porto Velho e a queda das exportações da goma elástica puseram-na à míngua. O sentimento de desânimo dominava, contrastando muito com a quase exultação nos destinos da povoação proclamada nos anos de 1910 a 1914. No seu relatório de 1922, declara o governador: “A indústria extractiva da borracha acha-se nas mais penosas condições, não havendo probabilidades de melhorar.”⁵⁹ Acusa o governador do estado que a Delegacia Fiscal do Norte arrecadou em 1910 3.041:075\$015, em 1915⁶⁰ recolheu em impostos o valor de 1.800:200\$827 e em 1921 pouco mais de 550:000\$000.⁶¹ Sendo

⁵⁹ COSTA, Pedro Celestino Corrêa da. Mato Grosso. Presidente do Estado. *Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa*, ao instalar-se a sua 2a. sessão ordinaria da 12a. legislatura, em 13 de maio de 1922, pelo coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, Presidente do Estado. Cuiabá: Typographia Official, 1922, p. 57.

⁶⁰ COSTA, Pedro Celestino Corrêa da. Mato Grosso. Presidente do Estado. *Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa*, ao instalar-se a sua 2a. sessão ordinaria da 12a. legislatura, em 13 de maio de 1922, pelo coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, Presidente do Estado, 1922, p. 51.

⁶¹ COSTA, Pedro Celestino Corrêa da. Mato Grosso. Presidente do Estado. *Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa*, ao instalar-se a sua 2a. sessão ordinaria da 12a. legislatura, em 13 de maio de 1922, pelo coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, Presidente do Estado, 1922, p. 51.



assim, cogitava em reduzir a Delegacia Fiscal do Norte em simples coletoria, concedendo à Madeira-Mamoré a tarefa de recolher os impostos para o estado.⁶² Devemos, porém, registrar que, até o ano de 1930 esse intento não havia se concretizado.

Resultado do abandono, em 1940 foram recenseadas na vila apenas 58 habitantes, um domicílio de alvenaria e dezessete de madeira.⁶³ Foi finalmente absorvida por Porto Velho quando da criação do Território Federal do Guaporé (1943). Destaca-se também que dos quatro municípios existentes: Porto Velho, Santo Antonio do Rio Madeira (Alto Madeira), Guajará-Mirim e Lábrea, meses depois Lábrea retornou à jurisdição do Amazonas e Santo Antonio foi absorvido por Porto Velho (1945) por absoluta incapacidade de existência autônoma de sua sede. Santo Antonio, que começou como uma localidade do Mato Grosso ocupada pelo Amazonas, terminou como um bairro da capital do Território do Guaporé.

Data de submissão: 26/08/2020

Data de aceite: 24/10/2020

⁶² COSTA, Pedro Celestino Corrêa da. Mato Grosso. Presidente do Estado. *Mensagem dirigida à Assembléa Legislativa*, ao instalar-se a sua 2a. sessão ordinária da 12a. legislatura, em 13 de maio de 1922, pelo coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, Presidente do Estado, 1922, p. 53.

⁶³ IBGE - Serviço Nacional de Recenseamento. Série Regional. Parte XXII - Mato Grosso – 1940. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952. Recenseamento Geral do Brasil. [1o. de Setembro de 1940]. Série Regional. Parte XXII - Mato Grosso. Censo Demográfico. População e Habitação. Censos Econômicos Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços, p. 138.



Referências: fontes e bibliografias consultadas

ABREU, José Coelho da Gama (Barão de Marajó). **As regiões amazônicas: estudos corográficos dos Estados do Gram Pará e Amazonas**. 2. ed. Coleção Lendo o Pará, volume 12. Belém: SECULT, 1992.

Almanach do Amazonas historico, administrativo, commercial, estatistico e litterario 1884. Manaus: Typographia do Amazonas, 1884.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **O vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatística, produções, comércio, questões fiscais do valle do Amazonas**. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1975.

COSTA, Antonio Corrêa da. **Mensagem do Presidente do Estado de Matto-Grosso Dr. Antonio Corrêa da Costa Á Assembléa Legislativa em sua 2a. Sessão Ordinaria aberta em 1o. de Fevereiro de 1897**. Cuyabá: Typographia do Estado, 1897.

COSTA, Pedro Celestino Corrêa da. Mato Grosso. Presidente do Estado. **Mensagem dirigida Á Assembléa Legislativa**, ao installar-se a sua 2a. sessão ordinaria da 12a. legislatura, em 13 de maio de 1922, pelo coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, Presidente do Estado. Cuiabá: Typographia Official, 1922.

COSTA, Pedro Celestino Corrêa da. **Mensagem dirigida pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa 1o. Vice-Presidente do Estado**, ... Ao installar-se a 1. Sessão da 8. Legislatura em 13 de Maio de 1909. Cuyabá: Typographia Official, 1909.

CRAIG, Neville B. **Estrada de Ferro Madeira Mamoré: história trágica de uma expedição**. São Paulo: Nacional, 1947.

CUÉLLAR, Juan Bautista Coimbra, (1877-1942). **Siringa: memorias de un colonizador del Beni**. La Paz: Cruz del Sur, 1946.

FONSECA, Dante Ribeiro da. **In idem flumen: as povoações do rio Madeira e a origem de Porto Velho** (século XVIII ao XX). Porto Velho: Nova Rondoniana, 2017.

FONSECA, João Severiano da. **Viagem ao Redor do Brasil (1875-1878)**. Volume 2. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1881.

GONDIM, Joaquim (da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais). **Através do Amazonas: impressões de viagens realizadas em 1921**. Manaus: Typographia Cá e Lá, 1922.

IBGE - Serviço Nacional de Recenseamento. Série Regional. Parte XXII - Mato Grosso – 1940. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952. Recenseamento Geral do Brasil. [1o. de Setembro de 1940]. Série Regional. Parte XXII - Mato Grosso. Censo Demográfico. População e Habitação. Censos Econômicos Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços.

LEVERGER, Augusto João Manuel (barão de Melgaço). **Relatorio do vice-presidente da provincia de Matto-Grosso**, chefe da esquadra, Augusto Leverger, na abertura da



sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 17 de outubro de 1865. Cuiabá: Typographia Souza Neves, 1865.

LOBATO FILHO (Gal.). **Avançai para o Jamarí** (a comissão Rondon nas selvas do Alto Madeira). Rio de Janeiro: s/ed., 1957.

MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. **Mensagem dirigida [...] Á Assembléa Legislativa ao instalar-se a 3a. sessão ordinária da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1914.** Cuyaba: Typographia Official, 1914.

MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. **Mensagem dirigida pelo [...] Á Assembléa Legislativa do Mato Grosso [...] 13 de Maio de 1912.** Cuyaba: Typographia Official, 1912.

MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. **Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado Á Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinária da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913.** Cuyaba: Typographia Official, 1913.

PEDROSA, João José. **Relatorio com que o exm. snr. dr. João José Pedrosa, presidente da provincia de Matto-Grosso,** abriu a 2a sessão da 22a legislatura da respectiva Assembléa em 1o de outubro. Cuiabá: Typographia do Liberal, 1878.

PONCE, Generoso Pais Leme de Sousa. **Mensagem dirigida à Assembléa Legislativa do Estado de Mato Grosso pelo 1º vice-presidente coronel Generoso ...** Ponce, Presidente do Estado, ao instalar-se a 3ª sessão da 7ª legislatura em 13 de maio de 1908. Cuiabá, s.n.t., s.d.

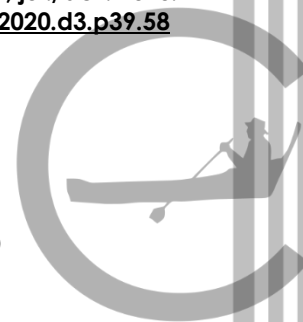
SILVA, Bernardo da Costa e. **Viagens ao sertão do Amazonas: do Pará à costa do mar Pacífico pelo Amazonas, Bolívia e Peru.** Porto: s/ed., 1891.

TOLEDO, Annibal. **Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa e lida na abertura da 1a. Sessão Ordinária de sua 15a. Legislatura. [13 de Maio de 1930 -Dr. Annibal Toledo. Presidente do Estado de Matto-Grosso].** Cuiabá: Typographia Official, 1930.



SENTIDOS COLONIZADOS: A ZONA SUL DE PORTO VELHO NA REDEMOCRATIZAÇÃO NACIONAL

COLONIZED MEANINGS: THE SOUTHERN ZONE OF PORTO VELHO IN NATIONAL REDEMOCRATIZATION



Aleandro Gonçalves Leite¹

Resumo

A presente análise se propõe a compreender a formação da periferia de Porto Velho, a partir dos sentidos produzidos discursivamente pela imprensa, e sua relação com a reabertura política nacional em meados da década de 1980. Para tal, a análise se deu sobre os discursos veiculados na forma de notícias, colunas de opinião, editoriais e anúncios comerciais no jornal Alto Madeira, principal periódico em circulação na época. Partindo da perspectiva da Análise de Discurso, os mecanismos de enunciação que pretendiam, na imprensa, referenciar os acontecimentos do processo de expansão urbana da capital rondoniense, constituem-se como elementos formativos daquilo que se passaria a entender como Zona Sul de Porto Velho, bem como dos sentidos fixados pela redemocratização.

Palavras-chave: Discurso; imprensa; Porto Velho.

Abstract

The present analysis proposes to understand the formation of the periphery of Porto Velho, from the meanings produced discursively by the press, and its relationship with the national political reopening in the mid-1980s. For this, the analysis took place on the speeches broadcast in the form of news, opinion columns, editorials and commercial served in the newspaper Alto Madeira, the main periodical in circulation at the time. From the perspective of Discourse Analysis, the enunciation mechanisms that were intended, in the press, to reference the events of the urban expansion process of the capital of Rondônia, are constitutive elements of what would be understood as the South Zone of Porto Velho, as well as the meanings fixed by redemocratization.

Keywords: Speeches; press; Porto Velho.

¹ Mestre em História e Estudos Culturais- UNIR

Introdução

O processo de formação da periferia portovelhense esteve, em todo o seu curso, amplamente noticiado nos jornais locais, que exerceram uma importante pressão no cerne das disputas políticas que estavam também em jogo nas disputas territoriais. A palavra “invasão”², por exemplo, se tornou, principalmente no jornal *Alto Madeira*, uma recorrente chamada para se referir à expansão urbana pela qual passava Porto Velho.

As práticas da linguagem e os usos do veículo jornalístico para retratar esse processo promoveram, das mais variadas formas, uma ampla discussão – entre os próprios jornalistas, representantes do poder público e a população – quanto ao uso e ocupação do solo urbano. Por meio dessa discussão presente nos jornais, principalmente nas vezes em que a mesma aparecia sob a forma de notícia, propaganda ou editorial, é que se pretende compreender a mobilidade e a produção de significados para a formação periférica que acompanharam a redemocratização política. Nesse caso, o jornal *Alto Madeira* – jornal de maior circulação e influência do período – constitui a maior parcela do *corpus* desse trabalho, pois agiu como elemento conjunto a esse processo formativo, capitalizando negócios fundiários e silenciando sentidos negociados.

Segundo Paola Conceição Foroni, o grupo Tourinho (formado por uma família de ex-seringalistas) havia adquirido, junto aos Diários Associados Assis Chateaubriand, os direitos sobre o jornal *Alto Madeira* na aurora da década de 1980. Completando, com o periódico, a sua trinca protagonista de investimentos formais em Porto Velho, que já contava com empreendimentos imobiliários e com a gestão de seguros.³ Três investimentos que tornariam o jornal o principal veículo do projeto de capitalização fundiária na cidade.

O início da formação da atual zona sul da capital do estado de Rondônia, possibilitou uma construção discursiva que agremiava as demandas habitacionais em duas

² Ao longo dessa análise, a palavra “invasão” poderá ser encontrada de forma recorrente para se referir a movimentos diversos de ocupação urbana nos momentos em que a demanda por moradia e a grande quantidade de espaços ociosos se encontraram. Esse é apenas um dos muitos sentidos “cristalizados” pelo jornal para a referência cotidiana desses movimentos. Apesar de julgar que o termo “ocupação” seria, conceitualmente, o mais adequado para se referir a esse tipo de processo, não é o objetivo desse trabalho a disputa por essa adequação com o jornal, mas sim a compreensão do efeito de sentido provocado por esse e outros termos referenciais. Sendo assim, a utilização, ao longo da análise, de termos como “invasão”, “ocupações irregulares”, “caos social” ou “indústria da invasão” devem ser tomados não como uma incorporação do esforço depreciativo do jornal para se referir aos movimentos de ocupação urbana, mas como uma tentativa de reproduzir o passo-a-passo da construção discursiva do *Alto Madeira* para a periferia de Porto Velho.

³ FORONI, Paola Conceição. *Jorge Teixeira, o primeiro governador do Estado de Rondônia: imprensa e cordialidade (1979-1982)*. Dissertação de mestrado, História e Estudos Culturais, NCH, Universidade Federal de Rondônia, 2014.



esferas de atuação: de um lado, os poderes constituídos lideravam as ações de crescimento urbano racional, fazendo parcerias com o BNH, elaborando estratégias com a recém-criada Companhia Habitacional de Rondônia (COHAB) e, principalmente, com a iniciativa privada; por outro lado, liderados pelo que o jornal chamava de “baderneiros aproveitadores”⁴, a grande massa de desabrigados buscava soluções mais imediatas para suas demandas, invadindo propriedades privadas e pressionando a prefeitura para reconhecer a posse legítima dessas áreas.

Como sustentação conceitual, compreende-se por formação social o espaço em que se constroem os lugares empíricos/institucionais que determinam as imagens que os interlocutores de um discurso atribuem a si e ao outro. “Assim, a imagem do jornalista, por exemplo, já está determinada pelo lugar empírico a ele atribuído por uma determinada formação social”.⁵ Compreende-se, dessa forma, que as notícias, as colunas de opinião, os editoriais e até mesmo os “classificados”, veiculados pelo jornal *Alto Madeira*, estavam: condicionados a uma dada formação social, realizados por um dispositivo ideológico e materializados nas formações discursivas, da qual eram sujeitos.

Dentre os elementos que convergem para a compreensão do discurso jornalístico, está, ainda, o caráter seriado do fluxo de significação e ressignificação das suas formas de construção discursiva. Estes seriam alternados com intervalos de instabilidade interpretativa, algo que o filósofo Michel Pêcheux chamou de “pontos de deriva”⁶, que seriam justamente os pontos de descrição serial. No ponto de inflexão dos sentidos (na sucessão dos elementos sintático-lexicais que os determina) repousa a oferta de lugar à interpretação.

O trabalho ao qual se propõe a Análise de Discurso se dá nesse espaço, onde os elos instáveis entre a assimilação e a construção de um determinado sentido possibilitam que os “momentos de interpretação” demonstrem seus efeitos de identificação. Os objetos seriados que constituem uma determinada formação discursiva deslocam a busca do analista de discurso por um fazer sentido historicamente construído, em que os gestos de interpretação fazem o preenchimento “subjetivo” de validação do senso de objetividade das evidências. Esse “momento interpretativo” dos enunciados aponta para

⁴ BIBLIOTECA NACIONAL, Indústria de invasão. *Jornal Alto Madeira*. Porto Velho, p. 02, 10 de mai. de 1984.

⁵ GRIGOLETTO, Evandra. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: *A Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Clara Luz, 2007, p. 04.

⁶ PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Orlandi Puccinelli. Campinas, SP: Pontes, 1990, p. 53.



a polissemia dos nexos linguísticos, em que ocorre a possibilidade de uma determinada sentença “é preto!” se sustentar pelo simples fato de não ser branco. E nesse caso, são sentidos dispostos pela ausência de outros, que não foram eleitos para a sustentação dos pontos de deriva entre uma série e outra, constituindo, por meio de palavras, imagens ou narrativas, uma pluralidade contraditória e turva de filiações históricas.

Sendo assim, partindo dessa perspectiva, as questões levantadas nessa breve reflexão buscam a compreensão discursiva sobre a periferia de Porto Velho nos moldes enunciativos e nos arquétipos performáticos elaborados pelo jornal para a narrativa seriada desse processo. O recorte temporal (1984-1987) situa-se justamente pela mobilidade simultânea que adquiriram alguns sentidos canalizados pela(s) novidade(s) do advento democrático. Ou seja, confluíam, nesse período, as heranças e marcas dos governos militares junto às novas disposições do processo de reabertura democrática, tornando vizinhos sentidos e moradores até então separados.

A colonização do sentido social

Em novembro de 1984, o “Conjunto Floresta” (ou “Cohab Floresta”, como passou a ser chamado nos anos posteriores), em sua primeira fase, contava com 494 residências populares, que haviam sido sorteadas em um grande evento público no estádio Aluizio Ferreira.

No auge de seu funcionamento em 1984, houve a inauguração da 1ª (primeira) etapa de casas predominantemente para classe social menos favorecida, isto é, nessa primeira etapa, a Cohab, sob direção de Waldison Cruz, fez questão que todas as casas fossem sorteadas publicamente, inaugurando uma nova era no sistema habitação no estado, com habitações com 37,10m² de área construída, distribuídos em 01 sala de estar/jantar, 02 dormitórios, 01 banheiro social e 01 cozinha e, lotes vazios que permitiriam ampliação futura dessas casas.⁷

O fator determinante na construção do Conjunto Floresta está em sua localização. Apenas a atual rua Anari⁸ o separava das áreas que há meses estavam em litígio no Jardim Eldorado. Além disso, é importante lembrar que, avançando um pouco mais além do conjunto, estavam os bairros Irã-Iraque, Caladinho e Malvinas, todos resultantes de invasões e que continuavam a aumentar em extensão e volume. Com isso, o Conjunto

⁷ ANDRADE, Roberto Carlos Oliveira de. *O uso e ocupação do solo urbano: uma análise sobre o bairro Cohab*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2012, pp. 8-9.

⁸ FAU/USP - FUPAM. *Plano Diretor*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e Fundação para Pesquisa Ambiental. Porto Velho. 2008.



Floresta estava sendo instalado bem no meio de uma grande zona de conflitos fundiários, com o fim de amenizar o déficit habitacional e retomar a tentativa de urbanização capitalizada.

Na compreensão dos sentidos que agiram nesse processo formativo, não se pode ignorar que esse destino (endereço) dado ao novo conjunto constitui-se como um movimento de defesa do valor de mercado do solo urbano em Porto Velho. O empreendimento, financiado com recursos do BNH, foi construído a aproximadamente 12 quilômetros do centro da cidade e narrado como a grande solução para os problemas habitacionais da população.

No relatório, Waldison Cruz ressalta o acerto do ex-governador Jorge Teixeira em criar a companhia, que, inicialmente, substituiu a falida Codaron na administração dos diversos conjuntos no interior do Estado. Logo após, a Cohab iniciou a projeção de construção de residências, beneficiando principalmente Porto Velho, por ser a capital e ter o maior déficit do Estado neste setor, em decorrência de concentrar o maior número de migrantes. (...) Mais recentemente, a companhia entregou 494 casas à população portovelhense em sorteio público realizado no Estádio Aluizio Ferreira.⁹

Tendo representado um salto para a segurança e amenização do déficit habitacional, a construção do Conjunto Floresta também estabelecia, no discurso do jornal *Alto Madeira*, uma distorção imagética nos parâmetros de comparação entre as invasões e os usos capitalizados do solo urbano. Não apenas pela distopia estrutural, sanitária e visual, que indubitavelmente agia na distorção enunciativa sobre os dois espaços. Mas o principal elemento, forjado na duplicação antagônica do modelo habitacional para a zona sul da cidade, era o “fator social”, que distinguiria os visíveis benefícios de um projeto habitacional regular dos desastres oriundos das invasões.

Essa distopia discursiva agregava, principalmente, os elementos visuais que eram evocados pelo texto narrativo próprio às notícias sobre cada um desses espaços. Os vizinhos, Jardim Eldorado e Conjunto Floresta, eram narrados como um microcosmos de todo o processo que envolvia o uso e ocupação do solo urbano de Porto Velho. Com isso, para a segunda metade da década, se tornaram os moldes enunciativos para o “gênero” de ocupação urbana que ambos representavam.

O fator primário de distinção era determinado pela “baixa renda”. As pessoas que participavam das invasões, nesse período, majoritariamente não possuíam nem mesmo

⁹ BIBLIOTECA NACIONAL, Relatório mostra a situação da COHAB. Jornal *Alto Madeira*. Porto Velho, p. 03, 13 de jun. de 1985.



uma “baixa renda”, e a parcela daqueles que possuíam, também era eliminada por não conseguir comprovar, uma vez que os trabalhos informais incorporavam a maior parte dessa mão de obra flutuante de baixo custo.¹⁰ “É que a Cohab, que constrói casas em que cabe mal um casal para família de baixa renda e cobra preços que ninguém tem condições de pagar”.¹¹ A declaração, dada ao jornal *Alto Madeira*, feita por um dos participantes de uma nova etapa de invasões no Jardim Eldorado em 1985, acusava a Cohab de ser “o único responsável pelas invasões e problemas sociais consequentes”.

O sentido de “social”, replicado como motor do compromisso do poder público com o financiamento de projetos habitacionais como o Conjunto Floresta e o Marechal Rondon, sofreu um deslocamento em sua função discursiva, possibilitando-se também aos empreendimentos da iniciativa privada. Em fevereiro de 1985, em pleno calor do mercado imobiliário, a notícia de um novo conjunto habitacional (chamado “4 de janeiro”) reafirmava esse compromisso do empresariado, e, em segundo plano, reagrupava os membros do Partido Democrático Social (PDS) na linha de frente dos projetos de capitalização territorial.

Porto Velho acaba de ser contemplada com mais 258 habitações populares, a partir da inauguração de mais uma etapa do projeto idealizado pela EGO, Empresa de Obras, no Conjunto 4 de Janeiro. Com isso, ameniza-se mais um pouco o crucial problema habitacional que Porto Velho hoje enfrenta. Na verdade, com mais estas unidades entregues aos novos mutuários, o evento perde substancialmente seus contornos puramente empresariais e assume características de benefícios sociais à comunidade. O empresário Chagas Neto, diretor da EGO, destacou na oportunidade que “estamos cumprindo apenas mais uma etapa de trabalho. Até maio iremos entregar mais 336 unidades habitacionais e ainda em março a empresa iniciará a construção de mais 1300 casas”. Chagas Neto frisou que “é claro que somos uma empresa, mas estamos permanentemente preocupados com os benefícios sociais que o nosso trabalho pode representar para a comunidade de Porto Velho. Por isso a nossa satisfação de hoje em entregarmos essas habitações, desejando que todos sejam muito felizes a partir desse momento em que realizam o sonho da casa própria”.¹²

¹⁰ FAU/USP - FUPAM. *Plano Diretor*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e Fundação para Pesquisa Ambiental. Porto Velho. 1990.

¹¹ BIBLIOTECA NACIONAL, 3 mil famílias invadem lotes no Eldorado. *Jornal Alto Madeira*. Porto Velho, p. 01, 23 de mai. de 1985.

¹² BIBLIOTECA NACIONAL, Problema habitacional diminui, EGO entrega mais 258 casas. *Jornal Alto Madeira*. Porto Velho, p. 06, 14 de fev. de 1985.



O Conjunto 4 de Janeiro, construído próximo ao Marechal Rondon, somava-se à escalada da proteção aos investimentos imobiliários. Mas o termo chave, para a consolidação legítima do Estado como protetor do capital, está na assunção do investimento como detentor dos “benefícios sociais” em detrimento daquilo que o empresário chama de “perda” dos “contornos puramente empresariais” (Ibidem). Mesmo mantendo sua margem de lucro, a proteção policial e a garantia de financiamento da Caixa Econômica Federal aos compradores do seu produto, Chagas Neto despia o seu investimento do caráter especulativo e previamente capitalizado que revestem projetos dessa natureza. Trocando-o, dessa forma, por um perfil popular, que atendia às demandas sociais da cidade e satisfazia não apenas o seu interesse como empresário, mas ao interesse coletivo da população.

No *Alto Madeira*, a colonização do “social”, como o sentido para o qual caminhavam juntos o poder público e o mercado imobiliário, deixava rastros de notoriedade para a demarcação territorial da disputa sobre o déficit habitacional entre o Partido Democrático Social (PDS) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro PMDB, que após 1985 se inverteriam entre governo e oposição. Para a inauguração dessas 258 unidades habitacionais, estiveram presentes, segundo a reportagem, o governador Jorge Teixeira, o prefeito Sebastião Valladares, o senador Odacir Soares, o deputado Heitor Costa e outros não nominados no texto. Todos do alto escalão do PDS em Rondônia. A notícia trazia ainda o sentido social nas palavras do próprio governador, que apontava para Chagas Neto mais como um idealista do que como empresário: “Desde o início acreditei no trabalho idealizado pelo empresário Chagas Neto. E hoje vejo os resultados, especialmente na área social”. Essa aparente socialização da riqueza que envolvia esse tipo de investimento, pronunciada pelo próprio governador do estado, não poderia significar outra coisa a não ser uma parceria mútua pela plena resolução do déficit habitacional.

Essa fusão, em torno do social como sentido doméstico, denota um apagamento empenhado sobre o ciclo da própria economia capitalista que envolvia a construção desses conjuntos habitacionais. Em outro lugar além do discurso, isso sequer seria possível. No discurso, a evidência dos sentidos “apaga o seu caráter material, isto é, faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam com uma dominante”¹³. A formação discursiva dominante,

¹³ ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de Discurso. Princípios e Procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2001, p. 46.



que transparecia o sentido social de um empreendimento imobiliário como o 4 de janeiro, consubstanciava a capitalização fundiária como bandeira de um compromisso habitacional com a população e não com a garantia de lucro com aquela obra.

Enquanto o Conjunto 4 de Janeiro (na região ao norte da cidade) era gradativamente ocupado pelos mutuários, do outro lado da periferia em formação, naquela que estava se transformando na “zona sul” portovelhense, a COHAB preparava-se para entregar mais 494 casas no Conjunto Floresta. O social, como cor predominante nos tons das referências do *Alto Madeira* ao sucesso que representava aquele modelo de ocupação urbana no combate ao problema habitacional da cidade, era evocado pelas notícias que, de forma seriada, narravam periodicamente os passos que os contemplados deveriam dar para conseguirem entrar nas residências.

O presidente da Cohab-RO (Companhia de Habitação Popular de Rondônia), Waldilson Cruz, informou ontem que já estão sendo realizados os trabalhos de seleção e reclassificação das pessoas contempladas com a casa própria, no último sorteio da Cohab. De acordo com Waldilson Cruz, após o sorteio foi iniciado um trabalho de eliminação, que visa identificar pessoas que prestaram falsas declarações à Cohab. – Nós estamos dando um prazo de 72 horas para que os 494 ganhadores de casas no Conjunto Habitacional Floresta apresentem os documentos exigidos pela Cohab, (...). Waldilson explicou, ainda, que dentro destas 72 horas, funcionários da Cohab estarão visitando “in loco”, os ganhadores de casa própria para confirmar tais declarações. Enquanto isso, a Companhia de Habitação continua recebendo – e investigando – denúncias relativas às pessoas que tem casa ou moram em conjunto habitacional, e que tiveram seus nomes incluídos na listagem do computador.¹⁴

A força de coerção burocrática, demonstrada nas 72 horas de prazo para a entrega dos documentos, determinava aos mutuários um estado de autovigilância quanto à fidelidade e veracidade das declarações prestadas. Essas declarações faziam parte de um esquema sistemático de proteção aos imóveis da companhia, principalmente contra quem já possuísse outro lote ou casa na cidade.

Além de eliminar os possíveis aproveitadores, a prescrição sucessiva de vigilância também agregava uma espécie de investigação comunitária, em que, além da averiguação dos fiscais da companhia, a proteção aos imóveis também contava com a auto investigação dos próprios contemplados sobre os contemplados que estivessem em situação irregular nos parâmetros do contrato com a COHAB.

¹⁴ BIBLIOTECA NACIONAL, COHAB fará sorteio interno para preencher novas vagas. *Jornal Alto Madeira*. Porto Velho, p. 03, 19 de mar. de 1985.



É importante lembrar que, em relação ao custeio das unidades habitacionais, a COHAB, em sua natureza econômica, funcionava como uma sociedade de economia mista. Sendo o governo do estado de Rondônia o detentor de 99,75% do capital empreendido, cabia-lhe a plena administração sobre os critérios de seleção dos mutuários, que, ao pagar as parcelas determinadas pelos agentes financeiros do BNH, se tornavam sócios da companhia com 0,25% das ações.¹⁵ O regime participativo dos futuros moradores do Conjunto Floresta garantia ao estado, acionista majoritário, o poder de gerenciamento financeiro (na prática, o cobrador legal) aos beneficiários. Podendo, por exemplo, reaver a residência e romper o contrato entre a companhia e o mutuário caso as informações prestadas pelo mesmo não fossem confirmadas pelos fiscais.

Apesar de o Conjunto Floresta, com o financiamento participativo entre a COHAB e os moradores, ter atendido às demandas de proteção ao uso e ocupação do solo urbano e de atração de investimentos do mercado imobiliário para aquela região da cidade, o sentido social havia sido colonizado pelos discursos que construía a referência das necessidades a serem atendidas por aquele novo bairro. A partir de 1989, o Conjunto Floresta passou a ser chamado simplesmente chamado de Cohab, agregando a segunda e terceira etapas de construção das moradias populares e áreas adjacentes já ocupadas de forma irregular (como uma parte dos bairros Gurgel e Risoleta Neves). A cristalização do sentido social que possuía o empreendimento inicial, ao se consolidar como a solução racional ao caos das invasões, fixou no imaginário portovelhense o Bairro Cohab como o real atendimento a uma demanda social.

Em fevereiro de 1985, para atender a demanda social, a Companhia de Habitação de Rondônia – COHAB, entregou a 1ª etapa de um conjunto de casas residenciais populares recém-construídas (491), na Zona Sul, para famílias de baixa renda, recebendo as chaves da primeira casa, Maria Carolina Holanda, das mãos do governador Jorge Teixeira. Em outras etapas foram edificadas novas casas, totalizando cerca de 2.000, consolidando, assim, a formação do bairro que recebeu o nome de COHAB, herdado da Companhia de Habitação.¹⁶

A descrição de Yêdda Borzacov aponta para o centro do processo de produção discursiva sobre o sentido que possuiria a construção do Conjunto Floresta. E reflete o

¹⁵ ANDRADE, Roberto Carlos Oliveira de. *O uso e ocupação do solo urbano: uma análise sobre o bairro Cohab*.

¹⁶ BORZACOV, Yêdda Pinheiro. *Os bairros na História de Porto Velho*. Porto Velho: Porto Madeira Gráfica & Comunicação Visual, 2016.



sucesso que a colonização do sentido social garantiu à manutenção da integridade de empreendimentos dessa natureza como um atendimento à “demanda social”.

Ou seja, o Conjunto Floresta e o Jardim Eldorado, eram vizinhos pela rua que os separava, porém, estavam segregados pelo valor atribuído a suas habitações, representando, em uma escala menor, o fluxo dos sentidos e dos espaços que estavam em disputa na década de 1980. O social, sentido que protagonizou essa disputa, direcionava as demandas, por um lado, e evocava os problemas, por outro. A formação daquilo que viria a ser chamada de Zona Sul, portanto, agregava essa distopia social que, cristalizada pela colonização dos sentidos da redemocratização, fixava no imaginário coletivo o “contraste natural” estabelecido ao longo do processo de ocupação dos bairros invadidos frente aos bairros loteados de forma regular.

O espelho dourado

Estimulados pelo governo federal como “válvula reguladora das tensões e conflitos sociais que ocorriam no espaço urbano e rural brasileiro”¹⁷, os garimpos que se estabeleceram no rio Madeira constituíram-se como alternativa imediata para a população economicamente ativa e desempregada do período. Dessa forma, as condições e os conflitos estruturais implícitos à vida das muitas famílias que estavam em processo migratório, foram redistribuídos para as relações de *semi-urbanidade* e prospecção das frentes de mineração fluvial.

Em exploração regular desde 1979, quando chegaram os primeiros equipamentos mecânicos de mineração, a região conhecida como Alto Madeira se transformaria, ao longo da década de 1980, em uma plataforma intermediária para os conflitos em Porto Velho.¹⁸ Pois, além de estabelecer um horizonte fixo no alcance refletido pelo ouro, concretizava o amálgama a ser replicado na transformação dos espaços em ocupação no entorno da cidade. Como uma espécie de espelho, em cujo reflexo se mirava determinados efeitos em detrimento da rejeição de outros.

O movimento causado pelos garimpos acompanhava o crescimento urbano que havia redimensionado os sentidos da cidade. Em uma relação que não se restringia ao

¹⁷ LINHARES, Joiada Moreira; RODRIGUES, Wanderley Bastos; MARTA, José Manoel. Exploração aurífera artesanal e a migração de garimpeiros para o território rondoniense. *Fronteiras*. Dourados: UFGD, 2017, v. 19, p. 49.

¹⁸ Companhia de pesquisa em recursos minerais. *Projeto estudo de garimpos brasileiros: reserva garimpeira do Rio Madeira*. Relatório anual nº 1486. Porto Velho: CPRM, 1983.



fluxo demográfico, os emblemas que eram fixados nos “garimpeiros” se transformaram em referências demonizadas a se replicarem nos ambientes visualmente análogos que iam se multiplicando nas adjacências do núcleo urbano e, principalmente, pelo trânsito dos desvios de conduta com os quais passaram a conviver os portovelhenses.

Esses ambientes replicados eram justamente os que faziam o contraste e a vizinhança ao Conjunto Floresta (COHAB). Estendiam-se, pelo fluxo que partia do Caladinho e Jardim Eldorado em direção ao centro, as marcas do empobrecimento causado pela exploração nos garimpos e dos subempregos na cidade, que até 1984 já havia se estabelecido alternadamente entre o período chuvoso (baixo rendimento nos garimpos) e a estiagem. Até então, entre os meses de junho e novembro, as frentes de mineração concentravam a maior parcela da força de trabalho ativa em Porto Velho, direta ou indiretamente envolvida na busca pelo ouro.¹⁹

O alto custo de vida, provocado pela circulação quase equiparada de gramas de ouro e centenas de cruzados, acirrava a concorrência para sobreviver aos meses de baixa nas áreas de mineração. Por isso, a maioria dos trabalhadores se via obrigada a estacionar os equipamentos e esperar a passagem do período chuvoso na cidade. A convivência sazonal dos autores de “um submundo nefasto e impudico”, tal como era noticiado pelo jornal, tornou a relação entre o centro e a formação das suas periferias uma teia de desencontros, narrados como terror intencional e capitular, construídos em imagens de “medo ao redor”, cuja tormenta seria marcada por enfrentamentos noturnos.

Com o fim do período de garimpagem, Porto Velho volta a viver o clima de medo, tendo em vista que é justamente nesta época que acontece o maior número de arrombamentos e assaltos. Neste último fim de semana a onda de roubos atingiu índices jamais vistos na Capital, fazendo dezenas de vítimas, inclusive o delegado de Repressão a Entorpecentes. Ele teve sua residência visitada pelos “amigos do alheio” que levaram cerca de 300 mil cruzados em eletrodomésticos e joias.²⁰

O recorde de roubos, anunciado pelo jornal, havia sido construído em sete anos de convivência periódica do cotidiano de Porto Velho com o fluxo provocado pelos garimpos. Nesses anos, a banditização do garimpeiro já havia passado por diferentes etapas até que estivessem ocupando o papel de arrombadores e assaltantes. O ponto de

¹⁹ Companhia de pesquisa em recursos minerais. *Projeto estudo de garimpos brasileiros: reserva garimpeira do Rio Madeira*. Relatório anual nº 1486. Porto Velho: CPRM, 1983.

²⁰ BIBLIOTECA NACIONAL, Arrombamentos atingem índices nunca vistos antes em Porto Velho. *Jornal Alto Madeira*. Porto Velho, p. 01, 10 de fev. de 1987.



partida, porém, requerido pelos jornais para que esta se tornasse a narrativa lógica do funcionamento dos garimpos em relação à cidade, não se encontrava na função social espúria que montaram para esse tipo de trabalhador, tampouco na promiscuidade que significaria a sua convivência com o sexo oposto, mas sim na ameaça de transformação da vida em Porto Velho numa extensão da vida nas *currutelas*²¹.

O compromisso noticiário no combate a essa ameaça, tendo em vista a participação de membros do grupo Tourinho em ativos, diretos ou indiretos, tanto na imprensa, quanto na mineração e no mercado imobiliário, não haveria de ser menos engajado do que efetivamente se mostrou no jornal *Alto Madeira*. Na construção dos arquétipos enunciativos, pulverizados diariamente nas notícias populares, que resultaram desse engajamento, construíram-se os sentidos que pretendiam fixar por meio do crescimento racional e capitalizado da cidade.

As invasões, em contrapartida, já haviam demonstrado de forma consistente que esse crescimento não ocorreria sem que houvesse o conflito e, principalmente, que a convivência com os trabalhadores do garimpo seria inevitável. Dessa forma, os poderes constituídos passaram a atuar em função do maior afastamento possível das erupções de ocupação popular que, ao longo da década de 1980, disputaram pelo entorno do quadrilátero central que limitava a zona urbana de Porto Velho.

Até que chegassem, em 1987, a “assaltantes e arrombadores”, os garimpeiros, fora dos seus postos de trabalho, já haviam sido narrados como sempre embriagados.²², anarquistas aproveitadores, invasores e subversivos.²³ O percurso narrativo dessa relação (garimpeiros/submundo periférico), da formação da Zona Sul até a consolidação dos bairros que comporiam a Zona Leste, deixou um rastro peculiar nas vezes em que a imprensa se encontrou com algum desses trabalhadores para narrar sua vida na cidade. Em sua grande maioria, esses encontros só ocorriam à noite, acompanhando o

²¹ Segundo Letícia da Luz Tedesco (2015), um típico garimpo fluvial era constituído por duas zonas distintas, os *baixões* e as *currutelas*. “Um garimpo é normalmente formado por uma *currutela* e vários *baixões* que ligam-se àquela numa relação de produção (*baixões*) e reprodução (*currutela*)”. TEDESCO, Letícia da Luz. *No trecho dos garimpos: Mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica*. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de pós-graduação em Antropologia Social (UFRGS), Amsterdam, 2015, p. 138.

²² BIBLIOTECA NACIONAL, Novas invasões de áreas urbanas, pistoleiros armados amedrontam a polícia. *Jornal Alto Madeira*. Porto Velho, p. 01, 30 de jun. de 1984.

²³ BIBLIOTECA NACIONAL, Ação subversiva. *Jornal Alto Madeira*. Porto Velho, p. 02, 22 de mai. de 1984.



apagamento diurno da memória coletiva, enquanto policiais e fotógrafos caçavam nos arredores do centro as notícias do dia seguinte.²⁴

Em uma posição intermediária entre o centro e a Zona Sul, o bairro do Roque, aos poucos, se transformava na principal área de diversões noturnas da cidade, com bares muito bem frequentados e boates improvisadas por onde se encaminhavam diferentes consumidores. Conseqüentemente, não demorou muito para este se tornasse também o principal ponto de caça policial, às “putas de verão”, e aos homens com algum dente de ouro ou em alguma circunstância desviante da moralidade vigente.

Putas de verão são as pobres mulheres usadas por uma minoria especializada no ramo do baixo meretrício que, à época do garimpo, alugam casas em pontos não comerciais e familiares de nossa capital e funcionam sob o título jurídico de “Boite”. São na verdade, cabarés avulsos e temporários para que aquelas pobres mulheres vendam o que não deviam e recebam com o que nunca pagam pelo que vendem. A polícia, ao arrepio da lei, da consciência e do testemunho de vizinhos são simples e diários frequentadores. Talvez um poucos exigentes ou pobres como clientes pois, via de regra, costumam ter o ar de Cezar e o soldo de Judas. Não sou radical contra tal situação. Antes, não sei de quem ter mais compaixão, se das putas de verão, dos garimpeiros mal educados e por isto carentes, da polícia conivente ou da omissa ou enganada administração. Só sei que, quando a lei não é cumprida em um de seus artigos, todos os demais itens estão sujeitos ao desrespeito. O Roque, zona boêmia “oficial” da capital foi construída no final da cidade, ontem. Hoje está exatamente no centro. Isso não dignifica nossa cidade nem tais usuários. Porque então não se tomar providências para corrigir tal distorção?²⁵

Em uma breve crônica de contracapa, Cleomar Eustáquio havia, com riqueza de detalhes, constatado que a vida noturna dos garimpos tinha se estabelecido em Porto Velho de forma definitiva. Os cabarés do bairro do Roque, segundo o colunista, conseguiam agregar frequentadores que, durante o dia, poderiam facilmente ser vistos em mútuo enfrentamento. A presença da polícia “ao arrepio da lei”, das “putas de verão” e dos garimpeiros “mal educados”, fazia com que se cruzassem caminhos que não estavam programados para confluir de forma tão amistosa na cidade.

A distorção para qual o colunista cobrava providências, porém, não se configurava por esse descaminho de confluências. Mas sim pelo deslocamento espacial que havia sofrido a “zona boêmia ‘oficial’” da cidade, do seu final para, em outubro de 1985, estar

²⁴ BIBLIOTECA NACIONAL, Polícia prende 44 pessoas no primeiro “Arrastão” do ano. *Jornal Alto Madeira*. Porto Velho, p. 01, 20 de jan. de 1986.

²⁵ BIBLIOTECA NACIONAL, Os cabarés da cidade. *Jornal Alto Madeira*. Porto Velho, p. 02, 21 de out. de 1985.



já exatamente no centro. Mas não havia sido o bairro do Roque o deslocado. A cidade, como um todo, estava em um rápido processo de reordenamento territorial, e este novo “bairro” havia surgido como entreposto noturno de retorno do centro aos bairros que ficavam do outro lado da rodovia.

Aquilo que no ano anterior era apenas um grande matagal para a desova de cadáveres²⁶, por exemplo, já havia se tornado um grande conglomerado de moradias populares e comércios improvisados; em 1985, moradores do Floresta, Nova Floresta, Jardim Eldorado e Caladinho estavam na rota de encontro ao Roque, tanto pela situação espacial quanto pela farta disposição das diversões noturnas. Ou seja, o acelerado processo de ocupação que, do outro lado da BR 364, formava a Zona Sul da cidade, também fazia com que o Roque estivesse cada vez mais centralizado no percurso entre esses bairros recém estabelecidos e o centro comercial de Porto Velho.

Além da centralidade espacial desse percurso, o Roque também havia centralizado as buscas policiais, configurando-o como uma espécie de ponto limite para os elementos que haviam sido empurrados para fora do quadrilátero central de Porto Velho. Quase sempre banhados a ouro (pelo menos nominalmente), esses elementos foram construídos em imagens seriadas de ações que inspiravam o “medo ao redor”, em tempos ainda de matagal, antes que o loteamento Jardim Eldorado fosse invadido.

O diretor-geral das Delegacias Especializadas, Dario Xavier, garantiu na manhã de ontem, que até o final deste mês será descoberta a identidade do homem que foi encontrado morto dentro de um matagal no Jardim Eldorado. O crime, segundo a polícia, teria sido cometido por um elemento, que usou um revólver e disparou no pescoço da vítima, e em seguida jogou o corpo no matagal. O delegado falou que a investigação deste crime está sendo feita com bastante sigilo pela Delegacia de Homicídios, “que até enviou uma equipe de policiais para os garimpos, onde provavelmente pode haver alguma pista do assassino. Quanto ao nome da vítima, o Instituto de Identificação de Rondônia não possui qualquer registro dele, e o Instituto Nacional só tem a ficha de elementos que já tiveram passagem na polícia”.²⁷

Mesmo sem que ao menos o nome da vítima se soubesse, o endereço do matagal onde havia sido encontrado o corpo era o suficiente para que o sentido da sua provável relação estivesse conectado aos garimpos. Como preenchimento nominal, sua situação espacial permitia ao garimpo tornar-se “onde provavelmente” poderia haver as pistas. Ou

²⁶ BIBLIOTECA NACIONAL, Polícia encontra mais um cadáver no matagal. *Jornal Alto Madeira*. Porto Velho, p. 06, 19 de jan. de 1984.

²⁷ BIBLIOTECA NACIONAL, Delegado quer pegar matador do Eldorado. *Jornal Alto Madeira*. Porto Velho, p. 05, 27 de jan. de 1984.



seja, justificando uma higienização social com um preciso molde antagônico de expurgo, que sequer carecia de nominação individual, a elite portovelhense patrocinou a pavimentação com ouro, sangue, cadáveres e cachaça o caminho noticiário do centro aos confins da Zona Sul.

Esse patrocínio, além de garantir o afastamento social e lucrar com a força de trabalho periódica na mineração, também conseguia tornar novamente pobre os trabalhadores que cogitaram a possibilidade de estarem ricos. Ou seja, havia uma intenção inflacionária com a permissividade cambial do ouro por produtos, serviços ou cruzados. De forma operante, essa intenção havia sido amplamente cultivada nos garimpos, cujo rendimento rapidamente se fez sentir na difusão dessa prática nos comércios da cidade.

O efeito imediato da recuperação do ouro no comércio se demonstrou na multiplicação de golpistas. A instabilidade do cruzado, somado à inflação provocada pelo uso do ouro como moeda de troca, forçava quem não conseguisse segurar o metal (ou o próprio dinheiro) durante os meses de chuva a se aventurar em pequenos golpes para sobreviver até a temporada seguinte de mineração.

Ana, Jorge e José são conhecidos frequentadores do bairro do Roque. Descalça e mostrando nas pernas marcas das inúmeras doenças contraídas na vida errante que leva. Ana tentou negar a autoria intelectual do golpe, mas, depois riu muito quando os comparsas concluíram que também tinham sido vítimas de um delinquente tão esperto quanto eles. O golpe do trio consiste em dar esbarrões nos garimpeiros já embriagados para roubarem ouro. Assim eles agiram ontem cedo quando viram José Eduardo descer de um ônibus que vinha do Jardim Eldorado. A vítima parecia perfeita pois já estava bêbada e pela estatura não deveria oferecer resistência. Depois do esbarrão, descobriram indignados que tratava-se de um ouro falso. A “vítima” por sua vez, ficou revoltada pelo fato do ataque ter sido bem sucedido e representar o “dia perdido” pois não teria material para enganar outras pessoas.²⁸

A cômica cena narrada pelo jornal *Alto Madeira* trazia a confluência de dois lados da mesma falta de moedas. O trio, anunciado como “conhecidos frequentadores do bairro do Roque”, era acusado de uma vida errante não circunstancial, mas quase que por profissão e delinquência deliberadas. Por um infeliz acaso, depararam-se, em pleno mês de fevereiro (auge do período chuvoso), com um garimpeiro que, vindo do Jardim Eldorado, também não possuía mais do que o “ouro dos tolos” para sobreviver por mais

²⁸ BIBLIOTECA NACIONAL, Vendia ouro falso e foi roubado no Roque. Jornal *Alto Madeira*. Porto Velho, p. 05, 06 de fev. de 1987.



alguns meses até a estação seguinte de garimpagem. O outro lado da falta estava no próprio jornal e nos poderes que representava, não havendo outra possibilidade a não ser caçoar da pobreza como um efeito natural do crescimento urbano, e deste, caótico, em decorrência da sua relação com os garimpos.

A concorrência, desvestida de pudor, pela sobrevivência, estimulada pela recessão econômica que empurrava a população para a miséria, era travestida pelas imagens noturnas que se fixaram nas adjacências da cidade. O que sobrava dessas imagens com o amanhecer do dia era utilizado pela imprensa, já com o filtro do plantão policial, para ilustrar as consequências de determinados desvios de conduta, já amplamente demarcados como arquétipos enunciativos construídos na distinção centro-periferia e, posteriormente, reduzidos às invasões (baderna) antagonizadas pelos loteamentos planejados (função social).

O molde, em que funcionavam essas imagens, havia sido construído na própria distribuição habitacional, fixa ou transitória, dos sujeitos periféricos. A segurança ou o perigo, reconhecidamente característicos de determinadas áreas da cidade, são correspondentes às reações provocadas por todas as entidades que se envolveram direta ou indiretamente com a disputa pela terra. Ou seja, toda a cadeia de causalidade construída na narrativa noticiária desse processo, agia cotidianamente pelo tensionamento da demanda habitacional como uma realização (tornando real) do valor e do preço que deveria ser cobrado a qualquer novo morador da cidade.

Considerações finais

A formação da periferia de Porto Velho, portanto, se deu em um fluxo de sentidos que eram determinados por formações discursivas que concebiam a realidade das disputas territoriais como uma concorrência entre os poderes e instituições constituídas contra o caos social e a anarquia que representavam os garimpos e seus respectivos moldes replicados nas invasões. Fixando, assim, as imagens sub-humanas da maior parte dos bairros periféricos da cidade como um resultado natural daquele “tipo” de ocupação urbana, e silenciando a segregação social que agia em sincronia com a especulação imobiliária na cidade.

Com o advento da redemocratização, o sentido social foi gradativamente colonizado pelos projetos habitacionais ordenados. A distopia visual, circunstancial e socioeconômica alcançou o seu auge entre as áreas oriundas de invasões (Jardim Eldorado) e os “conjuntos” (Floresta e 4 de Janeiro) que se avizinharam às zonas de maior



tensão. Forçando, assim, o poder público a expurgar as indesejadas estruturas informais e moradores incivilizados que compunham o molde das invasões para o mais longe possível.

O social, portanto, operava como proteção ao potencial econômico dos empreendimentos que atravessariam a alternância política. Esse havia sido o escudo assumido pela chamada “Nova República”, revestindo politicamente de interesse social a sua prática discursiva eximia seu compromisso econômico com as heranças dos governos militares. Apesar de os destacados problemas sociais serem diretamente correspondentes à política econômica adotada na década de 1970, não seria por medidas econômicas consistentes que ocorreriam as tentativas de corrigir o social da década seguinte, como apontava um dos fundadores do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase):

A Nova República assumiu o social em seu discurso, mas não o assumiu em sua prática, e nisso continuou tão velha como antes. Nasceu tendo como líder e símbolo um velho político brasileiro acostumado, desde os tempos de Getúlio, a entender que o social faz parte da política, mesmo que não o faça da economia. (...) Na Nova República o social assume um lugar de destaque no discurso do Estado, vira propaganda de governo, mas sofre de uma paralisia peculiar: não consegue sair do discurso, a não ser como farsa.²⁹

Ainda em 1987, as pesquisas coordenadas por Herbert de Souza indicavam o social como mecanismo de contenção entre a continuidade e o início de uma nova pobreza, replicando na face inversa da abertura política a novidade republicana que lhe acompanhava. A redemocratização se tornou possível pela pressão social. As pautas dos movimentos que a reivindicavam traduziam a disposição pela cidadania e a participação social na nova política econômica. Porém, a atuação dos agentes que conduziram esse processo apenas fortaleceu discursivamente o mecanismo pelo qual não seriam atendidas suas necessárias correções.

Na construção discursiva, como um processo complexo de reprodução/transformação da memória do dizer, inscrita em uma determinada formação ideológica, realizada no próprio dizer como o sentido que o torna possível, compreende-se que o uso do “social”, do “novo”, bem como do “democrático” não reserva apenas o

²⁹ SOUZA, Herbert de. A Nova República e as políticas sociais. *Revista administração pública*. Rio de Janeiro: FGV, 1987, v. 04, pp. 24-30.



conteúdo do dizer, mas sim a própria ação evocada pelo que se diz, ou, como afirma Eni Orlandi, “ao dizer isto, o que estão fazendo”.³⁰

Tendo o jornal *Alto Madeira* acompanhado e, com seu dispositivo ideológico de interpretação, narrado a elaboração e a promulgação da “Nova República”, a cada nova invasão o discurso de legitimação das ações de reintegração de posse retomava o mecanismo de reconhecimento republicano fixado na legislação vigente. Dessa forma, o jornal havia se tornado o gabinete discursivo da especulação imobiliária, especialmente na redemocratização, demarcando seu compromisso social com o cumprimento da ordem e legitimando as ações ostensivas da força policial contra os invasores. Criava-se, assim, um ciclo narrativo para as áreas invadidas, que anunciava as figuras de repressão como cumpridoras da lei, e replicava, nos movimentos que resistiam à força policial, o banditismo como perfil genérico a ser afastado do sentido social que pretendiam atravessar democracia adentro.

Data de submissão: 17/06/2020

Data de aceite: 21/10/2020

³⁰ ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Terra à Vista - discurso do confronto: velho e novo mundo*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2º Ed. 2008, p. 124.



Referências Bibliográficas

ANDRADE, Roberto Carlos Oliveira de. **O uso e ocupação do solo urbano: uma análise sobre o bairro Cohab**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2012.

BIBLIOTECA NACIONAL. **3 mil famílias invadem lotes no Eldorado**. Jornal Alto Madeira. Porto Velho, p. 01, 23 de mai. de 1985.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Ação subversiva**. Jornal Alto Madeira. Porto Velho, p. 02, 22 de mai. de 1984.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Arrombamentos atingem índices nunca vistos antes em Porto Velho**. Jornal Alto Madeira. Porto Velho, p. 01, 10 de fev. de 1987.

BIBLIOTECA NACIONAL. **COHAB fará sorteio interno para preencher novas vagas**. Jornal Alto Madeira. Porto Velho, p. 03, 19 de mar. de 1985.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Delegado quer pegar matador do Eldorado**. Jornal Alto Madeira. Porto Velho, p. 05, 27 de jan. de 1984.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Indústria de invasão**. Jornal Alto Madeira. Porto Velho, p. 02, 10 de mai. de 1984.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Novas invasões de áreas urbanas, pistoleiros armados amedrontam a polícia**. Jornal Alto Madeira. Porto Velho, p. 01, 30 de jun. de 1984.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Os cabarés da cidade**. Jornal Alto Madeira. Porto Velho, p. 02, 21 de out. de 1985.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Polícia encontra mais um cadáver no matagal**. Jornal Alto Madeira. Porto Velho, p. 06, 19 de jan. de 1984.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Polícia prende 44 pessoas no primeiro “Arrastão” do ano**. Jornal Alto Madeira. Porto Velho, p. 01, 20 de jan. de 1986.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Problema habitacional diminui, EGO entrega mais 258 casas**. Jornal Alto Madeira. Porto Velho, p. 06, 14 de fev. de 1985.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Relatório mostra a situação da COHAB**. Jornal Alto Madeira. Porto Velho, p. 03, 13 de jun. de 1985.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Vendia ouro falso e foi roubado no Roque**. Jornal Alto Madeira. Porto Velho, p. 05, 06 de fev. de 1987.

BORZACOV, Yêdda Pinheiro. **Os bairros na História de Porto Velho**. Porto Velho: Porto Madeira Gráfica & Comunicação Visual, 2016.

COMPANHIA DE PESQUISA EM RECURSOS MINERAIS. **Projeto estudo de garimpos brasileiros: reserva garimpeira do Rio Madeira**. Relatório anual nº 1486. Porto Velho: CPRM, 1983.



FAU/USP - FUPAM. **Plano Diretor**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e Fundação para Pesquisa Ambiental. Porto Velho. 2008.

FAU/USP - FUPAM. **Plano Diretor**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e Fundação para Pesquisa Ambiental. Porto Velho. 1990.

FORONI, Paola Conceição. **Jorge Teixeira, o primeiro governador do Estado de Rondônia: imprensa e cordialidade (1979-1982)**. Dissertação de mestrado, História e Estudos Culturais, NCH, Universidade Federal de Rondônia, 2014.

GRIGOLETTO, Evandra. **Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito**. In: A Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Clara Luz, 2007, p. 04.

LINHARES, Joiada Moreira; RODRIGUES, Wanderley Bastos; MARTA, José Manoel. **Exploração aurífera artesanal e a migração de garimpeiros para o território rondoniense. Fronteiras**. Dourados: UFGD, 2017, v. 19.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de Discurso. Princípios e Procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Terra à Vista - discurso do confronto: velho e novo mundo**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2º Ed. 2008.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Orlandi Puccinelli. Campinas, SP: Pontes, 1990.

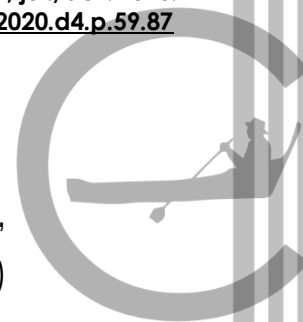
SOUZA, Herbert de. A Nova República e as políticas sociais. **Revista administração pública**. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

TEDESCO, Letícia da Luz. **No trecho dos garimpos: Mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica**. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de pós-graduação em Antropologia Social (UFRGS), Amsterdam, 2015.



O PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA EFMM: ENTRE A “POLÍTICA DO PRECÁRIO” E O IMPACTO DA NATUREZA (PORTO VELHO, 2007-2017)

EFMM'S HISTORICAL HERITAGE: BETWEEN THE “PRICING POLICY”
AND THE IMPACT OF NATURE (PORTO VELHO, 2007-2017)



Alexandre Pacheco¹

Resumo

Este trabalho se propõe a realizar uma análise estética e histórica do complexo da Estrada de Ferro Madeira Mamoré - EFMM, na cidade de Porto Velho (RO), a partir de dois eventos: de um lado, os resultados de sua restauração/revitalização a partir do ano de 2007; de outro, o impacto que sofreu da grande enchente do rio Madeira no ano de 2014. A fundamentação teórico-metodológica levará em conta os estudos de Yêdda Pinheiro Borzacov, Francisco Foot Hardman e João Cezar de Castro Rocha sobre essa problemática amazônica. Autores que contribuem para a percepção de como uma política inadequada de preservação e o impacto destrutivo da natureza silenciaram a memória material da Estrada de Ferro Madeira Mamoré nos últimos anos.

Palavras-chave: Madeira Mamoré; Política do precário; Impacto da natureza.

Abstract

This work aims to carry out an aesthetic and historical analysis of the Madeira Mamoré Railway Complex - EFMM, in the city of Porto Velho (RO), based on two events: on the one hand, the results of its restoration / revitalization from the year 2007; on the other, the impact it suffered from the great flood of the Madeira River in 2014. The theoretical and methodological basis will take into account the studies of Yêdda Pinheiro Borzacov, Francisco Foot Hardman and João Cezar de Castro Rocha on this Amazonian matter. Authors who contribute to the perception of how an inadequate preservation policy and the destructive impact of nature have silenced the material memory of the Madeira Mamoré Railway in recent years.

Keywords: Madeira Mamoré; Precarious's policy, Nature's impact.

¹ Doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006) e Pós-Doutorado pela Universidade de Stanford, Califórnia (2018). Professor Associado III do Departamento de História. E-mail: alexandrepch@unir.br.



Introdução

Após a desativação da Estrada de Ferro Madeira Mamoré – EFMM, nos anos de 1970, o transcurso de sua história foi marcado por constantes discussões e intervenções do poder público sobre sua restauração ou revitalização. Nas últimas décadas, milhões de reais de foram gastos a título de compensação social para a preservação do complexo dessa ferrovia em Porto Velho, como também da revitalização da vila de Santo Antônio, a partir da instalação das usinas do rio Madeira.

Com relação ao complexo ferroviário da EFMM, as restaurações/revitalizações realizadas pela municipalidade, para fins turísticos entre os anos de 2007 e 2013, trouxeram artificialidade e contribuíram para o apagamento de sua história. Por sua vez, em Santo Antônio observou-se que as reformas impuseram uma série de construções modernas fora do trajeto original da vila e descontextualizadas da história local.

Por ironia do destino, entretanto, grande parte da revitalização do complexo da EFMM foi destruída pela grande enchente do rio Madeira, em 2014. Fenômeno que cobriu toda a extensão da estação e impôs severa deterioração e destruição às locomotivas e vagões de passageiros que não haviam sido restaurados pela política de compensação. Em outras palavras, um cenário caótico que revelou de forma explícita a inadequação e a fragilidade das intervenções da municipalidade sobre o patrimônio da EFMM, pois se desmancharam após o impacto catastrófico da natureza, fazendo com que ocorresse um trágico equilíbrio estético provindo da degradação tanto dos objetos patrimoniais restaurados/revitalizados, como do antigo patrimônio não restaurado.

Dessa maneira, este artigo tem como foco a análise das intervenções inadequadas do poder público sobre a EFMM entre os anos de 2007 a 2017, no âmbito de uma política de preservação que não só destruiu os traços originais dos bens históricos dessa ferrovia, como também se manifestou na contramão das discussões contemporâneas acerca da conservação do chamado patrimônio ferroviário.

Essa política de preservação inadequada será doravante denominada de “política do precário”, de acordo com o sentido trabalhado por João Cezar de Castro Rocha, ou seja, uma política de preservação que destrói a origem e ao mesmo tempo despreza e abandona o patrimônio histórico.² Na sequência da discussão acima, nosso estudo visa demonstrar como os efeitos do impacto ambiental, no âmbito dessa política precária de preservação, aceleraram o processo de apagamento da memória material da ferrovia nos anos em foco.

² CASTRO ROCHA, João Cezar. *Leituras desaturadoras: tempos precários, ensaios provisórios*. Chapecó: Argos/Editora - UFPE, 1ª ed., 2017, p. 32.



A descaracterização dos bens históricos da EFMM a partir de uma precária política de preservação para o patrimônio de Porto Velho

De acordo com Yêdda Borzacov, o surgimento da cidade de Porto Velho se relaciona diretamente com a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, tendo ocorrido de forma espontânea e desordenada através do incremento das atividades ferroviárias e portuárias dessa companhia por volta de 1910. A partir desse ponto inicial, percebemos que a região recebeu pessoas de diferentes lugares do país, como: “[...] ‘seringueiros, ex-contratistas da empresa, pequenos comerciantes, aventureiros de todos os naipes, prostitutas e, principalmente por moradores de Santo Antônio do Rio Madeira’ [...]”.³ Seus casebres contrastavam com as modernas instalações da ferrovia e foram construídos “[...] fora dos limites do território convencional cedido à empresa Madeira Mamoré Railway Co. Ltda, gerando protestos da empresa que enviava documentos denunciando a invasão para os governos federal, do Amazonas e do Mato Grosso.”⁴ Em outros termos, dentro do perímetro geográfico definido para a Madeira Mamoré Railway Company Ltda, que se estendia

“[...] ‘no sentido oeste/leste, entre o rio Madeira e o limite com o município de Humaitá e no sentido norte/sul, entre a atual rua Tabajara e o bairro Triângulo’ foram abertas pela empresa May, Jeckyll & Randolph, as primeiras ruas com finalidade de instalação dos casarões de pinho-de Riga, provenientes dos Estados Unidos em forma de “Kits”, para servir de escritórios, residências para funcionários graduados, operários, restaurante e outros serviços anexos à ferrovia.”⁵

Em 1914, no entanto, a aglomeração de pessoas fora do domínio da Madeira Mamoré Railway Co. Ltda era maior que a quantidade de trabalhadores da ferrovia, de forma que os bairros iniciais de Porto Velho já estavam configurados em 1918. Nesse sentido, o “[...] esquema de arruamento efetuado a esmo pelos migrantes, não obedecia às normas de alinhamento, os casebres eram construídos amontoados, resultando no surgimento do centro comercial, em cuja rua principal foram instaladas as casas de maior representatividade [...]”.⁶ Isto é, com a instalação do município em 1915, foi iniciado um processo de planejamento

³ BORZACOV, Yêdda Pinheiro. *Os bairros na história de Porto Velho*. Porto Velho: Porto Velho Gráfica & Comunicação Visual, 1ª ed., 2016, p. 17.

⁴ A decisão da instalação da ferrovia no território que se tornaria a cidade de Porto Velho pela Madeira Mamoré Railway Co. Ltda, foi causada pela constatação de que o fracasso das tentativas anteriores de construção da ferrovia em Santo Antônio, relacionou-se com o fato dessa localidade ser conhecida como extremamente insalubre, repleta de doenças, ou seja, “[...] ‘um antro de podridão, local onde os homens morriam como moscas [...] mesmo dispendo-se de todo o dinheiro do mundo e da metade de sua população seria impossível construir a estrada’ [...]”. Cf. BORZACOV, Yêdda Pinheiro. *Os bairros na história de Porto Velho*, p. 17.

⁵ BORZACOV, Yêdda Pinheiro. *Os bairros na história de Porto Velho*, p. 19.

⁶ BORZACOV, Yêdda Pinheiro. *Os bairros na história de Porto Velho*, p. 19.



organizacional que visou a normatização das construções e do traçado da planta cidade, o que fez com que novos nomes e novas ruas surgissem em substituição das existentes anteriormente.⁷ Por sua vez, nos anos de 1940, Porto Velho passou a ser a capital do Território do Guaporé, tempo em que contava com

“[...] ’28 ruas, travessas e avenidas, todas se cruzando na quase totalidade em ângulo reto, e quanto ao número de casas, no perímetro urbano havia 400 edificações e outras 250 no perímetro rural’ [...]” Sua população cresceu, iniciando-se, então, uma fase de desenvolvimento, intensificada a partir dos anos de 1960 com a inauguração da BR-29, hoje 364.”⁸

Assim, a amostragem desse desenvolvimento da cidade nos leva a discutir algo importante para os fins deste trabalho e que passou a ocorrer a partir dos anos de 1960, isto é, a integração do centro de à paisagem da EFMM que fez com que parte dos elementos históricos da ferrovia deixassem de existir, pois todo o “[...] “progresso” abraçou-os, asfixiando-os, destruindo-os, assim como outras edificações particulares tradicionais.”⁹ O que chama a atenção, no entanto, nesse processo de modernização que depredou e sucateou o patrimônio da ferrovia, é o fato de que ao poder público sempre coube o papel de realizar obras que desfiguraram a estrutura original da EFMM.¹⁰ Veja-se o caso das intervenções que foram realizadas pela prefeitura de Porto Velho entre os anos de 2007 a 2013.

A partir de 2007, a municipalidade, financiada pelas políticas de compensação do consórcio Santo Antônio Energia - SAE, iniciou uma série de intervenções que restauraram e revitalizaram as seguintes estruturas do complexo ferroviário da EFMM: estação, dois armazéns de carga, oficina mecânica e rotunda. Intervenções que tiveram o objetivo de transformar o espaço ferroviário para fins turísticos.¹¹

Quais foram, entretanto, as intenções e os resultados obtidos a partir dessas intervenções?

As palavras de Alencar podem ser elucidativas:

⁷ BORZACOV, Yêdda Pinheiro. *Os bairros na história de Porto Velho*, p. 19.

⁸ BORZACOV, Yêdda Pinheiro. *Os bairros na história de Porto Velho*, p. 22.

⁹ BORZACOV, Yêdda Pinheiro. *Os bairros na história de Porto Velho*, p. 92.

¹⁰ BORZACOV, Yêdda Pinheiro. *Os bairros na história de Porto Velho*, p. 23.

¹¹ PINHEIRO, José do Amparo; SILVA, José Luis Gomes. Análise do projeto de revitalização do patrimônio histórico e cultural da estrada de ferro Madeira-Mamoré. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 14, n. 2, 2014. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/840/397>. Acesso em: 6 jun. 2020.



A dinâmica social da cidade junto às políticas preservacionistas atrela determinados bens culturais aos interesses econômicos relacionados ao turismo. A valorização do patrimônio cultural através da execução de projetos de revitalização destinados a atender demandas das atividades turísticas tendem a promover a alienação de elementos constitutivos da memória coletiva em detrimento de escolhas mercadológicas, privilegiando o valor econômico.¹²

Dessa forma, coube ao poder público, mais uma vez, promover a alienação da memória coletiva presente no patrimônio, ao hierarquizar o que deveria ser preservado, de um lado; por outro, ao descaracterizar os bens históricos para o projeto de modernização para fins mercadológicos.

Nesse sentido, Borzacov destacou a inadequação das intervenções feitas sobre o patrimônio do complexo ferroviário ao afirmar que os trabalhos nos “[...] Galpões n. 1 e n. 2, plano inclinado (cremalheira) e estação [...] não atenderam os preceitos que regem o resgate do patrimônio histórico.”¹³

As últimas restaurações (galpões n. 1 e n. 2, plano inclinado e estação) foram abusivas e nefastas. O prédio onde ficavam sanitários ao lado direito da estação foi demolido, em razão dos técnicos responsáveis pela manutenção do patrimônio histórico material não se aperceberem do seu valor inestimável, e, assim, essas ações rompem o vínculo e a memória do porto velhense em relação à sua origem.¹⁴

Figura 1: Vista de um dos armazéns da EFMM e de seu jardim contemporâneo deteriorado



Fonte: Foto do autor, 2017.

¹² ALENCAR, Carolina Pena de. *Trilhando memórias: reflexões acerca das identidades dos trabalhadores da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré*. Dissertação de Mestrado, Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012, p. 26.

¹³ BORZACOV, Yêdda Pinheiro. *Os bairros na história de Porto Velho*, p.91.

¹⁴ BORZACOV, Yêdda Pinheiro. *Os bairros na história de Porto Velho*, p.23.



À degradação ideológica e física promovida pela restauração/revitalização sobre os equipamentos originais da EFMM - que criou um ambiente frio, árido, “um não lugar”¹⁵ - somou-se, à destruição produzida pelo impacto da grande cheia do rio Madeira, isto em 2014. O resultado foi a emergência de um espaço instável estruturalmente, destruído, deteriorado e que impiedosamente desnudou a ausência de autenticidade, de origem para as formas produzidas pela restauração/revitalização sobre o patrimônio original.

Essa espécie de “disfunção histórica” imposta aos bens patrimoniais da EFMM pelo poder público também pode ser notada em outros espaços restaurados/revitalizados no centro de Porto Velho, como por exemplo, o antigo Mercado Público Municipal. Edificação que teve suas partes antigas demolidas para o advento de uma nova construção, ou seja, um simulacro do antigo mercado: “Em 2008, a municipalidade derrubou os remanescentes – os três boxes e edificou no local, o Mercado Cultural, inaugurado em 15 de maio de 2009 [...]. Mesmo sendo uma pálida amostra do Mercado Público Municipal, “sem nenhum valor histórico”, como Alberto Bertagna assim se expressou [...]”.¹⁶

Figura 2: Vista do Mercado Municipal totalmente reconstruído no centro de Porto Velho



Fonte: Foto do autor, 2017.

Semelhante padrão de restauração/revitalização impõe “disfunção histórica” sobre os bens patrimoniais, adotado também - a título de compensação social por parte da Santo Antônio Energia/SAE - na vila de Santo Antonio. Comunidade que fica a 7 quilômetros de Porto Velho, a montante do rio Madeira, e abrigou as primeiras tentativas de construção da Madeira Mamoré no século XIX.¹⁷

¹⁵ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia*. Bauru: Edusc, 1ª.ed. 2005, p. 44.

¹⁶ BORZACOV, Yêdda Pinheiro. *Os bairros na história de Porto Velho*, p. 99.

¹⁷ TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. *História Regional de Rondônia*. Porto Velho: Rondoniana, 4ª ed. 2003, p. 178.



Em 1907, já como um pequeno povoado que concentrava alguns produtores de borracha do Alto Madeira, é observado que ele foi escolhido pela empresa construtora *May, Jekyll & Randolph* para o início dos trabalhos de construção da Madeira Mamoré Railway. No entanto, um acordo entre essa companhia e o governo estabeleceu que o ponto inicial da construção da ferrovia seria no chamado Ponto Velho, posteriormente denominado Porto Velho.¹⁸

No caso da Vila de Santo Antônio, a restauração/revitalização fez surgir uma série de construções modernas para servirem as seguintes funções: apoio ao turista, museu, biblioteca, café, entre outras. Em suma, espaços que foram concebidos sem estabelecer ligações arqueológicas com a antiga configuração do povoado¹⁹, sendo que logo depois de inaugurados em 2014, passaram a se deteriorar devido a recusa da prefeitura em administrá-los. Fato que impôs, mais uma vez, uma condição precária a um patrimônio revitalizado ligado ao poder público local.

Andreia Ravani demonstrou a inadequação desse projeto de intervenção da SAE, a partir das ações precárias e descuidadas que possuíram em termos da prospecção das estruturas, peças e o terreno, ou seja, notas que estariam nas origens do patrimônio arqueológico remanescente de Santo Antonio.²⁰

Diante de tanta riqueza arqueológica é possível que os trabalhos realizados no Sítio Vila de Santo Antônio tenham sido meramente uma formalidade das exigências feitas aos empreendimentos hidrelétricos, e que por sua vez, causaram impactos ao Sítio Vila de Santo Antônio e áreas adjacentes. Nas observações para este estudo, ficou claro o descaso com o piso antigo, que deveria ter recebido uma atenção do tamanho da sua importância histórica, outro exemplo é o da igreja de Santo Antônio que não recebeu obras de restauração, não há marcações nem musealização das peças e estruturas encontradas até o momento.²¹

¹⁸ FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A ferrovia do diabo*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2005, p. 202.

¹⁹ De acordo com Rodrigues, Santo Antônio contava com uma única rua onde passavam os trilhos que ligavam o chamado “porto das canoas” ao “porto dos vapores”. As casas ao longo desse caminho - onde eram transportadas pelas de borracha - possuíam, de uma forma geral, paredes barreadas. Cf. FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A ferrovia do diabo*, p. 203.

²⁰ RAVANI, Andreia Silva Andrade. *Arqueologia preventiva e os impactos sobre os bens arqueológicos no sítio Vila de Santo Antônio, área da Igreja de Santo Antônio, Porto Velho, RO*. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de Arqueologia, Universidade Federal de Rondônia, 2017, p. 64-65. Disponível em: <<http://www.arqueologia.unir.br/uploads/03144268/TCC%20ANDREIA%20RAVANI%202017.1.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

²¹ RAVANI, Andreia Silva Andrade. *Arqueologia preventiva e os impactos sobre os bens arqueológicos no sítio Vila de Santo Antônio, área da Igreja de Santo Antônio, Porto Velho, RO*, p. 65.



Dessa forma, além do descuido com estruturas, com as peças, com o terreno, o projeto de revitalização impôs a construção de um complexo cultural para visitação totalmente descontextualizado do sítio arqueológico local e suas relações com a história de Santo Antônio e da EFMM. Nesse contexto, João Cezar de Castro Rocha - ao visitar a revitalização de Santo Antônio em 2015 - percebeu não só o descuido com as origens desse espaço, como também a inadequação e a precariedade das formas estéticas que foram impostas pela intervenção sobre o patrimônio e sítio arqueológico desse local:

Seguindo a trilha da Madeira-Mamoré, chegamos ao Sítio Arqueológico Vila de Santo Antônio. A fotografia que você encontrou na capa deste livro foi tirada no seu estacionamento: “Entrada” de ponta-cabeça, metonímia da precariedade sem mais, tal qual, pura e dura. O Sítio Arqueológico é um complexo cultural no qual se destacam a Capela de Santo Antônio de Pádua, um Centro Cultural Indígena e o Marco Divisório dos estados de Amazonas e Mato Grosso. Começamos pela fronteira anacrônica. A irregularidade da vegetação a seu redor esclarece de imediato o abandono em que se encontra o complexo cultural. O tempo encarregou-se de reduzir a geografia humana a proporções modestas. Em uma década apenas, a aparência é de uma ruína secular, propriamente arqueológica. O marco ainda assim encontra-se ilhado por uma quase-cerca, ou seja, algumas vigas de madeira reunidas ao acaso, todas mal encaixilhadas e de diferente tamanho, literalmente escoradas umas nas outras, num equilíbrio frágil que consterna mais do que protege. Ao lado, uma árvore hesitante também é escorada por materiais os mais diversos: varas de bambu, restos de madeira, um ou talvez dois fios de arame farpado, numa mescla que torna a indiferença, regra. Adiante, um palco improvisado para ocasiões eventualmente festivas oferece como espetáculo uma frágil viga de madeira, tão torta que chega a parecer corcunda, localizada bem no centro do tablado, com a função de sustentar o teto; muito embora esse teto não passe de uma armação sem cobertura.²²

Assim, as formas que resultaram das restaurações/revitalizações do complexo central da EFMM, do Mercado Cultural e da Vila de Santo Antônio, são representativas de intervenções sobre o patrimônio que, ao invés de preservá-lo, “serve-se dele e o mata aos poucos”, já que sempre impõe sobre ele um processo de desaturização. Ou seja, de destruição de suas origens através de uma política de preservação que se transforma em uma “política da escora”, uma “política do precário” que suspende as marcas do tempo. Nisso, sem cronologia, sem projeto e, em seguida sua precarização e o abandono.²³

²² CASTRO ROCHA, João Cezar. *Leituras desaturizadoras: tempos precários, ensaios provisórios*, p. 30-31.

²³ CASTRO ROCHA, João Cezar. *Leituras desaturizadoras: tempos precários, ensaios provisórios*, p. 32.



Nesse sentido, as palavras de Castro Rocha sobre esse processo de desaturização que é promovido pela “política da escora” que se transforma em uma “política do precário” sobre os bens patrimoniais:

[...] a política da escora limita-se ao precário, dele não se diferencia, pelo contrário, tende a ele amalgamar-se, como erva daninha que pouco a pouco debilita o tronco da árvore no qual se alimenta. A desaturização, portanto, se refere à ausência de origem, à precariedade a mais acentuada. Essa circunstância produz uma instabilidade estrutural, desautorizando reflexões que não se engajem com esse traço – a falta como primeiro passo do pensamento.²⁴

Em julho de 2017, mais um episódio da “política do precário” foi colocado em prática, demonstrando que as intervenções destruidoras do poder público sobre os objetos originais da ferrovia não possuíam limites. Dessa vez, no entanto, o avanço se deu sobre o “cemitério das locomotivas”, espaço que se formou do encontro da cultura e da natureza nos trilhos da EFMM no bairro Triângulo, uma espécie de *Land Art*²⁵ que se apresenta de forma inusitada, extraordinária, como efeito colateral da desativação da ferrovia e do abandono de trens ao longo do trajeto entre Porto Velho e Guajará Mirim nos anos de 1970.

Sua beleza provém do poético envolvimento de suas locomotivas enfileiradas em meio à uma vegetação verde escura, às margens do caudaloso rio Madeira, ambiente em que a floresta, os rigores do sol e chuvas amazônicas favorecem a dissolução estrutural delas. Os tons provindos do vermelho ferrugem nos corpos das locomotivas se misturam com os musgos brancos esverdeados, denunciam o avanço da umidade e o lento processo de apodrecimento do aço em seu caminho rumo à natureza.²⁶

²⁴ CASTRO ROCHA, João Cezar. *Leituras desaturadoras: tempos precários, ensaios provisórios*, p. 32.

²⁵ Ou seja, uma arte produzida a partir do pleno desdobramento da beleza das locomotivas em seus processos de retorno à natureza, uma experiência estética engendrada pelo espaço do mundo semelhante à uma espécie de “*Land Art*”. Cf. GUMBRECHT, Hans Ulrich; PACHECO, Alexandre. Vingança da natureza. *Suplemento Literário Minas Gerais*. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, set./out. 2018, n. 1380, p. 14. Tendência artística que se desenvolveu nos Estados Unidos nos anos de 1960 e 1970 e que inovou ao usar os materiais do meio ambiente para criação de obras de arte nas paisagens naturais. Um de seus principais expoentes foi Robert Smithson. Seu trabalho mais conhecido é o *Spiral Jetty*. Cf. LAND art. *Tate*. London, 2020. Disponível em: <<https://www.tate.org.uk/art/art-terms/l/land-art>>. Acesso em: 28 jul. 2020.

²⁶ PACHECO, Alexandre; GUMBRECHT, Hans Ulrich. Poética e tragédia nas locomotivas em ruínas do cemitério Ferroviário de Porto Velho, In: *Diálogos sobre história, cultura e linguagens*. Rio Branco: Nepan, 2019. p. 158. Processo de decomposição inimaginável nos áureos tempos em que as poderosas locomotivas da EFMM rodavam em meio à uma paisagem amazônica pré-histórica. C.f. NOS TRILHOS da Maria louca. *Isto é*. São Paulo, 02 fev. 2005, n. 2536, p. 1. Disponível em: <https://istoe.com.br/98_NOS+TRILHOS+DA+MARIA+LOUCA/> Acesso em 12 mai. 2017.



Pois bem, o governo de Rondônia de forma insensível e violenta retirou uma das locomotivas desse cemitério no mês de julho do ano de 2017, isto é, com o intuito de reformá-la e exibi-la como uma espécie de emblema de civilização em uma praça chamada pela população de Espaço Alternativo.

Veja-se o episódio:

A locomotiva que foi retirada, estava localizada em uma área de tombamento histórico e protegida por lei federal através da Portaria do Iphan 231/2007 e que se encontrava no Km 2, do sítio Candelária da EFMM. [...]

Com isso, não havia autorização do Iphan para o DER em fazer a retirada dessa locomotiva até o Espaço Alternativo.

[...] Já o arquiteto Luiz Leite de Oliveira, presidente do Conselho de Administração da Associação de Preservação do Patrimônio Histórico e Amigos da Associação de Preservação do Patrimônio, um acirrado defensor do tombamento pediu posicionamento dos Ministérios Públicos Estadual e Federal e se posicionou a respeito e disse que a situação é crítica. “Uma sucessão de desmazelos e crimes de lesa-pátria contra o patrimônio da mais lendária ferrovia do mundo no século passado. Não pensei que tivessem essa coragem”, lamentou.²⁷

Figura 3: Espaço aberto após retirada de uma locomotiva pelo DER no cemitério de trens do bairro do Triângulo



Fonte: Foto do autor, 2018.

Dessa forma, o poder público - agora através do governo estadual - reiterou ser o maior inimigo da preservação do patrimônio por revelar sua total ignorância sobre o

²⁷ CONFUSÃO: Locomotiva que foi para o Espaço Alternativo era a errada. *O Rondoniense*. Porto Velho, 2017. Disponível em: <<http://www.orondoniense.com.br/noticias/confusao-locomotiva-que-foi-para-o-espaco-alternativo-era-a-errada,8503.shtml>> Acesso em: 15 abr. 2018.



significado de um bem pertencente à uma área de tombamento, de um lado; de outro, por impor uma destruição estética irreversível da paisagem histórica das locomotivas em ruínas. Essas que deveriam ficar intocadas para que sempre revelem a trágica forma como foi conduzida pela sociedade local a desativação da ferrovia.

O governo estadual, no entanto, foi obrigado pelo Ministério Público Federal a devolver a locomotiva no mesmo mês de julho de 2017 ao patrimônio da EFMM, fazendo-o, no entanto, para o lugar errado, ou seja, para o pátio do complexo da EFMM no centro de Porto Velho.²⁸

Apesar dessa sucessão de desastres sobre a ferrovia, o governo de Rondônia novamente deslocou partes de alguns trens do complexo da EFMM para a praça “Espaço Alternativo” em agosto de 2017.²⁹

A união das partes dos trens que foram retirados da Madeira Mamoré resultou então na montagem de uma locomotiva que não possui qualquer valor histórico e passou a ser exposta no chamado “Espaço Alternativo” no final de 2017. Episódio que novamente demonstrou a impossibilidade de o poder público agir em prol de uma política de preservação voltada à convivência entre o moderno e a manutenção do antigo. Assim, percebemos que se expressou Sá sobre a locomotiva exposta no “Espaço Alternativo”:

Dessa forma, à falta de preservação soma-se não só o impacto das intervenções inadequadas, como também o que Walter Benjamin afirmou ser o advento da barbárie advinda da pobreza de experiência com o passado.³⁰

[...] nossa pobreza de experiência é apenas uma parte da grande pobreza que recebeu novamente um rosto, nítido e preciso como o do mendigo medieval. Pois qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós? A horrível mixórdia de estilos e concepções do mundo do século passado mostrou-nos com tanta clareza aonde esses valores culturais podem nos conduzir, quando a experiência nos é subtraída, hipócrita ou sorratamente, que é hoje em dia uma prova de honradez confessar nossa pobreza. Sim, é preferível confessar que essa

²⁸ CASTELO BRANCO, Daniela. IPHAN explica polêmica gerada com locomotiva. *Diário da Amazônia*. Porto Velho, 2017. Disponível em: <<https://www.diariodaamazonia.com.br/iphan-explica-polemica-gerada-com-locomotiva/>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

²⁹ CRUZ, Montezuma. Outra locomotiva foi parar no espaço alternativo. *Gente de opinião*. Porto Velho, 2017. Disponível em: <<https://www.gentedeopinioao.com.br/colunista/montezuma-cruz/outra-locomotiva-foi-parar-no-espaco-alternativo-por-montezuma-cruz/>>. Acesso em: 04 mar. 2020.

³⁰ MARTINS, Sandra. A experiência da modernidade e o patrimônio cultural. *Reia - Revista de Estudos e Investigações Antropológicas*. Recife: PPGA-UFPE, 2014 vol. 1, n. 1, p. 18-19. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/reia/article/view/229950/24142>> Acesso em: 20 ago. 2019.



pobreza de experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade.
Surge assim uma nova barbárie.³¹

Barbárie observada no brutal deslocamento da locomotiva do sítio arqueológico da Candelária, mas também na depredação dos objetos históricos da EFMM ao longo dos trilhos entre Porto Velho e Santo Antônio.

A insistência do poder público na reprodução da “política do precário” para a preservação do patrimônio histórico

Na gestão do prefeito Roberto Sobrinho (2005-2012), é observado que as intervenções realizadas em seu governo para a preservação da EFMM e do Mercado Público Municipal giraram em torno da ideia de que esses bens históricos “legitimam e preservam a memória da história de Porto Velho e garantem aos seus munícipes o sentimento de pertencimento.”³²

Diante desse cenário, de acordo com Nogueira e Nunes, a prefeitura apresentou um projeto de restauração que foi aprovado pelo IPHAN após serem realizados uma série de ajustes:

Uma das grandes dificuldades para se conseguir recursos para a restauração da Estrada de Ferro, é o fato de que muita gente dizia que ia restaurar, mas não apresentava projetos. Nós apresentamos um projeto aprovado pelo Iphan. Foram feitos todos os ajustes sugeridos pelo instituto e hoje temos a grata satisfação de iniciar esta obra tão importante para a preservação da nossa história, enfatizou Roberto Sobrinho.³³

No entanto, o que foi posto em prática pela prefeitura foi, na verdade, um projeto de revitalização:

Mediante o quadro de ausências evidenciados na cidade de Porto Velho é inevitável constatar que o que foi alterado, na gestão do ex-prefeito Roberto Sobrinho, foi simplesmente revitalizado. Em se tratando de Estrada de Ferro Madeira-Mamoré [...] de restauração nada foi evidenciado, tendo em vista que os procedimentos ditados e já bastante

³¹ BENJAMIN, 1985b, p 115 apud MARTINS, Sandra. *A experiência da modernidade e o patrimônio cultural*, p. 18-19. Nesse sentido, não é surpresa saber que até certos membros pertencentes à associação de preservação do patrimônio contribuam para a sua destruição nesse ambiente que insiste em impor modernizações ao patrimônio que nunca se completam. C.f.: Triste fim: peças abandonadas da Madeira Mamoré são vendidas como sucata. *Rondoniaovivo*. Porto Velho, 2020. Disponível em: <<http://rondoniaovivo.com/geral/noticia/2020/01/25/triste-fim-pecas-abandonadas-da-madeira-mamore-sao-vendidas-como-sucata.html>>. Acesso em 30 mar. 2020.

³² NOGUEIRA, Mara Genecy Centeno; NUNES, Adriana Cristina da Silva. Restauração ou revitalização? Pontos para repensar o patrimônio público de Porto Velho. In: Simpósio Nacional de História, 27, 2013, Natal. *Anais*. Natal: UFRN, 2013, p. 2. Disponível em: <<https://www.anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/33-snh27>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

³³ NOGUEIRA, Mara Genecy Centeno; NUNES, Adriana Cristina da Silva. Restauração ou revitalização? *Pontos para repensar o patrimônio público de Porto Velho*, p. 2.



difundido pela Arqueologia Histórica, pela Arqueologia Urbana e pelos estudos da Arqueologia da Arquitetura não foram seguidos.³⁴

Nogueira e Nunes também observam algo extremamente relevante para nossa discussão: o quase total desconhecimento por parte dos agentes públicos dos estudos e dos instrumentos normativos sobre a preservação do patrimônio histórico edificado no Brasil. Nesse sentido, o desprezo pelos bens patrimoniais demonstrado por governantes também se relaciona com os custos para a restauração e manutenção deles.³⁵ E é por isso que, de uma forma geral, os gestores optam por colocar em prática projetos que realizam sobre as edificações [...] alterações em suas bases arquitetônicas para impor um visual modernizante com o intuito de revitalizar e garantir fontes de recursos aos municípios onde os projetos de revitalização são aplicados.³⁶

Para os gestores deve prevalecer o valor de uso sobre a edificação histórica, opção que renega o valor simbólico dos bens patrimoniais e sua significação para a construção de uma relação de identidade com a população que deve conviver com ele.³⁷

Afinal, qualquer bem só é patrimônio em decorrência da sua importância simbólica para a sociedade que o elegeu. Ao tentar garantir lucro, o estado ou município que detém a tutela sobre o bem patrimonial e acabam atribuindo outras funções e retirando após a restauração, os atributos que o fizeram ser enaltecido pela sociedade que o elegeu.³⁸

Dessa forma, as intervenções do poder público não cessaram de descaracterizar ou degradar o patrimônio histórico de Porto Velho nas últimas duas décadas, pois foram guiadas pelo alienado senso comum que exerce sua paixão pelo palpável e que não permite às coisas serem o que elas realmente são.³⁹ Exemplo disso foi a revitalização do Mercado Público Municipal, onde as partes remanescentes desse antigo mercado foram demolidas para a construção do chamado “Mercado Cultural”. Processo de revitalização que ignorou a importância das ruínas do antigo Mercado, como evidência do trágico incêndio que destruiu

³⁴ NOGUEIRA, Mara Genecy Centeno; NUNES, Adriana Cristina da Silva. *Restauração ou revitalização? Pontos para repensar o patrimônio público de Porto Velho*, p. 11.

³⁵ NOGUEIRA, Mara Genecy Centeno; NUNES, Adriana Cristina da Silva. *Restauração ou revitalização? Pontos para repensar o patrimônio público de Porto Velho*, p. 7-8.

³⁶ NOGUEIRA, Mara Genecy Centeno; NUNES, Adriana Cristina da Silva. *Restauração ou revitalização? Pontos para repensar o patrimônio público de Porto Velho*, p. 7.

³⁷ NOGUEIRA, Mara Genecy Centeno; NUNES, Adriana Cristina da Silva. *Restauração ou revitalização? Pontos para repensar o patrimônio público de Porto Velho*, p. 9.

³⁸ NOGUEIRA, Mara Genecy Centeno; NUNES, Adriana Cristina da Silva. *Restauração ou revitalização? Pontos para repensar o patrimônio público de Porto Velho*, p. 9.

³⁹ ADORNO, Theodor. *Teoria estética*. Lisboa: Edições 70, 1970, p. 28.



esse bem cultural, ou seja, uma evidência que poderia evocar o binômio “trauma e memória” para a sociedade local.⁴⁰

Dessa forma, tal arruinamento poderia revelar em termos documentais

[...] valiosos detalhes arquitetônicos até então ocultos, como materiais de construção sob as superfícies de revestimento, composição das fundações, etc., informações fundamentais para aprofundar o conhecimento do bem e subsidiar futuras ações para sua preservação. [...] essas ruínas documentam o episódio trágico que as acometeu, sendo o resultado concreto da destruição.⁴¹

Dessa forma, convém a seguinte pergunta: por que diante da constante destruição do patrimônio histórico continua a “política do precário” a ser adotada como forma de preservação em Porto Velho?

A resposta a essa pergunta liga-se às posturas voluntaristas, personalistas e até patrimonialistas dos agentes públicos, já que historicamente suas ações de preservação visam antes responder aos anseios de consumo e recreação da população em geral, do que promover ações impessoais guiadas pelas normas de preservação existentes nos estudos acadêmicos sobre os bens patrimoniais. Daí a necessidade de sempre impor o valor de uso sobre eles.

Destarte, tais posturas voluntaristas/personalistas - resultado de uma prevalecente cultura da cordialidade na sociedade brasileira -⁴², institucionalizaram ao longo dos anos o que chamamos de “política do precário” sobre o patrimônio - seja na esfera municipal, estadual ou mesmo federal - como pudemos ver nos exemplos de restauração/revitalização da EFMM, do Mercado Público Municipal e na Vila de Santo Antônio.

⁴⁰ RODRIGUES, Angela Rosch. Ruína e patrimônio arquitetônico no Brasil: memória e esquecimento. *Virus*. São Carlos: IAU-USP, 2018 n. 16, p. 6-7. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus16/secs/submitted/virus_16_submitted_3_pt.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2019.

⁴¹ RODRIGUES, Angela Rosch. *Ruína e patrimônio arquitetônico no Brasil*: memória e esquecimento, p. 6-7.

⁴² De acordo com Herton Castiglioni Lopes, a postura dos agentes públicos em administrarem o Estado a partir de seus interesses privados, sempre foi uma constante na história do Brasil. Fato que possui intrínsecas relações com a formação de círculos privados que sempre dominaram a esfera pública. Círculos que historicamente engendraram o chamado homem cordial brasileiro e a influência de seu modo de ser na condução do estamento estatal, a partir do personalismo e do patrimonialismo de seus agentes. Nesse sentido, sua análise das relações entre mentalidade cordial no âmbito do estamento estatal e a perpetuação da corrupção, é elucidativa para o entendimento da reprodução constante de certas práticas - no interior do poder do estado - como a precária política sobre o patrimônio histórico. Cf. LOPES, Herton Castiglioni. A corrupção no estado: Uma análise histórica e institucionalista a partir das contribuições de Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda. *Revista Gestão Pública Práticas e Desafios*. Recife: UFPE, 2014, v. 5, n. 2, p. 11-12. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaopublica/article/view/1861/0>>. Acesso em: 20 mar. 2020.



Por outro lado, a postura desses três poderes possui intrínsecas relações com o desprezo, de uma forma geral, da sociedade local pelo patrimônio. Sociedade que sempre aceitou passivamente as intervenções inadequadas sobre os bens.

Com efeito, foi observado que a “política do precário”, ao não ter legado boas práticas sobre a preservação do patrimônio, também deixou de legar parâmetros estéticos adequados para a sociedade local evitar a constante reprodução dessa política de estado desastrada. Por isso, a estética da degradação presente na EFMM, nos prédios públicos, nos espaços públicos e no patrimônio privado do centro de Porto Velho, ao mesmo tempo que revela, também explica porque a cada nova intervenção sobre o patrimônio, o que ocorre no final das contas, é a perpetuação de um modelo que degrada e destrói os bens antigos.⁴³

Não se pode deixar de perceber que as posturas voluntaristas e personalistas dos agentes públicos conduzem à “política do precário”, isto é, sempre se alimentaram da praticamente inexistência de normas e leis para a conservação dos bens patrimoniais de Porto Velho.⁴⁴

Nogueira e Nunes, nesse sentido, nos esclarecem que

[...] a ausência de legislação municipal e estadual relativas à preservação e tombamento do patrimônio da cidade de Porto Velho, facilita as mutações ao patrimônio edificado. A falta de uma regulamentação leva na maioria dos casos o gestor a impor as transformações que atendem, sobretudo, os interesses de sua administração e não a coletividade. As transformações impostas à malha urbana acabam por alterar a paisagem e aos poucos vão tentando aniquilar a memória afetiva de seus municípios mais antigos.⁴⁵

E apesar da Lei Orgânica do Município de Porto Velho estabelecer que cabe à municipalidade a conservação dos bens históricos, por outro lado, inexistem órgãos e são escassos os profissionais que poderiam não só fiscalizar, mas também formular leis e

⁴³ A discussão que Herton Castiglioni Lopes realizou sobre a influência que as instituições e os indivíduos possuem na manutenção de hábitos e comportamentos que se cristalizam na sociedade, lança luzes sobre o entendimento da “política do precário” aqui discutida. Dessa forma, a análise das instituições e dos indivíduos deve levar em consideração o fato de que os agentes sofrem influência institucional (upward causation), mas também influenciam as instituições através dos hábitos e comportamentos que compartilham (downward causation). A “[...] emergência das instituições acontece a partir desse processo, pois quando os hábitos enraízam-se na vida social, criam-se instituições fortes que são difíceis de serem alteradas. A mudança e a inércia institucional vão depender dos hábitos mentais e da sua flexibilidade ou rigidez. Veblen demonstra a dificuldade de mudança, já que os hábitos se formam a partir de um contexto histórico.” Cf. LOPES, Herton Castiglioni. *Revista Gestão Pública Práticas e Desafios*, p. 4-6.

⁴⁴ NOGUEIRA, Mara Genecy Centeno; NUNES, Adriana Cristina da Silva. *Restauração ou revitalização? Pontos para repensar o patrimônio público de Porto Velho*, p. 9-10.

⁴⁵ NOGUEIRA, Mara Genecy Centeno; NUNES, Adriana Cristina da Silva. *Restauração ou revitalização? Pontos para repensar o patrimônio público de Porto Velho*, p. 10.



projetos mais claros e adequados à conservação do patrimônio, de forma “[...] a se chegar perto do ideal de se restaurar sem perder os elementos básicos e os traços originais da arquitetura, por exemplo.”⁴⁶

Diante desse contexto, não surpreende que as intervenções sobre a EFMM foram conduzidas por uma visão fragmentada de sua significação espacial e funcional no território da cidade de Porto Velho, já que deixou “[...] de fora estruturas e conexões essenciais para compreensão da sua funcionalidade.”⁴⁷

Necessário se faz afirmar, no entanto, a partir do estudo de Maria Emília Lopes Freire que essa visão fragmentada possuiu íntimas relações com a prática institucional nacional voltada ao tombamento e preservação do chamado patrimônio ferroviário, destacando-se, nesse sentido, a influência da própria visão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN sobre essa problemática:

Os exemplos expostos no âmbito da prática institucional nacional, que resultam em interpretações - apressadas e simplistas - são reflexos do entendimento do termo patrimônio ferroviário pelo órgão de preservação Nacional (IPHAN), que assim o apreende: “O Patrimônio Ferroviário Brasileiro engloba bens imóveis e móveis, incluindo locomotivas, vagões, carros de passageiros e outros equipamentos, como guindastes, por exemplo, além de mobiliários, bens integrados como relógios, sinos, telégrafos e acervos documentais” (IPHAN)³² Ressalta, portanto, a dimensão material do bem, compreendido de maneira isolada e estanque, desconsiderando sua estruturação em rede e seu contexto territorial.⁴⁸

Dessa forma, devido à ausência de parâmetros teórico-metodológicos por parte do poder público, foram realizadas escolhas na área de tombamento da EFMM que fragmentaram sua complexidade espacial, e comprometeram a lógica da funcionalidade de sua rede ferroviária, desmantelaram o seu patrimônio, e, por fim, destruíram a sistemicidade⁴⁹ que possuiu com o contexto territorial de Porto Velho.

⁴⁶ NOGUEIRA, Mara Genecy Centeno; NUNES, Adriana Cristina da Silva. *Restauração ou revitalização? Pontos para repensar o patrimônio público de Porto Velho*, p. 10-11.

⁴⁷ FREIRE, Maria Emília Lopes. *Patrimônio ferroviário: por uma compreensão de sua lógica funcional*. Dissertação de Mestrado, Desenvolvimento urbano, Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, 2015, p. 12. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/17273/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado_Aluna%20Maria%20Em%C3%ADlia%20Lopes%20Freire%20_Patrim%C3%B4nio%20ferrovi%C3%A1rio_por%20uma%20compreens%C3%A3o%20sist%C3%AAmica%20da%20sua%20%C3%B3gi~1.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.

⁴⁸ FREIRE, Maria Emília Lopes. *Patrimônio ferroviário: por uma compreensão de sua lógica funcional*, p. 36.

⁴⁹ FREIRE, Maria Emília Lopes. *Patrimônio ferroviário: por uma compreensão de sua lógica funcional*, p. 15.



Na sequência será discutido como o impacto da natureza aprofundou o processo de destruição dos bens patrimoniais da EFMM, ou seja, no âmbito de uma política de conservação que desconsiderou os efeitos ambientais dos grandes empreendimentos.

Os impactos destruidores da natureza sobre o patrimônio histórico de Porto Velho

A partir de 2007, como demonstramos, o governo municipal iniciou a restauração revitalização do antigo complexo ferroviária da EFMM. Sete anos depois, ou seja, em 2014, uma grande inundação do rio Madeira destruiu grande parte das reformas realizadas, trazendo abandono, o crime, o uso de drogas e a prostituição ao local. Assim, indagamos saber: Quais foram, no entanto, os impactos estéticos da grande cheia do rio Madeira em 2014, sobre o patrimônio restaurado/revitalizado?

O prédio da estação está conservado desde os trabalhos de restauração realizados a partir do ano 2007. As avarias que ele sofreu se relacionam mais à deterioração imposta pela ação climática sobre os arranjos paisagísticos contemporâneos que circundam esse prédio. Arranjos formados por bancos de tábuas de madeira onde existem nas extremidades caixetas com arbustos verdes e flores vermelhas.⁵⁰

Figura 4: Arranjo paisagístico arruinado ao redor da estação da EFMM no complexo



Fonte: Foto do autor, 2017.

Desse modo, percebemos que às margens do rio Madeira, a EFMM possui dois grandes armazéns. Isto é, eles estão bem conservados graças às restaurações iniciadas em

⁵⁰ PACHECO, Alexandre. Restauração, ruínas e experiência estética na estação da Estrada de Ferro Madeira Mamoré em Porto Velho (2007-2017). *Patrimônio e História*. Assis: CEDAP, 2020, v. 16, n. 1, p. 295. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/1046-4223-1-PB%20(4).pdf>. Acesso em: 28 jul. 2020.



2007. Assim, nas paredes externas desses galpões voltadas para o rio Madeira, surge um deck deteriorado e um calçamento de blocos de cimento que se estende a outro deck destruído. Deck que margeia as grades de proteção nas barrancas do rio Madeira.

Sobre o vasto calçamento de blocos foi erigido o mesmo padrão de paisagismo concebido para o prédio da estação da EFMM. Paisagismo que se encontra castigado pela ação do tempo, pela depredação e que convive com os entulhos de madeira do destruído deck às margens do rio Madeira. A deterioração dos arranjos paisagísticos contemporâneos (assentos e decks) instalados na estação e nos armazéns tornou-se inevitável devido ao uso de madeira, material inadequado ao clima local e de fácil destruição pela depredação.⁵¹

Figura 5: Vista de um dos galpões da ferrovia com seu deck deteriorado



Fonte: Foto do autor, 2017.

Figura 6: Deck destruído pela enchente do rio Madeira



Fonte: Foto do autor, 2017.

⁵¹ PACHECO, Alexandre. *Restauração, ruínas e experiência estética na estação da Estrada de Ferro Madeira Mamoré em Porto Velho (2007-2017)*, p. 295.



O término da restauração da oficina da EFMM se deu em 2013⁵². No seu entorno temos locomotivas e vagões em decomposição, ruínas da antiga casa de força, entulhos de velhos materiais da ferrovia, lixo, mato, grades destruídas. Um prédio que foi também abandonado pela municipalidade e tornou-se local de consumo de drogas, prostituição e assaltos.

Tais condições formam uma paisagem desestabilizadora das pretensões estéticas produzidas pelas obras de restauração/revitalização nas outras partes da estação. Essa desestabilização, no entanto, é atenuada pelo fato de que a mesma ação climática, o abandono e a depredação que provocaram a formação de ruínas no entorno da oficina, também avançam sobre os prédios restaurados, sobretudo nos arranjos paisagísticos contemporâneos que cercam eles, como já expomos acima. Mas a situação de deterioração se manifesta principalmente nas grades de ferro e nas calçadas que margeiam a EFMM com a Avenida Farquhar. Na seção onde se encontram os quiosques, na citada avenida, as grades e os bancos que simulam um estilo *belle époque* estão em estado de ruínas.⁵³

Somada à destruição dessas áreas restauradas/revitalizadas ocorreu também a aceleração da decomposição e da destruição de locomotivas e de vários vagões de passageiros que estavam estacionados na praça da EFMM.

Figura 7: Composição de trens em decomposição após sofrer o impacto da enchente do rio Madeira de 2014



Fonte: Foto do autor. 2017.

A catastrófica enchente do rio Madeira acelerou a decomposição do patrimônio da EFMM e suspendeu radicalmente o resultado estético da restauração e da revitalização

⁵² RESTAURAÇÃO do galpão da Madeira-Mamoré está na fase final. *GI RO*. Porto Velho, 2 ago. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2013/08/restauracao-do-galpao-da-madeira-mamore-esta-na-fase-final-em-ro.html>>. Acesso em: 6 jun. 2020.

⁵³ PACHECO, Alexandre. *Restauração, ruínas e experiência estética na estação da Estrada de Ferro Madeira Mamoré em Porto Velho (2007-2017)*, p. 298.



realizados a partir de 2007. Intervenções, enfim, que tiveram o objetivo de criar um ambiente para o turismo naquele espaço histórico.

Os impactos da natureza sobre o patrimônio da EFMM no bairro Triângulo

A atmosfera histórica do tradicional bairro Triângulo, apesar de toda a destruição causada pelas enchentes, ainda lembra os tempos em que as locomotivas percorriam os trilhos às margens do rio Madeira. Ao longo desse trajeto, de acordo com a descrição romântica de Borzacov, os antigos moradores, gente de convivência amistosa, escutavam “o resfolegar e os apitos das locomotivas e os ruídos dos vagões, sentindo o cheiro característico de madeira advindo da serraria Tiradentes”.

Era o bairro dos antigos ferroviários, local em que a presença da EFMM se mesclava às saudosas memórias de um mundo não mais existente, mas constantemente revividas, de acordo com Borzacov, em versos como “Exaltação do Triângulo”, do poeta popular Ernesto de Melo:

Já me falou o poeta/ que o teu passado foi glória/ vou recordar tua história/
daqueles tempos p'ra cá/ depois que o tempo da boemia passou/ o 5º BEC
chegou trazendo os seus generais/ a força do poder da ditadura/ não
respeitou minha cultura/ destruiu meus ideais/ Morro do Querosene veio
abaixo/ o Alto do Bode hoje é baixo/ e nem tem Baixa do União/ Madeira
Mamoré só por pirraça/ calou a Maria Fumaça ferindo o meu coração/ se
o tempo da boemia passou/ quero que passe o tempo dos generais/
Triângulo, Triângulo/ quem te viu naquele tempo não reconhece jamais/
hoje tem até desmoronamento/ tem enchentes que tiram o teu povo de lá/
quem me dera resgatar minha bandeira/ pela Vila Cachoeira/ e tirar o
progresso de lá.⁵⁴

Por outro lado, essa atmosfera de ligação do Triângulo com a história da EFMM seria profundamente afetada a partir do ano de 2012, com o início do funcionamento da Usina de Santo Antônio.

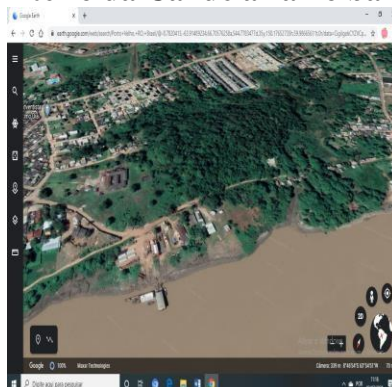
Em 23 de janeiro de 2012 as comportas da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio foram abertas, ocasionando o desbarrancamento de cerca de 7 km à jusante do eixo da barragem, afetando diretamente o Bairro Triângulo. Mais de cem moradias foram atingidas pela erosão, sendo necessário um processo de remanejamento emergencial destes moradores, os quais foram levados para hotéis e pousadas da capital.⁵⁵

⁵⁴ BORZACOV, Yêdda Pinheiro. *Os bairros na história de Porto Velho*, p. 268-269.

⁵⁵ SANTOS, Felipe Pinheiro dos; ARAÚJO, Rayanne Cristina; AGUIAR, Sandra Garcia; BARBA, Clarides Henrich de. Impactos sócio-econômicos das hidrelétricas do Madeira: um estudo no bairro Triângulo em Porto Velho/RO. In: Congresso Nacional de excelência em gestão, 10, 2014, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: UFF,



Figura 8: Vista da área da região desbarrancada próxima ao cemitério das locomotivas e do cemitério da Candelária no bairro Triângulo



Fonte: Google Earth, 2020.

Dessa forma, a grande enchente do Rio Madeira, em 2014, acelerou os impactos ambientais sobre o antigo bairro, consolidando a destruição quase que total de suas habitações tradicionais e da paisagem bucólica que existia no transcurso dos trilhos da EFMM às margens do rio Madeira. Esse impacto ambiental não só acelerou a destruição dos trilhos das locomotivas estacionadas no “cemitério dos trens”, como também das edificações do cemitério da Candelária, mas isto contribuiu para a depredação de todo esse patrimônio ao provocar o despovoamento, o abandono e o aumento da violência na orla do Triângulo no rio Madeira. A partir disso, formou-se um círculo vicioso entre o impacto ambiental e o aprofundamento da depredação da EFMM, considerando o trajeto desde o [...] (pátio ferroviário, 8 km de trecho férreo compreendidos entre Porto Velho/Santo Antônio, o Cemitério da Candelária e as três Caixas D’Água), protegidas por legislação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, constantemente agredido e destruído.⁵⁶

Figura 9 - Locomotiva abandonada e depredada no bairro Triângulo

2014, p. 15-16. Disponível em: <https://www.inovarse.org/sites/default/files/T14_0251_3.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

⁵⁶ BORZACOV, Yêdda Pinheiro. *Os bairros na história de Porto Velho*, p. 23.





Fonte: Foto de João Cezar de Castro Rocha, 2015.

Mas como pode ser pensado esse impacto da natureza sobre o patrimônio da EFMM no âmbito de uma política de conservação que não realizou estudos sobre os efeitos ambientais sobre a área de tombamento histórico da EFMM?

A política do precário diante do impacto ambiental sobre o patrimônio da EFMM

Em primeiro lugar, é preciso se ater ao fato de que no período da restauração/revitalização do complexo da EFMM, entre os anos de 2007 a 2013, inexistiam tanto ao nível local, como ao nível nacional, instrumentos legais e com critérios específicos para avaliação do impacto ambiental dos grandes empreendimentos sobre o patrimônio material e imaterial.⁵⁷ Nesse sentido, a concessão do chamado “Licenciamento Cultural” - muito tardiamente - começou a ser realizada por órgãos como o IPHAN:

[...] o Iphan até muito recentemente não possuía um instrumento legal que estabelecesse os critérios de avaliação definidos para seu procedimento de análise quanto à concessão de anuência ao licenciamento ambiental. E ainda, até meados de 2009, o então denominado “Licenciamento Cultural”, analisava os impactos dos empreendimentos e se pronunciava somente em relação ao patrimônio arqueológico.

A partir do ano de 2009 é que a instituição passou a se debruçar acerca dos impactos às referências culturais de natureza material e imaterial, como um todo, nas áreas de influência dos empreendimentos, propondo medidas que os impedissem ou minimizassem através de Termos de Referência [...] ⁵⁸

⁵⁷ BONFIM, Paôla Manfredini Romão; HENKES, Jairo Afonso; GUIMARÃES, Geovan Martins. *Revista gestão e sustentabilidade ambiental*. Florianópolis, UNISUL, out/dez. 2019, v. 8, n. 4, p. 11. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/8565/4767>. Acesso em: 26 out. 2020.

⁵⁸ BONFIM, Paôla Manfredini Romão; HENKES, Jairo Afonso; GUIMARÃES, Geovan Martins. *Revista gestão e sustentabilidade ambiental*. p. 11.



No entanto, somente a partir do ano de 2015, no período posterior às intervenções que ora discutimos neste artigo, é que o IPHAN viria a estabelecer um conjunto de regras para o chamado “Licenciamento Cultural”:

[...] primeiramente com a Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015, que regulamenta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental federal e disciplina os estudos necessários para a identificação de impactos ao patrimônio cultural causados por empreendimentos que excedem os limites estaduais, e são, portanto, licenciados pelo Ibama. E, logo em seguida pela Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015, que estabelece procedimentos administrativos a serem observados pela Autarquia nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. E posteriormente, a Portaria Iphan nº 199/2016, que cria a Coordenação Técnica Nacional de Licenciamento no Iphan, substituindo a Coordenação anterior de 2012.⁵⁹

Nesse sentido, diante de um contexto em que inexistiam regras para a concessão do chamado “Licenciamento Cultural”, o que poderia ter sido feito por uma precária política de preservação para atenuar os impactos que os grandes empreendimentos impuseram à EFMM? A resposta seria: pouco ou quase nada.

Como demonstrado acima, grande parte dos bens históricos da EFMM, tanto no complexo ferroviário, como no bairro Triângulo, foram irreversivelmente deteriorados ou destruídos pelos danos ambientais causados pela enchente do rio Madeira. Portanto, diante dessa trágica constatação sobre o destino do patrimônio da ferrovia em que ações de restauro não são mais passíveis de recuperar os traços originais de grande parte dos bens remanescentes, uma percepção diferenciada de preservação deveria ser lançada sobre esses bens, ou seja, a partir das discussões contemporâneas sobre as relações entre ruína e patrimônio.

Nesse cenário, de acordo com Angela Rosch Rodrigues, ainda que as ruínas se constituam uma antítese dos objetivos últimos da preservação, essa autora chama-nos atenção para o fato de que remanescentes arquitetônicos em ruínas do patrimônio nacional, desde os anos de 1930, passaram a ser “[...] identificados enquanto bens culturais na composição do ideário de história e construção da memória nas políticas de preservação dos órgãos de preservação no Brasil.”⁶⁰

⁵⁹ BONFIM, Paôla Manfredini Romão; HENKES, Jairo Afonso; GUIMARÃES, Geovan Martins. *Revista gestão e sustentabilidade ambiental*, p. 13.

⁶⁰ RODRIGUES, Angela Rosch. *Ruína e patrimônio arquitetônico no Brasil: memória e esquecimento*, p. 1.



No âmbito dessa função histórica e considerando os graus de destruição que Rodrigues categoriza as ruínas, pode-se afirmar que o arruinamento do patrimônio da EFMM se formou a partir de fatores, como: a falta de cuidado, o desleixo, a negligência e a catástrofe natural ou antrópica. Ou seja, ruínas provenientes da incúria ou do incidente.⁶¹

Dessa forma, considerando que praticamente todo o patrimônio da EFMM que havia sido arruinado pela incúria da municipalidade teve sua deterioração e destruição aprofundados pelo incidente catastrófico da enchente, o seguinte questionamento se faz necessário: quais os tipos de sensações relativas ao passado os objetos históricos arruinados da EFMM poderiam incitar, caso fossem observados, a partir dos parâmetros das discussões contemporâneas, as relações entre ruína e patrimônio?

Entende-se aqui que poderiam provocar sensações semelhantes às discutidas por Rodrigues quando esse afirma, citando Starobinsk, que as ruínas podem evocar sentimentos de perplexidade por incorporarem os trágicos e violentos eventos que as produziram no passado, isto é, de forma que quanto mais recentes forem as ruínas, mais forte serão os sentimentos de desassossego que transmitirão ao observador, já que para “[...] que uma ruína pareça bela é preciso que a destruição seja bastante longínqua [...]. Ninguém sonha tranquilamente diante de ruínas recentes que fazem sentir o massacre: estas são logo desentulhadas para reconstruir”⁶²

As ruínas do incidente podem se tornar símbolos que asseguram o “sentido memorável atribuído a qualquer catástrofe”. No Brasil, as ruínas provenientes do rompimento da barragem do Fundão da Samarco Mineração SA em Bento Rodrigues (subdistrito de Mariana, MG) em 2015 amplificam de modo incontestado o papel patrimonial delatando o trágico evento com uma mensagem de penosa sobrevivência.⁶³

Assim, uma nova proposta para a conservação do patrimônio da EFMM - que romperia definitivamente com política de conservação improvisada e populista da municipalidade - não mais negaria as ruínas enquanto um patrimônio significativo da ferrovia, pois permitiria a metamorfose dos traços originais dos objetos arruinados em seus respectivos processos de retorno à natureza.⁶⁴ Em outras palavras, isto significa que a fusão entre cultura e natureza era capaz de exortar sensações de perplexidade, como afirma

⁶¹ RODRIGUES, Angela Rosch. *Ruína e patrimônio arquitetônico no Brasil: memória e esquecimento*, p.2.

⁶² STAROBINSKI, 1994, p. 202 apud RODRIGUES, Angela Rosch. *Ruína e patrimônio arquitetônico no Brasil: memória e esquecimento*, p. 6-7.

⁶³ RODRIGUES, Angela Rosch. *Ruína e patrimônio arquitetônico no Brasil: memória e esquecimento*, p. 6.

⁶⁴ GUMBRECHT, Hans Ulrich; PACHECO, Alexandre. *Vingança da natureza*, p. 13-14.



Rodrigues, algo que se configuram esteticamente como “[...] elementos que testemunham a sobrevivência do que existiu, ou seja, a partir delas poderiam ser extraídas informações sobre a composição anterior do objeto, mas também testemunham as causas da destruição e do que pode ser esquecido.”⁶⁵

Essa nova proposta de intervenção, inclusive, poderia ser pensada para a área de tombamento da EFMM no trecho conhecido como cemitério das locomotivas, no histórico bairro Triângulo, “[...] para a preservação da tensa beleza natural que se formou entre as máquinas ferroviárias e a mata às margens do rio Madeira. Essa proposta também deveria ser estendida à estação central da EFMM na medida em que lá existem vários equipamentos em ruínas.”⁶⁶

Por outro lado, aceitar os desdobramentos das ruínas da EFMM em seu processo de retorno à natureza, bem como a evocação das experiências estéticas que podem suscitar, como descrito acima, seria também acrescer uma dimensão ecológica à política de preservação da área de tombamento histórico da EFMM, já que seria uma forma de estabelecer uma adaptação dessa área aos rigores climáticos que assolam a região Amazônica.

Considerações finais

Na conclusão, pode-se afirmar que as ações restauradoras/revitalizadoras realizadas no complexo ferroviário da EFMM, a partir de 2007, complementaram, no campo da cultura, a continuidade do processo de destruição do patrimônio da ferrovia que se iniciou com os ciclos de modernização a partir dos anos de 1960. Isto significa que as intervenções que simbolicamente impuseram ao patrimônio a ideia de que o passado deve ser disfarçado ou suplantado. Processo silenciador da história da EFMM que tem sido incrementado pelo impacto destrutivo da natureza na região.

Dessa forma, como demonstrado, por um lado, o anseio pelo moderno convive com os traços de arcaísmos peculiares a nossa cultura, sobretudo quando se constata que as posturas personalistas e patrimonialistas dos agentes públicos sempre fomentam soluções que deformam o patrimônio; por outro, os impactos da ação climática concorrem para a decomposição e destruição tanto dos bens degradados pela política inadequada de preservação, quanto do restante patrimônio original da EFMM. Ou seja, os impactos da

⁶⁵ RODRIGUES, Angela Rosch. *Ruína e patrimônio arquitetônico no Brasil: memória e esquecimento*, p. 1.

⁶⁶ GUMBRECHT, Hans Ulrich; PACHECO, Alexandre. *Vingança da natureza*, p. 14.



natureza concorrem para uma constante reprodução de um estado estético resultante da decomposição e destruição tanto das formas patrimoniais degradadas, como das formas originais do patrimônio.

Data de submissão: 05/08/2020

Data de aceite: 04/11/2020



Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. **Teoria estética**. Lisboa: Edições 70, 1970.

ALENCAR, Carolina Pena de. **Trilhando memórias: reflexões acerca das identidades dos trabalhadores da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré**. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) -Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

ARAÚJO, Wagner dos Reis Marques. **A expansão das fronteiras amazônicas: o legado das Usinas Hidrelétricas (UHEs) Santo Antonio e Jirau no estado de Rondônia (RO)**. *RELEM* – Revista Eletrônica Mutações, Manaus, v. 8, n. 15, p. 92-105, jul-dez 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/relem/article/view/3378>. Acesso em: 8 jun. 2020.

BONFIM, Paôla Manfredini Romão; HENKES, Jairo Afonso; GUIMARÃES, Geovan Martins. **Revista gestão e sustentabilidade ambiental**. Florianópolis, UNISUL, out/dez. 2019, v. 8, n. 4, p. 11. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/8565/4767>. Acesso em: 26 out. 2020.

BORZACOV, Yêdda Pinheiro. **Os bairros na história de Porto Velho**. Porto Velho: Porto Velho Gráfica & Comunicação Visual, 2016.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia**. Bauru: Edusc, 1ª ed., 2005.

CASTELO BRANCO, Daniela. **IPHAN explica polêmica gerada com locomotiva. Diário da Amazônia, Porto Velho, 2017**. Disponível em: <https://www.diariodaamazonia.com.br/iphan-explica-polemica-gerada-com-locomotiva/>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

CASTRO ROCHA, João Cezar. **Leituras desaturadoras: tempos precários, ensaios provisórios**. Chapecó: Argos/Editora - UFPE, 2017.

CONFUSÃO: Locomotiva que foi para o Espaço Alternativo era a errada. **O Rondoniense, Porto Velho, 2017**. Disponível em: <http://www.orondoniense.com.br/noticias/confusao-locomotiva-que-foi-para-o-espaco-alternativo-era-a-errada,8503.shtml>> Acesso em: 15 abr. 2018.

CRUZ, Montezuma. Outra locomotiva foi parar no espaço alternativo. **Gente de opinião, Porto Velho, 2017**. Disponível em: <https://www.gentedeopinioao.com.br/colunista/montezuma-cruz/outra-locomotiva-foi-parar-no-espaco-alternativo-por-montezuma-cruz>>. Acesso em: 04 mar. 2020.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A ferrovia do diabo**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2005.

FERROVIA amazônica é símbolo do abandono. **Tudorondonia.com**, Porto Velho, 18 set. 2009. Disponível em: <https://www.tudorondonia.com/noticias/ferrovia-amazonia-e-simbolo-do-abandono>. Acesso em: 6 jun. 2020.

FREIRE, Maria Emília Lopes. **Patrimônio ferroviário: por uma compreensão de sua lógica funcional**. Dissertação de Mestrado, Desenvolvimento urbano, Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, 2015, p. 12. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/17273/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%2>



Ode%20Mestrado_Aluna%20Maria%20Em%C3%ADlia%20Lopes%20Freire%20_Patrim%C3%B4nio%20ferrovi%C3%A1rio_por%20uma%20compreens%C3%A3o%20sist%C3%A2mica%20da%20sua%20l%C3%B3gica~1.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.

GOMES, Emmanoel. **Madeira Mamoré: cem anos de agonia e desprezo.** *Rondônia em Pauta*, Porto Velho, 30 dez. 2013. Disponível em: <http://rondoniaempauta.com.br/nl/historia/emmanoel/artigo-madeira-mamore-cem-anos-de-agonia-e-desprezo/>. Acesso em: 6 jun. 2020.

GONÇALVES FILHO, Elmir Marques; ALMEIDA, Fabrício Moraes de; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de. **Metamorfose, desenvolvimento regional e os empreendimentos hidrelétricos do rio Madeira** – Porto Velho, RO (Brasil). *Interscienceplace*, n. 31, p. 1-44, out.-dez. 2014. Disponível em: <http://www.interscienceplace.org/isp/index.php/isp/article/view/299/296>. Acesso em: 10 jun. 2020.

GUMBRECHT, Hans Ulrich; PACHECO, Alexandre. Vingança da natureza. **Suplemento Literário Minas Gerais.** Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, n. 1380, set/out. 2018.

LAND art. Tate. London, 2020. Disponível em: <<https://www.tate.org.uk/art/art-terms/l/land-art>>. Acesso em: 28 jul. 2020.

LOPES, Herton Castiglioni. **A corrupção no estado: Uma análise histórica e institucionalista a partir das contribuições de Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda.** *Revista Gestão Pública Práticas e Desafios*, Recife, v. 5, n. 2, p. 1-19, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaopublica/article/view/1861/0>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MARTINS, Sandra. **A experiência da modernidade e o patrimônio cultural.** *Reia - Revista de Estudos e Investigações Antropológicas*, Recife, vol. 1, n. 1, p. 7- 29, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/reia/article/view/229950/24142>> Acesso em: 20 ago. 2019.

NOGUEIRA, M. G. C.; NUNES, A. C. S. **Restauração ou revitalização? Pontos para repensar o patrimônio público de Porto Velho.** In: Simpósio Nacional de História, 27., Natal. *Anais...* Natal: UFRN, 2013. p. 1-14. Disponível em: <<https://www.anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/33-snh27>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

NOS TRILHOS da Maria louca. *Isto é.* São Paulo, n. 2536, 02 fev. 2005. Disponível em: <https://istoe.com.br/98_NOS+TRILHOS+DA+MARIA+LOUCA/> Acesso em 12 mai. 2017.

PACHECO, Alexandre. **Restauração, ruínas e experiência estética na estação da Estrada de Ferro Madeira Mamoré em Porto Velho (2007-2017).** *Patrimônio e História.* Assis, v. 16, n. 1, 2020. Disponível em: <[file:///C:/Users/User/Downloads/1046-4223-1-PB%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/1046-4223-1-PB%20(4).pdf)>. Acesso em: 28 jul. 2020.

PINHEIRO, J. A.; SILVA, J. L. G. **Estrada de Ferro Madeira Mamoré: abandono e destruição do patrimônio histórico e cultural.** In: Encontro Latino Americano de Pós-graduação, 10., 2010, São José dos Campos, *Anais eletrônicos...*, São José dos Campos, UNIVAP, 2010. p. 1-6. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/0068_0090_01.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2020.



RAVANI, Andreia Silva Andrade. **Arqueologia preventiva e os impactos sobre os bens arqueológicos no sítio Vila de Santo Antônio, área da Igrejinha, Porto Velho, RO.** 2017. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso–Departamento de Arqueologia, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017. Disponível em: <<http://www.arqueologia.unir.br/uploads/03144268/TCC%20ANDREIA%20RAVANI%202017.1.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

RESTAURAÇÃO do galpão da Madeira-Mamoré está na fase final. *GI RO*, Porto Velho, 2 ago. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2013/08/restauracao-do-galpao-da-madeira-mamore-esta-na-fase-final-em-ro.html>. Acesso em: 6 jun. 2020.

RODRIGUES, Angela Rosch. **Ruína e patrimônio arquitetônico no Brasil: memória e esquecimento.** *Virus*, São Carlos, n. 16, p. 2018. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus16/secs/submitted/virus_16_submitted_3_pt.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2019.

SANTOS, F. P.; ARAÚJO, R. C.; AGUIAR, S. G.; BARBA, C. H. **Impactos sócio-econômicos das hidrelétricas do Madeira: um estudo no bairro Triângulo em Porto Velho/RO.** In: Congresso Nacional de excelência em gestão, 10., Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFF, 2014. p. 1-20. Disponível em: <https://www.inovarse.org/sites/default/files/T14_0251_3.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

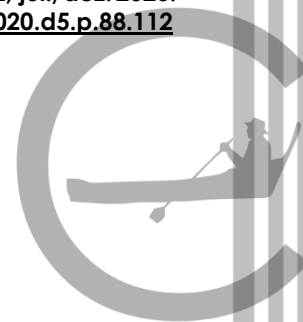
TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. **História Regional de Rondônia.** Porto Velho, Rondoniana, 2003.

TRISTE FIM: peças abandonadas da Madeira Mamoré são vendidas como sucata. *Rondoniaovivo*, Porto Velho, 2020. Disponível em: <<http://rondoniaovivo.com/geral/noticia/2020/01/25/triste-fim-pecas-abandonadas-da-madeira-mamore-sao-vendidas-como-sucata.html>>. Acesso em 30 mar. 2020.



A INSTALAÇÃO DA ESTRADA DE FERRO MADEIRA-MAMORÉ EM O MAR E A SELVA, DE HENRY TOMLINSON E MAD MARIA, DE MÁRCIO SOUZA

THE INSTALLATION OF THE MADEIRA-MAMORÉ RAILWAY IN THE SEA
AND THE JUNGLE, BY HENRY TOMLINSON AND MAD MARIA, BY
MÁRCIO SOUZA



Marcelo Leal Lima¹

Resumo

Neste texto, apresentamos o projeto cartográfico “Complexo Madeira”, ao passo que abordamos a instalação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré nas cartografias literárias de Tomlinson e Márcio Souza, respectivamente, nas obras *O mar e a selva* e *Mad Maria*. A pesquisa cartográfica redesenha através da rota literária os percursos que dão força ao objeto em questão, a EFMM. Ao acompanharmos os processos e não propriamente o objeto, damos conta do movimento de oscilações e forças sobre a questão fulcral que é como aconteceu a edificação dessa ferrovia em plena selva amazônica. Ao partirmos desse pressuposto, novas intelecções são permitidas e a Literatura como episteme movediça nos permite novos olhares sob os aspectos sócio-histórico, político e cultural que se despontam na “ferrovia do diabo”.

Palavras chaves: Estrada de Ferro Madeira-Mamoré; Literatura amazônica; Henry Tomlinson e Márcio Souza.

Abstract

In this text, we present the cartographic project “Complexo Madeira”, while we discuss the installation of the Madeira-Mamoré Railway in the literary cartographies of Tomlinson and Márcio Souza, respectively, in the works *O mar e a selva* and *Mad Maria*. Cartographic research redraws through the literary route, the paths that give strength to the object in question, EFMM. Following the processes and not the object, we are aware of the oscillations and forces movements regarding the central issue, which is how the construction of this railway took place in the middle of the Amazon rainforest. Starting from this assumption, new intellections are allowed and Literature is taken as a shifting episteme which allow us to develop new perspectives under the socio-historical, political and cultural aspects emerging in the “railroad of the devil”.

Keywords: Madeira-Mamoré Railway, Amazonian Literature; Henry Tomlinson e Márcio Souza.

¹ Professor do Magistério Superior na Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Doutorando do PIPGLA - Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2019-2023). E-mail: marceloleal16@gmail.com.

O Complexo Madeira e suas contribuições cartográficas

Antes de adentrarmos nas cartografias literárias² de Márcio Souza e Henry Tomlinson diante das instalações iniciais da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré - EFMM, convém apontarmos o trabalho interdisciplinar do Projeto Transformações Socioeconômicas no Rio Madeira. Esse projeto é desenvolvido com a cooperação de inúmeros (as) pesquisadores (as) de Universidades da Amazônia que exploram cientificamente o que denominaram como “O Complexo Madeira”.³

O Complexo Madeira é uma delimitação socioespacial para as pesquisas cartográficas que foram realizadas pelos integrantes do grupo e que compreende as seguintes localidades: em nível mais abrangente integram uma vasta área da Pan-Amazônia, com a inclusão de dois departamentos – Pando e Beni, da Bolívia; Madre-de-Dios, no Peru; e algumas áreas dos estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso. As mesorregiões escrutinadas são: Vale do Acre, Sul Amazonense, Madeira-Guaporé, Centro-Amazonense, Leste Rondoniense e Norte Matogrossense. Elas abarcam as seguintes microrregiões: Madeira, Purus, Coari, Manaus, Itacoatiara, Porto Velho, Guajará-Mirim, Alvorada do Oeste, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Aripuanã, Sena Madureira, Brasiléia e Rio Branco.⁴

As pesquisas realizadas estão relacionadas a esses lugares, pontuamos que alguns são bem mais explorados que outros, por questões sócio-históricas, acessibilidade, além do desafio em virtude do pouco financiamento para pesquisas que mapeiam tais rotas. Alguns lugares desses estados são acessíveis apenas por hidrovias, isto é, através de embarcações, um percurso extremamente exaustivo. Cada pesquisador/pesquisadora tece sua rota e coopera com a (re)construção do itinerário social, cultural, político e econômico do que temos no Complexo, de igual modo, damos eco às vozes da Amazônia e consentimos pela justiça social. É substancial a divulgação desse expediente, dada a contribuição com a formação de novos pesquisadores que precisam transcender suas relações, como caracteriza o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, um dos idealizadores.

² Cartografias literárias são subsídios que nos “ajudam a visualizar as sobreposições completas de espaços reais e fictícios. Escritores têm toda a liberdade de se inspirar na realidade e transformar ou até reinventar lugares, regiões e territórios.” (SEEMANN, 2014, p. 97).

³ A rede interinstitucional de pesquisa é integrada por pesquisadores e pesquisadoras da Universidade Federal do Amazonas – UFAM; Universidade Estadual do Amazonas – UEA; Universidade Federal de Rondônia – UNIR e Universidade Federal do Pará – UFPA.

⁴ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). *Conflitos sociais no “Complexo Madeira”*. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2009, pp. 23-24.



Nesse sentido, alguns obstáculos são intransponíveis, nomeadamente de acesso físico, documental. Em termos arquivísticos, observamos uma carência na região amazônica pelo fato de que muitos documentos oficiais foram perdidos, leiloados, ou ainda, grande parte não tiveram tratamento adequado para serem conservados, o que nos faz recorrer a outras fontes, como as narrativas de moradores, beiradeiros⁵, seringueiros e ribeirinhos. Em suma, todos são ricos em memórias do espaço, do convívio e dos saberes transmitidos para cada geração. Em virtude do distanciamento e da acentuada desatenção do setor público, prevalece a sensação de isolamento e invisibilidade social, por isto as políticas públicas e sociais são desenvolvidas/implementadas com muita dificuldade na Amazônia.

Nas palavras de Almeida, o Complexo Madeira:

[...] tanto compreende alocações, discursos, instrumentos jurídicos, iniciativas empresariais, planos oficiais e suas respectivas medidas quanto seus efeitos sobre as práticas de diferentes agentes sociais referidos às “comunidades locais” e as relações que lhes são adstritas.⁶

Por consequência, o olhar crítico do coletivo de intelectuais amazônicos ocupa-se de analisar as questões discursivas da (e sobre a) Amazônia nos mais variados cenários, desde enunciados proferidos por autoridades até os proferidos por povos indígenas, a contemplar a diversidade de sujeitos e populações presentes nesta arena. Relevamos ainda outros dispositivos, como os instrumentos jurídicos e os devidos impactos para as populações; as iniciativas de empresas que se instalaram e/ou investidores e contribuem com financiamentos para aquela localidade, como também os planos oficiais de governos das esferas municipais, estaduais e federal.

Nesse sentido, interessa-nos o estudo da prática de qualquer agente social a qualquer comunidade local da Amazônia e as relações implicadas desses contatos. Indubitavelmente, toda essa arena que preocupa o Complexo tem a contribuir com a elaboração, o aperfeiçoamento e a implementação de políticas públicas, sociais, econômicas e culturais. Logo, a preservação da memória e do patrimônio, veementemente, também é um dos objetivos enveredados. O próprio coletivo de intelectuais frisa que não se trata da competência científica para fortalecer somente a militância ou aumentar as denúncias, salientamos que esse mapeamento local, propicia e

⁵ Expressão utilizada em Rondônia para nominar as pessoas que moram em Distritos, à beira do rio.

⁶ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). *Conflitos sociais no “Complexo Madeira”*. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2009, p. 19.



difunde o conhecimento sobre a Amazônia, seus sujeitos, práticas sociais e contribui para descolonizarmos o imaginário.

Por esse ângulo, descolonizar o imaginário consiste em explorarmos criticamente o acervo cultural, assim como os saberes amazônicos, a partir do engajamento com as populações tradicionais amazônicas e assim operamos com releituras produtivas da localidade e do pensamento e vivências de seus sujeitos. O Complexo Madeira, para o grupo de pesquisadores e pesquisadoras que o compõem, está inscrito em uma matriz cultural heterogênea e mestiça onde é mais adequado considerarmos que ideias, práticas e imagens acarretam variadas relações entre si, todavia não impõem a predominância de um sistema de valores sobre o outro. Por conseguinte, analisamos os universos culturais do Complexo ao refletirmos sobre as marcas que as culturas em contato deixam umas nas outras. Desse modo, podemos pensar o passado e o presente não como fatalidade implacável, mas como um grande passo e iluminação para novas utopias⁷.

Neste trabalho, apresentamos o objeto que é a instalação da EFMM em textos estéticos, de dois diferentes autores, o inglês Tomlinson, com o relato de viagem que narra o percurso de Portland até Santo Antônio do Madeira; e a narrativa do amazonense Márcio Souza, que é uma ficção que remonta um período de três meses durante o processo de construção da ferrovia.

Como este é um trabalho cartográfico, no sentido da consideração da dimensão geográfica nas obras literárias, ao nos atentarmos que as práticas socioculturais são essencialmente espaciais⁸, assinalamos que a apresentação do objeto não é a prioridade, posto que privilegiamos acompanharmos os processos. Ademais, partimos da premissa de que a perspectiva do Complexo inaugura uma retaguarda, ainda mais neste momento em que a Amazônia padece pelas constantes flexibilizações de exploração da floresta instauradas pelo Ministério do Meio Ambiente, o que ameaça as comunidades locais, os ecossistemas e compromete as relações geopolíticas do Brasil com o mundo.

A cartografia está bem próxima da pesquisa etnográfica, já que se reporta à pesquisa intervencionista e lida assim com a produção de subjetividades⁹. Ao cartografarmos os lugares, as instituições, os discursos circulantes e os sujeitos, estamos

⁷ SANTOS, Mariza Veloso Motta; MADEIRA, Maria Angélica. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, pp. 199-200.

⁸ SEEMANN, Jörn. Entre mapas e narrativas: reflexões sobre as cartografias da literatura, a literatura da cartografia e a ordem das coisas. *Revista Ra'eGa* – Curitiba, v. 30, abr., 2014, p. 86.

⁹ BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; et al. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Editora Sulinas, 2009, p. 56.



a realizar uma observação participante. O pesquisador/ a pesquisadora do território amazônico mantém contato direto com as pessoas e seu território existencial. Para a cartografia, examinar esses pontos capitais contribuem de sobremaneira para a pesquisa científica crítica e verticalizada.

Esclarecemos que lidamos em particular com a designada cartografia literária que aborda como as narrativas em romances e poemas refletem e criam espaços e lugares reais a partir do fictício. Esse dispositivo funciona como subsídio para visualizarmos tramas e movimentos nas obras literárias e extrairmos informações que a sequência e a linearidade da narrativa não são capazes de desvendar. Advertimos que essa metodologia não se resume em investigar como as narrativas de uma obra literária poderiam ser traduzidas para formas geográficas ou como o espaço real inspirou o espaço fictício. Ela busca revelar contextos, movimentos e práticas humanas em constante criação. Desse modo, tanto as obras literárias como os mapas são visualizados como eventos ou processos, e não como objetos e produtos¹⁰.

Itinerários sociais da EFMM: licença que o trem já vem apitando

Consideramos proveitosa a discussão da “[...] historicidade das práticas sociais e culturais, das construções discursivas e da produção de sentidos que, no tempo e no espaço, resultam em distintos processos de regionalizações.”¹¹ Esse é um intento de pesquisadores da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG que articularam a Revista de História Regional – RHR que opera com as historicidades regionais sob a égide de que uma região é tanto um espaço físico, ambiental, material quanto um espaço imaginário, simbólico e ideológico. Nesta acepção, a região amazônica pode ser examinada como espaço físico que é atravessado pelo imaginário, o simbólico e o ideológico.

A historiadora Yêdda Pinheiro Borzacov é referência na escrita da História de Rondônia, sendo filha única do renomado médico Ary Tupinambá Penna Pinheiro, um dos primeiros médicos da EFMM¹². A finalidade principal da construção da ferrovia era interligar o Brasil e a Bolívia com o Oceano Atlântico, com propósitos comerciais em

¹⁰ SEEMANN, Jörn. Entre mapas e narrativas: reflexões sobre as cartografias da literatura, a literatura da cartografia e a ordem das coisas. *Revista Ra'eGa* – Curitiba, v. 30, abr., 2014, p. 86-87.

¹¹ Revista de História Regional – RHR. *Sobre a RHR*. (2019). Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/index>, acesso em: 09 jul. 2020.

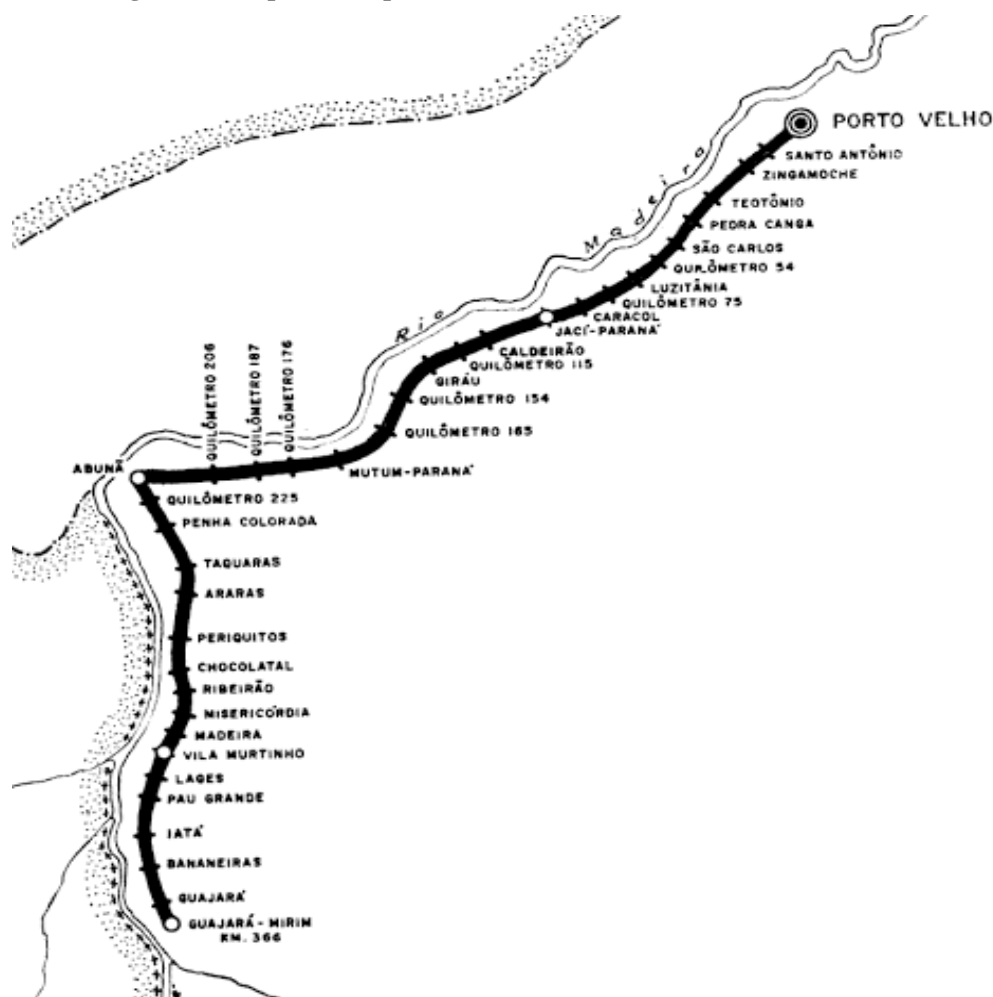
¹² BORZACOV, Yêdda Pinheiro. *Porto Velho - 100 anos de História (1907-2007)*. Porto Velho: Editora Primmor, 2007.



vista do que era produzido, particularmente a borracha que estava muito valorizada no comércio internacional, à época.

A rota circunscrevia 19 pontos de parada e tem início na cidade de Guajará-Mirim até Porto Velho, como consta na imagem 1, obtida em 1969. Frisamos que o começo da ferrovia era em Santo Antônio do Madeira, em razão das condições do terreno e para facilitar o escoamento de matérias-primas em local mais apropriado, mas ficou decidido que o ponto inicial seria Porto Velho. Tão logo, o Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Dr. Miguel Calmon, deferiu essa solicitação e autorizou o empreendimento¹³.

1 – Imagem com os pontos de parada da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1969)



Fonte: Centro-Oeste Brasil: Trens, Ferrovias e Ferreomodelismo, disponibilizado no sítio eletrônico: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/efmm/mapa-EFMM-1969.shtml>, acesso em 25 jun. 2020.

A construção da linha férrea foi uma forma de ressarcir a Bolívia, como contrapartida que logrou a assinatura do Tratado de Petrópolis, que anexou o território

¹³ BORZACOV, Yêdda Pinheiro. *Porto Velho - 100 anos de História (1907-2007)*. Porto Velho: Editora Primmor, 2007, p. 16.



que hoje equivale ao estado do Acre, ao Brasil. O Art. VII desse tratado internacional estabeleceu que:

Os Estados Unidos do Brasil obrigam-se a construir em território brasileiro, por si ou por empresa particular, uma ferrovia desde o porto de Santo Antônio, no Rio Madeira, até Guajará-Mirim, no Mamoré, com um ramal que, passando por Vila Murtinho ou outro ponto próximo (Estado de Mato Grosso), chegue a Vila Bela (Bolívia), na confluência do Beni e do Mamoré. Dessa ferrovia, que o Brasil se esforçará por concluir no prazo de quatro anos, usarão ambos os países com direito às mesmas franquezas e tarifas.¹⁴

Desse modo, o Brasil e a Bolívia para estreitarem os laços diplomáticos, extinguirem qualquer desavença e para instigar melhores relações comerciais, prezando pela boa vizinhança, celebraram um pacto de permuta de território, assim como outras compensações em conformidade com o art. 5º do Tratado de Amizade, Limites, Navegação e Comércio, de 27 de março de 1867¹⁵. Este acordo diplomático foi nomeado como o Tratado de Petrópolis e assinado em 17 de novembro de 1903. Abaixo, temos uma foto que registrou o dia da assinatura do acordo, algo que foi muito impulsionado pelo Ministro de Relações Exteriores do Brasil, o sr. José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, mais conhecido como Barão do Rio Branco.

2 – Fotografia que registra a assinatura do Tratado de Petrópolis celebrado entre o Brasil e a Bolívia

¹⁴ CAMPANHÃ, Carlos E. *EFMM - Estrada de Ferro Madeira-Mamoré - Tratado de Petrópolis, Permuta de territórios e outras compensações entre o Brasil e a Bolívia (17 de novembro de 1903)*. Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/efmm/Tratado-Petropolis-1903.shtml>, acesso em: 26 jun. 2020.

¹⁵ CAMPANHÃ, Carlos E. *EFMM - Estrada de Ferro Madeira-Mamoré - Tratado de Petrópolis, Permuta de territórios e outras compensações entre o Brasil e a Bolívia (17 de novembro de 1903)*. Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/efmm/Tratado-Petropolis-1903.shtml>, acesso em: 26 jun. 2020.





Fonte: Centro-Oeste Brasil: Trens, Ferrovias e Ferreomodelismo, disponibilizado no sítio eletrônico: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/efmm/Tratado-Petropolis-1903.shtml>, acesso em: 26 jun. 2020.

Na fotografia estão as comitivas do Brasil e da Bolívia que participaram das negociações oficiais. O Barão do Rio Branco está ao centro da fotografia, sendo o senhor de estatura mais encorpada. Ao seu lado estavam os Ministros da Bolívia a serviço em Washington, Fernando E. Guachalla e o que estava a serviço no Rio de Janeiro, Claudio Pinilla. A assinatura ocorreu na casa de José Paranhos, na cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro¹⁶.

Posteriormente, foram iniciadas as obras da ferrovia em plena selva amazônica. Apresentamos uma fotografia panorâmica de Porto Velho à época (junção das fotos 1164 e 1165), registrada pelo fotógrafo norte-americano Dana Merrill, contratado oficialmente pela administração da EFMM para realizar registros fotográficos. Esta vista corresponde ao atual centro da cidade, em que podemos observar à direita o pátio ferroviário e o porto; à esquerda, no canto superior, uma caixa d'água que abastecia o lugarejo.

3 – Fotografia com a vista panorâmica da cidade de Porto Velho durante a construção da EFMM

¹⁶Para mais detalhes sobre o Tratado de Petrópolis e a relação Brasil-Bolívia (cf. SOTOMAYOR, 2018).





Fonte: Centro-Oeste Brasil: Trens, Ferrovias e Ferreomodelismo, disponibilizado no sítio eletrônico: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/efmm/0-Estrada-Ferro-Madeira-Mamore.shtml>, acesso em: 26 jun. 2020.

Vemos então o perímetro onde foi martelado o prego de prata que assentou o primeiro dormente que principiava a execução dos serviços. A extensão da linha férrea era de exatamente 366 quilômetros, indo da cidade de Porto Velho até Guajará-Mirim.

A História da EFMM pode ser dividida em quatro períodos importantes que culminam com a criação do estado de Rondônia. O 1º) Precede as tentativas fracassadas da construção; 2º) A construção no começo do séc. XIX; 3º) O marco da pós-nacionalização dos serviços administrativos, de 1931 a 1972; e 4º) A erradicação, de 1972, aos dias atuais.¹⁷ Mais a frente detalharemos essa periodização.

Exibimos uma tabela com detalhes sobre as ordens de serviço para a execução de cada trecho da obra, com a localização exata (tanto a distância do ponto inicial, como a altitude em metros) e as datas de inauguração equivalente a cada ponto da EFMM:

4 –Tabela com informações sobre as Estações Ferroviária da Madeira-Mamoré (1960)

| Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (Bitola de 1,00m) | | | | | |
|--|--------------------|----------------------|--|--------------------------|----------------------------|
| Nº de ordem | Nomes | Nome anterior | Distância do ponto inicial (metros) | Altitude (metros) | Data da inauguração |
| Território Federal de Rondônia | | | | | |
| 1 | Porto Velho | | 0.000 | 98 | 31-5-1910 |
| 2 | Santo Antônio (PF) | | 7.295 | 101 | 31-5-1910 |
| 3 | Zingamoche (PE) | | 13.000 | - | - |
| 4 | Teotônio (PE) | | 24.700 | - | - |
| 5 | Pedra Canga (PE) | | 33.300 | - | - |

¹⁷ BORZACOV, Yêdda Pinheiro. *Porto Velho - 100 anos de História (1907-2007)*. Porto Velho: Editora Primmor, 2007, p. 25.



| | | | | | |
|-----|---------------------|--|---------|-----|-----------|
| 6 | São Carlos (PF) | | 47.500 | - | - |
| 7 | Quilômetro 54 (PE) | | 53.100 | - | - |
| 8 | Quilômetro 74 (PE) | | 74.200 | - | - |
| 9 | Jaci-Paraná | | 90.000 | 112 | 31-5-1910 |
| 10 | Quilômetro 104 (PE) | | 103.600 | - | - |
| 1.1 | Caldeirão (PE) | | 110.300 | - | - |
| 12 | Quilômetro 114 (PE) | | 114.300 | - | - |
| 13 | Girau (PF) | | 132.400 | - | - |
| 14 | Quilômetro 154 (PE) | | 153.800 | - | - |
| 15 | Quilômetro 165 (PE) | | 165.000 | - | - |
| 16 | Mutum Paraná (PF) | | 169.200 | - | - |
| 17 | Quilômetro 175 (PE) | | 175.100 | - | - |
| 18. | Quilômetro 195 (PE) | | 194.900 | - | - |
| 19 | Quilômetro 202 (PE) | | 202.100 | - | - |
| 20 | Abunã | | 219.100 | 137 | 7-9-1911 |
| 21 | Penha Colorada (PE) | | 237.000 | - | - |
| 22 | Taquaras (PE) | | 249.600 | - | - |
| 23 | Araras (PE) | | 258.600 | - | - |
| 24 | Periquitos (PF) | | 275.000 | - | - |
| 25 | Chocolatal (PE) | | 287.200 | - | - |
| 26 | Ribeirão (PF) | | 294.400 | - | - |
| 27 | Misericórdia (PE) | | 297.900 | - | - |
| 28 | Vila Murtinho | | 315.400 | 146 | 1-8-1912 |
| 29 | Lages (PE) | | 319.500 | - | - |
| 30 | Iata (PF) | | 337.300 | - | - |
| 31 | Bananeiras (PE) | | 349.400 | - | - |
| 32 | Guajará-Mirim | | 365.700 | 195 | 1-8-1912 |

Fonte: Centro-Oeste Brasil: Trens, Ferrovias e Ferreomodelismo, disponibilizado no sítio eletrônico:
<http://vfco.brazilia.jor.br/estacoes-ferroviarias/1960-norte-EFMM/estacoes-EF-Madeira-Mamore.shtml>,
acesso em: 26 jun. 2020.

Por conseguinte, inferimos a onerosidade e a complexidade dos trabalhos para a consolidação da estrada férrea. Sendo assim, os dados que utilizamos é resultado de uma imprescindível documentação do Departamento Nacional de Estradas de Ferro do Brasil – DNEF, que na década de 1960 era uma repartição pública responsável pela efetivação de políticas ferroviárias e publicava frequentemente dados sobre estradas de ferro no Brasil, em suplemento da Revista Ferroviária.



Conferimos que a EFMM possuía três trechos principais: 1) Porto Velho - Jaci-Paraná; 2) Jaci-Paraná - Abunã e 3) Abunã - Guajará-Mirim. A seguir, iremos expor uma tabela a fornecer dados sobre esses trechos como data de abertura, quilometragem e soma para o alcance da extensão total da estrada.

5 – Extensão e datas de abertura dos trilhos da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, por trechos (1944)

| Estrada de Ferro Madeira - Mamoré | | | |
|-----------------------------------|------------|-----|------|
| Trecho | Abertura | km | Soma |
| Porto Velho - Jaci Paraná | 1910-05-31 | 90 | 90 |
| Jaci Paraná - Abunã | 1911-09-07 | 129 | 219 |
| Abunã - Guajará Mirim | 1912-08-01 | 147 | 366 |

Fonte: Centro-Oeste Brasil: Trens, Ferrovias e Ferreomodelismo, disponibilizado no sítio eletrônico: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias-historia/1944-datas-abertura-trilhos/EFMM-Estrada-Ferro-Madeira-Mamore.shtml>, acesso em: 26 jun. 2020.

Em continuidade, retomamos a sumarização de cada um dos períodos que marcam a História da EFMM para melhor entendimento do itinerário social.¹⁸ Assim, o primeiro período trata das tentativas de edificação da Madeira-Mamoré, com os seguintes marcos: em 1872, chega ao vilarejo uma equipe de engenheiros, técnicos e trabalhadores da empresa inglesa *Public Works* e devido as condições insalubres abandonam o canteiro de obras. Então, em 1879, a empresa *P. & T.* retoma os serviços, essa é a segunda tentativa; entretanto, ela tem seus créditos cortados na cidade de Belém e nos EUA, ou seja, porque entrou em decadência. Diante dessas investidas, o governo - por efeito do Tratado de Petrópolis - convocou em 1883 o engenheiro Carlos Alberto Morsing, que averiguou as condições do local e através de um relatório orientou para que fossem retomados os trabalhos de construção ferroviária.

O segundo período concerne ao erguimento da EFMM, no início do séc. XX, se deu no momento em que o Brasil, de fato, assumiu a construção através da assinatura do Tratado de Petrópolis. Nisso, o engenheiro Percival Farquhar funda em 1907 a empresa

¹⁸ BORZACOV, Yêdda Pinheiro. *Porto Velho - 100 anos de História (1907-2007)*. Porto Velho: Editora Primmor, 2007.



Madeira-Mamoré Railway Co que compra a concessão de construção. No ano vindouro, em 1908, a *May, Jeckyll & Randolph* inicia a construção da ferrovia a partir de Porto Velho.

No terceiro período, temos a era pós-nacionalização dos serviços administrativos. Nesta fase, a empresa *Madeira-Mamoré Railway Co.* assume que os custos operacionais com a ferrovia são elevados. Em outras palavras, ela alega déficit, dificuldades de sustentação financeira e encerra o tráfego. Este é o estágio em que o governo brasileiro assume a administração da ferrovia. A posteriori, o Presidente Castelo Branco, em 1966, decide transferir a administração para o Ministério da Guerra, que por intermédio do 5º Batalhão de Engenharia e Construção – BEC - gerenciará a EFMM. A estrada foi desativada sete anos depois.

O quarto período alude à desativação/erradicação da Madeira-Mamoré ocorrida em 1972. A estrada é completamente desativada e em 1979 é efetuada licitação para a venda do acervo da ferrovia. Para efeitos de reivindicação sobre a manutenção e conservação do patrimônio histórico-cultural, parte da população decidem criar a Associação de Preservação do Patrimônio Histórico do Estado de Rondônia e Amigos da Madeira-Mamoré que lutaram pela preservação de todo o sítio. Em 1980, como fruto do Seminário Madeira-Mamoré, é conquistada a reativação de 25 km da ferrovia, percurso que ia de Porto Velho a Teotônio e ficou mantida a preservação do acervo.

Em 1981, na outra extremidade, de Guajará-Mirim à Colônia do Iata é reinaugurado outro trecho. Irrevogavelmente, na década de 1990, o 5º BEC abandonou a EFMM. Em 1991, esses trechos que foram ativados foram desativados, ocasião em que foi realizado o Carnaval neste espaço, vindo a deteriorá-lo ainda mais.

Em 1992, quando aconteceu o Carnaval, momento em que a Associação de Preservação do Patrimônio Histórico do Estado de Rondônia e Amigos da Madeira-Mamoré e outras entidades se mobilizaram contra a desvalorização e abandono do pátio. Conseqüentemente, foi assinado um acordo entre o governo de Rondônia, o Ministério Público e as entidades de defesa para a conservação do espaço. Por ora, desde 2018, a parte central da EFMM passa por um processo de revitalização, porém até o momento não foi reinaugurada e agora está sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Porto Velho.

As cartografias literárias de Tomlinson e Márcio Souza



*O que são as Américas, o Amazonas e o Orinoco, Barbados, Panamá e Port Royal, senão histórias que nos são contadas?*¹⁹

*Porto Velho tinha sido projetada, era artificial como quase tudo nos trinta e seis mil e seiscentos quilômetros quadrados de terras concedidas ao grupo de Percival Farquhar. A língua oficial era o inglês, e se tivesse sido feito um levantamento acurado ficaria constatado que poucas eram as pessoas que falavam o português.*²⁰

Após situarmos o roteiro de pesquisadores do Complexo Madeira e alguns percursos da Madeira-Mamoré, acompanhando os processos, adentramos agora nos textos estéticos de Tomlinson e Márcio Souza. Nas narrativas desse autores, percebemos que eles combinam “ficções e realidades, fatos e fantasias, espaços e mapas reais e imaginários, junto com modos inovadores de apresentar ideias e informações”.²¹ Destacamos que ambas as produções literárias são textos significativos sobre a EFMM: *Mad Maria* é uma ficção e *O mar e a selva* é um relato de viagem. Os livros dos escritores podem ser visualizados seguidamente.

6 – Livros: *O mar e a selva – Relato de um inglês na Amazônia*, de Tomlinson e *Mad Maria*, de Márcio Souza



Fontes: Imagens disponíveis em: <https://www.gentedeopiniao.com.br/cultura/helio-rodrigues-lanca-1a-traducao-de-o-mar-e-a-selva> e <https://www.livrofacil.net/mad-maria-9788501061430/p>, acesso em: 07 jul. 2020.

Começamos por Henry Major Tomlinson, que narra sua viagem no navio a vapor Capella, de Swansea, País de Gales ao Pará, no Brasil. Ulteriormente, de Belém para o Amazonas e o rio Madeira até a Cachoeira de Santo Antônio; com o retorno pelo Caribe, passando por Barbados, Jamaica e finalmente Flórida. O período da viagem correspondeu de dezembro de 1909 e os três primeiros meses de 1910. O narrador-viajante antes de iniciar a viagem teve acesso a textos de outros viajantes, como Humboldt, Bates, Spruce

¹⁹ TOMLINSON, Henry Major. *O mar e a selva – relato de um inglês na Amazônia*. Trad. Hélio Rocha. [1912]. Jundiaí: Paco Editorial, 2014, p. 18.

²⁰ SOUZA, Márcio. *Mad Maria*. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 399.

²¹ SEEMANN, Jörn. Entre mapas e narrativas: reflexões sobre as cartografias da literatura, a literatura da cartografia e a ordem das coisas. *Revista Ra'eGa* – Curitiba, v. 30, abr., 2014, p. 102.



e Wallace para inspirar-se durante o trajeto e para obter informações adicionais, advertências e estratégias de sobrevivência para itinerantes na América do Sul e no território amazônico.

A viagem é envolta de narrativas de perigo e suspense, já que o sítio amazônico, por conseguinte a Madeira-Mamoré eram tidos como zona insalubre, onde se poderia perecer e ir a óbito por doenças tropicais. O médico-sanitarista Oswaldo Cruz foi inclusive contratado pela *Railway Company* e passou um mês na extensão da ferrovia e indicou que o lugar era um antro de moléstias. Ele catalogou as seguintes doenças, a época: pneumonia, sarampo, ancilostomíase, beribéri, disenteria, hemoglobínúria, febre amarela, pé-de-madura, pinta, espundias, leishmaniose e malária.²² Para a prevenção diária da tripulação contra a pior dessas enfermidades, a malária, doses de quinino²³ com gim eram administradas para manter o vigor e a robustez dos tripulantes.

Retomando, o viajante também não deixou de enaltecer a supremacia europeia e sua visão distorcida/imperialista da Amazônia e dos sujeitos que a habitam, ao proferir a título de exemplo, o enunciado a saber:

[...] os paraenses, passando ao largo, no calor, com um jeito preguiçoso de andar, que logo fui impelido a imitar, eram pessoas enigmáticas para alguém acostumado com as características de uma raça de sangue puro, como nós ingleses. O português, o negro e o indígena podiam ser vistos ali, mas raramente eram um tipo fiel de alguém. Exceto onde o negro era o fator predominante, os homens tinham o corpo empobrecido, pálido, frágil e apático, embora houvesse alguns arruaceiros morenos e musculosos na faixa litorânea.²⁴

Ao chegar em Belém, a cidade considerada o portal de entrada para a Amazônia, o aventureiro estabelece o primeiro contato com o homem amazônico. Então, podemos

²² FOOT-HARDMAN, Francisco. *Trem-fantasma: A ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. 2ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2005, pp. 175-176.

²³ Acrescentamos que a quinino é uma substância extraída da planta chamada Cinchona, encontrada na Amazônia, muito utilizada pelos índios da América do Sul contra a febre, como também pela indústria de bebidas para a produção de água tônica. Todavia, além de propriedades antitérmicas, atua com ação analgésica e antimalárica. Recentemente, com a crise de saúde mundial iniciada em dezembro de 2019 na China em decorrência da COVID-19, um tipo de infecção respiratória causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, assintomática e que pode ocasionar quadros respiratórios muito graves, alguns países como os Estados Unidos e o Brasil adotaram este medicamento no protocolo de tratamento. Entretanto, foi constatada a sua ineficácia e os cientistas buscaram desenvolver uma vacina e, até o intervalo de julho de 2020 não há nenhuma substância para tratamento de tal afecção e o total de mortos a nível mundial já ultrapassa o número de 500.000 vítimas.

²⁴ TOMLINSON, Henry Major. *O mar e a selva – relato de um inglês na Amazônia*. Trad. Hélio Rocha. [1912]. Jundiaí: Paco Editorial, 2014, p. 135.



coligir desse enunciado as relações de poder, através da atuação de alguns sujeitos sobre outros sujeitos. Ele se caracteriza como pertencente a uma raça de sangue puro ao ser de nacionalidade inglesa, profere que os paraenses são preguiçosos e afirma ter sido obrigado a imitá-los.

Essa imitação é decorrente das zonas de contato que consistem em espaços sociais em que diferentes culturas se encontram, chocam e se enfrentam, geralmente em relações altamente assimétricas de dominação e subordinação.²⁵ Por isso, há o estranhamento dos sujeitos amazônicos por parte de Tomlinson, com o enaltecimento da supremacia do homem branco/inglês/europeu sobre os demais. Essa ojeriza dura pouco tempo, para depois cada cultura reciprocamente assimilar traços uma da outra.

Ele considera o português, o negro e o indígena como sujeitos criticáveis por suas características físicas e psicológicas; porém, sua relação de biopoder sobreleva o homem negro pela sua força e aptidão para o trabalho, como o subordinado/escravizado ideal. Sendo assim, pessoas de outras nacionalidades, línguas e culturas que estavam na Madeira-Mamoré também sofreram as consequências das zonas de contato. Certamente, vários conflitos aconteceram envolvendo esse ambiente multiétnico e todos buscavam a subsistência e o capital à custa da edificação da EFMM.

Desse contato, ele acaba por exercer suas relações de poder principalmente pelos fatores raça, saber e pelo domínio de outras técnicas. Nesse sentido, a raça é um construto exclusivamente do europeu para dominar a América e desenvolver as colonialidades. Entendemos que o contato é verdadeiramente uma zona de conflitos, devido aos choques linguísticos, culturais e a evocação da subalternidade. De um lado, temos os sujeitos-dominantes e de outro, os sujeitos-dominados. Assim, o homem amazônico naquela época estava sempre em desvantagem. Convém ainda destacar nisso que o Brasil não tinha mão-de-obra especializada e nem indústria que produzia trilhos e todo arsenal para as vias férreas.

Tanto para o planejamento quanto para a implementação da técnica ferroviária tiveram que vir diferentes sujeitos para o exercício de diferentes incumbências. Além disso, os trilhos foram importados dos Estados Unidos e da Europa, de países como a Inglaterra e Alemanha. A Inglaterra inclusive subsidiou parte do financiamento da obra, em forma de empréstimo.

²⁵ PRATT, Mary Louise. *Imperial eyes: travel writing and transculturation*. 2ª ed. United Kingdom: Routledge, 2008, p. 7.



Naquele cenário, como uma das línguas mais faladas nas adjacências era a inglesa, é percebido pela documentação que o Hospital da Candelária era o único no local que possuía em seu corpo clínico, médicos e enfermeiros/enfermeiras norte-americanos, ilustração de que o cenário linguístico e operacional naquela região era anglo-saxônico.

Ademais, esclarecemos que os viajeros foram tomados por diversas sensações e pressentimentos, ficaram muito amedrontados/receosos ao chegarem ao solo amazônico. Com isso houve a suspeição de que “Há algo de estranha maldição por aqui [Amazônia]. Alguma coisa que não se pode descobrir nunca. É algo que está aqui desde o começo, e é muito forte e grande para o homem”.²⁶ Isto pode sobrevir de todo o imaginário construído acerca do território amazônico e que desloca a imaginação de quem visita ou fala/escuta a respeito daquele lugar.

Para tanto, a polifonia e o eco dos relatos de viajantes sustentam esse imaginário e cristalizam vontades de verdade, enigmas e superstições que expressamente atraíam os receptores dessas narrativas, assim como encorajava outros viajantes para se aventurarem por esses e outros territórios. Outrossim, é um indicativo de que “[...] somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade e que necessita dela para funcionar”.²⁷

A Madeira-Mamoré é descrita por Tomlinson como local extremamente nocivo:

[...] a região era um antro de podridão, onde seus homens morriam como moscas; que o traçado da ferrovia atravessava lugares inóspitos e pântanos alternados entre rochas e, mesmo com o controle de todo o capital do mundo e com metade de sua população, seria impossível construir a estrada.²⁸

Posto o cenário insalubre e a difícil manutenção do trabalho contínuo para a conclusão das obras, existia uma paisagem de desolação, por efeito das condições desfavoráveis e precárias, culminando com o abandono de barracas, oficinas e pequenos trechos da ferrovia que ficavam acobertados pela floresta. Neste ápice que surge a expedição Capela tinha como fito levar suprimentos para a construção da ferrovia em Porto Velho, o ponto inicial.

²⁶ TOMLINSON, Henry Major. *O mar e a selva – relato de um inglês na Amazônia*. Trad. Hélio Rocha. [1912]. Jundiaí: Paco Editorial, 2014, p. 139.

²⁷ FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 29.

²⁸ TOMLINSON, Henry Major. *O mar e a selva – relato de um inglês na Amazônia*. Trad. Hélio Rocha. [1912]. Jundiaí: Paco Editorial, 2014, p. 182.



Ele reconhece que a localidade é um ponto estratégico para a exploração das riquezas naturais, já que o Brasil era o país da borracha. Ademais, as riquezas dos rios Mamoré, Beni e Madre-de-Dios poderiam ter fluxos de trocas e negociações através do circuito da ferrovia que percorria toda a extensão do rio Madeira. Nisso, é defendida a percepção da Amazônia como floresta carnívora.

Por sua vez, no sítio Madeira-Mamoré, o andante revela a presença de defuntos em todo lugar, com vermes por cima. A floresta parecia ter formas estranhas. A manipulação desses recursos literários no discurso é para elaborar e conferir diferentes sensações no leitor desse gênero literário, que é o relato de viagens.

A partir do avanço da leitura, percebemos que ora o leitor se depara com um discurso que aparenta reconstruir a realidade, ora a imaginação toma o narrador. Em suma, é surpreendido pela oscilação entre o real e o fictício. Como diz a epígrafe do livro, as Américas, o Amazonas e toda a Amazônia são histórias contadas pelos outros que através das relações de poder, inventam narrativas/verdades sobre os povos para dominá-los, isto é, para exercerem/manterem o poder e explorarem o que têm e o que é produzido na região. Ao final do relato, Tomlinson propicia ainda para a reflexão de que tudo na EFMM foi realizado em nome do capitalismo e do movimento de modernização.

Reforçamos isso com a asserção do crítico literário Francisco Foot-Hardman²⁹ de que a Madeira-Mamoré, de fato, representou o espetáculo capitalista na selva. Naquele contexto estava em voga duas grandes tecnologias: a navegação a vapor e a ferrovia. Na Europa, conseqüentemente no mundo inteiro essas eram as tecnologias que influenciavam na globalização, no fortalecimento da economia das metrópoles e na dependência de países menos desenvolvidos aos mais desenvolvidos. Elas representam o acesso a qualquer lugar, ainda que inóspito, posto que o governo imperial brasileiro incentivou a navegação a vapor no norte do país para evitar a perda de terras e para a movimentação financeira e comercial de tudo que era gerado. Este era o apogeu do capitalismo amazônico.

Por sua vez, em *Mad Maria* de Márcio Souza, temos uma narrativa com tom anti-imperialista. Ele aborda cenas de barbáries entre os trabalhadores que aconteceram durante a construção da EFMM, que durou aproximadamente cinco anos, e na ficção ele remonta o cenário por um período de três meses. Convém destacar que os romances

²⁹ FOOT-HARDMAN, Francisco. *Trem-fantasma: A ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. 2ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras. 2005, p. 25.



escritos por Souza possuem considerável verossimilhança, o que faz com que o leitor se depare com a História e imerja nas conjunturas romantizadas.

A região da Madeira-Mamoré é descrita nas mesmas condições de Tomlinson, uma área de trinta milhas de pântanos e terrenos muito alagadiços. Tal condição implica que “[...] muitos [trabalhadores] morrerão, porque o trabalho é duro, porque nunca estarão suficientemente adaptados para enfrentar terreno tão adverso”³⁰. Por conseguinte, além do demasiado esforço físico com o carregamento e assentamento de dormentes, os trabalhadores tinham que adaptar o solo para fixar os trilhos, as temperaturas na região eram bem elevadas e a malária era ameaça constante a todos. Em média, um trabalhador só conseguia desenvolver suas atividades, por três meses, confortavelmente. Depois, adoecia com a possibilidade de passamento.

Com relação a essas circunstâncias, elas foram bem descritas nas obras de Neville B. Craig³¹ e de Manoel Rodrigues Ferreira³² sobre o real cenário da Madeira-Mamoré. Eles realizam um trabalho minucioso e de natureza arqueológica sobre as condições sócio-históricas da EFMM, algo que com Ferreira se populariza no epíteto de “ferrovia do diabo”.

Prosseguindo com a trama, temos na narrativa a presença do engenheiro e empresário Percival Farquhar que possui figuração bem destacada. Ele foi o responsável pela compra da concessão brasileira para a construção da linha ferroviária e sua administração por trinta anos. Comandava a construção estando na cidade do Rio de Janeiro, mas também esteve várias vezes lá na EFMM. Era tido como um homem muito poderoso e rico. Farquhar via o Rio de Janeiro, capital do país, como uma vitrine que espelhava a face capitalista do período, a oportunizar e maximizar seus lucros na Amazônia que eram, aliás, favorecidos pelos políticos.

Ao que se refere ao lugar do indígena na obra literária de Márcio Souza, existe a presença de um índio Caripuna que foi batizado pelo nome Joe Caripuna. Ele demonstra não se incomodar com o nome norte-americano que o batizaram e já conseguia se comunicar em língua inglesa. Esse batismo pode ser interpretado como o poder e o controle do norte-americano exercido na Amazônia, já que eles dominavam a técnica ferroviária, administravam a EFMM e exerciam o domínio sobre os homens amazônicos.

³⁰ SOUZA, Márcio. *Mad Maria*. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 18.

³¹ CRAIG, Neville B. *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré: história trágica de uma expedição*. São Paulo: Nacional, 1947.

³² FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A ferrovia do diabo: história de uma estrada de ferro na Amazônia*. São Paulo: Melhoramentos, 2ª ed., 1981.



Dessa maneira, percebemos que as manifestações culturais e a língua dominante pertenciam ao universo europeu/americano e, como bem frisa a epígrafe, a cidade de Porto Velho era artificial e se fizessem um levantamento acurado poucas pessoas falavam a língua portuguesa. Seguramente, ele possuía um nome aborígine, possivelmente falou o nome e, não obstante, acharam melhor o nominar com a forma colonizadora. Ademais, como tinha as mãos amputadas, ajudava Consuelo na enfermaria. Ele constantemente a acompanhava nos serviços, inclusive chegou a ter relação sexual com ela diversas vezes.³³

O estado físico-corpóreo de Joe Caripuna nos remete à barbárie na Amazônia, em que pese a luta pela sobrevivência daqueles que vieram de outros países para trabalhar e os que já viviam na região do Madeira como os índios, ribeirinhos, seringueiros e seringalistas. Ali, havia muitos conflitos e disputas por postos de trabalho e controle, tudo ocorria num cenário de extrema violência, com confrontos sempre à base de facões ou espingarda, o que nos faz refletir que Joe possa ter sido vítima de algum ataque.

Ademais, com frequência, o dinheiro recebido pelos trabalhadores era muito pouco, o que incentivava saques, cenários violentos e hostis. Contudo, podemos inferir que Joe foi acolhido e diante do contato interétnico³⁴ já estava em processo de adaptação social e cultural, inclusive já falava até a língua inglesa - que era o idioma da maioria das pessoas que vieram para a Madeira-Mamoré. Em outras palavras, o domínio da língua já o colocava em uma posição de maior prestígio perante os demais.

À verossimilhança inscrita na obra de Souza, temos a fotografia de um índio Caripuna com o médico Dr. Harrison, registrada pelo fotógrafo Dana Merrill. Nela vemos o indígena sentado numa rede, com um pé amputado e o outro bem deformado, talvez por alguma lesão ou resultado de uma mutilação. Pelo semblante do nativo, ele estava contente e parecia estar sendo bem cuidado. A diferença desse índio Caripuna para o do romance é que na fotografia o vemos com os pés machucados e um está completamente amputado, já no romance são as mãos que estavam amputadas. A fotografia 7 foi registrada no acervo de Merrill sob o número 1 B, em 1909. Na época foi tirada em preto e branco, mas apresentamos a fotografia numa versão colorida. A iniciativa de colorir as fotos foi de Luís Claro³⁵, morador da cidade de Porto Velho, que

³³ SOUZA, Márcio. *Mad Maria*. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 213.

³⁴ Contato do indígena com o homem branco.

³⁵ Tivemos contato com o trabalho de Luís Claro, de coloração das fotos preto em branco do acervo de fotografias da EFMM, através do grupo virtual Saudosismo Portovelhense. É um grupo de estudos, dentro da rede social *Facebook*, que foi criado em 01/04/2012 e é destinado à preservação da história e da memória da cidade de Porto Velho. Para maiores detalhes, conferir em: <https://www.facebook.com/groups/199910546786793>, acesso em: 28 out. 2020.



decidiu colorar de acordo com a própria imaginação, isto é, em todas as fotos da EFMM e sua epopeia.

7 – Fotografia de Dr. Harrison e índio Caripuna doente



Fonte: CLARO, Luís. Fotos da EFMM e sua epopeia, com as lentes de Dana Merrill e as cores da minha imaginação. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/760123243336492813/>, acesso em: 24 out. 2020.

No romance, em razão de sua condição física e do acolhimento dos funcionários da enfermaria da EFMM, Joe Caripuna foi contratado, mas na condição de funcionário subalterno. Já Consuelo, ganhou o posto de instrutora técnica, possuía direitos de graduada. Eles permaneceram na cidade de Porto Velho.³⁶ Talvez, ele tenha sido o único homem amazônico que teve alguma ascensão e o possível reconhecimento social que o agraciou com um ofício na Madeira-Mamoré.

Por meio dessa fricção interétnica³⁷, as formas culturais e sociais dos norte-americanos e ingleses foram assimiladas por Joe, o que o ajudou a articular seu comportamento, atitudes e ações para que não pudesse mais ser excluído do convívio social daquele grupo de autoridades médicas. Apesar disso, quando existe esse contato interétnico, a organização social, a cosmologia e o padrão familiar indígena se modificam, ou seja, devido o contato, de um lado.

Por outro lado, aqueles indígenas que não possuísem sua estrutura social e o padrão familiar dispersos, passariam a ter dificuldades de se relacionarem com o homem

³⁶ SOUZA, Márcio. *Mad Maria*. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 414.

³⁷ TURNER, Terence. *Da Cosmologia à História: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó*. Cadernos de Campo, n. 1, 1991, pp. 68-85.



branco e preferem o não-contato. O lado proveitoso é que Joe, que pertence ao grupo linguístico Caripuna, tornou-se “a-corporado”. Isto implica que sua identidade étnica de Caripuna era flexível e permitiu, em um processo dialógico contínuo, incorporar o Outro exterior, neste caso o homem norte-americano, assim como o europeu.

Interpretamos disso e a partir da documentação que a barbárie é muito tematizada, por conta das relações entre os diferentes sujeitos que iam trabalhar na Madeira-Mamoré, o que mais era gerado eram os conflitos. Não temos dúvidas acerca das vidas ceifadas em virtude da luta pela subsistência, dado que a quantia de dinheiro recebida pelos trabalhadores por dia era muito baixa. Em síntese, todo tipo de conflito acontecia ali, como: brigas, saques, revoltas contra salários baixos e condições insalubres, tentativas de fugas, assassinatos etc.

A *Belle Époque* estava em constituição e começava um movimento de modernização do Brasil. O bairro de Santa Tereza no Rio de Janeiro, por exemplo, era:

[...] agora uma vítima da modernização iniciada por Passos, as nuvens de poeira e calça das inúmeras demolições subindo para o céu sempre azul e as novas avenidas largas margeadas pelos andaimes das novas construções³⁸.

Em vista disso, o governo brasileiro investiu no país como se fosse uma vitrine para mostrar os avanços e criar uma estética visual/arquitetural semelhante ao dos países europeus. A Estrada Madeira-Mamoré também é o mais forte resquício da modernidade na selva e exemplo disso.

Ademais, Santo Antônio do Madeira, cidade em que iria iniciar a trilha, ficou em segundo plano e decidiu-se como ponto inicial Porto Velho. As condições de Santo Antônio do Madeira eram bem precárias e lá concentrava muitos trabalhadores em situação de abandono. A cidade era tida como morta e era a região onde mais adoeciam e morriam os trabalhadores. Porto Velho era o contrário. Ali, as condições de saneamento eram melhores e havia o Hospital da Candelária para o tratamento dos doentes. Logo, acabou por ser projetada/planejada e parecia ser mais uma urbe norte-americana do que brasileira, amazônica. A trilha, de fato, era um projeto norte-americano.

³⁸ SOUZA, Márcio. *Mad Maria*. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 148.



Assim sendo, é observado que o tom crítico percorre toda a trama elaborada por Souza. Essas práticas estéticas propiciam aos leitores percursos que vagueiam entre as dimensões social, histórica, política, ideológica e cultural.

Considerações finais

Mediante o acompanhamento dos processos, através da cartografia, percebemos o quanto pertinente são os acontecimentos quando os consideramos no seu tempo, espaço e história. Na Amazônia, percebemos o forte poder disciplinar ao lermos textos estéticos como de Tomlinson e Souza. Pelo artifício da disciplina, o poder consiste na materialização de uma ação que, por sua vez, gera outras ações. Por causa do poder disciplinar teremos estabelecidas relações como de opressor-oprimido, mandante-mandatário, persuasivo-persuadido e qualquer sorte de relação em que sempre haverá comando e comandados.³⁹ Esses papéis são representados nas cartografias literárias desses autores, o que hipoteticamente leva o leitor a refletir sobre as relações de poder em espaços como o amazônico.

A EFMM é caracterizada em ambos os textos como um recinto de disputas favorecido pelo movimento desenvolvimentista e tem primícias no governo imperial brasileiro e consolida-se na *Belle Époque*, movimento que influencia na execução de tal empreendimento em nome da febre ferroviária e capitalista que assolava a Europa, bem como assegurava o acordo do Tratado de Petrópolis com a Bolívia. Logo, mais do que um movimento modernista é um dispositivo eficaz do capitalismo para também forjar o desenvolvimento da região e da qualidade de vida das pessoas que habitavam ali como seringueiros/caucheiros e indígenas. As relações de poder colocaram no cerne os processos que construíram os sujeitos naquele lugar, “como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber”.⁴⁰

A Amazônia, portanto, é acometida como objeto de poder, em nome da modernidade, do discurso desenvolvimentista e para a elevação econômica do país no mercado internacional da borracha. Diversas instituições como o governo imperial, a empresa de Farquhar que angariou a cessão da ferrovia e a própria nacionalização dos serviços administrativos da EFMM representaram fases institucionais distintas da

³⁹ FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. *As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas*. Revista de Administração Pública — Rio de Janeiro 44(2):367-83, mar./abr. 2010, p. 371.

⁴⁰ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 35ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 160.



exploração do sítio amazônico até sua desativação. Assim sendo, temos a transformação e a oscilação desse poder que não está com ninguém, mas que oscila de um polo a outro. Ainda hoje, é um lugar que é objeto de saber, para a produção de subjetividades em que seus sujeitos/território também são objetos de pesquisa que nem sempre resultam em uma cartografia, essa que é fidedigna à espacialidade amazônica nos trópicos e ao homem amazônico.

Na perspectiva da Literatura como campo de estudos movediços, temos a multiplicidade de sentidos ou a inteligibilidade do múltiplo que nos propicia esse campo do conhecimento. Essa episteme é movediça porque está inserida nas práticas sociais e discursivas; deste modo, é permeada por instituições e práticas e todo o social não-discursivo.⁴¹ O discurso literário, por isso, é passível de significações que se movem no tempo e no espaço.⁴² Isto nos permite o acesso às práticas transculturais que podem ser redesenhadas a rede de forças a qual o fenômeno ou objeto em questão se encontra conectado, dando conta das modulações e do movimento permanente, o que permite novas inteleções e acompanhamento de processos na ilha amazônica que é a Madeira-Mamoré.⁴³

Data de submissão: 20/07/2020

Data de aceite: 03/11/2020

⁴¹ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

⁴² BAKHTIN, Mikhail. Formas de tempo e de cronotopo no romance: ensaios de poética histórica. In: BAKHTIN, M. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Trad. Aurora Fornoni Bernadini et al. São Paulo: Hucitec, 2014.

⁴³ BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; et al. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Editora Sulinas, 2009, p. 57.



Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). **Conflitos sociais no “Complexo Madeira”**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. Formas de tempo e de cronotopo no romance: ensaios de poética histórica. In: BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Trad. Aurora Fornoni Bernadini et al. São Paulo: Hucitec, 2014.

BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; et al. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Editora Sulinas, 2009.

BORZACOV, Yêdda Pinheiro. **Porto Velho - 100 anos de História (1907-2007)**. Porto Velho: Editora Primmor, 2007.

CAMPANHÃ, Carlos E. **EFMM - Estrada de Ferro Madeira-Mamoré - Tratado de Petrópolis, Permuta de territórios e outras compensações entre o Brasil e a Bolívia (17 de novembro de 1903)**. Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/efmm/Tratado-Petropolis-1903.shtml>, acesso em: 26 jun. 2020.

CAVALCANTI, Flávio R. Sítio eletrônico **CENTRO-OESTE: TRENDS, FERROVIAS E FERREOMODELISMO**. Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/centro-oeste/site/sobre.o.site.Centro-Oeste.shtml>, acesso em: 25 jun. 2020.

CLARO, Luís. **Fotos da EFMM e sua epopeia, com as lentes de Dana Merrill e as cores da minha imaginação** Disponível em: https://br.pinterest.com/luis_claro/estrada-de-ferro-madeira-mamor%C3%A9/, acesso em: 24 out. 2020.

CRAIG, Neville B. **Estrada de Ferro Madeira-Mamoré: história trágica de uma expedição**. São Paulo: Nacional, 1947.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A ferrovia do diabo: história de uma estrada de ferro na Amazônia**. São Paulo: Melhoramentos, 2ª ed., 1981.

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Revista de Administração Pública** — Rio de Janeiro 44(2), pp. 367-83, mar./abr. 2010.

FOOT-HARDMAN, Francisco. **Trem-fantasma: A ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva**. 2ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras. 2005.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Trad. de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.



FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 35ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

PRATT, Mary Louise. **Imperial eyes**: travel writing and transculturation. 2ª ed. United Kingdom: Routledge, 2008.

Revista de História Regional – RHR. **Sobre a RHR**. (2019). Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/index>, acesso em: 09 jul. 2020.

SEEMANN, Jörn. Entre mapas e narrativas: reflexões sobre as cartografias da literatura, a literatura da cartografia e a ordem das coisas. **Revista Ra'eGa** – Curitiba, v. 30, abr, 2014.

SOTOMAYOR, Walter Auad. **Relações Brasil Bolívia – a definição das fronteiras**. Brasília: Verbena Editora, 2018.

SOUZA, Márcio. **Mad Maria**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2005.

TOMLINSON, Henry Major. **O mar e a selva – relato de um inglês na Amazônia**. Trad. Hélio Rocha. [1912]. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

TURNER, Terence. Da Cosmologia à História: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó. **Cadernos de Campo**, n. 1, pp. 68-85, 1991.





UM EXPERTO EM AMAZÔNIA? O VISCONDE DE BALSEMÃO E A REPRESENTAÇÃO DA AMAZÔNIA PORTUGUESA NO MAPA “COLOMBIA PRIMA OR SOUTH AMERICA”.

AN EXPERT IN THE AMAZON? THE VISCOUNT OF BALSEMÃO AND THE REPRESENTATION OF THE PORTUGUESE AMAZON ON THE MAP “COLOMBIA PRIMA OR SOUTH AMERICA”

Carmem Rodrigues¹

Resumo

De acordo com a historiadora colombiana Lina Del Castillo, o geógrafo inglês William Faden utilizou a expertise de oficiais portugueses na região amazônica para construir o seu grande mapa da América do Sul, intitulado Colombia Prima or South America, publicado em 1807. Neste artigo, analisamos quem eram os oficiais portugueses que o auxiliaram e, examinando a trajetória desses homens, procuramos verificar como eles contribuíram para a construção cartográfica da Amazônia.

Palavras chaves: História dos Mapas; Amazônia; Visconde de Balsemão

Abstract

According to Colombian historian Lina Del Castillo, the English geographer William Faden used the expertise of Portuguese officials in the Amazon region to build his large map of South America, entitled Colombia Prima or South America, published in 1807. In this article, we analyze who were these Portuguese officers that helped Faden and, examining the trajectory of these men, we tried to verify how they contributed to the cartographic construction of the Amazon on Colombia Prima.

Keywords: Map History; Amazon; Viscount of Balsemão.

¹ Doutoranda em História da Cartografia, linha de pesquisa Ciência e Cultura na História (UFMG/CAPES). Mestre em História Social da Cultura (UFMG) e graduada em História (UFMG) e Filosofia (PUC Minas). Desenvolve pesquisas especialmente na área de História da Cartografia.

Introdução

No artigo “Cartography in the Production (and Silencing) of Colombian Independence History, 1807-1827”, publicado no livro *Decolonizing the Map: Cartography from Colony to Nation*,² a historiadora Lina Del Castillo analisa a história da independência colombiana a partir de dois mapas; o *Colombia Prima or South America*, publicado por William Faden (1749-1836), em 1807; e o *Carta de la República de Colombia*, de José Manuel Restrepo (1781-1863), publicado em 1827. Cada um, com suas peculiaridades técnicas, geográficas e históricas, cumpriu um determinado papel no projeto independentista colombiano. Para desvendar essas especificidades, Castillo os investigou a partir de três momentos: o período de coleta de dados, o momento da publicação e, por último, o da circulação. Dessa forma, trouxe à tona as diferentes redes transatlânticas, políticas e sociais que estavam relacionadas a esses mapas.

Nesse sentido, a *Carta de La República de Colombia* é um recorte dos territórios da Capitania Geral da Venezuela e do Vice-Reinado da Nova Granada, e tinha como principal objetivo “convencer a comunidade nacional e internacional sobre a existência independente da Colômbia”.³ O mapa *Colombia Prima* é uma complexa representação da América do Sul, que se “junta a outros esforços cartográficos que desejavam colocar os anseios imperiais da Grã-Bretanha à frente das requisições territoriais da América espanhola.”⁴

² CASTILLO, Lina Del. Cartography in the Production (and Silencing) of Colombian Independence History, 1807-1827. In: AKERMAN, James R. (Org.) *Decolonizing the Map: Cartography from Colony to Nation*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2017, p.110-159.

³ CASTILLO, Lina Del. *Cartography in the Production (and Silencing) of Colombian Independence History, 1807-1827*, p.111.

⁴ CASTILLO, Lina Del. *Cartography in the Production (and Silencing) of Colombian Independence History, 1807-1827*, p.114.





Mapa 1: DELAROCLETTE, L S. D'Arcy. *Colombia Prima or South America*: in which it has been attempted to delineate the extent of our knowledge of that continent: extracted chiefly from the original manuscript maps of his excellency the late chevalier Pinto, likewise from those of João Joaquim da Rocha, João da Costa Ferreira, El Padre Francisco Manuel Sobrevida ec.and from the most authentic edited accounts of those countries. London: William Faden, 1807. 1 mapa em 8 folhas, f. 63 x85cm, dobradas em 21,5 x 16cm em caixa 22,5 x 18 cm. (BN) Biblioteca Nacional do Brasil.

Como um mapa do tipo geográfico,⁵ *Colombia Prima* possui um cartucho que revela sua natureza composta. Nele, William Faden identificou os especialistas e os mapas que foram essenciais para a construção da sua obra. Além de reconhecer a contribuição do geógrafo Louis Stanislas D'Arcy De La Rochette (1731-1802), o cartucho enumera a contribuição de alguns portugueses, como: “Sua Excelência o falecido Chevalier Pinto” e os cartógrafos João Joaquim da Rocha e João da Costa Ferreira, que forneceram manuscritos originais, documentos geográficos e mapas. Segundo Castillo, todos esses eram “oficiais portugueses com expertise na região amazônica.”⁶ Mas quem eram esses homens? Que ligações eles tinham com a Amazônia? O próprio mapa nos fornece importantes informações.

⁵ Definição feita de acordo com os modos de mapear (modes of mapping) de M. Edney. “Coarser resolution mapping of spaces that are beyond the ability of one individual to observe and delineate: Geographical – The terraqueous globe of the earth (*ge*) and its regions, including much special-purpose mapping.” EDNEY, Matthew. *Cartography: the ideal and its history*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2019, p.33. Além disso, esse modo tem outra característica relevante que se encaixa no *Colombia Prima*: “geographical maps are *never* stand-alone works but are fully integrated into arrays of other written and graphic texts. Indeed, this is why I call geographical maps ‘geographical’, because they are just one of a set of representational strategies that have been deployed to collect, organize, and communicate knowledge of the wider world. Geographical maps are not read in isolation. Hubbard only made explicit what is implicit in other geographical writing, that readers are expected to move from map to narrative and back again so that maps blur semiotically with the written word. Where does the map end?” EDNEY, Matthew. *Cartography*, 2019, p.37.

⁶ CASTILLO, Lina Del. *Cartography in the Production (and Silencing) of Colombian Independence History, 1807-1827*, p.120.



As explicações que estão logo abaixo do cartucho apresentam João Joaquim da Rocha e João da Costa Ferreira como dois cartógrafos que foram de grande valia para elucidar as lacunas sobre o mapeamento do interior do Brasil. Ou seja, Faden não teve contato direto com esses homens, mas com as cartas produzidas por eles. De João da Costa Ferreira (1750-1822), engenheiro militar português que trabalhou no Brasil no final do século XVIII, o editor inglês utilizou uma carta topográfica da costa da Capitania de São Paulo, levantada entre 1799 e 1800, feita sob os comandos do Almirante John Campbell (1720-1790). Tudo indica ser *A New Chart of COAST OF BRAZIL from the Parallel 23°40' to 26° South Latitude Containing the Capitania de San Paulo from BARRA DE SANTOS TO GUARATUBA*.⁷ Também teve acesso aos mapas feitos pelo engenheiro militar português José Joaquim da Rocha (1740-1804), como o Mapa da America Portuguesa, da Capitania do Rio de Janeiro, da Ilha de Santa Catarina e da Capitania de Minas Gerais, incluindo os das suas comarcas.⁸ A grafia de seu nome, José, foi publicada de forma equivocada por Faden, ou seja, como João.



Mapa 2: ROCHA, José Joaquim da. *Mapa da Capitania de Minas Geraes*. 1777, 89,2 x 34,5. BN.

O outro português citado, “Chevalier Pinto”, era Luís Pinto de Sousa Coutinho, o Visconde de Balsemão (1735-1804). Diferentemente dos outros dois, Balsemão não era cartógrafo, mas um personagem de destaque da Corte portuguesa, com quem o editor

⁷ Com 66 x 90 cm trata-se um levantamento detalhado da costa da Capitania de São Paulo, com cinco inserções 1) Barra de Canea; 2) Barra de Santos; 3) Barra da Mar Pequeno de Iguape 4) Barra de Guaratuba 5) Plano da Baía do Paranaguá. A carta contém linhas costeiras, hidrografia, ancoradouros, topografia, assentamentos, edifícios, fortificações e observações; com latitude e longitude indicadas; e marcação de bússola em 32 pontos de interesse. “Pesquisado sob a direção do falecido almirante [John] Campbell. LONDRES: Publicado por William Faden, geógrafo de Sua Majestade e Sua Alteza Real, o Príncipe de Gales, Charing Cross, Londres, 1º de janeiro de 1807”. Foram encontradas três cópias desse mapa, uma no The National Archives (TNA), duas versões no United Kingdom Hydrographic Office Archive (UKHO) em Londres e outra na Mapoteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no Rio de Janeiro (IHGB).

⁸ Lista completa dos mapas de José Joaquim da Rocha na Bibliografia.



inglês parece ter mantido uma profícua relação.⁹ O seu papel no desenvolvimento de *Colombia Prima* pode ter sido crucial, pois Faden o identificou como o mentor e o principal fornecedor de material cartográfico e geográfico sobre o Brasil.

His Excellency Chevalier Pinto

Luís Pinto de Sousa Coutinho nasceu em 27 de novembro de 1735, em Leomil, Portugal, e formou-se segundo a educação tradicional da fidalguia.¹⁰ Após concluir os estudos, optou pela carreira militar, onde se destacou ao ponto de ser nomeado Governador e Capitão General da Capitania do Mato Grosso e Cuiabá em 1767.¹¹

Criada em 1748, a Capitania do Mato Grosso e Cuiabá era uma das “mais extensas pelo território, e uma das mais diminutas pela povoação”.¹² A leste fazia fronteira com a Capitania de Goiás, no sudeste com São Paulo, pelo sul com a Província de Chiquitos e a oeste com as Missões de Moxos. Ao norte suas fronteiras iam até as Capitanias do Pará e do Rio Negro. Um imenso território que hoje corresponderia, a grosso modo, aos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.



Mapa 3: Localização da Capitania do Mato Grosso com destaque para as missões, povoações e fortificações do vale do rio Guaporé, na segunda metade do século XVIII. CARVALHO, Francismar. *Lealdades Negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (Segunda metade do Século XVIII)*. Tese. São Paulo: USP, 2012, p.12.

A colonização do Mato Grosso representou um considerável avanço dos domínios portugueses na América e salvaguardar essa conquista era uma das principais preocupações da Coroa, especialmente por causa dos descobertos auríferos e

⁹ ALMEIDA, André F. O Mapa Geográfico de América Meridional, de Juan de La Cruz Cano y Olmedilla. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, N. Sér. v.17, n.2, p.79-89, jul.-dez., 2009b, p.87.

¹⁰ FURTADO, Junia F. e MONTEIRO, Nuno G. Raynal and the defence of the Portuguese colonization of Brazil: diplomacy and the Memoirs of the Visconde de Balsemão. *Análise Social*, liv (1.º), 2019 (n.º 230), pp. 4-33, p.7

¹¹ (AHU)Arquivo Histórico Ultramarino-(ACL)Administração Central-(CU)Conselho Ultramarino-010, (CX)Caixa13, (DOC)Documento801.

¹² AHU-ACL-CU-010, CX 15, DOC 927



diamantíferos, e da situação fluvial estratégica da Capitania. As minas da região do rio Guaporé, por exemplo, ficavam em situação delicada por sua proximidade das missões espanholas de Moxos e Chiquitos. Além disso, pela bacia do rio era possível acessar a região Norte, como as Capitanias do Rio Negro e do Grão-Pará, através de suas ligações com os rios amazônicos (Mamoré e Madeira) e a região centro-sul, as Capitanias de São Paulo e do Rio Grande, por meio dos rios latinos (Paraguai e Paraná).

Assim como seus antecessores, Luís Pinto foi especialmente instruído para cuidar do conhecimento geográfico e mapeamento da Capitania, isto é, com foco nas questões fronteiriças e nas ligações fluviais. Em outras palavras, um trabalho que começou a desempenhar assim que desembarcou no Brasil. Para chegar a Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da Capitania e tomar posse do cargo, optou por fazer a rota amazônica, ou seja, o caminho fluvial que ligava as Capitanias do norte às Capitanias do centro-oeste do Brasil. Esse caminho era feito através dos rios Amazonas, Madeira, Mamoré e Guaporé, uma verdadeira epopeia aquática, com quase 600 léguas de percurso,¹³ que podia demorar mais de 12 meses para ser concluída.¹⁴

O caminho fluvial amazônico era objeto de preocupação das autoridades portuguesas desde os primórdios da exploração do Mato Grosso. O grande temor era que a abertura dessa rota provocasse o despovoamento do Grão-Pará e facilitasse o contrabando do ouro. Porém, a exploração feita por conta própria pelos sertanistas acabou por convencer a Coroa da importância geopolítica de dominar o rio Madeira, pois somente dessa forma seria possível consolidar a expansão para o oeste da América portuguesa. Por fim, em 23 de outubro de 1752, a navegação da rota do Madeira foi autorizada. “Pouco tempo depois, em 14 de novembro de 1752, o rei enviava uma provisão aos governadores do Mato Grosso e do Estado do Grão-Pará e Maranhão, informando-os da decisão de permitir a navegação e comércio ao longo dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé.”¹⁵ Todavia, o objetivo principal não era abrir uma nova rota comercial, o que dava uma

¹³ Cerca de 2.896km

¹⁴ Dois exemplos mostram as dificuldades e o tempo que essa expedição demandava. A Escolta Real comandada por Luís Fagundes Machado, em 1749, demorou “nove meses de viagem” para chegar ao Mato Grosso. “O regresso foi mais rápido, tendo partido em setembro de 1750, chegaram a Belém três meses depois.” ALMEIDA, André F. A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do Madeira. (1749-1752). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2, p.215-235, jul.-dez. 2009^a, p.221. O Governador João Pedro da Câmara Coutinho, antecessor de Balsemão, demorou mais de um ano para completar a viagem. Primeiro esperou por oito meses no Pará pela chegada da Monção e a finalização dos preparativos de sua viagem, depois ainda gastou sete meses e dezessete dias no caminho propriamente dito. AHU-MATO GROSSO, cx. 12, doc. 28. AHU_CU_010, Cx. 12, D. 736

¹⁵ ALMEIDA, André F. A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do Madeira. (1749-1752). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2, p.215-235, jul.-dez. 2009^a, p.233.



alternativa ao caminho das monções do sul,¹⁶ mas consolidar uma posição estratégica de defesa da fronteira do extremo-oeste brasileiro.

A viagem pode ser parcialmente conhecida através das cartas que Luís Pinto escreveu para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1700-1779). Ao todo demorou cerca de seis meses para completar o trajeto desde a Vila de Belém até Vila Bela, com uma comitiva de 40 pessoas.¹⁷ Somente da boca do Madeira até o Forte de Nossa Senhora da Conceição¹⁸ percorreu 270 léguas,¹⁹ no trecho que considerou o mais difícil, pelas imensas dificuldades que as cachoeiras do Madeira interpunham.

Ao longo do percurso, concentrou-se em fazer observações “a respeito das latitudes dos lugares, da direção geral dos mesmos rios, e enfim, da situação, produções, e mais vantagens do país”.²⁰ Apresentou as medições de latitudes e longitudes do encontro do rio Madeira com o Amazonas, da boca do rio Javari; da primeira cachoeira do Madeira; da povoação que mandou edificar na sexta cachoeira do Madeira (Balsemão); da confluência do rio Madeira com o Mamoré, e do encontro desse com o Guaporé.

Ademais, convém esclarecer que esses eram pontos ainda obscuros e foco de intensas disputas fronteiriças. Especialmente o eixo Madeira-Mamoré que era “inteiramente desconhecido, assim como a todos os geógrafos”, pois segundo Luís Pinto, mesmo os mapas dos padres jesuítas e franciscanos eram cheios de “incoerências e erros”, de tal forma que “o rio Madeira se acha confundido com o Mamoré, no grande Mapa da Província de Quito e dedicado no ano de 1761 ao seu geral Visconde. (...) Esta mesma confusão se foi espalhando por quase todos os geógrafos de maior nota, tais como Mr. Delisle, Buache e La Condamine”. Os mesmos erros também apareceram no Tratado de Limites de 1750, apesar das explorações que foram capitaneadas pela Coroa em 1749, comandadas pelo Sargento Mor Luís Fagundes Machado. Para o Governador, os dados fornecidos pelo piloto dessa expedição, António Nunes de Sousa, eram completamente

¹⁶ As monções eram “expedições essencialmente fluviais, que asseguraram por todo um século as comunicações entre São Paulo e Mato Grosso.” Os comboios de canoas faziam o seguinte percurso: saíam de Ararituaguaba (Porto Feliz), no Tietê, que desciam esse rio e o Paraná e subiam o Pardo e o Anhanduí. Depois atravessavam, por terra, a zona da vacaria para atingir o Mbotetey, por onde navegavam até o Paraguai, chegando a Cuiabá. Os rios Coxim e Taquari também foram utilizados como variantes para chegar aos rios Paraguai e Cuiabá. Logo após, o *Varadouro de Camaquã* passou a ser o trajeto preferido, uma vez que encurtava o trecho não-fluvial do percurso Ararituaguaba-Cuiabá.” (ADONIAS, Isa. *Mapa: Imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993, p.334)

¹⁷ AHU-MATO GROSSO, cx. 13, doc. 10. AHU_CU_010, Cx. 13, D. 820

¹⁸ Que foi renomeado como Forte de Bragança em 1769.

¹⁹ O que corresponderia a cerca de 1.300km.

²⁰ AHU-ACL-CU-010, CX 13, DOC 829



errados em quase todos os quesitos, especialmente em relação ao rio Madeira e suas cachoeiras. Dessa forma, concluiu-se que “a navegação pois, do verdadeiro Rio da Madeira é um objeto que resta ainda para empreender, e muito digno de observar.”²¹

Aparentemente, as medições foram feitas pelo próprio Luís Pinto, pois em nenhum momento ele citou a participação ou o auxílio de algum engenheiro ou cartógrafo; ao contrário, suas descrições demonstravam que detinha um vasto conhecimento cartográfico e segurança no manuseio de instrumentos. Inclusive, uma de suas preocupações era fornecer dados confiáveis aos seus superiores, por isso escreveu novamente para Francisco Xavier de Mendonça Furtado em 13 de Junho de 1769, apresentando atualizações e correções nos dados fornecidos inicialmente. Dessa maneira, é observado que sua participação direta na coleta dos dados fica clara, pois afirmou que revisou pessoalmente os “cálculos e assentos a respeito das latitudes” e por isso enviava as “correções juntas que se faziam indispensáveis para que a sobredita relação fosse verdadeira.”²²

De fato, realizar essa tarefa não seria algo totalmente estranho, já que, provavelmente, durante sua formação militar teve contato com as técnicas cartográficas. Portanto, é razoável pensar que Luís Pinto pode ter desenhado seus próprios mapas, especialmente durante o período em que foi Governador, pois era escassa a disponibilidade de técnicos no sertão do Brasil.

Percebemos com isso que o domínio dos rios era de importância vital para a sobrevivência da Capitania, pois desde o Tratado de Madri (1750) a pretensão portuguesa era assegurar a posse das terras colonizadas, utilizando as balizas naturais como fronteiras e o Mato Grosso; algo que representava a oportunidade de assentar os limites do Brasil, da bacia do rio da Prata à bacia amazônica. Por isso, promover expedições de exploração, de mapeamento e de observação era uma das principais preocupações do novo Governador.

Assim que chegou a Vila Bela, começou a vasculhar os papéis guardados na Secretaria de Governo, a fim de se inteirar sobre os acontecimentos pretéritos. Um dos documentos que lhe chamou a atenção era uma provisão de 14 de janeiro de 1752 que ordenava “que ninguém aja de aportar ou formar terra do sítio da primeira cachoeira do

²¹ AHU-ACL-CU-010, CX 13, DOC 829.

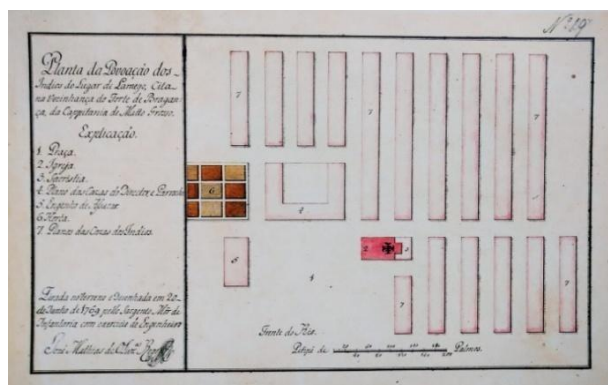
²² AHU-ACL-CU010, CX14, DOC848



rio Madeira em diante até as minas de Mato Grosso pela parte ocidental do mesmo rio, por ser aquela margem pertencente aos domínios da Majestade Católica.”²³

Com efeito, o Governador aproveitou a oportunidade para escrever ao Rei demonstrando os problemas daquela determinação, que certamente comprometeria o acesso, via bacia amazônica, à Capitania do Mato Grosso; além de ressaltar que a colonização daquela área foi, primeiramente, empreendida pelos portugueses. Assim, ao produzir tal documentação, procurava municiar o Rei com informações para resguardar a posição portuguesa no centro-oeste da América do Sul, especialmente naquele momento em que as fronteiras se encontravam indefinidas.²⁴

Ao mesmo tempo, tinha ordens “para dominar as terras deste continente com os apelidos das Cidades, Vilas e Lugares de Portugal, afim de que se reconheça positivamente e com mais facilidade o verdadeiro domínio a quem pertencem”.²⁵ Por isso, criou e modificou uma série de localidades e escolheu nomes que homenageassem locais ligados à sua história, como Lamego (...) e Leomil (nome da cidade portuguesa onde nasceu), dois destacamentos indígenas criados nos moldes do Diretório dos Índios, localizados às margens do Guaporé.²⁶



Mapa 4: REGO, José Matias de Oliveira. *Planta da Povoação dos índios do Lugar de Lamego*, cita na vizinhança do Forte de Bragança, da Capitania de Mato Grosso. 1769, 22x35cm. Cota n.19, Coleção Cartográfica da Casa da Índia (CI). (GARCIA, João C. (org.). *A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Índia*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002, p.195)

Nas cachoeiras do Madeira, área que considerava crítica, criou um destacamento com os índios Pomas na cachoeira do Girau, o Lugar de Balsemão, o qual tinha grandes aspirações que um dia se transformasse em uma Vila, por isso mandou o Sargento Mor

²³ AHU-MATO GROSSO, cx. 13, doc. 30. AHU_CU_010, Cx 14, D. 841

²⁴ Os limites definidos pelo Tratado de Limites de Madri, assinado em 1750, tinham sido suspensos em 1761 pelo Tratado de El Pardo.

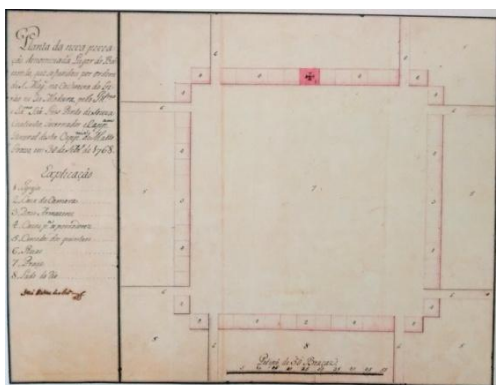
²⁵ AHU_CU_010, Cx. 14, D. 850

²⁶ Assunto muito bem discutido por CARVALHO, Francismar. *Lealdades Negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul* (Segunda metade do Século XVIII). Tese. São Paulo: USP, 2012.



de Infantaria com exercício de Engenheiro, José Matias de Oliveira Rego, elaborar um projeto dentro dos padrões de regularidade adotados na época.

Em outras palavras, para uma povoação de pequeno porte, tomava-se como ponto de partida uma praça de grandes dimensões, fazendo partir de cada um dos seus quatro ângulos duas ruas, formando um sistema em xadrez. Neste caso, com pequenos recortes e locação de duas casas, em cada um dos vértices, à semelhança do modelo hispano-americano. Ao lado sul da praça, no lado oposto ao da igreja, previa-se uma edificação para a câmara local. As pequenas casas destinadas aos habitantes eram semelhantes às da aldeia de São Miguel, dispostas em grupos de unidades geminadas, mas neste caso com quintais aos fundos, formando grandes quadras.



Mapa 5: REGO, José Matias de Oliveira. *Planta da Povoação de Balsemão*, 1768. Anexa à carta de 30 de Novembro 1768, escrita para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. AHU_CU_010, Cx. 13, D. 820 (ADONIAS, Isa. *Mapa: Imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993, p.88)

A cachoeira do Salto também recebeu um projeto de destacamento, pensado justamente para dar suporte à povoação de Balsemão.²⁷ Além da importância política, como marcos da presença portuguesa no Madeira, as povoações tinham objetivos militares de auxiliar no pouso e abastecimento do Forte de Bragança e econômicos, de apoio às monções, comandadas pelos homens de negócios da Companhia de Comércio do Grão Pará.

Todavia, ciente de que militarmente era importante não depender de um único caminho,²⁸ no caso o caminho fluvial do Guaporé, Luís Pinto organizou uma expedição em Fevereiro de 1769 ao Forte de Bragança, isto com o intuito de descobrir e construir um caminho por terra que o ligasse a capital Vila Bela. Além disso, a viagem também deveria “persuadir os índios a descerem às povoações, aniquilar quilombos, e pesquisar

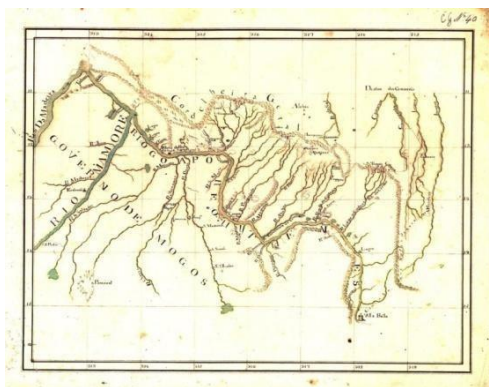
²⁷ AHU-MATO GROSSO, cx. 13, doc. 41. AHU_CU_010, Cx. 14, D. 852

²⁸ AHU-ACL-CU-010, CX 13, DOC 838



minas de ouro e sal.”²⁹ Nesse sentido, o trabalho ficou a cargo do sertanista João Leme do Prado, que se gabava da sua escolha por ser uma “pessoa com conhecimento do sertão, experiência da guerra do mesmo gentio, e outras qualidades essenciais”,³⁰ por isso imprescindível aos negócios da Coroa.

O trajeto pode ser visto no mapa *Bacia do Rio Guaporé*, aparentemente feito sob a supervisão do Governador.³¹



Mapa 6: *Bacia do Rio Guaporé*. Vila Bela, c. 1772, 39 x 50 cm. (GARCIA, João C. (org.). *A mais dilatada vista do mundo*, 2002, p. 407-408 e ADONIAS, Isa. *Mapa*, 1993, p.90)

O Forte era a única construção militar portuguesa que guardava o rio Guaporé e, conseqüentemente, suas ligações para a Amazônia, por isso, era fonte constante de preocupação. “Localizado na antiga missão de Santa Rosa (...) esse forte foi reequipado com canhão de maior calibre por Luís Pinto que mantinha a permanência do uso de arma de grosso calibre, assim como a força para intimidar e manter afastados os espanhóis daquela fronteira.”³²

Ademais, convém esclarecer que especialmente depois do Tratado de El Pardo (1761), os espanhóis, através da Corte da Real Audiência de Charcas, insistiam na necessidade de sua demolição, pois aquela seria uma área usurpada pelos portugueses.³³ Nesse contexto, a primeira parada de Luís Pinto como Governador foi no Forte e, conhecedor de sua função estratégica, tratou de estudar suas vantagens e problemas; por

²⁹ CARVALHO, Francismar. *Lealdades Negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (Segunda metade do Século XVIII)*. Tese. São Paulo: USP, 2012, p.166.

³⁰ AHU_CU_010, Cx. 15, D. 942

³¹ MORAES, Benone. *Dilatar Limites: a “ideia geral” de Luís de Albuquerque (1772-1781)*. Dissertação. Cuiabá: UFMT, 2011, p. 57-8.

³² BARROSO, Lourismar da Silva. *Real Forte Príncipe da Beira: ocupação oeste da Capitania de Mato Grosso e seu processo construtivo (1775-1783)*. Dissertação. Porto Alegre: PUCRS, 2015, p. 34.

³³ MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Rios Guaporé e Paraguai: Primeiras Fronteiras Definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro: Xerox, 1985, p. 108-9.



isso, assim que chegou a Vila Bela deu início a sua reforma. Porém, a edificação ficava sujeita as cheias do rio Guaporé que a danificavam constantemente.



Figura 1: OLIVEIRA, Francisco Xavier de. *Prospecto do Forte de Bragança*. Mapoteca do Arquivo Histórico do Itamaraty (MI), 1774. (ADONIAS, Isa. *Mapa*, 1993, p.89).

Em 1771, após quatro anos vivendo no sertão oeste do Brasil e sofrendo constantemente com problemas de saúde, Luís Pinto escreveu uma “Ideia Geral da situação e negócios desta Capitania”, isto com o objetivo de compilar em um documento seu conhecimento, os feitos de seu Governo e suas sugestões para o futuro. Uma de suas conclusões era que “as únicas vantagens desta Capitania consiste em adiantar a sua povoação para a parte do norte sobre os rios navegáveis, que correm ao Amazonas”.³⁴ Por isso, defendeu que o desenvolvimento e a defesa do Mato Grosso em direção a região amazônica era um objetivo essencial e estratégico, o que coadunava com as conquistas do Tratado de Madri que assegurava aos portugueses o domínio do rio Amazonas e seus principais afluentes. O grande fecho desse projeto era a viabilidade do

[...] estimo de terra, que separa as fontes dos dois Rios Aguapey e Alegre (...), o dito estimo não chegava a ter a extensão de duas léguas; por uma campina rasa de um terreno firme, e consequentemente muito proporcionadas para se poderem vazar sobre carretas quaisquer embarcações (...). Ambos os Rios oferecem uma navegação fácil, e desembaraçada por mais de seis meses do ano e consequentemente se acha estabelecida por este meio, a comunicações dos dois grandes rios Paraguai e Amazonas.³⁵

A construção de um varadouro entre os rios Aguapei e Alegre representava a consolidação do projeto de limites do Brasil da foz do Paraguai à foz do Amazonas, o que reafirmava a importância da manutenção das fronteiras do Mato Grosso, especialmente o

³⁴ AHU-ACL-CU-010, CX 15, DOC 927.

³⁵ AHU-ACL-CU-010, CX 15, DOC 922.



domínio sobre seus rios. Todavia, o Governador chamou a atenção para a imensa extensão territorial da sua Capitania e dos problemas que as longínquas distâncias acarretavam. Por isso defendeu que “os limites se acham de regular pelo estado atual das possessões”, pois

[...] nas excessivas distancias do Governo, nem pode haver boa administração da Justiça, nem deixar de fomentarem a busca o delito, e prepotências, tão comuns nos Sertões da América: se pôr dificultosíssimo a defesa do Estado, e inútil a Povoação de que se extrai a mesma defesa quando o Povo se acha derramado, em uma vastíssimo país inculto, e distante mais de 200 léguas de sua Capital.³⁶

Acompanhando a Ideia Geral, Luís Pinto planejou enviar uma “Carta Geral da Capitania” onde as suas propostas poderiam ser visualizadas, “porém havendo as [suas] moléstias suspenso a continuação deste trabalho”³⁷, acabou não finalizando o mapa naquele momento. Todavia, o seu projeto aparentemente foi concluído a *posteriori*, pois “dizem [que a dita carta] se conserva em Lisboa.”³⁸ Depois de seguidas súplicas, finalmente transmitiu o cargo de Governador para Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1739-1797), em 13 de dezembro de 1772, e não tardou em organizar sua volta ao reino. A seguir, em abril de 1773, ele já estava embarcando em Belém com destino a Lisboa.³⁹

Porém, o descanso durou pouco, em 03 de novembro de 1773, Robert Walpole (1736-1810), Embaixador da Inglaterra em Lisboa, escreveu para William Nassau de Zuylestein, 4º Earl of Rochford (1717-1781), informando que o novo Embaixador português em Londres era “Chevalier Luis Pinto, ex-Governador do Mato Grosso (Brasil), quem parecia ser de um caráter muito amável e verdadeiramente bem qualificado.”⁴⁰ A notícia foi confirmada em 01 de Março 1774, quando Luís Pinto foi nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Portugal em Londres.

Os ingleses chegaram a acreditar que sua nomeação seria desfeita por causa da relação próxima que tinha com José Seabra da Silva (1732-1813), que caiu em desgraça na Corte portuguesa.⁴¹ Porém, no final de Abril de 1774, o novo Embaixador já tinha

³⁶ AHU-ACL-CU-010, CX 15, DOC 927.

³⁷ AHU-ACL-CU-010, CX 15, DOC 927.

³⁸ ADOLPHE, J.C.R Milliet de Saint. *Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo, do Império do Brazil*. J.P.Aillaud, 1845, p.67.

³⁹ AHU_ACL_CU_013, Cx70, D.5988.

⁴⁰ (TNA) The National Archives, Kew. Folio 160, SP 89/75/61.

⁴¹ TNA. Folio 63. SP 89/76/28.



despachado para Londres seu Secretário com grande parte de sua bagagem.⁴² Adiante, em Maio, desembarcou em Falmouth com o restante de seus pertences e sua esposa, D. Catarina Micaela de Sousa César de Lencastre (1749-1824), que poucos dias depois deu a luz ao primogênito da família.⁴³

Assim que se estabeleceu na Legação de Portugal em Londres, Luís Pinto deu início ao seu trabalho diplomático, que tinha como uma das problemáticas centrais a negociação de um novo tratado de limites para as possessões ultramarinas, portuguesa e espanhola. Por isso, começou a participar de reuniões com diversas autoridades britânicas a fim de conquistar sua simpatia para a causa lusitana. Inclusive foi ousado em seus primeiros movimentos ao entregar para Henry Howard, 12º Earl of Suffolk (1739-1779), na época Secretário de Estado do Departamento Norte, um “memorial extraordinário”⁴⁴ com sugestões sobre as diretrizes diplomáticas que o Embaixador britânico em Madri deveria seguir sobre a questão das fronteiras na America do Sul.⁴⁵ Com efeito, o Earl of Rochford e Walpole ficaram perplexos com a audácia de Luís Pinto e logo procuraram o Marquês de Pombal (1699-1782) para deixar claro que ao rei George III (1738-1820) “não deve ser ditado, nem dito a linha de conduta que deve manter, mas que está firmemente decidido a defender a aliança anglo-portuguesa.”⁴⁶

Em pouco tempo Luís Pinto se familiarizou com o ambiente diplomático, “com todo o jogo de aparências, de tergiversações e ambiguidades”⁴⁷ e adquiriu respeito e notoriedade nos círculos políticos e culturais ingleses. Era um entusiasta das ciências e da literatura e se transformou em um ávido colecionador de livros e mapas, o que não só supria sua curiosidade, como também tinha importante função no desempenho de seu trabalho político e diplomático.⁴⁸

⁴² TNA. Folio 71. SP 89/76/32.

⁴³ TNA. Folio 78. SP 89/76/35. O primeiro filho do casal foi Luís Máximo Alfredo Pinto de Sousa Coutinho, 2º Visconde de Balsemão (1774-1832), que nasceu no dia 30 de Maio de 1774 em Falmouth.

⁴⁴ TNA. Folio 3. SP 89/79/2.

⁴⁵ TNA. Folio 120. SP 89/78/40.

⁴⁶ TNA. Folio 116. SP 89/78/39.

⁴⁷ VENTURA, Antonio. “«Deus Guarde V. Exª Muitos Anos». Manuel Godoy e Luís Pinto de Sousa (1796-1798)”, *Revista de Estudios Extremeños*, 57 (3): 963-1116. 2001, p.965.

⁴⁸ Em Portugal, “o número de coleções de mapas aumentou significativamente depois do Tratado de El Pardo (1761), que anulou o Tratado de Madri (1750), especialmente de coleções pertencentes a altos funcionários da Coroa, alguns dos quais serviram como governadores em capitânicas no Brasil. A relação entre poder colonial (militar, administrativo e econômico) e o colecionismo de mapas em Portugal e no Brasil foi claramente fundada nas coleções de Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão, 4º morgado de Mateus e governador da capitania de São Paulo (1765-75); Luís Pinto de Sousa Coutinho, visconde de Balsemão, governador de Mato Grosso (1767-1772); e Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, que também foi governador da mesma capitania (1772-89). Essas coleções são basicamente compostas por mapas manuscritos, originais ou cópias, que representam as capitânicas brasileiras governadas pelos



Entre 1774 e 1777, no decorrer das negociações antecedentes ao Tratado de Santo Ildefonso (1777), Luís Pinto recebeu inúmeros informes, memórias, explicações e demais documentos da Corte portuguesa e de seus colegas Embaixadores em Madri e em Paris, a grande maioria centrados nas questões dos limites.

Essas informações descritivas eram importantes, pois eram utilizadas na preparação de negociações e reuniões, porém somente esse tipo de documento não era o suficiente. O Embaixador também utilizava os mapas como ferramentas de trabalho, como fez em setembro de 1776, quando prometeu entregar a Thomas Thynne, 2º Visconde de Weymouth (1734-1796) “um mapa da região em disputa”⁴⁹ com a intenção de clarificar as pretensões portuguesas na América do Sul.

Para além de conquistar o beneplácito das autoridades inglesas, também coube a Luís Pinto propagandar a conquista portuguesa no ambiente literário. Sua primeira intervenção nesse sentido foi sua colaboração para a obra *The History of America* (1777), de William Robertson (1721-1793). O Embaixador português forneceu ao historiador inglês uma série de informações sobre o interior da América do Sul, especialmente descrições sobre os povos nativos,⁵⁰ um tema de intensa curiosidade entre os intelectuais europeus, que na época tinham como principal referência à obra de Don Antonio de Ulloa (1716-1795).⁵¹

coleccionadores. A única exceção é a coleção do visconde de Balsemão, sob a guarda da Biblioteca Pública Municipal do Porto, que contém vários importantes mapas impressos e atlas da Europa e da América do Norte, assim como mapas do norte, sul e oeste do Brasil. O coração da coleção do visconde de Balsemão deriva das suas posições como embaixador de Portugal em Londres e ministro dos negócios estrangeiros, além do importante papel que desempenhou na preparação da nova fronteira do tratado com a Espanha em 1777.” (GARCIA, J. C.; ALMEIDA, A. F. de. Map Collecting in Portugal. In: EDNEY, M. e PEDLEY, M.S (Org). *The History of Cartography*. Volume 4: Cartography in the European Enlightenment. Chicago and London: University of Chicago Press. 2020. p.773)

⁴⁹ TNA. Folio 43. SP 89/83/15.

⁵⁰ No prefácio Robertson diz que “From other quarters I have received information of great utility and importance. M. le Chevalier de le Pinto, the minister from Portugal to the court of Great Britain, who commanded for several years at Matogrosso, a settlement of the Portugueses in the interior part of Brazil, where the Indians are numerous, and their original manners little altered by intercourse with Europeans, was pleased to send me very full answers to some queries concerning the character and institutions of the natives of America, which his polite reception of an application made to him in my name, encouraged me to propose. These satisfied me, that he had contemplated with discerning attention the curious objects which his situation presented to his view, and I have often followed him as one of my best instructed guides.” (1777, p.13) Outras citações aparecem nas referências finais: “M. le Chevalier Pinto, Who resided several years in a part of America which Ulloa never visited, gives a sketch of the general aspect of the Indians there (...).” (ROBERTSON, William. *The History of America*. Vol.I. Messrs. Whitestone. Dublin 1777. Harvard University, p.460). “M. le Chevalier de Pinto observes, that in the interior parts of Brazil, he had been informed that some persons resembling the White people of Darien have been found (...).” (ROBERTSON, William. *The History of America*, 1777, p.462).

⁵¹ *A Voyage to South America* publicada em 1758.



O livro de Robertson tornou-se o assunto principal dos encontros literários em Londres, e as novas informações disponibilizadas por Luis Pinto aguçaram a curiosidade de Abbé Raynal (1713-1796), que preparava uma nova edição de *Histoire des deux Indes* (1780) e, em visita a capital inglesa, conseguiu encontrar pessoalmente com o Embaixador. A polidez e o conhecimento de Luis Pinto impressionaram Raynal que o qualificou como “um dos homens mais ilustrados que já viveu no Brasil.”⁵²

Com o questionário entregue por Raynal em mãos, Luis Pinto escreveu para os seus superiores a fim de ter permissão para mais uma colaboração. Dessa maneira, em maio de 1778, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Aires de Sá e Melo de Menezes e Sottomayor (1715-1786) não só autorizou como ainda norteou as diretrizes que Luis Pinto deveria seguir para assegurar que Portugal e suas conquistas fossem vistas de forma favorável na obra francesa.⁵³

Como resposta, o Embaixador português produziu dois documentos que demonstraram sua erudição e conhecimento sobre a História do Brasil e das suas fronteiras.⁵⁴ Curiosamente ao final das memórias que escreveu “sobre as disputas entre as coroas da Espanha e Portugal, relacionadas as suas possessões na América do Sul, de acordo com os tempos e os Tratados”, anunciou que tinha o seu próprio projeto, isto é:

[...] seria fazer outro Tratado de Limites com a Espanha e dar de Napo toda a borda norte da Amazônia, com a ilha de Caviana e a costa sul da Amazônia. Ainda daria todo o País que se estende de Javary ao rio Madeira, que esta coroa queira ceder a Portugal do Prata e do Paraguai, e que a navegação não comece nas duas Nações, ainda darei a Macau para facilitar o comércio nas Filipinas.⁵⁵

As ousadas aspirações territoriais de Luis Pinto tinham como objetivo diminuir as possessões portuguesas na Amazônia em troca do aumento das terras nas regiões do Mato

⁵² FURTADO, Junia F. e MONTEIRO, Nuno G. Raynal and the defence of the Portuguese colonization of Brazil: diplomacy and the Memoirs of the Visconde de Balsemão. *Análise Social*, liv (1.º), 2019 (n.º 230), pp. 4-33, p.10-11.

⁵³ FURTADO, Junia F. e MONTEIRO, Nuno G. *Raynal and the defence of the Portuguese colonization of Brazil*, p.11.

⁵⁴ Os documentos estão na Biblioteca da Ajuda (BA) e foram gentilmente cedidos para essa pesquisa pela Profª Drª Junia Ferreira Furtado, a quem agradecemos. *Extrait des Notes fournies à Mr. L'Abbé Raynal par S. Excell.º Mr. Le Visconte de Balsemão sur les Colonies Portugaises, avec ses observations critiques sur l'histoire Philosophique des deux Indes*. BA.54-XI-26(7). 1778 e *Memoires de son Excellence Mº Louis Pinto de Souza Coutinho, Visconte de Balsemão, Sur les contestations entre les Couronnes d'Espagne et de Portugal, relatives à ses possessions dans l'Amérique Meridionale, selon les epoques et les traits*. BA. 54-XI-27 (11). 1778.

⁵⁵ BA. 54-XI-27 (11). 1778.



Grosso e do rio da Prata. Certamente, acreditava-se que essa permuta seria interessante porque essa região do Amazonas era extremamente distante dos grandes centros coloniais do norte e praticamente desconhecida e por isso, era uma aposta muito arriscada da Coroa permanecer com essa área, enquanto a região dos rios Paraguai e da Prata era densamente povoada e já possuía uma rota comercial estabelecida. A mesma lógica que aplicou quando reivindicou a diminuição do território da Capitania do Mato Grosso em sua Ideia Geral.

Um dos motivos que levaram à assinatura do Tratado de El Pardo, que anulou as determinações do Tratado de Madri, foi a disputa sobre as terras do sul, na foz do rio da Prata. Nesse contexto, convém observar que o Marquês de Pombal era um ávido crítico da perda da Colônia do Sacramento e durante as negociações para um novo tratado de limites tentou até o último momento alargar a linha meridional portuguesa. Porém, com as infrutíferas negociações, Pombal foi categórico com Luis Pinto, em Março de 1776, ao afirmar que “para evitar uma guerra com a Espanha, Portugal estava pronto para reverter os termos do Tratado abortado de 1750.”⁵⁶

Quando Luis Pinto escreveu as memórias para Raynal o novo tratado de limites de Santo Ildefonso, esclarece-se que ele já tinha sido assinado e as fronteiras do Brasil basicamente voltaram ao traçado de 1750, por isso citou o mapa de Jean-Baptiste Bourguignon d’Anville (1697-1782) como referência.⁵⁷

Como salientou Benone Moraes, “nas negociações de Santo Ildefonso, não foram considerados os vinte e sete anos de expansão territorial empreendida pelos administradores que, entre 1751 e 1777, estiveram à frente da Capitania de Mato Grosso, agindo no sentido de ampliar e garantir uma dilatação de território fronteiriço.”⁵⁸ Apesar de ter sido um grande conhecedor desse território, mesmo distante, Luis Pinto continuou

⁵⁶ TNA. Folio 183. SP 89/81/55.

⁵⁷ O mapa é a *Carte de l’Amérique Méridionale*, da qual Balsemão tinha duas cópias, uma francesa de 1748, BPMP. C-M&A-P.25(58), (GARCIA, João C. (Coord.). *Cartografia do Brasil na Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto e Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011, p.44-5) e outra inglesa de 1772, BPMP. C-M&A-P.25(11), (GARCIA, João C. (Coord.). *Cartografia do Brasil na Biblioteca Pública Municipal do Porto*, 2011, p.46-7). Nos dois impressos Garcia aponta que existem correções manuscritas em português e inglês, principalmente na margem de determinados rios como São Francisco, Orinoco, Madeira, Mamoré, Guaporé e Tapajós. A construção e os usos desse mapa para as negociações do Tratado de Madri foram densamente estudadas pela Prof^a Dr^a Junia Ferreira Furtado (FURTADO, Junia F. *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean Baptista Bourguignon d’Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2012b e FURTADO, Junia F. *O mapa de inventou o Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Odebrecht/Versal, 2013)

⁵⁸ MORAES, Benone. *Dilatar Limites: a “ideia geral” de Luís de Albuquerque (1772-1781)*. Dissertação. Cuiabá: UFMT, 2011, p.17.



recebendo informações e mapas do Mato Grosso,⁵⁹ todavia não conseguiu interferir nos artigos do tratado referentes ao centro-oeste ou a Amazônia.

Nesse mesmo período, entre 1774 e 1778, eclodiu a primeira fase da Guerra de Independência Americana (1775-1783), que foi marcada pelos conflitos territoriais e pela Declaração de Independência dos Estados Unidos da América (1776). Luis Pinto acompanhou o desenrolar desses embates através das reuniões diplomáticas, das histórias publicadas nas Gazetas, dos encontros nos círculos literário e científico e dos mapas.

Foi nesse mesmo período que “um jovem industrioso, Faden tirou vantagem da Guerra de Independência Americana para produzir uma enorme quantidade de mapas (...). Seu catálogo de 1778 lista não menos do que vinte planos militares publicados, em menos de três anos, 1776-1778.”⁶⁰ Assim, William Faden (1749-1836), editor, gravador e geógrafo ganhou notoriedade com a qualidade dos mapas que publicou sobre o conflito americano e em pouco tempo passou a dominar o concorrido mercado de impressão de mapas. O primeiro encontro entre Luis Pinto e Faden pode ter acontecido nessa época, pois o Embaixador português tinha grande estima pelos mapas como instrumentos do saber e certamente se interessou pelas peças originais que a casa de edição de Faden publicou.

Ademais, é válido revelar que em pouco tempo o editor inglês expandiu seu portfólio e passou a publicar mapas de outras partes das Américas. Em 1783, junto com seu principal colaborador, La Rochette lançou um mapa sobre a costa da Guiana, desde o rio Orinoco até o Amazonas, baseado, principalmente, nas observações do Capitão Edward Thompson (1738-1786). Dois exemplares desse trabalho foram adquiridos por Luis Pinto.⁶¹

⁵⁹ Na Coleção Cartográfica do Visconde de Balsemão, sob a guarda da Biblioteca Pública Municipal do Porto, existem várias cópias de mapas do Mato Grosso feitos durante o governo de Luís de Albuquerque (1772-1789), o que sugere que Luís Pinto mantinha intensa troca de informações com o governador. (GARCIA, J. C.; ALMEIDA, A. F. de. A América portuguesa nos manuscritos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. In: *A TERRA de Vera Cruz*, Viagens, descrições e mapas do séc. XVIII. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2000, p. 9-62)

⁶⁰ PEDLEY, Mary Sponberg. Selected papers from the 16th international conference on the history of cartography: Maps, war, and commerce: Business correspondence with the London map Firm of Thomas Jefferys and William Faden. *Imago Mundi*, 48:1, 1996, 161-173, p.162.

⁶¹ Duas cópias desse mapa constam na Coleção Cartográfica do Visconde de Balsemão na Biblioteca Pública Municipal do Porto. BPMP C-M&A-P.17(46) e C-M&A-P.25(43).





Mapa 7: LA ROCHETTE, L.S.D. de. *The coast of Guyana from the Oroonoko to the river of Amazons and the inland parts as far as they have been explored by the French & Dutch engineers with the islands of Barbadoes, Tobago &ca.* From the observations of captains Edward Thompson made in the Hyaena, in the year 1781, when he commanded in the rivers Berbice, Essequibo and Demerari, and governed those colonies after their conquest from the Dutch. London: engraved & published by William Faden, Oct.6th, 1783. BPMP.

Em meados de 1786, Thomas Jefferson (1743-1826) contactou Faden solicitando que fizesse uma cópia do *Mapa Geografico de America Meridional (1775)*, de Juan de la Cruz Cano y Olmedilla (1734-1790). À época era o mais detalhado mapa da América do Sul, porém sua circulação foi restringida pela Coroa espanhola que mandou recolher os exemplares que já tinham sido impressos e proibiu novas publicações. Aparentemente, Luis Pinto não conhecia esse mapa, pois em suas *Considerações sobre o Tratado de Limites das Conquistas* [entre 1776 Ago.29 e 1777 Out.1] não fez qualquer referência a ele, mas mostrou conhecer a *Disertación histórica y geográfica sobre el meridiano de demarcación entre los domínios de España y Portugal*, de Jorge Juan e Antonio de Ulloa.⁶² A versão inglesa foi finalmente publicada em 1799.

⁶² GARCIA, J. C.; ALMEIDA, A. F. de. *A América portuguesa nos manuscritos da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, p.27-30, p.17-18.





Mapa 8: *Mapa Geográfico de America Meridional, Dispuesto y Gravado por D. Juan de la Cruz Cano y Olmedilla, Geogfo. Pensdo. de S.M. Individuo de la Rl. Academia de Sn Fernando, y da la Sociedad Bascongada de los Amigos del Pais; teniendo presentes Varios Mapas y noticias originales con arreglo a Observaciones astronomicas, Ano de 1775. Londres, Publicaddo por Guillermo Faden, Geografo del Rey, y del Principo de Gales, Enero 1. de 1799.* (DRMC) David Rumsey Map Center.

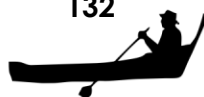
Da mesma forma que Luis Pinto trabalhou para divulgar a conquista portuguesa na literatura, é razoável pensar que despendeu o mesmo esforço na divulgação cartográfica. Durante as negociações do Tratado de Madri os diplomatas portugueses também se preocuparam em fomentar a produção de mapas que corroborassem a sua visão dos limites das Américas portuguesa e espanhola.

Diante de tal cenário, Alexandre de Gusmão (1695-1753) foi o responsável por coordenar a produção do chamado Mapa das Cortes,⁶³ enquanto Dom Luís da Cunha (1662-1749) capitaneou a produção de *Amérique Meridionale* de D'Anville.⁶⁴ Aparentemente, o Tratado de Santo Ildefonso não recebeu a mesma atenção cartográfica, porém nos quase trinta anos que separam os dois tratados, o conhecimento sobre a América portuguesa se aprofundou consideravelmente. As expedições demarcatórias, por exemplo, tinham exacerbado os problemas dos marcos cartográficos do Tratado de Madri, e logo produzir um novo mapa do Brasil era fundamental, já que os disponíveis estavam desatualizados.

Ainda quando era Governador do Mato Grosso, Luis Pinto encomendou ao Engenheiro José Matias de Oliveira Rego um “*Mapa de uma parte da América*

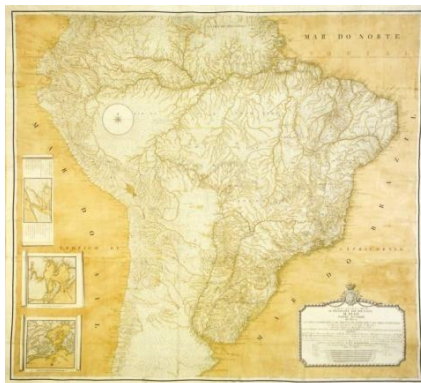
⁶³ Balsemão tinha uma cópia da versão espanhola, *Mapa de los confines del Brazil com las tierras de la corona de Esp. en la America Meridional*. BPMP. C-M&C-P.24(62).

⁶⁴ FURTADO, Junia F. *Oráculos da geografia iluminista* e FURTADO, Junia F. *O mapa de inventou o Brasil*.



Meridional, pertencente à divisão pelo público tratado de limites entre as duas Coroas de Portugal e Espanha".⁶⁵ Quando deixou ao cargo também estava coordenando a feitura de uma Carta geral da Capitania, com destaque para as fronteiras. Em Londres, adquiriu o atlas *Razão de Estado do Brasil*⁶⁶, em 1781, através de contatos que mantinha na Holanda e em 1783 uma série de obras impressas leiloadas pelo Museu Britânico.⁶⁷

De acordo com Robert Southey (1774-1843), a “Livraria do Rei” abrigava uma vasta “coleção de livros raros de Portugal, livros presenteados há muitos anos por Pinto”.⁶⁸ Posteriormente quando voltou ao reino para ocupar o cargo de Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1788-1801), foi um dos incentivadores da conclusão da *Carta Geographica de Projecção Espherica e Ortogonal da Nova Luzitania ou América Portuguesa e Estado do Brasil*, idealizada por Luis de Albuquerque em 1789 e concluída por Antônio Pires da Silva Pontes Leme (1757-1806) em 1798.⁶⁹



Mapa 9: LEME, Antonio Pires da Silva Pontes. *Carta Geographica de Projecção Espherica e Ortogonal da Nova Luzitania ou América Portuguesa e Estado do Brasil*, 1798. 142x128. Observatório Astronômico da Universidade de Coimbra. Imagem de Claudino Romeiro. (MARTINS, Francisco José Corrêa. As várias “faces” da “Nova Lusitania”, de Antonio Pires da Silva Pontes Leme. *IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica*. Porto, 9 a 12 de Novembro de 2011)

Conclusão

Indubitavelmente, o mapa *Colombia Prima* pode ser incluído na lista das várias colaborações capitaneadas por Luis Pinto. De acordo com as advertências publicadas por Faden, logo abaixo do cartucho deste mapa, o “Chevalier Pinto” lhe forneceu

⁶⁵.BPMP.C-M&A.P.19(38). MEIRELES, Maria Adelaide e CABRAL, Luís. Documentos relativos ao Brasil existentes na Biblioteca Pública Municipal do Porto. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 10, nº 1, p. 29-46, jan/jun 1997, p.36-7.

⁶⁶.BPMP. Ms.126, c.1616.

⁶⁷.COSTA, Júlio Manuel Rodrigues. Alguns livros científicos (sécs.XVI e XVII) no “Inventário” da Livraria dos Viscondes de Balsemão. *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*, 14.1, p.131-158, 2012^a, p.140.

⁶⁸.Letter 2428: Robert Southey to Herbet Hill, 27 May 1814.

⁶⁹.GARCIA, J. C.; ALMEIDA, A. F. de. *A América portuguesa nos manuscritos da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, p.66.



[...] todos os mapas manuscritos & outros documentos geográficos sobre o territórios portugueses [na América], os quais sua excelência, quando Governador do Paraguay mandou diretamente fazer ou colecionar, contendo principalmente os seguintes: O Rio Paraguai, M.S, 1754; O Rio Paraguay e Paraná, M.S; Governo de Moxos, M.S; Capitania de las Guayas, M.S; Capitania de Minas Gerais, M.S, 1777; Colonia do Sacramento, M.S; Carta Limítrofe do País de Mato Grosso e Cuiabá, levantado pelos Oficiais da Demarcação dos Reais Domínios, o ano de 1782 o de 1790, M.S, juntamente com diversos mapas editados e observações manuscritas.⁷⁰

Portanto, o editor inglês credita ao Embaixador o fornecimento de uma série de documentos de áreas críticas do Brasil. Da região do Mato Grosso, cita um mapa feito durante o governo de Dom Antônio Rolim de Moura Tavares (1709-1782), outro sobre os dois principais rios que conectam a região com a área platina, dois mapas das províncias espanholas que eram limítrofes, além de um feito durante o governo de Luís de Albuquerque, que era o comandante da terceira partida das comissões demarcatórias do Tratado de Santo Ildefonso. Ainda citou um mapa sobre a Capitania de Minas Gerais e outro sobre a Colônia do Sacramento, a primeira era a principal região mineradora do Brasil, enquanto a segunda era o principal posto avançado português no Sul, um dos motivos de discórdia nas negociações dos tratados de limites.

Assim sendo, uma das formas de conectar os mapas citados por Faden com Luis Pinto é cotejando essas informações com o catálogo da coleção cartográfica do Visconde de Balsemão. Infelizmente esse levantamento ainda não foi finalizado,⁷¹ mas com as informações disponíveis foi possível identificar que Balsemão possuía 13 mapas sobre a região Sul do Brasil, com destaque para a Colônia do Sacramento e a Ilha de Santa Catarina.

Em *Colombia Prima*, Faden informou que utilizou mapas dessas regiões feitos por José (sic) Joaquim da Rocha, descrição compatível com o *Mapa do Continente da Colonia do Sacramento, Rio Grande de São Pedro até a Ilha de Santa Catarina*.⁷² Desse mesmo cartógrafo, Balsemão também possuía uma cópia do seu *Mapa da Capitania de*

⁷⁰ DELAROCLETTE, L. S. D'Arcy. *Colombia Prima or South America*. BN

⁷¹ “O universo de mapas inventariados inclui 72 documentos cartográficos, pertencentes ao Serviço de Reservados e Manuscritos da BPMP. Assim, não foram contemplados todos os mapas referentes ao Brasil incluídos nas obras do fundo geral da instituição, dado que não existe um catálogo temático específico nem as ilustrações existentes nas obras se encontram identificadas.” (GARCIA, João C. (Coord.). *Cartografia do Brasil na Biblioteca Pública Municipal do Porto*, 2011, p10)

⁷² BPMP. C-M&A.P.24(63).



Minas Gerais, datado de 1793.⁷³ Faden afirmou que teve acesso a primeira versão desse mapa, feita em 1777, a qual contém cartas separadas de cada comarca de Minas Gerais.



Mapa 10: Mapa do continente da Colonia do Sacramento, Rio Grande de S. Pedro até a Ilha de S. Catarina com a linha divisória da arraia ajustada com o Tratado de Limites celebrado entre as coroas de Portugal e Castela, ano de MDCC. c.1777, 67x55cm. BPMP.

Possivelmente, o mapa “Capitania de las Guayas” correspond à carta dos Territórios das Capitanias de Mato Grosso, Goiás e S. Paulo, que mostra “parte da Capitania do Mato Grosso que compreende o Cuiabá tirado de um mapa que ela veio com navegação de S. Paulo.”⁷⁴ Missiva essa que contém várias informações sobre os gentios e expedições ao sertão replicadas em *Colombia Prima*, como exemplo, a indicação ao “Alojamento grande destruído pelo Cap. Mor da Conquista a 17 de agosto de 1753” que aparece no mapa inglês como “Great Village destroyed in August 1753”. Ressalte-se ainda, a inscrição central “Guayas”, referindo-se a Capitania de Goiás.



Mapa 11: Território das Capitanias de Mato Grosso, Goiás e S. Paulo. c.1753, 62x76cm. BPMP.

William Faden não citou em suas advertências nenhum mapa específico sobre a região amazônica, é possível encontrar apenas citações genéricas dentro do próprio mapa.

⁷³ BPMP.C-M&A.P.24(64)

⁷⁴ BPMP. C-M&A.P25(107)



Todavia, Balsemão possuía uma vasta coleção de mapas e manuscritos sobre a região, cerca de 14 mapas, centrados principalmente no curso do Amazonas, como o clássico mapa de La Condamine,⁷⁵ e também no Cabo Norte, especialmente na divisa com as Guianas e no Rio Branco.

O projeto de limites de Balsemão, apresentado nas memórias para Raynal, definitivamente não aparece em *Colombia Prima*; todavia “não é surpreendente que, a Coroa portuguesa, que abriu os portos do Brasil para uma espécie de ‘livre comércio’ que inevitavelmente colocou os Britânicos, seu grande protetor naval, em uma vantagem sem precedentes, saiu claramente como o vencedor territorial neste mapa.”⁷⁶

Data de submissão: 17/07/2020

Data de aceite: 17/11/2020

Referências Consultadas

Documentos Cartográficos

1) Mapas de João da Costa Ferreira

FERREIRA, João da Costa. [*Carta náutica do litoral brasileiro entre as proximidades da Baía de Ilha Grande e a Ilha de Santa Catarina*]. [179-]. 1 mapa ms., desenho a nanquim, 72,5 x 56. BN Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart514906/cart514906.html.

Acesso em: 29 mai. 2020.

Trecho da Carta Corographica e Hydrographica de Toda a Costa do Mar da Capitania de S. Paulo, por João da Costa Ferreira (1789-1793). In: MUSEU Paulista. *Collectanea de Mappas da Cartographia Paulista Antiga* (Cartas de 1612 a 1837,

⁷⁵.BPMP. Ms.538, fol.135b.

⁷⁶.CASTILLO, Lina Del. *Cartography in the Production (and Silencing) of Colombian Independence History, 1807-1827*, 2017, p.121.



acompanhadas de breves comentários por Affonso D'Escragno Taunay). São Paulo: Cia. Melhoramentos de São Paulo, 1922. Atualmente pertencente ao acervo do Arquivo Histórico do Exército (AHEx), Rio de Janeiro

2) Mapas de José Joaquim da Rocha

ROCHA, José Joaquim da. *Mappa da Capitania de Minas Geraes / o S. M. Jozé Joq.m da Rocha o fes.* – Escala [ca 1:1 600 000]. 30 leguas [18 ao grau] = [11,3 cm]. – 1793. – 1 mapa em 3 folhas : ms., color. ; 78x71 cm, em folha de 83x77 cm. BPMP.

MAPA da capitania de Minas Geraes: com a deviza de suas comarcas. [1778?]. 1 mapa ms, col, 43 x 36,5. BN Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart249867/cart249867.jpg. Acesso em: 29 mai. 2020.

ROCHA, José Joaquim da. *Mappa da Capitania de Minas Geraes.* 1777. 1 mapa ms., desenho a nanquim col., 89,2 x 34,5. BN Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart519682/cart519682.html. Acesso em: 29 mai. 2020.

ROCHA, José Joaquim da. *Mappa da Comarca de Villa Rica.* 1779. 1 mapa ms, 41 x 80cm em f. 54 x 84cm. BN Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1090219/cart1090219.html. Acesso em: 29 mai. 2020.

ROCHA, José Joaquim da. *Mappa da Comarca do Rio das Mortes, pertencente a Capitania das Minas Gerais: que mandou descrever o Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor D. Antonio de Noronha Governador e Cap. am General da mesma Capitania segundo as mais exactas informações.* 1777. 1 mapa ms., desenho a tinta, 50 x 59,5cm em f. 56 x 66. BN Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart530294/cart530294.html. Acesso em: 29 mai. 2020.

ROCHA, José Joaquim da. *Mappa da comarca do Sabará pertencente a capitania de Minas Geraes: esta descripção a mandou fazer o Illm. e Exmo. Senhor D. Antonio de Noronha governador, e Capitão general da mesma capitania conforme as mais certas e novas observações feitas com grōde trabalho do seu autor.* 1777. 1 mapa ms., desenho a nanquim, 63 x 48cm em f. 69,3 x 54. BN Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart530293/cart530293.html. Acesso em: 29 mai. 2020.



ROCHA, José Joaquim da. *Mostrace neste mapa o julgado das cabeceiras do rio das Velhas e a parte da Capitania de Minas Gerais*: com a devise de ambas as capitánias dado pela Capitan José Manoel. 1796. 1 mapa ms., desenho a tinta ferrogálica, 49,8 x 42,5cm em f. 52,8 x 47. BN Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart525966/cart525966.html. Acesso em: 29 mai. 2020.

3) **Coleção Cartográfica dos Viscondes de Balsemão, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Portugal (BPMP).**

REGO, José Matias de Oliveira, fl.1763-1769 *Mappa de huma parte da America Meridional, pertencente a devizáo pelo publico Tractado de Lemites entre as duas Coroas de Portugal e Hespanha ... / mandado desenhar novam.te pello ... Snr. Luis Pinto de Souza Coutinho ... por Jozé Mathias de Oliveira Rego, sargento môr de infantaria com exercicio de engenheiro, em o anno de 1769. – [Escala ca 1:2 600 000]. 1 grau de latitude = [4,3 cm]. – 1769. – 1 mapa : ms., color. ; 35x47 cm, em folha de 37x49 cm - C-M & A-Pasta 19 [38].*

LA ROCHETTE, L.S.D. de. *The coast of Guyana from the Oroonoko to the river of Amazons and the inland parts as far as they have been explored by the French & Dutch engineers with the islands of Barbadoes, Tobago &ca.* From the observations of captains Edward Thompson made in the Hyaena, in the year 1781, when he commanded in the rivers Berbice, Essequibo and Demerari, and governed those colonies after their conquest from the Dutch. London: engraved & published by William Faden, Oct.6th, 1783.

Mappa do continente da Colonia do Sacramento, R.o Grande de S. Pedro the a Ilha de S. Catharina com a linha divizoria da arraya ajust[ada com o] Tratado de Limites celebrad[o entre a]s corôas de Portugal, e Cas[tela] anno de M.DCC.[...]. – Escala [ca 1:1 600 000]. 1 grau de latitude = [6,85 cm]. – [Não anterior a 1777]. – 1 mapa : ms., color. ; 63x52 cm, em folha de 67x55 cm

[Territórios das Capitánias de Mato Grosso, Goiás e S. Paulo]. – [Escala ca 1:2 700 000]. Petipe de 18 legoas [17,5 ao grau] = [4,3 cm]. – [Não anterior a 1753]. – 1mapa em 2 folhas : ms., color ; 62x75 cm, em folha de 62x76cm

ANVILLE, Jean Baptiste Bourguignon d'. *Amérique Méridionale / publiée sous les auspices de Monseigneur le Duc d'Orleans ... par le Sr D'Anville ; gravé par Guill. Delahaye. – Echelle [ca 1:6 400 000]. 100 lieus françois, de 300 pas geometriques ou 2500 toises = [7,6 cm]. – A Paris : chez l'Auteur, aux Galeries du Louvre, 1748. – 1 mapa em 3 folhas: gravura ; 124x77 cm, em folha de 129x81 cm*



ANVILLE, Jean Baptiste Bourguignon d'. *A map of South America: containing Tierra-Firma, Guayana, New Granada, Amazonia, Brasil, Peru, Paraguay, Chaco, Tucuman, Chili and Patagonia / from M.r d'Anville with several improvements and additions, and the newest discoveries.* – [Escala ca 1:7 900 000]. 120 british and french sea leagues which are the common leagues of Spain 20 in a degree = [8,3 cm]. – London: printed for Robert Sayer ... as the Act directs, 20 September 1772. – 1 mapa em 4 folhas : gravura, color. ; 102x116 cm, em folha de 105x117 cm

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Carte du cours du Maragnon ou de la grande Riviere des Amazones dans sa partie navigable depuis Jaen de Bracamoros jusqu'a son embouchure et qui comprend la Province de Quito et la Côte de la Guiane depuis le Cap de Nord jusqu'a Essequibe / levée en 1743 et 1744 et assujettié aux observations astronomiques par M. de La Condamine ... ; augmentée du cours de la Rivière Noire et d'autres détails tirés de divers mémoires et routiers manuscrits de voyageurs modernes ; G.N.Delahaye sculpsit.* – [Escala ca 1:11 000 000]. 100 lieues marines de 20 au degré = [4,95cm]. – [1775]. – 1 mapa em 1 folha dobrada : ms., color. ; 19x41 cm, em folha de 27x47 cm In: *Diario da viagem que em visita e correição das povoaçoens da Capitania de S. Jozé do Rio Negro fez nos annos de 1774 e 1775 Franc.co Xavier Rib.ro de Sampayo* – 1775. – Ms. 538, entre f. 135-136

Casa da Ínsua, Portugal. (CI)

REGO, José Matias de Oliveira. *Planta da Povoação dos índios do Lugar de Lamego*, cita na vizinhança do Forte de Bragança, da Capitania de Mato Grosso. 1769, 22x35cm. Cota n.19, Coleção Cartográfica da Casa da Ínsua (CI)

Bacia do Rio Guaporé. Vila Bela, c. 1772, 39 x 50 cm. CG40. CI

Mapoteca do Itamaraty, Brasil. (MI)

OLIVEIRA, Francisco Xavier de. *Prospecto do Forte de Bragança.* 1774.
Mapoteca do Arquivo Histórico do Itamaraty (MI).

Bacia do Rio Guaporé. Vila Bela, c. 1772, 39 x 50 cm. MI

David Rumsey Map Collection. (DRMC)

Mapa Geografico de America Meridional, Dispuesto y Gravado por D. Juan de la Cruz Cano y Olmedilla, Geogfo. Pensdo. de S.M. Individuo de la Rl. Acadenia de Sn Fernando, y da la Sociedad Bascongada de los Amigos del Pais; teniendo presentes Varios Mapas y noticias originales con arreglo a Observaciones astronomicas, Ano de 1775. Londres, Publicaddo por Guillermo Faden, Geografo del Rey, y del Principo de Gales, Enero 1. de 1799. DRMC



Observatório Astronômico da Universidade de Coimbra

LEME, Antonio Pires da Silva Pontes. *Carta Geographica de Projecção Espherica e Ortogonal da Nova Luzitania ou América Portuguesa e Estado do Brasil*, 1798. 142x128. Observatório Astronômico da Universidade de Coimbra. Imagem de Claudino Romeiro.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

REGO, José Matias de Oliveira. *Planta da Povoação de Balsemão*, 1768. AHU_CU_010, Cx. 13, D. 820

Biblioteca Nacional do Brasil (BN)

DELAROCLETTE, L. *Colombia Prima or South America*: in which it has been attempted to delineate the extent of our knowledge of that continent: extracted chiefly from the original manuscript maps of his excellency the late chevalier Pinto, likewise from those of João Joaquim da Rocha, João da Costa Ferreira, El Padre Francisco Manuel Sobrevida ec. and from the most authentic edited accounts of those countries. London [Londres, Inglaterra]: William Faden, 1807. 1 mapa em 8 folhas, f. 63 x85cm, dobradas em 21,5 x 16cm em caixa 22,5 x 18 cm. BN Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1434446/cart1434446.jpg. Acesso em: 29 mai. 2020.

The National Archives, Inglaterra. (TNA)

'A New Chart of COAST OF BRAZIL from the Parallel 23°40' to 26° South Latitude Containing the Capitania de San Paulo from BARRA DE SANTOS TO GUARATUBA'. Includes five insets: 1) Inset Chart of 'BARRA DE CANEA'. Scale: 2 inches to 4 nautic miles; 2) Inset Chart of 'BARRA DE SANTOS'. Scale: 3 inches to 6 nautic miles; 3) Inset Chart of 'Barra da Mar Pequeno de Iguape'. Scale: 3 inches to 6 nautic miles; 4) Inset Chart of 'Barra de Guaratuba'. Scale: 2 inches to 4 nautic miles; 5) Inset Chart 'PLAN OF BAY OF PARANAGUA'. Scale; 2.2 inches to 6 nautic miles. Main Chart and insets show coastlines, hydrography, anchorages, topography, settlements, buildings, fortifications, and remarks. Watermark: '1809', letters obscured by damage and discolouration of paper. Printed manuscript. Latitude and longitude indicated; North points with 32 point compass indicators. Scale: 5.8 inches to 12 nautic Leagues. Endorsed 'Surveyed under the direction of the late Admiral [John] Campbell. LONDON: Published by William Faden, Geographer to His Majesty and to His Royal Highness the Prince of Wales, Charing Cross, London, 1 January 1807'. Annotated in pencil: squaring lines and '2 copies'.



Annotated in red ink '2.69' on verso. 66 x 90 cm; 1807 Jan 01 - 1809 Dec 31. The National Archives, Kew.

United Kingdom Hydrographic Office Archives, Inglaterra. (UKHO)

'A New Chart of the coast of Brazil'; scale: 5.8 inches to 12 nautic leagues. Includes 5 insets: 1) untitled, Sao Paulo: Santo, with the scale: 3 inches to 6 nautic miles; 2) untitled, Sao Paulo: Iguape, with the scale: 3 inches to 6 nautic miles; 3) untitled, Paraná: Guaratuba, with the scale: 1.9 inches to 4 nautic miles; 4) Sao Paulo: Cananéia, with the scale: 1.9 inches to 4 nautic miles; 5) 'Plan of the Bay of Paranagua', with the scale: 2.4 inches to 6 nautic miles. Chart and inset show coastline, hydrography, anchorages, topography, roads, settlements, fortifications, land marks, sight lines and remarks. Printed. Watermark: 'Smith'. Latitude and longitude indicated; north points with compass indicators. Surveyed under the direction of the late Admiral Campell; published by William Faden, 1 January 1807. Stamped: 'Hydrographical Office'. Carries Becher's red 'M' classification Mark. SVY A/ C748/1 Af3. United Kingdom Hydrographic Office Archive, 64 x 82 cm

'A New Chart of the Coast of Brazil'. Scale: 5.8 inches to 12 nautic leagues. Includes 5 insets: 1) untitled, showing the 'Barra de Santos' with the scale: 3 inches to 6 nautic miles; 2) untitled, showing the 'Barra do Sol', with the scale: 3 inches to 6 nautic miles; 3) untitled, showing 'Guaratuba' with the scale: 2 inches to 4 nautic miles; 4) 'Plan of the Bay of Paranagua', with the scale: 2.2 inches to 6 nautic miles; 5) untitled, showing the 'Barra de Canea', with the scale: 2 inches to 4 nautic miles. Chart and insets show coastline, hydrography, anchorages, topography, land use, roads, settlements, fortifications, land marks, sight lines and remarks, including the mention of gold and timber and a town 'inhabited by criminals and run away Negroes, who live without controul [sic] and employed in their own plantations and in the Gold works'. Printed. Latitude and longitude indicated; north points with compass indicators. Surveyed under the direction of the Late Admiral Campbell; published by William Faden, Geographer to the King and His Royal Highness the Prince of Wales, 1 January 1807. SVY A/ B401 Gu. United Kingdom Hydrographic Office Archive,

Fontes Impressas

ADOLPHE, J.C.R Milliet de Saint. *Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo, do Império do Brazil*. J.P.Aillaud, 1845.



ROBERTSON, William. *The History of America*. Vol.I. Messrs. Whitestone. Dublin
1777. Harvard University.

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino, Portugal (AHU)

1767, Agosto, 14. DECRETO de D. José nomeando Luís Pinto de Sousa governador do Mato Grosso. Anexo: bilhete. AHU-ACL-CU-010, CX13, DOC801

1771, Maio, 1. OFÍCIO do [Governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] Luis Pinto de Sousa Coutinho ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro sobre o agravamento do seu estado de saúde e dá no conhecimento da situação e negócios da capitania. Carta com 40 páginas. Anexo: 8 doc CT-AHU-ACL-CU-010, CX 15, DOC 927

1765, Fevereiro, 13, Vila Bela. CARTA do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] João Pedro da Câmara Coutinho ao rei [D. José] em que relata a sua viagem desde o Grão Pará até Vila Bela, dificultada pelo transporte de oito peças de artilharia. AHU-MATO GROSSO, cx. 12, doc. 28. AHU_CU_010, Cx. 12, D. 736

1768, Novembro, 30, N. Sra. da Conceição. OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Luís Pinto de Sousa Coutinho ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Francisco Xavier de Mendonça Furtado em que dá notícia da total expulsão dos jesuítas das três províncias de Los Moxos, S. Cruz de la Sierra e Chiquitos, e da criação de uma povoação, na terra dos Pama, com o nome de Balema. AHU-MATO GROSSO, cx. 13, doc. 10. AHU_CU_010, Cx. 13, D. 820

1769, Janeiro, 20, Vila Bela. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] Luis Pinto de Sousa Coutinho ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Francisco Xavier de Mendonça Furtado em que envia notícia mais circunstanciada da navegação do rio Madeira e dos mais que se lhe unem, e um conhecimento das observações que fez durante a sua viagem. CT-AHU-ACL-CU-010,CX 13, DOC 829

1769, Junho, 13, Vila Bela. OFÍCIO do (governador e capitão general da capitania do Mato Grosso) Luis Pinto de Sousa Coutinho ao (secretario de estado da Marinha e Ultramar) Francisco Xavier de Mendonça Furtado em que corrige erros geográficos e astronômicos, contidos na carta de 20 de janeiro, sobre a viagem que fez pelo Madeira até chegar ao Forte de Bragança. Anexo: Correções sobre a viagem do Madeira até o Forte de Conceição. AHU-ACL-CU010, CX14, DOC848



1769, Março, 2, Vila Bela. OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Luís Pinto de Sousa Coutinho ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Francisco Xavier de Mendonça Furtado em que contesta o teor de uma provisão de 1752, encontrada na secretaria do governo, com a qual se proíbe a ocupação de terras desde o sítio da cachoeira do rio Madeira até às minas de Mato Grosso, por serem pertencente aos domínios do rei católico. AHU-MATO GROSSO, cx. 13, doc. 30. AHU_CU_010, Cx 14, D. 841

1769, Junho, 15, Vila Bela. OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Luís Pinto de Sousa Coutinho ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a substituição dos nomes toponímicos pelo os de cidades, vilas e lugares de Portugal. AHU-MATO GROSSO, cx. 13, doc. 39. AHU_CU_010, Cx. 14, D. 850

1769, Junho, 18, Vila Bela. OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Luís Pinto de Sousa Coutinho ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre o projeto de estabelecimento de uma nova povoação na cachoeira do Salto para coadjuvar o novo estabelecimento do Lugar de Balsemão. Anexo: cópia de ofício. AHU-MATO GROSSO, cx. 13, doc. 41. AHU_CU_010, Cx. 14, D. 852

1769, Fevereiro, 18. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] Luis Pinto de Sousa Coutinho ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre os dois defeitos essenciais da Fortaleza de N. Sra. da Conceição. CT-AHU-ACL-CU-010, CX 13, DOC 838

1771, Julho, 16. CARTA do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Luís Pinto de Sousa Coutinho ao rei [D. José] com que envia requerimento de João Leme do Prado, que pede remuneração pelos serviços que prestou. AHU-MATO GROSSO, cx. 15, doc. 51. AHU_CU_010, Cx. 15, D. 942

1771, Abril, 15. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] Luis Pinto de Sousa Coutinho ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro sobre a vantagem para o comércio da comunicação entre os rios Paraguai e Amazonas. CT-AHU-ACL-CU-010, CX 15, DOC 922

1773, Abril, 7. OFÍCIO do [Governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro] João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, sobre a partida para o Reino do ex-governador da capitania do Mato Grosso, Luís Pinto de Sousa Coutinho. AHU_ACL_CU_013, Cx70, D.5988



The National Archives, Kew – Inglaterra. (TNA)

- Folio 160: R. Walpole to Earl of Rochford. 1773. Nov. 3. Lisbon. SP 89/75/61.
Folio 63: Consul J. Whitehead to Earl of Rochford. 1774. Apr. 9. Lisbon. SP 89/76/28.
Folio 71: R. Walpole to Earl of Rochford. 1774. Apr. 27. Lisbon. SP 89/76/32.
Folio 78: R. Walpole to Earl of Rochford. 1774. May. 14. Lisbon. SP 89/76/35.
Folio 3: R. Walpole to Earl of Rochford. 1775. Jan. 4. Lisbon. SP 89/79/2.
Folio 120: L. Pinto de Sousa to Lord Suffolk. 1774. Dec. 7. London. SP 89/78/40.
Folio 116: Earl of Rochford to R. Walpole. 1774. Dec.20. London. SP 89/78/39.
Folio 43: L. Pinto de Sousa to Viscount Weymouth. 1776. Sept. 9.London. SP 89/83/15.
Folio 183: R. Walpole to Viscount Weymouth. 1776. Mar. 23. Lisbon. SP 89/81/55.

Biblioteca da Ajuda, Portugal. (BA)

Extrait dès Notes fournie à Mr. L'Abbé Raynal par S. Excell.º Mr. Le Viscomte de Balsemão sur les Colonies Portugaises, avec ses observations critiques sur l'histoire Philosophique des deux Indes. BA.54-XI-26(7). 1778

Memoires de son Excellence Mº Louis Pinto de Souza Coutinho, Visconte de Balsemão, Sur les contestations entre les Couronnes d'Espagne et de Portugal, relatives à ses possessions dans l'Amerique Meridionale, selon les epoques et les traits. BA. 54-XI-27 (11). 1778.

Bibliografia

ADONIAS, Isa. **A cartografia da região amazônica**. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisas da Amazônia, 1963.

ADONIAS, Isa. *Mapa: Imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

ALMEIDA, André F. A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do Madeira. (1749-1752). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2, p.215-235, jul.-dez. 2009a

ALMEIDA, André F. O Mapa Geográfico de América Meridional, de Juan de La Cruz Cano y Olmedilla. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, N. Sér. v.17, n.2, p.79-89, jul.-dez., 2009b.

AMADO, Janaína e ANZAI, Leni. **Luís de Albuquerque: Viagens e governo na Capitania de Mato Grosso, 1771–1791**. São Paulo. Fundação Odebrecht, 2014.

BARROSO, Lourismar da Silva. **Real Forte Príncipe da Beira: ocupação oeste da Capitania de Mato Grosso e seu processo construtivo (1775-1783)**. Dissertação. Porto Alegre: PUCRS, 2015.



BASTOS, Carlos Augusto. **Fronteira e Impérios na Amazônia Ibérica.** *Revista de História de São Paulo*, n.173, p.519-528, jul.-dez., 2015.

BORRALHO, M. L. **“Por acaso hum viajante”:** A vida e a obra de Catarina de Lencastre, 1ª. **Viscondessa de Balsemão (1749-1824)**, Lisboa: Imprensa Nacional. 2008

BORRALHO, Maria Luísa. **D. Catarina de Lencastre (1749-1824):** libreto para uma autora quase esquecida. Porto: Faculdade de Letras, 1999.

CAMPOS, Rafael. **Ciência e controle imperial no Mato Grosso português.** *MEMORIAS: Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe Colombiano.* Año 11, N°25. Barranquilla, enero – abril 2015.

CARVALHO, Francismar. **Lealdades Negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (Segunda metade do Século XVIII).** Tese. São Paulo: USP, 2012.

CARVALHO, M. L. M. M de. **A capitania de Mato Grosso durante o Governo de Luís Pinto de Sousa (1769/1772).** Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2 tomos, Lisboa, 1996

CASTILLO, Lina Del. **Cartography in the Production (and Silencing) of Colombian Independence History, 1807-1827.** In: AKERMAN, James R. (Org.) *Decolonizing the Map: Cartography from Colony to Nation.* Chicago and London: The University of Chicago Press, 2017.

CASTILLO, Lina Del. **La cartografía impresa en la creación de la opinión pública en la época de Independencia.** In: MARTÍNEZ, Francisco e SILVA, Alexander (Ed.). *Disfraz y pluma de todos.* Opinión pública y cultura política, siglos XVIII y XIX. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2012, p.377-420.

COSTA, Antônio Gilberto. **Do “Roteiro de todos os sinais da costa” até a “Carta Geral”:** os mapas de síntese para o território da América portuguesa e do Brasil Império. *Revista Brasileira de Cartografia*, Rio de Janeiro, N0 67/4, Jul/Ago, 2015. p. 887-903

COSTA, Júlio Manuel Rodrigues. Alguns livros científicos (sécs.XVI e XVII) no “Inventário” da Livraria dos Viscondes de Balsemão. *Ágora.* Estudos Clássicos em Debate, 14.1, 2012a. p.131-158

COSTA, Júlio Manuel Rodrigues. **No rastro português da biblioteca científico-médica de Hans Sloane: problemas e evidências.** *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*, S. 2, 9 (2012b), p. 91-108.

COSTA, Maria de Fátima. **Miguel Ciera: um demarcador de limites no interior sul americano (1750-1760).** *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n. 2, 2009. p. 189-214

COSTA, Maria de Fátima. **De Xarayes ao Pantanal: a cartografia de um mito geográfico.** *Revista do IEB*, São Paulo, n.45, 2007. p.21-37



COSTA, Maria de Fátima. **História de um País Inexistente: o Pantanal Entre os Séculos**. São Paulo: Kosmos, 1999.

COUTINHO, Ana Sofia de Almeida. **Imagens de França do Século XVIII através da Coleção Cartográfica do Visconde de Balsemão**. Porto: Revista da Faculdade de Letras. História, III, vol.10, p.17-27, 2009.

EDNEY, Matthew. **Cartography: the ideal and its history**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2019.

FURTADO, Junia F. e MONTEIRO, Nuno G. **Raynal and the defence of the Portuguese colonization of Brazil: diplomacy and the Memoirs of the Visconde de Balsemão**. *Análise Social*, liv (1.º), 2019 (n.º 230), pp. 4-33. <https://doi.org/10.31447/as00032573.2019230.01>. Issn online 2182-2999

FURTADO, Junia F. e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Os Brasis na Histoire des Deux Indes do abade Raynal/The Different Brazils in Abbé Raynal's Histoire des Deux Indes**. *Varia História*, 32 (60, p. 731-777), 2016a.

FURTADO, Junia F. **“Metamorfoses da colonização: o rio Tocantins e a expansão para o oeste em mapas e relatos (século XVIII)”**. *Tempo*, Niterói, online, vol. 22, n.40, 2016b. p. 367-399

FURTADO, Junia F. **História da Engenharia**. In: STARLING, Heloisa M. M. e GERMANO, Lígia B. P. (org.). *Engenharia: História em construção*. Belo Horizonte: UFMG, 2012a, p.21-70

FURTADO, Junia F. **Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean Baptista Bourguignon d'Anville na construção da cartografia do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2012b.

FURTADO, Junia F. **O mapa de inventou o Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: Odebrecht/Versal, 2013.

FURTADO, Junia F. **“José Joaquim da Rocha and the Proto-Independence Movement in Colonial Brazil”**. In: BRÜCKNER, Martin. (Org.) *Early American cartographies*. Chaper Hill: University of North Carolina Press/Omohundro Institute of Early American, p.116-141, 2011a.

FURTADO, Junia F. e CINTRA, Jorge P. **“A Carte de l'Amérique Méridionale de Bourguignon D'Anville: eixo perspectivo de uma cartografia amazônica comparada”**. *Revista Brasileira de História*. [online], São Paulo, vol.31, n.62, p.273-316, 2011b. Acesso: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882011000200015&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

FURTADO, Junia F. **Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais**. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.17, n.2, , 2009. p. 155-187

GARCIA, J. C.; ALMEIDA, A. F. de. Map Collecting in Portugal. In: EDNEY, M. e PEDIEY, M.S (Org). **The History of Cartography**. Volume 4: Cartography in the



European Enlightenment. Chicago and London: University of Chicago Press. 2020. p.773.

GARCIA, J. C.; ALMEIDA, A. F. de. **A América portuguesa nos manuscritos da Biblioteca Pública Municipal do Porto.** In: *A TERRA de Vera Cruz, Viagens, descrições e mapas do séc. XVIII.* Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2000, p. 9-62.

GARCIA, João C. (Coord.). **Cartografia do Brasil na Biblioteca Pública Municipal do Porto.** Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto e Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. (CD-Room)

GARCIA, João C. (org.). **A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Ínsua.** Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.

MARTINS, Francisco José Corrêa. **As várias “faces” da “Nova Lusitania”, de Antonio Pires da Silva Pontes Leme. IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica.** Porto, 9 a 12 de Novembro de 2011.

MEIRELES, Maria Adelaide e CABRAL, Luís. **Documentos relativos ao Brasil existentes na Biblioteca Pública Municipal do Porto.** *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 10, nº 1, 1997. p. 29-46,

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Rios Guaporé e Paraguai: Primeiras Fronteiras Definitivas do Brasil.** Rio de Janeiro: Xerox, 1985.

MORAES, Benone. **Dilatar Limites: a “ideia geral” de Luís de Albuquerque (1772-1781).** Dissertação. Cuiabá: UFMT, 2011.

PEDLEY, Mary Sponberg. **The commerce of cartography: making and marketing maps in the eighteenth century France and England.** Chicago: University of Chicago Press, 2005.

PEDLEY, Mary Sponberg. **Selected papers from the 16th international conference on the history of cartography: Maps, war, and commerce: Business correspondence with the London map Firm of Thomas Jefferys and William Faden.** *Imago Mundi*, 48:1, 1996, 161-173, DOI: 10.1080/03085699608592838

PERAZZOLO, Paola. **Gianluigi Goggi, L’abbé Raynal et un questionnaire sur le Portugal et sur le Brésil, Studi Francesi** [Online], 168 (LVI | III) | 2012, online dal 30 novembre 2015, consultato il 03 mai 2019. URL: <http://journals.openedition.org/studifrancesi/3740>

SILVA, J. J. da C. R. da. Luís Pinto de Sousa Coutinho: ‘an English gentleman’. In: **Ideário político de uma elite de Estado: corpo diplomático (1777/1793)**, Lisboa, Calouste Gulbenkian, p. 187-312, 2002.

SMITH, T. R. **Cruz Cano’s map of South America, Madrid, 1775: its creation, adversities and rehabilitation.** *Imago Mundi*, London, vol. 20, 1966. p. 49-78.



VENTURA, Antonio. “«Deus Guarde V. Ex^a Muitos Anos». Manuel Godoy e Luís Pinto de Sousa (1796-1798)”, *Revista de Estudios Extremeños*, 57 (3), 2001. p. 963-1116.



AGENTES E AGÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA MINERAL BRASILEIRA E DA FRONTEIRA AMAZÔNICA (1930-1960)

AGENTS AND AGENCIES IN THE CONSTRUCTION OF THE BRAZILIAN
MINING POLICIES AND THE AMAZONIAN FRONTIER (1930-1960)

Antônio Cláudio Barbosa Rabello¹

Resumo

O artigo² tem como argumento principal a volatilidade da fronteira amazônica, que a considera fruto de relações sociais em disputa pela condução das políticas do Estado. Para isso, utiliza o desenvolvimento da política mineral brasileira, que, ao defenderem suas principais demandas em agências da sociedade civil, buscam sua afirmação econômica e política. Considera que a década de 1930 demarca os primórdios dessa articulação política, culminando com a criação do Ministério das Minas e Energia em 1960. Os intelectuais dessas agências apresentam argumentos onde defendem a primazia da atividade da mineração para o processo de industrialização, considerado como a principal alternativa para a independência econômica do Brasil. Ao mesmo tempo, eles produzem interpretações sobre a Amazônia e de seu papel enquanto fronteira de recursos minerais.

Palavras-Chave: Política Mineral; Amazônia; Fronteira

Abstract

The article's main argument is the volatility of the Amazon frontier, which is considered as a social result of relations in dispute for the conduction of state policies. Therefore, it uses the development of a Brazilian mining policy, to defend its main demands of civil society agencies, seeking their economic and political affirmation. It considers the 1930s as a landmark of this political articulation, culminating with the creation of the Mines and Energy Ministry in 1960. The intellectuals of those agencies present arguments that advocate the primacy of mining activity to the industrialization process, considering mining activities as the main alternative to the Brazilian economic independence. At the same time, they produce interpretations about Amazon and its role as a mineral resources frontier.

Keywords: Mining Policy; Amazon; Frontier.

¹ Doutor em desenvolvimento Sócio-Ambiental pela Universidade Federal do Pará (2004). Professor associado da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), lotado no Departamento de História. Líder do Grupo de Pesquisa Jurupari: Cultura, Patrimônio, Memória e Identidade em Rondônia e pesquisador do Grupo de Pesquisa Estado e Poder no Brasil, sediado na Universidade Federal Fluminense.

² Esse artigo é fruto da participação no IX Simpósio Nacional Estado e Poder no Brasil, onde as ideias gerais foram apresentadas em mesa redonda, em outubro de 2016, na Universidade Federal Fluminense.

Introdução

São muitos os relatos de viagens por terras amazônicas desde o período colonial português. A floresta amazônica, com sua flora exuberante e com sua população nativa, era razão para expedições que tentavam descrevê-la e compreendê-la.

Além de preciosas descrições sobre a fauna e a flora, não era raro que os viajantes buscassem explicar como viviam as populações locais. As interpretações sobre os modos de vida e a cultura estão recheadas do olhar do colonizador que revela, sem maiores esforços, a presença da dualidade civilizado/selvagem.

A título de exemplo, podemos citar Charles-Marie de La Condamine (1701-1774), que esteve na região amazônica no século XVIII em uma missão científica. Ele percorreu o rio Amazonas e registrou suas conclusões no livro *Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas*.

Nisso, a estranheza quanto à flora e suas utilidades, fossem elas farmacológicas ou comerciais, já indicavam a potencialidade da região e da necessidade de conhecê-la melhor, como também de explorá-la. Assim, na narrativa, o viajante fala também sobre a natureza dos indígenas.

Todos os índios da América, das diversas regiões que tive ocasião de percorrer, pareceram-me ter certos traços de semelhança uns com os outros; e, tanto quanto é permitido a um viajante que não registra as coisas senão de passagem, suponho reconhecer em todos eles um mesmo fundo de caráter. A insensibilidade é o fundamental. Fica a decidir se a devemos honrar com o nome de apatia, ou se lhe devemos dar o apodo de estupidez. Ela nasce indubitavelmente do número limitado de suas ideias, que não vai além de suas necessidades. Glutões até a voracidade, quanto têm de que saciar-se; sóbrios quando a necessidade os obriga a se privarem de tudo sem parecerem nada desejar; pusilânimes ao excesso, se a embriaguez os não transporta; inimigos do trabalho, indiferentes a toda ambição de glória, honra ou reconhecimento; unicamente ocupados das coisas presentes, e por elas sempre determinados; sem a preocupação do futuro; incapazes de providência e reflexão; entregues, quando nada os molesta, a brincadeiras pueris, que manifestam por saltos e gargalhadas sem objeto nem desígnio; passam a vida sem pensar, e envelhecem sem sair da infância, cujos defeitos todos são conservados.³

³ CONDAMINE, C.-M. Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas. **Senado Federal (Coleção O Brasil Visto por Estrangeiros)**, 2000. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000073.pdf>, p.60.



A adjetivação nesse trecho da descrição de La Condamine é diametralmente oposta ao deslumbre quanto à fauna ou com a busca dos mitos da região. A população é largamente qualificada: insensível, apática, estúpida, com limitação em ideias, faminta, pusilânime, embriagada, inimiga do trabalho, indiferente à glória, honra ou reconhecimento, incapaz de previdência e reflexão, pueril, não pensa e, por fim, não saem da infância.

Ainda a título de exemplo, no início do século XX, desta vez sob a direção de Euclides da Cunha, ocorreu a missão oficial do Ministério das Relações Exteriores entre 1905 e 1906. Desta experiência resultou uma publicação póstuma, com o título revelador da percepção do intelectual em relação à Amazônia, a saber, *À margem da História*, de 1909.

Cunha expressou seu espanto frente a pujante floresta equatorial. Segundo ele, o homem era um invasor no espaço mais fabuloso e opulento que a natureza criara. Em suas primeiras impressões, afirmou:

A impressão dominante que tive, e talvez correspondente a uma verdade positiva, é esta: o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido — quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem...⁴

A natureza e a História são consideradas por Cunha como revolta, desordenada, incompleta e a selvagem estaria à margem da História e da pátria. Constata, com assombro, que mesmo ele é um estrangeiro nas terras amazônicas.

A relação com a pátria ou a falta dela demonstra a percepção do autor quanto à ausência do Estado na região, mas nos permite também inferir que a concepção de Euclides da Cunha quanto ao que chamava de Pátria, de Nação ou de República, nem de perto se parecia com o que encontrara no Acre, transformando-o em um estrangeiro. Quando Cunha alude a contraposição entre a pátria sem terra e a terra sem pátria, inventa, de certo modo, a necessidade de incorporação desse território aos domínios da pátria. Em decorrência da extraterritorialidade experimentada, Cunha constata que a Amazônia é o lugar do degredado, sobretudo do nordestino, que migrava para o sudeste para fugir das secas e para os seringais da Amazônia.

⁴CUNHA, E. *À margem da História*. São Paulo: Cultrix, 1975. p. 1



Para Cunha, o gigantismo da floresta conduz a vida da população local. Vê nos povos que vivem na Amazônia um esforço do homem para a adaptação ao meio físico, pois “aquela natureza soberana e brutal, em pleno expandir das suas energias, é uma adversária do homem”. É essa condição do ambiente local que conduz os homens de lá a uma “vida vegetativa sem riscos e folgada, mas não a delicada vibração do espírito na dinâmica das ideias, nem a tensão superior da vontade nos atos que se alieiem dos impulsos meramente egoísticos”.

Assim, a floresta é demasiado forte para o homem: “A volubilidade do rio contagia o homem”. Entretanto, é um cenário monótono que dá a “impressão de circular num itinerário fechado, onde se lhe deparam as mesmas praias ou barreiras ou ilhas, e as mesmas florestas e igapós estirando-se a perder de vista pelos horizontes vazios”, isto devido a dificuldade na fixação do homem. Em decorrência dessas condições, somente para o “homem errante, a natureza é estável; e, aos olhos do homem sedentário, que planeie submetê-la à estabilidade das culturas, aparece espantosamente revolta e volúvel, surpreendendo-o, assaltando-o por vezes, quase sempre afugentando-o e espavorindo-o”. Desta feita, caracterizando a falta de apropriação desta população para o progresso em virtude da paisagem que gera “em grande parte, a paralisia completa das gentes que ali vagam, há três séculos, numa agitação tumultuária e estéril”.⁵

As duas narrativas tomadas como exemplo possuem, a meu ver, coisas em comum. A primeira, e mais óbvia, é o espanto dos viajantes com a opulência da floresta amazônica. A segunda é o tratamento da população local.

A despeito de entendimentos distintos entre os dois autores sobre as razões para o comportamento da população local, ambos expressam - à sua maneira - uma contraposição entre o homem civilizado e o homem selvagem. A terceira aproximação entre os autores é mais sutil. Ambos constroem, mesmo sem nomear, uma fronteira amazônica.

Em um artigo publicado na revista *Estudos Avançados*⁶ tratei da criação e da ocupação da fronteira amazônica e de seus estudos ao longo do século XX. Na ocasião, busquei debater o tema fronteira procurando me distanciar das descrições, das análises e das narrativas sobre as diversas formas da ocupação realizada na região amazônica. Para isso, outros pesquisadores já haviam trabalhado com bastante competência. Nisso,

⁵ *Ibidem. Passim*

⁶ RABELLO, A. C. Amazônia: uma fronteira volátil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 27, n. 78, p. 230-250, 2013.



interessava-me, outrossim, compreender quais mecanismos foram utilizados para a constituição da Amazônia enquanto uma fronteira interna. Ou seja, antes dos projetos, constituía-se, primeiramente, definições sobre a Amazônia e de seus potenciais, para, em seguida, propor intervenções que transformassem a potência em ato. Tendo em vista que tais definições não são perenes, bem como a própria fronteira e sua delimitação, podem ser alteradas ou vencidas nas disputas políticas e/ou conceituais.

Não tratamos a fronteira enquanto um marco corpóreo, mas enquanto uma representação. Entendemos que os limites estabelecidos com base em características físicas (relevo, bioma etc.) ou mesmo limites fixos (uma vez que a intervenção humana produz novos espaços) seriam arbitrárias e alicerçadas numa concepção positivista da região. É o devir histórico que constrói fronteiras. Em suma, a fronteira é um produto sócio-histórico e, por isso, objeto de conflitos, divergências, disputas etc.

É a partir dessa perspectiva que procuramos compreender as formulações sobre a fronteira Amazônica, mesmo no tempo presente. Compreendemos que a criação do conceito de fronteira é possível, primeiramente, a partir de uma classificação que implique no reconhecimento ou na criação de diferenças. Esta criação, todavia, é produto da criação humana e dos princípios que conduzem o seu pensar, isto é, podem estar alicerçados em referências científicas, teóricas, políticas, religiosas, econômicas etc. Delimitar, por isso, constitui-se num ato de poder.

A etimologia da palavra região (regio), tal como a descreve Emile Benveniste, conduz ao princípio da di-visão, ato mágico, quer dizer, propriamente social, de *diacrisis* que introduz por decreto uma descontinuidade decisória na continuidade natural (não só entre regiões do espaço, mas também entre as idades, os sexos, etc.). *Regere fines*, o ato que consiste em “traçar as fronteiras em linhas retas”, em separar “o interior do exterior, o reino do sagrado do reino do profano, o território nacional do território estrangeiro”, é um ato religioso realizado pela personagem investida da mais alta autoridade, o *rex*, encarregado de *regere sacra*, de fixar as regras que trazem à existência aquilo por elas prescrito, de falar com autoridade, de pré-dizer no sentido de chamar ao ser, por um dizer executório, o que se diz, de fazer sobrevir o porvir enunciado.⁷

Esse poder de delimitar, que estabelece o *limes* e a fronteira, não se faz sem conflitos, pois é, sobretudo, um poder sedimentado na realidade sóciohistórica e permitiu que o poder se transformasse em poder de nomear e de dizer o que é fronteira. Por ser

⁷ BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Graal, 1989. p. 113-114



histórico é, substancialmente, transitório. Enfim, reside na compreensão do processo histórico a possibilidade de identificar a volatilidade da fronteira.

No presente artigo, procurarei exemplificar como se deu uma das tantas construções em disputa sobre a fronteira Amazônica e de suas potencialidades econômicas. A formulação pretendia tornar-se hegemônica para que pudesse nortear as ações do Estado brasileiro na região. Para isso, fiz a opção de, primeiramente, compreender como se construiu a política mineral no Brasil, tendo em vista que a Amazônia apresentava um grande potencial para tal atividade.

Não me interessou, todavia, enumerar ou classificar as ações do Estado na Amazônia, mas, as demandas produzidas por organismos da sociedade civil do setor da mineração, construíam um discurso capaz de tornar a atividade como a alternativa para o desenvolvimento nacional e, concomitantemente, geravam uma definição de Amazônia para esta finalidade econômica, tornando-a uma nova fronteira mineral.

A delimitação temporal do trabalho – da década de 1930 a de 1960 – é determinada pela vigorosa inflexão do Estado brasileiro para o processo de industrialização brasileira iniciada no período Vargas, e finaliza com a criação do Ministério das Minas e Energia, em 1960, quando muitas das demandas do setor se tornariam políticas de Estado prioritárias, inclusive as ações para a Amazônia.

Breve história da construção política mineral brasileira: agências e agentes

A Constituição de 1891 foi um marco para a política mineral no Brasil. Com a definição de propriedade do subsolo vinculada à propriedade do solo, a carta magna autorizava a atividade mineradora àqueles que fossem proprietários em seus estados, cabendo a cada unidade da federação legislar sobre o aproveitamento das minas e da água. A partir de então o Estado brasileiro passaria a fomentar essa atividade, mesmo que abrisse mão do controle do subsolo brasileiro.

Sendo assim, uma das primeiras iniciativas foi a criação do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB), em 1907, pertencente ao Ministério da Agricultura, Viação e Obras Públicas, que tinha por finalidade “a realização de estudos científicos da estrutura geológica, da mineralogia e dos recursos minerais, objetivando o aproveitamento dos recursos minerais e das águas superficiais e subterrâneas”⁸. Essa

⁸ MELO, D. J. Origens do Museu de Ciências da Terra do Departamento Nacional da Produção Mineral – RJ, 2012. Disponível em:
<http://www.13snhct.sbhc.org.br/resources/anais/10/1340656675_ARQUIVO_MELOArtigo2.pdf>
Acesso em: 2016 ago. 2016.



agência funcionou até 1934, quando foi incorporada ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que nesse momento era liderado pelo Tenente-Coronel Juarez Távora. O DNPM, cujo primeiro diretor foi Domingos Fleury da Rocha, estava subdividido em quatro setores: Serviço de Fomento, Serviço Geológico e Mineralógico, Serviço de Águas e Laboratório Central.

Foi durante o governo provisório de Vargas que se editou o Código de Minas, por meio do Decreto Nº 24.642, de 10 de julho de 1934. As alterações na política mineral brasileira faziam efervescer os debates em torno do tema. Um dos opositores às recentes alterações fora o professor Luciano Jacques de Moraes, cuja formação era Engenharia Civil e de Minas e atuava como professor na Escola Polythécnica do Brasil. Ele afirmava que o código era bem-vindo, porém acabava na prática impedindo a mineração no país, devido às exigências estabelecidas para a concessão de lavras e de jazidas.

Assim, os limites estabelecidos para o capital estrangeiro participar da atividade mineradora no país foram fixados em no máximo 40% do capital total do empreendimento, exigindo-se, assim, a associação com o capital nacional. Convém destacar que aqueles que se opunham ao Código de Minas. Nisso, alegavam que a atividade mineradora, pelas suas próprias características, necessitava de um investimento inicial de capital e tecnologia bastante vultosos. Segundo eles, a disponibilidade de tecnologia e de capitais nacionais para este tipo de indústria no Brasil não existia, ou, se existisse, não seria aplicada em uma atividade cujo retorno era lento, gradual e, por vezes, constituía-se num negócio de alto risco.

Dessa forma, os debates em torno do tema e a crescente mobilização de profissionais e de empresários (nacionais ou não) foi o combustível necessário para a criação de organismos civis que passariam a congregar intelectuais, a formular propostas para a atividade mineradora no país e a ocupar, cada vez mais, os postos em agências governamentais.

Em 1936, era fundado o Instituto Brasileiro de Mineração e Metalurgia (IBMM), com sede na Escola Polytéchnica do Rio de Janeiro. No rol dos sócios-fundadores, encontramos o apoio decisivo de empresas de mineração (sócios-cooperadores) que contribuíram para aparelhar o Instituto, como também para elaborar e veicular uma revista bimestral. Na lista dos sócios-fundadores são 279 assinaturas. Desta totalidade, 130 eram engenheiros. 59 sócios estudantes. Dentre estes profissionais, tiveram relevante participação os professores que atuaram como potenciais formadores e recrutadores de novos quadros para o Instituto. Ao todo, eram 9 da Escola Polythécnica do Rio de Janeiro,



4 da Escola de Minas de Ouro Preto, 3 da Escola Politécnica de São Paulo, 3 de universidades alemãs, 2 da Universidade do Distrito Federal, 1 da Escola Nacional de Agronomia e 1 da Escola de Agricultura de Piracicaba.

Essa agência contava inicialmente com a colaboração de 15 sócios-cooperadores, onde figuravam empresas de mineração e importadoras de ferramentas para a atividade. Revelador, entretanto, é o grande número de fundadores ligados ao (DNPM). Ao todo somavam 69. Ademais, eram 40 do Serviço de Fomento, 19 do Serviço Geológico e Mineralógico, 9 do Laboratório Central e até mesmo o Diretor Geral do DNPM, Domingos Fleury da Rocha, cujo mandato na agência do governo se estenderia até 1938. Em suma, todos os diretores desse órgão até o ano de 1966 foram sócios-fundadores do IBMM⁹, o que evidencia a capacidade do grupo de congregar agentes na busca de tornarem-se protagonistas das reivindicações na área de atuação e da geração de políticas para o setor no seio do Estado restrito¹⁰.

O IBMM se propunha como meta fundante soerguer a indústria extrativa mineral brasileira. A participação de estudantes e de seus professores no instituto garantia que, independentemente da expressão numérica de adesão a seu programa e de suas propostas, construiriam o debate nos centros formadores dos novos engenheiros, colocando na ordem do dia as questões levantadas pelo grupo de profissionais.

A atividade mineradora, tratada como elemento fundamental para o progresso da indústria nacional, produzia, por decorrência, práticas ajustadas à estrutura industrial que se formava no Brasil. Ora, ao considerarmos a atuação dos intelectuais do IBMM como professores, veremos que os problemas levantados por esse instituto, como também suas propostas e ideais. Em outras palavras, teriam um solo bastante fértil para garantir sua continuidade, se não como agência, mas como ideais e metas para o setor como um todo. Uma das concepções que vigoraria nos anos posteriores era a de que a atividade mineradora seria vital para a soberania e o desenvolvimento do país, transformando-se em um discurso recorrente.

⁹ Domingos Martins Fleury da Rocha (1934-1938), Luciano Jacques de Moraes (1938-1942), Antônio José Alves de Souza (1942-1948), Mário Abrantes da Silva Pinto (1948-1951), Avelino Ignácio de Oliveira (1951-1961), Sylvio Barbosa (1961-1962), Fernando Lacourt (1962-1963) e Irnack Carvalho do Amaral (1963-1966).

¹⁰ O conceito de Estado restrito, grosso modo, é derivado do conceito gramsciano de Estado Ampliado ou Integral. Para Gramsci, o Estado é compreendido como a relação entre setores da sociedade civil (de suas demandas e visões de mundo) e da Sociedade Política (agências, instituições do Estado *stricto sensu*), também tratado como Estado restrito. O conceito foi desenvolvido nos Cadernos do Cárcere que, em sua primeira publicação no Brasil, foram intitulados “Maquiavel. A política e o Estado Moderno” e também é tratado nos “Intelectuais e a organização da cultura”



Nesse sentido, a Revista Engenharia Mineração e Metalurgia (REMM) é um capítulo à parte na curta história do IBMM. Lançada no ano de fundação do Instituto, trazia a seguinte proposta:

Um órgão de debate sobre as questões de economia mineral de rápida divulgação dos conhecimentos adquiridos sobre o nosso subsolo; um órgão de defesa serena e honesta daqueles que sempre lutaram pelo soerguimento da única indústria capaz de tornar uma nação independente e forte.
Aí está um programa para a Revista.¹¹

Se este era um programa para a revista, ela buscava aglutinar e unificar as práticas da área da mineração, da siderurgia e da própria industrialização do Brasil, podendo ser concebida como um partido. Na concepção gramsciana, afirma-se que

Os partidos não são apenas uma expressão mecânica e passiva das próprias classes, mas reagem energeticamente sobre elas para desenvolvê-las, consolidá-las universalizá-las. (...) As classes expressam os partidos, os partidos elaboram os homens de Estado e de Governo, os dirigentes da sociedade civil e da sociedade política.¹²

Ao analisar os artigos publicados, podemos detectar alguns temas recorrentes que são, de certa maneira, uma bandeira da Revista, do Instituto e dos participantes da entidade. Estes quesitos de luta perene podem ser divididos, apenas para efeito de apreciação, em dois subgrupos: extração e produção mineral e questões políticas (não ignorando a imbricação de ambos).

Concernente ao primeiro, nota-se uma intensa preocupação com a corrida para o Petróleo, incentivando as pesquisas nesta área e trazendo constantemente seus resultados. Esta concentração de esforços pode ser justificada pela importância mundial que assumia o petróleo como fonte de energia, pela carência de exploração fóssil no Brasil e pelas possibilidades de ocorrência no subsolo brasileiro.

Outro objeto de um grande número de artigos e fonte de grande preocupação da revista era o minério de ferro. As reivindicações pela produção deste minério atrelavam-

¹¹ **Revista Engenharia, Mineração e Metalurgia**, Rio de Janeiro, v. I, n. 1, p. 1, 1936.

¹² GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2007. p. 201-202



se à crucial questão dos transportes no Brasil (outro objeto de reivindicações políticas constantes), pois se não desenvolvesse uma malha de transportes para o interior do Brasil, não haveria como escoar a produção, seja para exportação, seja para a produção industrial brasileira, cujas principais indústrias encontravam-se na região Sudeste.

No tocante às reivindicações políticas, observamos uma verdadeira batalha política diante dos temas: Código de Minas e a criação de um Ministério de Minas e Energia. A crítica feita ao Código de Minas e suas deliberações pautavam-se nos entraves que o mesmo provocava à participação do capital estrangeiro enquanto investidor (capital e tecnologia) na indústria mínero-metalúrgica.

Já a demanda pela criação de um ministério específico para o setor teve intensa participação de Othon Henry Leonardos, sócio-fundador do IBMM e ativo participante de demais órgãos governamentais ou não. Ele afirmava que somente a criação de um Ministério específico possibilitaria um ataque frontal aos inúmeros problemas relativos ao aproveitamento de nossos recursos minerais, até então tratados dispersivamente pelo Ministério da Agricultura. Desse modo, observa-se que campanha, em 1942, ganhou expressão quando o Gal. Bernardino Corrêa de Mattos Netto elaborou um estudo e lançou o Projeto da Criação do Ministério das Minas e Energia.

O IBMM não funcionou durante muito tempo. No número 27 da REMM, editado em outubro de 1940, o nome do Instituto Brasileiro de Mineração e Metalurgia não mais apareceria enquanto agência responsável pela Revista, apesar de já não a financiar desde 1938. A partir de 1940 a revista passou a contar com subsídios do DNPM para custear sua edição, além das Escolas Politécnicas e dos profissionais da área de Minas e Metalurgia.

Ademais, durante o período da II Guerra Mundial, a situação financeira da revista se agravou. Com a dificuldade de adquirir papel, quem entrou em cena foi o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que fornecia o material para que sua veiculação não fosse interrompida. A participação dos anunciantes estrangeiros se encerrou nesse período.

O início dos anos 1940 viu importantes ações do Estado na área mínero-metalúrgica, como a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (1941) e da Companhia Vale do Rio Doce (1942). Essas iniciativas foram prontamente aclamadas pelos profissionais da área. Através de artigos publicados na REMM, observamos saudações diversas, como por exemplo, o artigo acerca da Companhia Siderúrgica Nacional,



intitulado *O maior sonho brasileiro converte-se em realidade*¹³, dando o tom dos discursos relativos às inaugurações da era Vargas e de sua recepção pelos profissionais da área.

Durante o Estado Novo foi criado o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia (CNMM). Enquanto o DNPM era subordinado ao Ministério da Agricultura, o CNMM funcionou sob ordens do Ministério da Viação e Obras Públicas (MVOP). Abria-se assim a possibilidade de aumentar as pressões em torno da ineficiência da malha viária para atender as atividades mineradoras no país, não somente nas regiões já exploradas, mas para um mapeamento geológico e mineralógico de áreas desprovidas de vias de comunicação. A alocação deste Conselho em outro ministério permitiria o alargamento da atuação dos agentes, reforçando antigas reivindicações construídas em outras instâncias do Estado.

No CNMM, participavam Bernardino Corrêa de Mattos Netto, Edmundo Macedo Soares e Silva (Presidente da CSN), Ernesto Lopes da Fonseca (diretor do INT) e Luciano Jacques de Moraes (diretor do DNPM), demonstrando que o grupo fundador do IBMM permanecia com a capacidade de ocupar espaços importantes nas instâncias políticas e técnicas das agências do Estado.

Em 1944, surgiria a Associação Brasileira de Metais (ABM). Essa agência trouxe em seu nascimento importantes reflexos das alterações que ocorriam no Brasil de então. O primeiro fato a ressaltar sobre a ABM é que, ao contrário do Instituto anterior, tinha sede em São Paulo, cujo crescimento industrial era o mais acelerado e concentrado do país.

A nova associação se dividia em comissões técnicas relacionadas às áreas de pesquisa, áreas tecnológicas e industriais. No ato da fundação, foram criadas 14 comissões: Administração e Economia da Indústria Siderúrgica, Altos fornos, Fornos elétricos, Fornos Siemens-Martin e conversores, Ferro-ligas, Fundição de aço, Fundição de ferro, Laminação, Refratários, Metais e ligas não-ferrosas, Metalurgia de metais não-ferrosos, Metalurgia física e tratamentos térmicos e forjamento.

Esta especialização das comissões e a escolha de seus diretores era justificada pela excelência técnica de seus dirigentes (Tharcísio Damy de Sousa Santos, na Comissão de Metalurgia de metais não-ferrosos), ou à importância política em função da facilidade de trânsito em órgãos do governo (Edmundo Macedo Soares e Silva, na Comissão de

¹³ COSTA, P. O maior sonho brasileiro converte-se em realidade. *Revista Engenharia, Mineração e Metalurgia*, Rio de Janeiro, v. VI, n. 35, 1942.



Administração e Economia da Indústria Siderúrgica) e, em outros casos, a importância dentro do cenário econômico (o empresário Luiz Dumont Villares, na Comissão de Fundação de Aço).

A composição evidenciava a nova relação estabelecida entre as indústrias. Sendo assim, os industriais paulistas, os órgãos governamentais e os agentes filiados à ABM. Com efeito, a crescente participação de profissionais e industriais dentro do corpo diretor da ABM não ficou limitada a Luiz Dumont Vilares, proprietário da Aço Vilares e dos Elevadores Atlas.

Nisso, destacou-se ainda: comissão de Altos Fornos, cujo diretor era Louis Ensch, diretor da Belgo-Mineira; comissão de Ferro-ligas, cujo diretor era Américo René Gianetti, da Elétro-química Brasileira; comissão de Matérias primas, cujo diretor era Ernesto Lopes da Fonseca Costa, também diretor do Instituto Nacional de Tecnologia e membro do CNMM. A nova associação se propunha congregar técnicos que se dedicassem aos assuntos de metalurgia. Porém, enquanto no IBMM os empresários eram basicamente sócio-cooperadores, na ABM, eles assumiam postos-chave na direção da entidade, chegando mesmo à presidência, como ocorreu com Villares.

Desse modo, a relação entre a ABM e o governo se aprofundou nos anos posteriores. Dessa maneira, em 1947 foi criada a Comissão de Estudos e Fiscalização de Minerais Estratégicos, cujos membros eram oriundos da ABM. Faziam parte da comissão: Bernardino Corrêa de Mattos Netto (fundador do IBMM e da ABM, membro do CNMM), Othon Henry Leonardos (fundador do IBMM e da ABM, membro do CNMM e diretor Técnico da Revista Mineração e Metalurgia), Joaquim da Costa Ribeiro (Prof. de Física da Universidade do Brasil) e Marcelo Damy de Souza Santos (diretor do Departamento de Física da USP). A fórmula se repetiu na escolha dos membros da Comissão Revisora do Código de Minas.

A importância desse setor na vida econômica brasileira se acentuava com a industrialização proporcionada durante os anos quarenta. Com o advento do governo Kubitschek, a mineração teve um novo salto, pois foi durante seu governo que outra antiga reivindicação desse grupo saiu do papel: o Ministério das Minas e Energia, que representava, enfim, a maioria da indústria de mineração, dado o papel estratégico que ocupava para o Plano de Metas.

Nesse cenário, a presença do DNPM dentro do ministério da agricultura se tornou anacrônica e sem sustentação política, devido ao crescimento do setor dentro do quadro econômico nacional. Assim, a criação do Ministério das Minas e Energia representou uma



recomposição política no quadro ministerial, atendendo às modificações e reivindicações do novo centro dinâmico da economia. Após reivindicações constantes dos profissionais e industriais ligados ao setor, o Ministério foi criado. Neste momento, a indústria de mineração já se transformara num dos principais elementos da economia nacional.

A criação do Ministério foi resultado de pressões diversas dos profissionais da área ou de empresários nos organismos do Estado destinados a tratar das questões relacionadas à política mineral. Segundo Othon H. Leonardos, em artigo intitulado *Demorou, mas veio!*, a criação do Ministério era fruto de um trabalho conjugado. Ele destacou no editorial da Revista Engenharia, Mineração e Metalurgia, a saber:

Na realidade, o pensamento [de criação do Ministério] foi mantido nos derradeiros 18 anos com fogo latente, reclamado perseverantemente não só pelo CNMM, mas ainda pelo Departamento Nacional da Produção Mineral, Escola Nacional de Minas e Metalurgia, Sociedade Brasileira de Geologia, Associação Brasileira de Metais, Instituto Nacional de Tecnologia, e sobretudo por esta Revista, porta-voz que é de todos os cientistas, técnicos e industriais mínero-metalúrgicos.¹⁴

Intelectuais orgânicos da política mineral brasileira e a fronteira amazônica: a construção do consenso

Segundo Gramsci, o conceito de intelectual orgânico pode ser assim definido:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político.¹⁵

Se somarmos a essa definição de intelectual orgânico de Gramsci a noção de partido enquanto um grupo organizado, não limitado à ideia corrente de partido político, teríamos dois conceitos fundamentais que nos fornecem elementos para a compreensão do processo de formação desse setor de atividade econômica e da construção de um pensamento hegemônico em torno da ideia de desenvolvimento e do papel da industrialização nesse processo.

¹⁴ *Revista Engenharia, Mineração e Metalurgia*, São Paulo, v. XXVI, n. 146, p. 1, 1960.

¹⁵ GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, p.3, 2007.



As reivindicações publicadas pela revista *Engenharia, Mineração e Metalurgia*, fossem elas políticas, econômicas ou com um caráter técnico, baseavam seus argumentos numa suposta luta pela nação.

Em outras palavras, desenvolver o setor era imprescindível para desenvolver o país. Nesse sentido, até mesmo o grande capital (fosse ele nacional ou estrangeiro) era convidado para nacionalizar a indústria mineral, não a partir da presença de capital nacional ou estrangeiro, mas como forma de alavancar um projeto nacional de desenvolvimento. Não importava a origem do capital. Importava, outrossim, o projeto nacional para o desenvolvimento, que teria como carro-chefe a grande indústria, o que era corroborado por Golbery do Couto e Silva.

Mas, no que mais importa, esse desenvolvimento pela industrialização faz prenciar, afinal, uma libertação mais efetiva em relação aos grandes centros externos motores do dinamismo econômico mundial, e implicará, em benefício da unidade e da coesão nacionais, na articulação cada vez mais sólida das diversas porções do amplo domínio, mesmo as mais distantes ou mais excêntricas, a núcleos propulsores radicados no próprio território e, sobretudo, orientados por genuínos propósitos nacionais.¹⁶

Se tornava vital que o potencial desconhecido dos recursos minerais do Brasil pudesse ser acessado e explorado. Nesse contexto, a Amazônia ganhou relevo. Dessa forma, para a utilização do potencial amazônico, os intelectuais da ABM intensificaram a exigência sobre meios de transportes para a extração mineral. Logo, foi durante o governo de Juscelino Kubitschek que esse conjunto de reivindicações passaria a fazer parte do discurso hegemônico, transformado em políticas de Estado e ideologizado através do nacional-desenvolvimentismo.

Em 1952, a REMM já noticiava as descobertas de minérios na Amazônia, a saber:

(...) as pesquisas levadas a efeito pelo Sr. Cesário da Silva no Município de Porto Velho revelaram a presença de aluviões com cassiterita. O material foi examinado na Divisão de Geologia e Mineralogia pelo professor Elisiário Távora Filho, que descreveu como constituído essencialmente de grãos negros e pardos de cassiterita juntamente com raros grãos de magnetita e quartzo.¹⁷

¹⁶ SILVA, G. C. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967. p. 72

¹⁷ *Revista Engenharia, Mineração e Metalurgia*, São Paulo, v. XVII, n. 98, p. 91, 1952.



Essa descoberta era muito importante para a industrialização brasileira (o aumento da produção de metais não-ferrosos fazia parte do plano de metas). De nada, porém, adiantaria um minério descoberto e não haver possibilidades de transporte. No início da extração naquela região o transporte do minério era feito por avião até Porto Velho e de lá seguia por via fluvial até a foz do Amazonas, que seguia de navios até o Rio de Janeiro, sendo posteriormente transportado, por via rodoviária, para Volta Redonda, encarecendo o preço final do produto.

Semelhante cenário pode ser observado na extração de Manganês, na Serra do Navio, Amapá, desde 1957. No rio Trombetas, no estado do Pará, a Bauxita seria explorada na década de 60 e, na mesma década, foi detectada a ocorrência de minério de ferro na Serra dos Carajás, também no estado do Pará. Em outras palavras, a incorporação da fronteira amazônica seria fundamental para o desenvolvimento industrial brasileiro.

As demandas por vias de transporte para a região amazônica foram inicialmente atendidas no quinquênio JK (1955-1960), quando duas rodovias abriram os caminhos rumo a Amazônia. Eram elas a Belém-Brasília (BR014, atual BR153) e a Brasília-Acre (BR029, atual BR364). Foi durante a execução do plano de metas que as rodovias foram inauguradas. A primeira, em 1959, passava pelos estados Goiás, Pará e, posteriormente, por Maranhão e Amapá, dando acesso ao extremo Norte do Brasil. A segunda, em 1960, passava pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Acre, tornando-se a única via terrestre para o extremo Oeste do país.

Desse modo, as rodovias eram defendidas como formas fundamentais para o avanço sobre o interior do país. Assim, a rodovia era apontada como condição para o surgimento de novas áreas de colonização.

Nos países novos é necessária a fixação do homem ao *hinterland*. Isso só é possível, e principalmente a fixação de elementos com certa capacidade de produção, quando se proporciona algum conforto à vida rural. A rodovia é hoje a primeira exigência do bandeirante. Sem ela, único meio de transporte fácil e sem grandes inversões de dinheiro, não é mais possível desenvolver regiões novas.¹⁸

Sobre a abertura da rodovia Belém-Brasília, JK discursou em Manaus:

¹⁸ FRAENKEL, B. *Estradas de Rodagem*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação, 1959. p. 184



A construção da estrada Belém-Brasília, obra do mais autêntico pioneirismo, quebrou o isolamento físico em que permanecia a imensa planície, em relação ao resto do país. Estabelecendo um eixo rodoviário Norte-Sul, essa estrada constituirá forte centro de atração demográfica, numa zona até agora inteiramente despovoada em sua quase totalidade e a vinculará a regiões mais desenvolvidas, no Centro-Sul do país, num esforço épico do povo brasileiro, suscitará na Hiléia Amazônica, a tornar efetiva a posse daquela imensa faixa do território pátrio.¹⁹

Claro está no discurso de JK a relação estabelecida com as populações locais, ressaltando a ideia de uma “área despovoada em sua quase totalidade” e do “pioneirismo” da obra, que levaria para a região novas ondas demográficas.

Dessa maneira, a razão de ser da obra e das populações que migrariam para Amazônia era estabelecer o vínculo com as áreas desenvolvidas do país. O projeto de desenvolvimento tomaria posse daquela região e de suas populações. Isto é, se pode gerar algum tipo de questionamento, a afirmação de JK desqualifica a população local e estabelece uma definição da Amazônia para o projeto nacional-desenvolvimentista. Em suma, observou-se a partir disso que a perspectiva se renovou quando as rodovias foram inauguradas e promoveram uma Caravana da Integração Nacional.

Na chegada da Caravana, JK os saudava afirmando que cortaram o Brasil “tangidos pelo mesmo espírito dos desbravadores de outrora”. O espírito que conduziu os desbravadores, bem como o próprio sentido da palavra, foi o de retirar as populações bravias (ou bárbaras, ou selvagens), introduzindo a lógica civilizatória. Nesse sentido, as estradas fariam com que o país deixasse de ser “um conjunto de aglomerados solitários, para ser um todo, para construir uma unidade não apenas em palavras, mas em fatos”. Com isto, finaliza o discurso confirmando a vitória da civilização.

Viestes de todos os quadrantes do Brasil para provar que o território brasileiro só agora começa a ser realmente conquistado, que só agora efetivamente o vamos conhecer, e dele extrair tudo o que nos deve e pode dar. (...) Esta é uma hora gloriosa para todos nós, porque nos vamos libertando do jugo de nossa própria grandeza territorial, vamos vencendo tudo, e a tudo estamos impondo a lei de nossa vontade e da nossa civilização.²⁰

¹⁹ BRASIL. **Discurso de Juscelino Kubitschek em Manaus, no dia 18/04/56. Resenha do governo de Juscelino Kubitschek.** Brasília: Serviço de Documentação, v. II, 1960. p. 200.

²⁰ *Ibidem.* p. 200



As estradas abertas transformariam os olhares e desejos sobre a região. A Amazônia, enquanto fonte de recursos econômicos inestimáveis, estava cada vez mais na ordem do dia e a possibilidade do petróleo no Acre trouxe mais alento para o setor.

A respeito do assunto, Olíviero Leonardos, editor da REMM, afirmava que a possibilidade de petróleo seria a grande chance de se ocupar a Hileia. Segundo ele, a Amazônia poderia representar para o Brasil o mesmo que o Oceano Pacífico representou para os Estados Unidos: uma nova fronteira de recursos. No entanto, qualquer desenvolvimento da Amazônia “só poderia se dar de forma artificial e forçada”, segundo o autor, pois não havia como se esperar um desenvolvimento autóctone na região, sendo a única via capaz de formalizar a ocupação da hileia em uma atuação eficaz do Estado através de políticas que assegurassem os transportes e a comunicação com a região.

É importante revelar aqui o que se pretendia ocultar. Ao declarar que não há como esperar um desenvolvimento autóctone da região, o autor ressalta as deficiências encontradas na região. O que não entrava em discussão era qual o modelo de desenvolvimento se defendia para o Brasil e qual o papel das regiões brasileiras nesse projeto nacional. Não estava em debate os sentidos e os significados do desenvolvimento defendido, que era apontado como a salvação e a real independência do Brasil. Para este processo civilizatório, a população amazônica não era apropriada.

Nesse contexto, a Amazônia era reconstruída como fronteira pelos intelectuais da indústria mineral. O lugar surgia como um mito, edênico no caso. O eldorado agora não contava apenas com metais preciosos. Ele deveria abastecer a industrialização brasileira. É uma espécie de mito geológico a ser desvendado. A alternativa capaz de elucidá-lo seria abrir vias de comunicação capazes de penetrar na Amazônia, no que para muitos ainda era o Inferno Verde, e assim revelar a infinidade de riquezas que poderiam ser extraídas.

Menos de trinta anos depois de Cunha, em 1936, uma expedição foi enviada ao Acre. A função do grupo era verificar a existência de petróleo na região. Tanto que no relatório feito por Pedro de Moura, chefe da referida comissão do DNPM, ele descreveu sua experiência. A descrição da floresta e da população local lembram os relatos anteriores. A floresta e a população precisavam ser domadas.

Também devemos levar em conta a resistência e força de vontade dos técnicos durante mais de quatro meses seguidos depois de chegados ao Acre, longe de qualquer povoado ou cidade, isolados numa terra desabitada e desconhecida. Realizamos um tenaz esforço fazendo viagens contínuas umas em seguida as outras, praticamente sem



descanso, lutando contra as intempéries, contra a mata virgem que limita o horizonte a poucos metros e lutando contra a má vontade do trabalhador local, desabituaado a qualquer esforço prolongado. (...) A psicologia do trabalhador regional cujo caráter é uma mescla de nômade imprevidente e indisciplinado à feição da natureza ambiente, é um fator de surpresas para um trabalho racional e contínuo.²¹

Era preciso incorporar na região uma nova racionalidade para o trabalho e para a produção, em decorrência do potencial econômico da região e em função do processo de industrialização e de desenvolvimento que se defendia na época.

Neste mesmo relato da expedição, a dificuldade de comunicação era apontada como um dos problemas centrais para a exploração, ocupação e desenvolvimento da região amazônica. A ideia de vazio e de uma população inadequada ao processo de desenvolvimento ia sendo constantemente revisitada, repetida e acentuada. Não se tratava apenas de interesses localizados pela atividade de mineração, o que se construía era um projeto para o desenvolvimento nacional. E, para este, a industrialização deveria ser o setor privilegiado.

Tais afirmações eram construídas, reelaboradas ou corroboradas por outros intelectuais e outras agências. A exemplo, em Golbery do Couto e Silva²² revela as etapas para a construção de uma geopolítica brasileira. Ele afirmou que era preciso “Inundar de civilização a Hileia amazônica, a coberto dos nódulos fronteirços, partindo de uma base avançada constituída no Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão Este-Oeste seguindo o eixo do grande rio”. Ou ainda, ao descrever o que era o interior do Brasil.

E a oeste o simples domínio, o Brasil marginal, inexplorado em sua maior parte, desvitalizado pela falta de gente e de energia criadora, e o qual nos cumpre incorporar à nação, integrando-o na comunidade nacional e valorizando a sua grande expressão física hoje ainda quase completamente passiva.²³

A ausência de densidade populacional passou a ser tratada como ausência de populações ou de civilização. Desse modo, Golbery do Couto e Silva traçou estratégias

²¹ MOURA, P. Estudos geológicos para pesquisa de Petróleo no Vale do Juruá - Território do Acre. **Revista Engenharia, Mineração e Metalurgia**, Rio de Janeiro, v. I, n. 4, 1936. p. 226

²² SILVA, G. C. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967. p. 74

²³ *Ibidem*. p. 43.



para a ocupação das regiões. O que ressaltado é que ao demarcar a fronteira externa, ele também construiu as fronteiras internas. No caso da Amazônia, em especial em seus limites norte e oeste, desqualifica-se a região por sua “natureza selvagem”. A identidade regional negativa se reforçava através da imagem da incapacidade criadora do homem amazônico, transformado assim em fator o risco geopolítico, o que era um perigo à soberania nacional. Caberia ao Estado, enquanto o agente qualificado, na figura de suas Forças Armadas ou de seus planos de desenvolvimento e de colonização, transformar ou socorrer essa identidade negativa e fraca; por outra, forte e capaz de salvaguardar a soberania.

Foi durante a política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, por meio do Plano de Metas, que vimos a consolidação dos objetivos recorrentemente reivindicados. As rodovias abertas inauguravam a possibilidade de intensificação da extração mineral na região. Essa constante recriação da Amazônia não foi findada em 1960, o que se tornou recorrente nos anos posteriores, sobretudo entre 1964-1985, época em que a política do Estado brasileiro criou o clássico argumento “integrar para não entregar”. Mas, a integração tinha o seu preço e a determinação dos propositores do desenvolvimento.

No início de 1967 foi aprovado o Plano Diretor da Amazônia para o quinquênio 1967-1971, época em que um conjunto de ações do Estado brasileiro deflagrou a Operação Amazônia. O plano especificava as ações a serem tomadas, dividindo-as em setores, tais como: recursos naturais, recursos humanos, educação e saneamento, extrativismo, infraestrutura econômica, agropecuária e abastecimento e industrialização²⁴.

No setor de recursos naturais, ficavam estabelecidas as seguintes metas: prospecção, pesquisa e experimentação de recursos naturais, além de estudos, projetos e programas para seu aproveitamento racional.

No setor de recursos humanos, determinava-se que deveria ser facilitado o “influxo de correntes migratórias qualificadas, para os diversos setores da economia”. Nisso, deveria ser promovido o seu entrosamento com as populações locais, sob condições que, evitando os entraves, atenuassem os possíveis choques culturais. Determinava-se ainda que promovessem treinamentos para o pessoal qualificado,

²⁴ BRASIL. Decreto Nº 60.296, de 03 de março de 1967. **Aprova o Plano Diretor de Desenvolvimento da Amazônia, para o quinquênio 1967, 1971, e dá outras providências**, Brasília, 1967. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60296-3-marco-1967-401136-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 jul. 2020.



possibilitando o intercâmbio, tanto no interior, quanto no exterior do país. Mas, o que mais chama-nos atenção é a parte dedicada ao treinamento do trabalhador agrícola, que afirma que haja o “treinamento do pessoal dedicado às atividades agrícolas, de modo a melhorar os métodos de trabalho e, por conseguinte, engajá-los no processo desenvolvimentista”. Para isso, deveria ser adotado o procedimento de “levar às comunidades rurais e urbanas a tomada de consciência da problemática regional, a fim de que possam desejar o desenvolvimento e contribuir para o mesmo”²⁵.

Essa consideração nos leva a perguntar: qual era a problemática regional que precisava ser conhecida? Independentemente do que viesse a ser, a resposta já estava dada subsequentemente, na medida em que precisariam desejar o desenvolvimento. O problema era produzido e a solução era dada na mesma sentença. Tanto o problema quanto a sua resposta não foram produzidos na Amazônia.

A potência e o ato: o “outro braço da cruz” no Complexo Madeira

A construção e consolidação de um discurso capaz de tornar-se hegemônico não se dá sem conflitos. O papel dos intelectuais orgânicos de um dado setor é de primordial importância para gerar a coesão do próprio segmento para, em seguida, ser capaz de imprimir a direção aos demais setores da sociedade.

O Brasil, durante o Período Imperial até a queda de Washington Luís, teve como principal setor da economia a agricultura de exportação. O princípio de uma suposta vocação agrícola era o argumento que legitimava o maciço investimento no setor e atuações do Estado no sentido de favorecê-lo. Um exemplo das isenções fiscais e das benesses do Estado, sob o argumento de defesa do setor, pode ser confirmado na política de valorização do café (Convênio de Taubaté).

Ali, observou-se que as demandas dos cafeicultores encontraram eco no governo de Afonso Pena (1906-1909), que passaria a comprar os excedentes da produção para garantir os preços internacionais²⁶. A ação privilegiou os interesses dos plantadores e garantiu-os contra as oscilações da produção e da demanda internacional. Depois de intensas disputas sobre a fixação de câmbio, preços mínimos para a saca de café,

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ BRASIL. Decreto nº 1.489, de 6 de agosto de 1906. **Approva o convenio realizado pelos presidentes dos Estados de S. Paulo, Rio de Janeiro e Minas Geraes em 26 de fevereiro, com as modificações constantes do acordo firmado pelos mesmos presidentes em 4 de julho do corrente anno**, Rio de Janeiro, 1906. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1489-6-agosto-1906-582975-publicacaooriginal-105713-pl.html>>. Acesso em: 26 jul. 2020.



graduação da qualidade do café e o papel do Estado no referido convênio, garantiu-se também os ganhos do setor financeiro-mercantil da exportação do café, pois o Estado não assumiu o monopólio²⁷. Apesar de ser da época da escravidão, o lema “o café dá para tudo”, continuava a ser repetido e capaz de construir a direção até a década de 1920.

Apesar de fábricas e manufaturas existirem nas cidades do Sudeste e do Nordeste desde a primeira metade do século XIX, foi somente com a Tarifa Alves Branco que se protegeu de maneira mais vigorosa as atividades industriais no Brasil, gerando um crescimento, sobretudo na área têxtil²⁸. A partir de 1945, vemos a atuação vigorosa de Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, com empreendimentos na área da construção naval, fundição, companhia de navegação do Amazonas, construção ferroviária e iluminação a gás. A incipiente indústria brasileira não fora capaz de produzir um discurso que lhe proporcionasse a hegemonia. Somente a partir dos anos de 1930 que o setor industrial seria capaz de elaborar e criar uma alternativa à agroexportação cafeeira. Necessitaria, entretanto, construir a coesão em seu próprio campo.

Como tratamos anteriormente, a Revista de Mineração e Metalurgia, como órgão de divulgação do Instituto Brasileiro de Mineração e Metalurgia, pode ser pensada como um partido do setor mineiro-metalúrgico. O IBMM, concebido enquanto um Aparelho Privado de Hegemonia, conforme proposição conceitual de Antonio Gramsci, fabricava um discurso que visava dar capacidade de direção ao segmento industrial e, em especial, o de sua própria área de produção.

No decorrer de processo de produção discursiva, a região amazônica foi inventada enquanto uma fronteira geológica. No estado de Rondônia, objeto desse dossiê, podemos observar seu resultado a partir de uma dupla transformação da potência do discurso em atos políticos: a província Estanífera de Rondônia e a abertura da BR029 (atual BR364).

Diante de tal cenário, a produção de cassiterita em Rondônia começou a ganhar alguma relevância no final do quinquênio JK. Antes disso, porém, já fora considerado mineral estratégico para a indústria, isto é, devido a sua larga utilização em diversos produtos. Ademais, durante a Segunda Guerra Mundial, a REMM apregoava que:

²⁷ ROSSINI, G. A. A. Convênio de Taubaté (Verbete). In: ABREU, A. A. D., *et al.* **Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro CPDOC - FGV**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2013. p. 20-28. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONV%C3%80NIO%20DE%20TAUBAT%C3%89.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2020.

²⁸ BRASIL. Decreto nº 376, de 12 de agosto de 1844. **Manda executar o Regulamento e Tarifa para as Alfandegas do Império**, Rio de Janeiro, 1844. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/387319/publicacao/15741473>>. Acesso em: 26 jul. 2020.



O Estanho é um dos metais estratégicos de máxima importância para a defesa continental. Com a conquista da Malásia pelos japoneses, os Estados Unidos, tiveram seu suprimento reduzido à exportação boliviana. O Brasil produz algum Estanho no Rio Grande do Sul, mas em quantidade insuficiente para seu consumo. Urge, por conseguinte, sejam incentivadas as pesquisas nas zonas em que tem sido encontrada a cassiterita, que são numerosas, como mostra a relação abaixo fornecida pela “Geomina Ltda.”: Rio Grande do Sul, São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Norte.²⁹

Em 1954, em um estudo elaborado por Othon Henry Leonardos para o CNMM, o Estanho foi novamente incluído enquanto mineral estratégico e, neste momento, já havia sido descoberto o estanho em Rondônia (na época, Guaporé). Em 1959, Rondônia foi responsável pela produção de 18 toneladas de estanho, representando 2,9% da produção nacional. Além disso, em 1960, a produção subiu para 49 toneladas, representando 1,86% da produção nacional. Em síntese, a queda percentual da participação do estado deveu-se a produção registrada em Goiás de 2.188 toneladas³⁰.

A respeito disso é importante fazer algumas ressalvas. A extração do estanho em Rondônia era realizada por garimpeiros. O transporte ainda carecia de maior eficácia. Nos primórdios da extração em Rondônia o transporte do minério era feito por avião até Porto Velho e de lá seguia por via fluvial até a foz do Amazonas, de onde seguia através de navios até o Rio de Janeiro, sendo posteriormente enviado por transporte rodoviário para Volta Redonda, onde era transformado. A terceira nota diz respeito à insignificância da produção nacional. Destaca-se que Brasil era responsável por 2,12% do estanho mundial, se comparado aos seis principais produtores do minério da época (Malásia, Bolívia, Indonésia, Nigéria e Congo).

Um dos marcos para a transformação da fronteira rondoniense ocorreu no ano de 1960, com a abertura da BR029. O Plano de Metas do governo Kubitschek tinha metas referentes aos transportes, apontado como um gargalo para o desenvolvimento industrial brasileiro. Dentre todas as metas para o setor de transportes, exceção feita à indústria automobilística, apenas o setor rodoviário conseguiu cumpri-las na íntegra, superando as expectativas planejadas. Nisso, o cumprimento das metas apontava os seguintes

²⁹ REVISTA ENGENHARIA, MINERAÇÃO E METALURGIA. Minerais Estratégicos (Nota), Rio de Janeiro, v. VI, n. 34, 1942. p. 120.

³⁰ RABELLO, A. C. **Produzindo a periferia: Noroeste do Brasil (1950-1960)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niteroi, p. 207. 1998.



percentuais: reaparelhamento das ferrovias (76%); construção de ferrovias (39,4%); portos e dragagem (56,1%); marinha mercante de cabotagem e longo curso (85%); petroleiros (90,9%); transporte aeroviário (31%). Já o setor rodoviário superou em 24% da meta estipulada para a pavimentação, com 6.202 Km concluídos, até 1960. No tocante à construção superou-se em 24,8% da meta estipulada, pois foram construídos 14.970 km de novas rodovias³¹.

O crescimento rodoviário foi quadruplicado no governo JK, passando de 13.357 km para 26.546 km. Tal investimento no modal rodoviário teve continuidade e, durante os governos militares, a pavimentação de rodovias prosseguiu em andamento acelerado, dando andamento à clara opção rodoviária em detrimento das ferrovias e da navegação marítimo fluvial.

Em relação à região amazônica, o interesse era explícito e reafirmava o propósito de transformar a fronteira.

O Departamento vem realizando, além do Plano Quinquenal de Obras Rodoviárias, rodovias de grande significação política e econômica, como por exemplo, as executadas em longos trechos da BR17 e BR29, empreendimentos pioneiros, visando não só o despertar do desenvolvimento econômico do Amazonas, Territórios do Rio Branco e Acre e Guaporé, como grandes objetivos no conceito internacional.³²

A abertura da rodovia se deu em 1960, época em que Paulo Nunes Leal governava o Território Federal de Rondônia. Segundo o mesmo, a rodovia teria “saído do papel” depois do encontro de JK com os governadores, quando encaminhou um esboço de uma rodovia ligando Brasília ao Acre, imprimindo no território nacional o que ele chamou de “o outro braço da cruz”³³.

O impacto da rodovia na paisagem rondoniense foi perceptível durante os anos de 1960, mas, sobretudo, a partir da década seguinte. A primeira mudança pôde ser percebida na atividade garimpeira. Houve nisso a intensificação da migração de garimpeiros para a extração mineral de cassiterita, levando Rondônia ao posto de maior produtor nacional. Ainda em 1962 o território seria responsável por 54,72% da produção nacional. No final

³¹ FARO, C.; SILVA, S. L. Q. A década de 50 e o programa de metas. In: GOMES, A. C. **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1991. p. 44-70.

³² BRASIL. MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. **Relatório do ano de 1956**. Rio de Janeiro: MVOP, 1957. p. 21

³³ LEAL, P. N. **O outro braço da cruz**. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1984.



da década, em 1970, seriam extraídas 5.100 toneladas do minério, representando 93,24% da produção nacional. Tal incremento levou o governo central a criar a Província Estanífera de Rondônia (1969), assim chamada pois sua maior parte estava situada no território, invadindo áreas do Amazonas e do Mato Grosso.

A grande alteração, entretanto, seria sentida a partir de 31 de março de 1971, quando o garimpo manual, pelo regime de matrícula, seria fechado. Com a proibição da lavra manual a extração de cassiterita passaria para as empresas, com destaque para a Cia. Estanífera do Brasil (CESBRA).

Com efeito, observamos que Rondônia continuaria a ser o principal produtor nacional até a descoberta da mina de Pitinga, no estado do Amazonas. No final dos anos 1980, o Brasil tornar-se-ia o maior produtor mundial de estanho.

Ademais, a rodovia também seria responsável pela mudança no eixo de ocupação do espaço que se dera, até então, majoritariamente em torno da ferrovia Madeira-Mamoré. Isto passaria a ser a nova referência, tanto que foi ao longo do eixo rodoviário que foram assentados a maioria dos novos colonos, esses que viriam para o novo eldorado propagandeado nos anos de 1970; o eldorado das terras livres. Na propaganda, dizia-se para uma terra sem homens, homens sem terra.

A guisa de conclusão

Em 1955, Lúcio Martins Meira, que ocupava o cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas do governo JK, defendia a profecia.

Então, estaria reservado presentemente ao caminhão o papel representado no passado pela tropa de burros cargueiros, no serviço pioneiro dos bandeirantes. Posteriormente, com a melhoria das trilhas primitivas, no asfaltamento de estradas, duplicação de pistas, redução de rampas e raios de curva, seria ainda o caminhão o agente que consolidaria as conquistas territoriais do sertão brasileiro ainda por desbravar.³⁴

A defesa que Meira fez das rodovias, seus caminhos e caminhões, como se fossem novos bandeirantes e desbravadores, faz-nos retornar às reflexões teóricas sobre a fronteira volátil que fundamentaram este artigo.

³⁴ MEIRA, L. M. Política de desenvolvimento da indústria automobilística no Brasil. **Revista Engenharia, Mineração e Metalurgia**, Rio de Janeiro, v. v. XXI, n. 122, p. 61, 1955.



Se a região de fronteira é delimitada a partir do modelo dominante, o poder de demarcá-la deve ser compreendido e assimilado enquanto um discurso legítimo, levando a uma ação concreta no mundo, e ainda, de alguma maneira, servir ao modelo dominante, como pudemos verificar na ação para o desenvolvimento da Amazônia.³⁵

Tal constatação não implica na ausência de discursos contra hegemônicos, produzidos na Amazônia. Ela enquanto região, ao longo do século XX, aparecia como um mito a ser desvendado e desbravado. A própria noção de desbravamento e dos seus bandeirantes, estejam eles em tropas de burros ou na boleia de caminhões, indica a construção do processo civilizador, na medida em que consiste em retirar ou converter os bravos ou bravios desta terra, que são as populações que residiam na região. Lúcio Meira representa, em certa medida, o mesmo estranhamento e a necessidade civilizatória de La Condamine ou de Euclides da Cunha.

No processo de produção de uma fronteira, a partir do ponto de vista dos interesses manifestados pela indústria mineral, a Amazônia era construída, num primeiro momento, como um mito geológico a ser desvendado. A alternativa capaz de elucidá-lo seria abrir vias de comunicação capazes de penetrar no Inferno Verde e revelar a infinidade de riquezas que poderiam ser extraídas para a construção do desenvolvimento nacional. A “nova” região produzida, doravante, tornaria-se um grande manancial de recursos minerais a serem explorados.

Desse modo, a fronteira amazônica que fora construída reiteradamente como uma terra de ninguém ou bravia, estava pronta para ser apropriada e integrada, mesmo que marginalmente ao processo de industrialização brasileiro, justificado pelo nacional-desenvolvimentismo.

A Revista Escola de Minas tornou pública a notícia de que a base de operações de Urucu homenageou o Geólogo Pedro Moura, que passou a ser designada pelo seu nome.

No dia 8 de junho passado, na Província Petrolífera do Rio Urucu, no Alto Solimões, a 600 quilômetros de Manaus, foi inaugurado o Memorial Pedro de Moura, em merecida homenagem ao grande geólogo, pioneiro da exploração de petróleo no país, pioneiro do mapeamento geológico para carvão e petróleo no Amazonas e

³⁵ RABELLO, A. C. Amazônia: uma fronteira volátil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 27, n. 78, p. 230-250, 2013. p. 231



descobridor do primeiro campo comercial de petróleo no país, o Campo de Candeias. A partir dessa data, a base de operações de Urucu passou a ser designada de Base Geólogo Pedro de Moura.³⁶

A civilização, a cidade moderna e o projeto nacional de desenvolvimento parecem ter saído vencedores. Por enquanto.

Data de submissão: 19/08/2020

Data de aceite: 28/10/2020

³⁶ REVISTA ESCOLA DE MINAS. Notícias da REM, 07/09 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0370-44672001000300002>. Acesso em: 28 set. 2018.



Referências Bibliográficas

Revista Engenharia, Mineração e Metalurgia, São Paulo, v. XXVI, n. 146, p. 1, 1960.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

BRASIL. Decreto nº 376, de 12 de agosto de 1844. **Manda executar o Regulamento e Tarifa para as Alfandegas do Imperio**, Rio de Janeiro, 1844. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/387319/publicacao/15741473>>. Acesso em: 26 jul. 2020.

BRASIL. Decreto nº 1.489, de 6 de agosto de 1906. **Approva o convenio realizado pelos presidentes dos Estados de S. Paulo, Rio de Janeiro e Minas Geraes em 26 de fevereiro, com as modificações constantes do accordo firmado pelos mesmos presidentes em 4 de julho do corrente anno**, Rio de Janeiro, 1906. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1489-6-agosto-1906-582975-publicacaooriginal-105713-pl.html>>. Acesso em: 26 jul. 2020.

BRASIL. **Discurso de Juscelino Kubitschek em Manaus, no dia 18/04/56. Resenha do governo de Juscelino Kubitschek**. Brasília: Serviço de Documentação, v. II, 1960. p. 199-200.

BRASIL. Decreto Nº 60.296, de 03 de março de 1967. **Aprova o Plano Diretor de Desenvolvimento da Amazônia, para o quinquênio 1967, 1971, e dá outras providências**, Brasília, 1967. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60296-3-marco-1967-401136-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 jul. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. **Relatório do ano de 1956**. Rio de Janeiro: MVOP, 1957.

CONDAMINE, C.-M. Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas. **Senado Federal (Coleção O Brasil Visto por Estrangeiros)**, 2000. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000073.pdf/>>. Acesso em: 28 out. 2016.

COSTA, P. O maior sonho brasileiro converte-se em realidade. **Revista Engenharia, Mineração e Metalurgia**, Rio de Janeiro, v. VI, n. 35, 1942.

CUNHA, E. **À margem da História**. São Paulo: Cultrix, 1975.

FARO, C.; SILVA, S. L. Q. A década de 50 e o programa de metas. In: GOMES, A. C. **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1991. p. 44-70.

FRAENKEL, B. **Estradas de Rodagem**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação, 1959.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2007.

LEAL, P. N. **O outro braço da cruz**. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1984.

MEIRA, L. M. Política de desenvolvimento da indústria automobilística no Brasil. **Revista Engenharia, Mineração e Metalurgia**, Rio de Janeiro, v. v. XXI, n. 122, p. 61, 1955.

MELO, D. J. **Origens do Museu de Ciências da Terra do Departamento Nacional da Produção Mineral** – RJ, 2012. Disponível em:



<http://www.13snhct.sbhc.org.br/resources/anais/10/1340656675_ARQUIVO_MELOArtigo2.pdf>. Acesso em: 2016 ago. 2016.

MOURA, P. Estudos geológicos para pesquisa de Petróleo no Vale do Juruá - Território do Acre. **Revista Engenharia, Mineração e Metalurgia**, Rio de Janeiro, v. I, n. 4, 1936.

RABELLO, A. C. **Produzindo a periferia: Noroeste do Brasil (1950-1960)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niteroi, p. 207. 1998.

RABELLO, A. C. Amazônia: uma fronteira volátil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 78, p. 230-250, 2013.

REMM. **Revista Engenharia, Mineração e Metalurgia**, Rio de Janeiro, v. I, n. 1, p. 1, 1936.

REMM. **Revista Engenharia, Mineração e Metalurgia**, São Paulo, v. XVII, n. 98, p. 91, 1952.

REVISTA ENGENHARIA, MINERAÇÃO E METALURGIA. **Minerais Estratégicos (Nota)**, Rio de Janeiro, v. VI, n. 34, 1942. p. 120.

REVISTA ESCOLA DE MINAS. **Notícias da REM, 07/09 2001**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0370-44672001000300002>. Acesso em: 28 set. 2018.

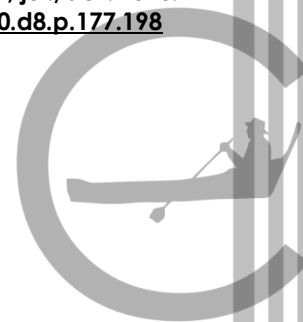
ROSSINI, G. A. A. Convênio de Taubaté (Verbetes). In: ABREU, A. A. D., et al. **Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro CPDOC - FGV**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2013. p. 20-28. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONV%C3%80NIO%20DE%20TAUBAT%C3%89.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2020.

SILVA, G. C. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.



A “FERROVIA DE LABRE” E A CONSOLIDAÇÃO DA ÚLTIMA FRONTEIRA

THE “LABRE’S RAILWAY” AND THE CONSOLIDATION OF THE LAST FRONTIER



Rogério Sávio Link¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir o projeto colonizador de Antonio Rodrigues Pereira Labre para o Complexo do Madeira e para a última fronteira brasileira entre Brasil e Bolívia. Labre fundou uma cidade que recebeu seu nome nas margens do Purus e se empenhou para empreender o projeto de construção de uma ferrovia ligando sua povoação à Bolívia e ao Alto Rio Madeira em detrimento da proposta de margear o Rio Madeira. Seguindo seus objetivos, em suas viagens exploratórias, ele também se empenhou pela descrição da região e dos povos indígenas. As fontes para a análise são basicamente quatro escritos do próprio Labre. Além desses, este estudo também utiliza relatórios de outros exploradores e produções de etnógrafos e missionários contemporâneos. Dessa forma, pretende contribuir com a compreensão da história regional do Complexo do Madeira que, por sua vez, está vinculada à história do Purus e da colonização e demarcação da última fronteira brasileira.

Palavras-chave: Antonio Rodrigues Pereira Labre; Estrada de Ferro Madeira-Mamoré; Rio Purus; Amazônia; Povos Indígenas.

Abstract

This article aims to discuss the Antônio Rodrigues Pereira Labre colonization project for the Madeira River Complex and the last Brazilian border between Brazil and Bolivia. Labre has founded a town that takes its name on the banks of the Purus River and endeavored to undertake the project of building a railway linking its settlement to Bolivia and the Upper Madeira River, instead of the proposal of a railroad bordering the Madeira River. Following his objectives, in his exploratory trips, he also endeavored to describe the region and the indigenous peoples. The sources for the analysis are basically four writings by Labre himself. In addition, this article also uses reports from other explorers and observations from contemporary ethnographers and missionaries. Thus, this paper aims to contribute with understanding of the regional history of the Madeira River Complex, which is linked to the history of Purus River as well as the last Brazilian frontier colonization and demarcation

Keywords: Antonio Rodrigues Pereira Labre; Estrada de Ferro Madeira-Mamoré; Rio Purus; Amazônia; Povos Indígenas.

¹ Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Teologia pela Faculdades EST (2008). Doutor em História pela UFRGS (2016). Pós-doutor em História Indígena pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).



Introdução

No período contemporâneo, a história do Complexo do Madeira está vinculada intrinsecamente à formação da última fronteira brasileira com a Bolívia e com o Peru. Ainda no período colonial, a administração da Coroa Portuguesa resolveu demarcar os limites de sua fronteira com a construção de fortificações. No Vale do Madeira, uma primeira construção foi o Forte de Bragança, construído nas margens do Rio Guaporé, e destruído por uma enchente em 1771. Em seu lugar, foi construído o Forte Príncipe da Beira. Sua construção foi iniciada em 1776 e concluída em 1783².

Naquele contexto, os limites da fronteira entre as possessões portuguesa e espanhola haviam sido fixados pelo Tratado de Madri, em 1750, e ratificado pelo Tratado de Santo Ildefonso, em 1777. Em 1867, durante o período Imperial, o Brasil assinou um tratado de fronteira com a Bolívia, reconhecendo os limites fronteiriços entre as duas nações³. Os limites da fronteira seguiam o trajeto natural do Rio Madeira e seus formadores, ou seja, Mamoré e Guaporé preestabelecidos pelos tratados anteriores. No entanto, é observado que o Oeste, à fronteira seca, só seria definitivamente demarcada no período republicano com a incorporação do Acre ao território nacional brasileiro, reconhecido pelo Tratado de Petrópolis em 17 de novembro de 1903.

Com efeito, Brasil e Bolívia assinaram o tratado para pôr fim às disputas armadas que estavam ocorrendo na região entre seringalistas brasileiros e representantes do Estado Boliviano. A diplomacia brasileira, reconhecendo o estado de beligerância, iniciou conversações com a Bolívia com o objetivo de adquirir por compra o território do Acre⁴. A Bolívia, por sua vez, não conseguindo manter o controle sobre a região e necessitando de uma saída para o Atlântico para escoar sua produção, resolveu aceitar os termos do acordo.

Nesse tratado, estabeleceu-se que o Brasil pagaria 2 milhões de libras esterlinas para a Bolívia, construiria a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM) e entregaria uma faixa de terra à Bolívia. Em troca, receberia o território que compõe hoje a área do Acre. Além disso, o Brasil ainda indenizou a *Bolivian Syndicate* – uma empresa mista

² MEIRELES, Denise Maldí. *Guardiães da fronteira: Rio Guaporé, século XVIII*. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 173, 178s.

³ LISBOA, Pedro. L. B. *Rondônia: colonização e floresta*. Brasília: CNPq/AED, 1989. p. 19.

GONÇALVES, Marco Antonio (Ed.). *Acre: História e etnologia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991. p. 13s.

⁴ COSTA, Craveiro. *A conquista do deserto ocidental: Subsídios para a história do Território do Acre*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1973. p. 95s.



angloamericana que tinha arrendado as terras acreanas em 1901 – no valor de 110 mil libras esterlinas pela rescisão do contrato de arrendamento⁵. No ano seguinte ao tratado, o Território Federal do Acre foi criado oficialmente e comissões mistas de demarcação foram estabelecidas com a Bolívia e com o Peru.

Embora o acordo tenha envolvido várias questões, o objeto principal do tratado foi, sem dúvida, a ferrovia. A construção de uma que superasse as cachoeiras e corredeiras do Madeira, possibilitando a navegação e o comércio pelos principais afluentes do Bacia do Madeira (Beni, Madre de Dios, Mamoré e Guaporé), já era demanda antiga tanto por parte do Brasil quanto da Bolívia; tanto que em 1866, pressionado por seus vizinhos, o Império abriu o Rio Amazonas para a navegação internacional. Em decorrência, o Peru inaugurou o porto de Iquitos e a Bolívia começou a aproveitar a rota do Rio Madeira⁶.

Em 1872 e 1878, é observado que foram realizadas as primeiras tentativas malogradas de construção de uma ferrovia no Rio Madeira. A construção da EFMM como indenização pela aquisição do território do Acre, nesse sentido, trouxe os aportes monetários necessários para tal empreendimento. O que nem todo mundo sabe é que, durante o processo de ocupação da Amazônia Ocidental pelos empreendimentos seringalistas, outras propostas para franquear a navegação ao Alto Madeira ao Território Boliviano também estiveram em jogo. Aqui trataremos especialmente de uma proposta defendida pelo Coronel Antonio Rodrigues Pereira Labre (1827-1899), ainda durante o Período Imperial de construção de uma ferrovia que tinha o objetivo de ligar a Bolívia ao Médio Rio Purus. Nesse ínterim, a navegação a vapor no Purus, em contraste com o a navegação do Rio Madeira, começou a ser operada regularmente a partir de 1869⁷.

Ao que se refere ao coronel Labre, como é mais conhecido – ou simplesmente Labre, é um personagem de grande influência na colonização do Rio Purus. Conforme definição de Oliveira Filho⁸, Labre pode ser tomado como um agente capaz de produzir “certa ordem política por meio da imposição de interesses, valores e padrões organizativos aos outros componentes da cena política”. A povoação de Labria, atual cidade de Lábrea, logo abaixo da boca do Rio Ituxi, foi fundada por ele em 1871 e

⁵ BRASIL E BOLÍVIA. *Tratado de Petrópolis de 17 de novembro de 1903*. Petrópolis: [s.n.]. 1903. HEMMING, John. *Fronteiras Amazônicas: a derrota dos índios brasileiros*. São Paulo: USP, 2009 [1978]. p. 350.

⁶ LOUREIRO, Antônio José Souto. *O Amazonas na época imperial*. Manaus: T. Loureiro, 1989. p. 150-153.

⁷ EHRENREICH, Paul. Viagem nos rios Amazonas e Purús. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. XVI, p. 277-312, 1929. p. 292.

⁸ OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Formas de dominação sobre o indígena na fronteira amazônica: Alto Solimões, de 1650 a 1910. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 25, n. 64, p. 17-31, Jan./Abr. 2012. p. 18.



batizada com seu nome numa forma de auto-homenagem. O coronel teria chegado ao Purus por intermédio de um dos filhos de Manuel Urbano, que o conduziu para a região⁹. De autoria de Labre, existe um relato de notícias do Rio Purus¹⁰ um livreto que relata o “Itinerário de exploração do Amazonas à Bolívia”¹¹, um relato de uma exploração desde o Rio Madre de Deus até o Rio Acre¹² e um outro de exploração do Rio Ituxy¹³.

O primeiro, publicado em 1872, foi escrito como um panfleto com claras intenções de atrair imigrantes para sua colônia, em pleno território apurinã. Nisso, a descrição dos índios da região, portanto, está permeada por seus próprios interesses econômicos em jogo. Seu interesse não é descrever os indígenas, mas de atrair imigrantes e, dessa forma, utilizando-se de sua imaginação e dados dispersos, mistura informações culturais e linguísticas de diferentes grupos para apresentar um índio genérico. De tal modo, suas informações a respeito dos povos indígenas do Purus devem ser relativizadas mais do que as informações de outros viajantes. Além disso, como ele mesmo observa, sua principal fonte é Willian Chandless¹⁴, um geógrafo inglês que realizou viagem exploratória no Amazonas na década de 1860, mapeando os rios, descrevendo a geografia, a fauna, a flora e os habitantes. Em 1866, fez uma viagem exploratória ao Rio Purus e ao Rio Acre, observou nela as populações.

O livreto de Labre, de 1887, relata a viagem exploratória realizada, naquele mesmo ano, ao Rio Madeira e de lá à Bolívia. Nela, explorou o potencial de navegação e de comércio da região.

Já os dois últimos foram conferências proferidas perante a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro, da qual fora membro associado, em que relatou suas expedições ao Rio Ituxy e sua viagem exploratória à Bolívia. Em síntese, tanto o livreto quanto as exposições perante a Sociedade Geográfica, desvelam que a intenção primordial de Labre foi investigar o potencial econômico da região para alavancar sua colônia na região. Dessa

⁹ CASTELO BRANCO, José Moreira Brandão. Acreania. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 240, p. 3-83, 1958. p. 44.

¹⁰ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Rio Purus: Notícias*. Maranhão: Tipografia do Paiz Imp. M. F. V. Pires, 1872.

¹¹ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Itinerário de exploração do Amazonas á Bolivia*. Belém: Typ. d’ “A Provincia do Pará”, 1887.

¹² LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. Viagem exploradora do Rio Madre de Deus ao Acre. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. IV, n. 2º Boletim, p. 102-116, 1888a.

¹³ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. Exploração do Rio Ituxy. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. IV, n. 2º Boletim, p. 117-120, 1988b.

¹⁴ CHANDLESS, Willian. Ascent of the River Purús. *Journal of the Royal Geographical Society of London*, v. 36, p. 86-118, 1866a. CHANDLESS, Willian. Notes on the River Aquiry, the principal affluent of the River Purús. *Journal of the Royal Geographical Society of London*, v. 36, p. 119-128, 1866b.



forma, procurou defender a abertura de uma estrada de ferro que ligasse as bacias do Rio Madeira e do Rio Purus, tendo como eixo central o povoado fundado por ele. Defendia nisso, assim, que o empreendimento da estrada de ferro Madeira-Mamoré não deveria ser levado adiante e em seu lugar se fizesse uma estrada ligando Lábrea ao Rio Beni e ao Alto Rio Madeira, como também para o outro braço, que ligasse assim Lábrea ao Médio Rio Madeira¹⁵. É nesse mesmo sentido que ele procurou abrir uma ligação entre o Purus e o Madeira através dos “Campos Gerais do Puciari”¹⁶.

Em outras palavras, observamos nisso que o relato da exploração do trajeto entre o Rio Madre de Deus e o Rio Acre foi um importante documento no qual Labre narrou o encontro e a parceria que obteve de diversos povos dessa região. Por sua vez, na exploração do Rio Ituxi, ele trouxe algumas informações mais relevantes para a história dos povos indígenas da região do Médio Rio Purus. Dessa forma, aproveitamos também para apresentar e fazer a crítica às observações dele sobre os povos indígenas da região, a fim de encontrar pistas sobre a agência histórica daqueles povos.

As principais fontes contemporâneas de Labre sobre a região do Purus e provêm de exploradores e viajantes como João Henrique de Matos¹⁷, João Wilkens de Mattos¹⁸, Serafim da Silva Salgado¹⁹, João Martins da Silva Coutinho²⁰, Willian Chandless²¹,

¹⁵ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Viagem exploradora do Rio Madre de Deus ao Acre*, p. 103s.

¹⁶ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Rio Purus*.

¹⁷ MATOS, João Henrique de. Relatório do estado de decadência em que se acha o Alto Amazonas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 325, p. 143-180, Out.-Dez 1979 [1845].

¹⁸ MATTOS, João Wilkens de. Alguns esclarecimentos sobre as missões da província do Amazonas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. XIX, n. 21, p. 124-131, 1856 [1855].

¹⁹ SALGADO, Serafim da Silva. *Relatório sobre a exploração do Rio Purus*. Fala dirigida a assembleia legislativa da província do Amazonas, no dia 1º de outubro de 1853 pelo presidente da província, o conselheiro Herculano Ferreira Pena. Barra do Rio Negro: Tipografia de M. 1853.

²⁰ COUTINHO, João Martins da Silva. Account of Manuel Urbanos ascent of the Mucuim and Ituxy, tributaries of the Purús. In: CHANDLESS, Willian. Notes on the River Aquiry, the principal. *Journal of the Royal Geographical Society of London*, v. 36, p. 126-128, 1866 [1865]. COUTINHO, João Martins da Silva. Relação dos lagos, rios, barreiras, casas e rochedos, que se encontram no Purus, da foz às barreiras de Jutanaham, segundo a ordem de subida. In: BRASIL-SENADO-FEDERAL. *O tratado Brasil-Peru: Documentos para a História do Acre*. Brasília: [s.n.], 2009a [1863]. p. 203-243. COUTINHO, João Martins da Silva. Relatório a Manuel Clementino Carneiro da Cunha, presidente da Província do Amazonas, informando sobre a viagem de exploração do Rio Purus, desde sua foz até as barreiras de Hiutanahã. Manaus, 8 de abril de 1862. In: BRASIL-SENADO-FEDERAL. *O tratado Brasil-Peru: Documentos para a História do Acre*. Brasília: [s.n.], 2009b [1862]. p. 179-200. COUTINHO, João Martins da Silva. Relatório a Manuel Clementino Carneiro da Cunha, presidente da Província do Amazonas, informando sobre o Rio Purus. Manaus, 08 de abril de 1862 (Ofício). In: BRASIL-FEDERAL-SENANDO. *O tratado Brasil-Peru: Documentos para a História do Acre*. Brasília: [s.n.], 2009c [1862]. p. 247-249. COUTINHO, João Martins da Silva. Considerações gerais sobre os rios que descem da cordilheira dos Andes nas proximidades de Cuzco, cachoeiras do Purus e Juruá. 1º de março de 1863. In: BRASIL-SENADO-FEDERAL. *O tratado Brasil-Peru: Documentos para a História do Acre*. Brasília: [s.n.], 2009d [1863]. p. 253-299.

²¹ CHANDLESS, Willian. *Ascent of the River Purús*; CHANDLESS, Willian. *Notes on the River Aquiry, the principal affluent of the River Purús*.



Gustav Wallis²² e Manoel Urbano da Encarnação²³. Além desses, podem ser arrolados ainda Paul Ehrenreich²⁴ e Joseph Beal Steere²⁵. Estes dois últimos escritores diferem das demais fontes por serem de cunho etnográficas e porque seus escritos são dos últimos anos de vida de Labre e ou mesmo posteriores. Portanto, não possuem influência sobre os escritos de Labre. Destaco apenas que Labre conheceu pessoalmente Ehrenreich, isto é, quando este etnógrafo chegou ao povoado de Labrea no dia 25 de dezembro de 1888, permanecendo no Purus durante os primeiros meses de 1889²⁶.

Os relatos de Labre diferenciam-se de todas essas fontes por terem sido escritos desde o ponto de vista de um colonizador que tem seus interesses econômicos envolvidos. Além de Labre, Manuel Urbano também é um colonizador da região. Suas informações etnográficas vão muito além do que está registrado em seu escrito, pois ele é um explorador afrobrasileiro a mando do governo provincial, e se estabelece no Purus desbravando os rios e igarapés, mantendo relações com vários povos indígenas da região. Dessa forma, Manuel Urbano é constantemente citado como fonte de informação pelos demais exploradores e etnógrafos, como também pelo Coronel Labre. Para uma crítica mais detalhada sobre essas expedições exploratórias e etnográficas, indico meus trabalhos anteriores²⁷. Já para uma biografia de Labre, indico a obra de Hério Rocha²⁸.

²² WALLIS, G. *Die Paumarys*. Stuttgart: Das Ausland, v. 59, 1886.

²³ URBANO DA ENCARNAÇÃO, M. Carta sobre costumes e crenças dos índios do Purús, dirigida a D. S. Ferreira Penna. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia*, Belém do Pará, v. 3, n. 1, p. 94-97, 1902.

²⁴ EHRENREICH, Paul. *Beiträge zur völkerkunde Brasiliens*. Berlin: Verlag von W. Spemann, 1891a. EHRENREICH, Paul. Die Einteilung und Verbreitung der Völkerstämme Brasiliens nach dem gegenwärtigen Stand unsrer Kenntnisse. *Petermanns Mitteilungen*, v. 37, p. 81-89, 114-124, 1891b. EHRENREICH, Paul. *Ethnographische Karte von Brasilien*. Gotha: Justus Perthes, 1891c. EHRENREICH, Paul. Divisão e distribuição das tribus do Brasil segundo o estado actual dos nossos conhecimentos. (Traduzido do original alemão por João Capistrano de Abreu). *Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. VIII, n. 1º Boletim, p. 3-55, 1892. EHRENREICH, Paul. *Materialien zur Sprachenkunde Brasiliens: Vokabulare von Purus Stämmen*. Zeitschrift für Ethnologie, Berlin, p. 59-71, 1897. EHRENREICH, Paul. A ethnographia da America do Sul ao começar o século XX. *Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo*, São Paulo, v. XI, p. 280-305, 1906. EHRENREICH, Paul. Contribuições para a etnologia do Brasil, parte 2: sobre alguns povos do Purus. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 2, p. 17-13, 1948 [1891a]. EHRENREICH, Paul. Viagem nos rios Amazonas e Purús. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. XVI, p. 277-312, 1929.

²⁵ STEERE, Joseph Beal. Narrative of a visit to Indian tribes of the Purus River, Brazil. *Report of the United States National Museum for 1901*, Washington, p. 359-393, 1903. STEERE, Joseph Beal. Tribos do Purus. *Revista de Sociologia*, São Paulo, v. 11, n. 1 e 2, p. 64-78, 212-222, 1949 [1903].

²⁶ EHRENREICH, Paul. *Viagem nos rios Amazonas e Purús*, p. 280, 288, 297.

²⁷ LINK, Rogério Sávio. *Vivendo entre mundos: o povo Apurinã e a última fronteira do Estado*. Tese de doutoramento. Porto Alegre: UFRGS, 2016. LINK, Rogério Sávio. Os Apurinã e a última fronteira do Estado brasileiro. *Fronteiras: Revista de História*, Dourados, v. 19, n. 33, p. 11-42, Jul. - Dez 2017.

²⁸ ROCHA, Hélio. *Coronel Labre*. São Carlos: Editora Scienza, 2018.



O relato de notícias sobre o Purus: um panfleto para atrair imigrantes

Mesmo tendo relativizado e colocado o “relato de notícias sobre o Purus” do Coronel Labre²⁹ como um escrito de segunda mão – portanto de menor importância como fonte sobre os índios do Purus –, é importante apontar as representações que tece acerca dos povos indígenas da região, pois ele é um dos principais colonizadores e suas observações reproduzem e estruturam representações a respeito dos povos indígenas da região. Nesse sentido, suas observações podem ajudar a compreender como os colonizadores imaginavam e construíam as relações com os indígenas. Para informações geográficas e etnográficas mais científicas, em seu livro-panfleto, Labre remete aos escritos de Chandless, pois seu escrito é “destinado ao povo”, para aquelas pessoas que pretendem se estabelecer no Purus, de preferência em sua recém criada colônia.

Em seu intento de fazer propaganda, Labre parece dividir-se entre a generalização e a especificação de informações sobre os indígenas do Purus; como quando diz que a poligamia seria um direito do chefe, ou seja, os indígenas costumam retribuir a dádiva com dádiva, oferecem suas mulheres para os estrangeiros. Ademais, quando relativiza o poder do chefe ou mesmo quando afirma que os indígenas seriam pacíficos, apesar de sua maledicência e desconfiança³⁰. Assim, ao mesmo tempo em que desqualifica os indígenas, transforma-os em objetos de curiosidade e desejo. Nesse sentido, a imagem do Éden é evocada como uma forma de atração pela abundância e pelo desejo carnal.

Este paiz é sem duvida um novo mundo, onde se acha a raça do pae Adão por aqui dispersa, e ainda com os mesmo hábitos (sic) e costumes do velho papá, pois ainda não foram expulsos do seu paraíso (sic); não conhecerão ainda a nudez, em que vivem; o seu edem é bem fornecido de frutos e animaes, por isso não têm necessidade do trabalho e do invento.³¹

Convém esclarecer ainda que nesse cenário, o trabalho da Igreja e do Estado é evocado para cristianizar e civilizar os indígenas. A Igreja, ao se estabelecer, garantiria o sucesso do projeto colonizador de Labre e o Estado, ou poderia legalizar a exploração da mão de obra, ou limpar a área para que as terras pudessem ser ocupadas. É assim que Labre, evocando a representação negativa da antropofagia, apresenta sua proposta.

²⁹ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Rio Purus*.

³⁰ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Rio Purus*, p 16ss.

³¹ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Rio Purus*, p. 14s.



Este nefasto costume é que os conserva na maldade, selvageria, e embrutecimento; convinha pois que o governo envidasse todos os esforços para arranca-los desta degradação, colonizando-os. Poderiam prestar valiosos serviços à lavoura, e serem cedidos a particulares, que os quizessem por contractos, mediante algumas vantagens. Para o bom resultado seria mui conveniente transporta-los insensivelmente para centros colonizadores, em outras províncias; no fim de três gerações estariam os seus descendentes civilizados, na lavoura, e o Estado teria homens úteis e aproveitáveis.³²

Dessa forma, disputando as terras e a mão de obra dos indígenas, Labre constrói sua proposta quase que desconstruindo o ideal paternalista de Silva Coutinho – geógrafo brasileiro pioneiro no Amazonas que participou de uma expedição científica promovida pelo Instituto Histórico, em 1862, pois em seus escritos sobressaem-se os elementos negativos. Ou, como também observou Juliana Schiel: “a perversidade, no discurso de Labre, parece equivaler ao que, para Silva Coutinho, era ignorância, mas em ambos os casos eram defeitos que podiam ser curados. No caso de Labre, entretanto, o trabalho servil seria mais do que um método de civilização, um fim em si mesmo”³³.

No entanto, Labre se prima por abordar genericamente os indígenas, vinculando os dados que oferece com seu projeto colonizador, como também reproduz algumas informações mais específicas das quais podemos observar os interesses e estratégias próprias dos indígenas. Desse modo, ele nos traz a informação de que muitos indígenas estariam envolvidos com o corte de seringa, com a coleta de salsaparrilha, de óleos vegetais e animais, de cacau e demais produtos. Em troca, eles requisitariam ferramentas, anzóis, ponta de flechas, cachaça e miçangas. Labre³⁴ também reafirma que os indígenas usariam roupa na presença dos não-indígenas. Apesar de também ser de segunda e terceira mão, sua observação sobre o rito funerário Apurinã é mais detalhada que as outras versões, ao mesmo tempo em que afirma que os Apurinã praticariam o endocanibalismo.

Alguns destes selvagens (Ipurinãs do Sipatiny) comem o pai, mãe e outros parentes, quando morrem; separam dos ossos toda carne, que comem, e juntos os ossos enterram com as práticas e horas devidas. Em geral, depois de dois ou mais annos costumão exhumar os corpos dos pais ou mães; tirada a caveira, cobrem de novo a sepultura. A caveira é lavada, seccada, e pintada de urucu, ou outra tinta vermelha; fazem-lhe à noite, durante uma semana, horas fúnebres com adorações; dançando

³² LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Rio Purus*, p. 25.

³³ SCHIEL, Juliana. *Entre patrões e civilizadores: Os Apurinã e a política indigenista no Médio Rio Purus na primeira metade do século XX*. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 1999. p. 36.

³⁴ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Rio Purus*, p. 22.



levantam cantorias tristes em roda ou presença do objecto adorado, fazendo despedidas, e, findas estas praticas, enterram de novo em outro lugar a caveira, cumpridas as práticas funerárias do costume; e, feita esta última despedida, nunca mais revolvem o depósito do morto.³⁵

Ao final de seu livro-panfleto, Labre traz uma relação dos povos indígenas do Purus juntamente com algumas informações acerca de cada grupo. Sobre os Paumari, diz que antigamente habitariam o Baixo Purus, que falam o português e a língua geral e que sofreriam com problema de pele. Sobre os Juberi, esclarece que possuiriam os mesmos hábitos e costumes dos Paumari, como também sofreriam com as pintas na pele, mas que sua língua seria um pouco diferente. Sobre os Jamamadi, limita-se a dizer que evitariam o contato³⁶. Atenção especial é dada aos Apurinã, pois eram os mais numerosos e poderiam representar problema para o projeto de Labre.

Habitam desde o médio até o alto Purús, são mui numerosos, e de índole perversa, e máos instintos; são verdadeiros antropófagos; entregam-se exclusivamente aos negócios e práticas da guerra, pilhagem e assassinato. Vivem em diferentes tribus espalhadas em grande extensão do Purús, e seus afluentes (...). Apesar da sua malvadez não atacam a gente civilizada, a quem procuram fallar; matam porém traiçoeiramente para roubar, e comer os mortos. Fazem muito pouco commercio em troca de salsa, seringa, e óleo, que já vão aprendendo a colher com a gente civilizada.³⁷

Ao mesmo tempo em que Labre os descreve como maus e antropófagos que se entregariam “exclusivamente” à pilhagem, ao assassinato e à guerra, ele também reconhece que eles não atacavam “a gente civilizada”, isto é, os não-indígenas. Mesmo assim a ambiguidade continuava, pois matavam traiçoeiramente, faziam comércio e conviviam e aprendiam com os não-indígenas.

Em outras palavras, a ambiguidade pode estar fazendo referência aos Apurinã, mas também deve ser lida como uma exigência do próprio projeto colonialista de Labre. Ele não pode assustar seus pretendentes a colonos, mas também não pode se dar ao luxo de minimizar o que uma possível resistência indígena poderia significar para seu projeto. Assim, ele pretende tanto atrair a atenção e o interesse de particulares, quanto da Igreja e do Estado. Assim, os particulares seriam os possíveis imigrantes nordestinos; a Igreja, o

³⁵ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Rio Purus*, p. 21.

³⁶ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Rio Purus*, p. 27s.

³⁷ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Rio Purus*, p. 29.



aliado no estabelecimento de estruturas permanentes; e o Estado seu principal parceiro do qual conseguiria concessões especiais, como o usufruto da terra e da mão de obra indígena.

No processo de classificação das populações indígenas do Purus, além dos povos sobre os quais tece comentários, Labre³⁸ ainda registra alguns nomes que eram utilizados para identificar alguns supostos povos indígenas no Purus. Esses nomes podem, na verdade, estar fazendo referência as diferenciações internas de um mesmo povo ou a etnônimos dados por um povo a outro. Nesse contexto, dos dezesseis etnônimos listados, pelo menos seis dizem respeito aos Apurinã, a saber: Auainamary (*Wainamary*, sucuri), Cujigenery (*Kuxikenry*, ?), Cigananery (*Xikānanyry*, povo do tucano), Xiapuriniry (*Xuapurinyry*, um dos dois clãs Apurinã), Miriximandy (*Miritimāty*, povo do caititu ou um dos dois clãs Apurinã), Ximaniry (*Ximānyry*, povo do peixe). Em apurinã, o termo *niry* (ou *nyry*) pode ser traduzido por pai. Como um sufixo, é utilizado para designar um grupo ou povo que possui relações de parentesco entre si. Esses etnônimos registram, portanto, o ponto de vista do povo Apurinã sobre si mesmo e sobre outros grupos indígenas com os quais mantinham alguma relação. Em suma, eles fazem referência às subdivisões familiares e aos clãs Xuapurinyry e Miutymānety. Essas informações mais detalhadas sobre os etnônimos, além de Chandless, Labre provavelmente recolheu de Manuel Urbano e dos filhos desse que conviviam com os Apurinã.

Portanto, para garantir o sucesso de seu empreendimento, Labre fomenta a presença da Igreja que poderia auxiliar na estruturação de seu povoado e na atração e conversão dos indígenas que serviriam de mão de obra. Nesse sentido, chama atenção a presença de missionários protestantes anglicanos no Purus, entre os anos de 1872 e 1883, mesmo durante um período no qual o catolicismo era a religião oficial do Estado.

Segundo, Robert Stewart Clough³⁹, que fora contratado por um comitê estabelecido pela *South American Missionary Society* (SAMS) para procurar um lugar para estabelecer um projeto missionário na Amazônia, o próprio Labre seria fundamental para que os protestantes se estabelecessem no Purus. No relato de Clough, o Rio Purus ganhou destaque em seu relato porque, quando o vapor no qual viajava parou para abastecimento em Óbidos, ainda no Pará, ele encontrou ali o Coronel Labre - que teria recentemente fundado um assentamento na margem direita do Rio Purus. Os dois

³⁸ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Rio Purus*, p. 30.

³⁹ CLOUGH, Robert Stewart. *The Amazons: Diary of a twelvemonth's journey on a mission of inquiry up the River Amazon for the South American Missionary Society*. London: SAMS, 1873.



seguiram juntos no mesmo vapor até Manaus. As longas horas de conversa deixaram uma boa impressão em Clough e ele fez questão de registrar as credenciais de Labre o que, sem dúvida, somaria na decisão a respeito do local onde estabelecer a futura missão.

Ele falava inglês e francês com facilidade e exatidão, tinha viajado bastante pela Europa, pela América do Norte e pela América do Sul; tinha lido quase tudo escrito em inglês sobre o seu próprio país, em particular a Amazônia, e falou de uma forma gratificante a respeito do relato do Sr. Chandler [Chandless] sobre o Purus em 1864-5.⁴⁰ (Tradução livre)

Labre também lhe deu uma cópia de seu escrito panfletário recém publicado, no qual faz registro de suas observações no Purus. Além disso, fez-lhe um convite para ir até Lábrea e a promessa de assistência em uma expedição exploratória. Para uma história mais completa desse empreendimento missionário protestante no Purus, consultar minha Tese de Doutorado⁴¹.

Sobre os missionários católicos, Gunter Kroemer⁴² traz a informação de que os freis Venâncio Zilocchi e Matteo Canioni teriam, em 1877, fundado uma missão entre os Jamamadi do Mamoriá-Mirim, denominada “A missão da Imaculada Conceição no Rio Purus”. Essa missão parece que não chegou a ser efetivada, pois no ano seguinte, Kroemer diz que o frei Canioni teria sido enviado para o Mucuím, mas por motivos de saúde logo se retirou.

Mais tarde, teria voltado para tentar o Sepatini, depois novamente no Mamoriá-Mirim. Não conseguindo descer os índios, por conselho de Labre, em 1879, Canioni e outro padre de nome Villa teriam ido ao Ituxi, onde fundaram a missão “Nossa Senhora do Rio Ituxi”, na qual tiveram algum sucesso em congregar alguns Apurinã. Kroemer diz que além dos dois padres, a missão contava com dois leigos e com uma mulher cearense. Por problemas de saúde, o padre Villa e, posteriormente, o frei Canioni tiveram que abandonar a missão. Assim, a missão fundada em 1879 foi abandonada em 1881.

⁴⁰ CLOUGH, Robert Stewart. *The Amazons*, p. 111s.

⁴¹ LINK, Rogério Sávio. *Vivendo entre mundos*, p. 83-165.

⁴² KROEMER, Gunter. *Cuxiara, o Purus dos indígenas*: Ensaio etno-histórico e etnográfico sobre os índios do Médio Purus. São Paulo: Loyola, 1985. p. 71-75.



Viagens exploratórias: um projeto político de colonização

Se o “relato de notícias sobre o Purus”, produzido como um panfleto com claras intenções comerciais estratégicas, pode ser classificado quanto a suas informações como de segunda mão – mas nem por isso menos importantes –, o mesmo não se pode dizer dos outros três escrito de sua autoria, datados de 1887 e 1888. Trata-se de um livreto que relata o itinerário de exploração do Amazonas à Bolívia⁴³ feito por Labre, de uma viagem de exploração entre os rios Madre de Deus e Acre⁴⁴ e de um relato sobre suas explorações ao Ituxi⁴⁵.

Assim, os dois últimos relatos são conferências proferidas na Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro e publicados na Revista dessa instituição. O primeiro desses relatos resume parte de sua exploração ao Rio Madeira e à Bolívia, já publicados no ano anterior. Dessa forma, esses escritos podem ser tomados em seu conjunto para a análise, pois possuem uma mesma intenção, qual seja, promover o desenvolvimento econômico de suas colônia e possessões no Rio Purus.

Já na introdução de seu livreto, o “Itinerário da exploração do Amazonas à Bolívia”, Labre⁴⁶ confirma que sua intenção com a expedição era “procurar uma comunicação fácil e segura com a região boliviana do Beni”. Tal via de acesso, em sua visão, seria uma “comunicação terrestre” entre Lábria e o Beni. De tal sorte que o seu livreto é entendido como

O resultado de freqüentes excursões, algumas bastante penosas e arriscadas, obtido depois de grandes sacrifícios, e da longa exploração que acabo de fazer, é o que agora ofereço ao publico, apresentando o traçado de uma estrada entre os rios Acre e Madre de Deus (Purús e Beni), ou antes entre a mais importante zona cisandina do Amazonas e Bolivia, cujo resultado será incalculável, attenta a prodigiosa riqueza que se ostenta n’aquella immensa região, ao alcance da actividade humana, sem grandes riscos e dispendios.⁴⁷

Dessa forma, Labre afirma que teria saído de Santo Antônio no dia 6 de maio de 1887 em direção ao Rio Beni, Bolívia, “com o fim de levar ao cabo a exploração de uma passagem fácil, entre o Purús e o Beni, ou mesmo por affuentes d’estes rios com um

⁴³ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Itinerário de exploração do Amazonas á Bolivia*.

⁴⁴ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Viagem exploradora do Rio Madre de Deus ao Acre*.

⁴⁵ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Exploração do Rio Ituxy*.

⁴⁶ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Itinerário de exploração do Amazonas á Bolivia*, p. I.

⁴⁷ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Itinerário de exploração do Amazonas á Bolivia*, p. II.



pequeno trecho por terra, de modo a evitar a perigosa passagem do rio Madeira”⁴⁸. Mais do que isso, Labre não retorna pelo mesmo trajeto de sua ida. Após chegar em Riberalta, na confluência dos rios Madre de Dios e Beni, parte em busca do Rio Acre e de lá retorna para o Purus e sua povoação. O próprio trajeto de sua viagem, portanto, já demonstra que ele estaria buscando alternativas econômicas para sua recém reconhecida vila.

Como já afirmei acima, Labre estava em 1888 no Rio de Janeiro para defender que o governo imperial deveria desistir da proposta de construção de uma estrada de ferro no Rio Madeira, para em vez disso, investir em seu projeto de fazer da povoação de Lábrea o eixo econômico de uma estrada de ferro que ligaria o Rio Beni, na Bolívia, ao Rio Purus; e daí ao Médio Rio Madeira⁴⁹.

Por aquela época, Labre já contabilizava mais de uma década e meia de experiência e conhecimento em relação aos povos indígenas do Purus e seus afluentes. Embora seu folheto e as duas conferências ainda tenham sido idealizados, não para descrever os povos indígenas da região, mas para alavancar seu projeto colonizador.

Dessa maneira, percebemos que os relatos sobre suas viagens são ricos em informações sobre os povos indígenas da região e sobre os índios com os quais entrou em contato direto e dos quais recebeu ajuda durante suas viagens exploratórias. É possível, por exemplo, entrever os interesses indígenas ao servirem de guia em troca de “ferramentas, roupas, missangas e outras teteias” ou quando os índios de uma maloca ameaçam de morte o cacique Cunuparo que estava servindo de guia “por haver conduzido gente branca inimiga!”⁵⁰. Assim, dessas referências, podem ser abstraídas consequências para interpretar possíveis interesses e capacidade de agência dos povos indígenas da região.

Tanto no folheto quanto no relato apresentado à Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro – o relato foi feito a partir de informações do folheto – os demais povos do Médio Purus não aparecem. A única informação é referente à origem do nome do Rio Acre, que seria procedente da língua apurinã, *Uakíry*. Também lembra que na língua dos Paumari o nome do Rio Purus seria *Wainy*⁵¹. Parece que o Coronel Labre defende aqui a ideia de que o nome compartilhado entre os diferentes povos do Purus proveria do povo Paumari,

⁴⁸ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Itinerário de exploração do Amazonas à Bolívia*, p. 1.

⁴⁹ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Viagem exploradora do Rio Madre de Deus ao Acre*, p. 103.

⁵⁰ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Viagem exploradora do Rio Madre de Deus ao Acre*, p. 113.

⁵¹ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Viagem exploradora do Rio Madre de Deus ao Acre*, p. 102



uma vez que os Apurinã dariam o nome de Wéni e os Manchineri, por sua vez, o chamariam *Weni*⁵².

No entanto, é mais provável que a palavra fosse de origem Apurinã ou pelo menos Aruak, já que os Manchineri também o nomeraram da mesma forma. Nisso, eles só foram encontrados ao sul do território Apurinã, enquanto os Paumari estavam ao norte. Assim, os povos Arawá teriam recebido a palavra de empréstimo dos Apurinã. Ademais, a palavra atual dos Apurinã para o Rio Purus ainda continuavam sendo *Wene* e outros rios da região, nomeados a partir desse substantivo como os rios Seruini (*Siriwene*), Pauini (*Pawene*), Inauini (*Inawene*) e Água Preta (*Chiwene*, hoje esse igarapé é conhecido pelos Apurinã como *Yauruwa*). Além do mais, a palavra *wainy* também pode ser encontrada em apurinã, por exemplo: na formação do substantivo *wainamary* (sucuri), o que também indicaria uma relação com o rio, já que a sucuri é um animal que vive na água.

A segunda conferência de Labre, na qual descreve suas expedições ao Rio Ituxi, isso durante as décadas de 1870 e 1880, ao contrário da primeira, traz muito mais informações relevantes a respeito dos povos do Purus, em especial sobre os Apurinã, porque o Rio Ituxi corta todo o território tradicional apurinã⁵³.

Nesse sentido, Labre diz que o nome do rio viria dos *Cathauichi* (Catauixi). Alguns Apurinã o chamam atualmente de *Tuxini*. Na sua cabeceira, o rio recebe o nome de Iquiri (*Ikyry*), nome que provém da língua apurinã e guarda estreitas relações com o nome do Rio Acre (*Akyry*). Os principais afluentes da margem direita seriam os igarapés *Huakery*, *Curekethé* (Curueteté), *Capsuryquy*, *Panicyny* (Punicini) e *Pucyary*; já os da margem esquerda seriam o *Entimary* (Endimari), *Hyurenen*, *Manghutery* (Mangutiri) e *Anguytheory*.

Labre também computa que, em 1888, a população não-indígena do Ituxi seria em torno de 200 indivíduos, ao passo que os indígenas seriam perto de 8.000 mil, divididos em dez nações diferentes. No Rio Purus e seus afluentes, Labre acreditava ter em torno de 40 mil indígenas que falariam mais de 40 dialetos diferentes. No Ituxi, as nações mais numerosas seriam os *Cachahary* (Kaxarari), *Canamary* (Kanamari), *Guarayos*, *Ipurynan* (Apurinã). Outros povos como os *Pamary* (Paumari), *Pamanah*, *Cathauixy* (Catauixi) e *Xyumah* estariam, segundo Labre, fadados ao desaparecimento, pois eram em pouco número e sofriam com doenças e perseguições dos outros grupos.

⁵² CHANDLESS, Willian. *Ascent of the River Purús*, p. 118.

⁵³ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Exploração do Rio Ituxy*, p. 117.



Labre ainda afirma que nas cabeceiras do Rio Ituxi encontrou uma rede de estradas e caminhos servidas por taperas. Elas eram casas simples, nas quais os transeuntes pernoitavam. Conclui então que a região deveria ser muito povoada⁵⁴.

Sobre os Apurinã, o mais numeroso da região, o relato de Labre deixa entrever que ele fazia uso de sua mão de obra em uma relação de reciprocidade. Ele afirma que em sua última exploração ao Alto Ituxi, teria sido acompanhado por um cacique apurinã da maloca *Manghuthery* (*Mākuthery*). Seu nome era *Mapyothê* (*Mapyũty*) e, juntamente com sua esposa, filhos e outros familiares. Nisso, teria prestado “bons serviços na excursão”. Labre ainda diz:

De sua maloca, em 1879, me fôra confiada a educação de três meninos ipurynans. Dos quaes se acha presente um delles, o qual foi baptisado com o nome de Ulysses, conservando por sobrenome Mangah, seu nome primitivo de selvagem; sabe ler e escrever, é inteligente e de physionomia agradável, e apresento elle ao illustre auditorio como um tipo de sua nação e raça.⁵⁵

Como a fala de Labre deixa entrever, ele mantinha uma relação de compadrio com as famílias apurinã dessa aldeia. Semelhante aos missionários anglicanos e aos outros exploradores da região, ele também entrou no eixo de adoção e “comércio dos inocentes”. No entanto, a fala vai mais além, pois Labre faz questão de apresentar ao grande público um desses jovens que estaria presente com ele perante a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro. Em outras palavras, o Renomeado Ulysses, o jovem que conservava seu nome apurinã, Mangah (*Māka*).

Convém esclarecer que o nome lembra outro menino proveniente do Tumiã e adotado pelos missionários anglicanos em 1881, Mainga (*Maĩka* ou *Maỹka*). Talvez poderia ser o mesmo menino adotado pelos missionários e que, após o fechamento da missão em 1883, teria permanecido trabalhando sob as ordens de Labre. Nesse caso, a data de 1879, dada por Labre, seria relacionada aos outros dois rapazes que também estariam sob sua tutela. A suspeita aumenta quando o próprio Labre diz que *Māka* sabia ler e escrever. Ora, muito provavelmente o único lugar no qual um apurinã poderia ter sido educado nas artes das letras, naquele período, seria indubitavelmente na escola da missão protestante. Além do mais, Labre não diz como nem onde o rapaz teria aprendido

⁵⁴ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Exploração do Rio Ituxy*, p. 118s, 120.

⁵⁵ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Exploração do Rio Ituxy*, p. 120.



a ler e a escrever e também não faz menção aos outros dois apurinã que estariam sob sua tutela. Provavelmente, eles não possuíam as mesmas habilidades intelectuais.

Mesmo que não se trate do mesmo rapaz, o nome Mãka é ainda revelador das próprias intenções indígenas no processo de doação de crianças. *Mãka* é um adjetivo apurinã para designar algo que não presta, que está estragado ou que não é bom. O nome estaria indicando assim o ponto de vista dos Apurinã, ou seja, o menino poderia ser alguém sem uma rede familiar adequada ou que sobre ele pesasse algum tabu; lembrando que, para os Apurinã, o casamento correto é entre os dois troncos *Xuapurinyry* e *Miutymãnety*. Assim, esse fosse o caso, como fruto de uma relação tida como incestuosa, o menino poderia ser rejeitado socialmente.

Ao concluir sua palestra, retoma mais uma vez ao seu projeto, implorando “ao Governo Imperial providências em favor da catechese dos selvagens, que extraviados pela vida nômade e errante que levavam, não poderiam aproveitar a sociedade e menos a humanidade”⁵⁶. Assim, Labre buscava garantir apoio tanto da Igreja quanto do Estado para viabilizar economicamente seu projeto colonialista. O apoio do Estado viria a partir do financiamento de uma estrada de ferro e garantiria o futuro econômico da povoação de Lábrea. Por sua vez, a presença da Igreja estruturaria e consolidaria seu empreendimento.

Portanto, como vimos, o empenho de Labre com o folheto e com as conferências era convencer a sociedade política, econômica e científica do Rio de Janeiro a investir em sua ideia de abrir uma estrada entre Lábrea e o Beni na Bolívia. Seu grande obstáculo é a proposta de construção de uma ferrovia no Madeira. Depois de receber promessas quanto ao seu projeto e de enfrentar resistências de políticos provinciais ao longo da década de 1880, Labre⁵⁷ (LABRE, 1887, p. 32s) decide, então, fazer sua expedição e apresentar sua proposta perante a sociedade do Rio de Janeiro. “Pelos desgostos que passei, despresei os meios ofciaes, em que fora sempre contrariado e mal succedido, e voltei a fazer, como no principio, novas tentativas de exploração, que deram em resultado a minha passagem do Madre de Deus ao Acre (...)”⁵⁸.

Desse modo, nas conclusões de seu folheto, Labre ainda afirma contrastivamente: “não sendo o meu fim combater o projecto da estrada de ferro da Madeira e Mamoré, duas vezes frustrada desastradamente, todavia, de passagem direi algumas palavras sobre

⁵⁶ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Exploração do Rio Ituxy*, p. 120.

⁵⁷ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Itinerário de exploração do Amazonas á Bolivia*, p. 32s.

⁵⁸ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Itinerário de exploração do Amazonas á Bolivia*, p. 33.



esta mallograda empreza”⁵⁹. Após expor algumas justificativas para as quais o governo não deveria investir na EFMM, arremata: “Actualmente está demonstrado que pelo lado esquerdo do Madeira não existem impecilhos naturaes, que se possam oppôr á construcção fácil de uma via-ferrea para a Bolivia”⁶⁰.

Perante a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro, repete o discurso:

Não sou absolutamente contrario á sua execução; sou, porém, de opinião que se faça esta via de communicacão menos dispendiosa de capitães e vidas, economisando-se o tempo, que também é dinheiro. Eu tenho estudado praticamente um traçado, que melhor presta-se a esta communicacão, e vem a ser entre a zona que se estende á margem direita do Madeira, entre Purús, Béni e Ituxy, aproveitando o planalto, que separa as águas do Madeira das do Purús e Ituxy, por melhor se prestar a uma viação barata, tendo três quartas partes em campos abertos com pastagens próprias para a industria pastoril, e trazendo grande economia ao serviço de custeio.⁶¹

Todo o tempo e o esforço financeiro gastos com as expedições e o esforço político empreendido no Rio de Janeiro foram recompensados. Em 21 de agosto de 1888, através do decreto Nº 10.027-B, o Coronel Labre conseguiu autorização do Império do Brasil, assinado pela Princesa Imperial Regente (Princesa Isabel), para a construção e exploração de uma estrada que ligasse a localidade fundada por ele no Purus ao Beni na Bolívia, atualmente Riberalta, na confluência dos rios Beni e Madre de Dios, na Bolívia. Reza o decreto imperial:

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador, Attendendo ao que requereu o coronel Antonio Rodrigues Pereira Labre, Ha por bem Conceder-lhe autorisação para, por si ou por meio de empreza que organizar, construir, usar e gozar uma estrada entre a villa de Labrea, á margem direita do rio Purús, na Provincia do Amazonas, e o limite do territorio do Brazil com o da Bolivia, nas proximidades da localidade denominada “Correnteza”, á margem do rio Beni (...). (BRASIL, 1888)

A autorização para a construção e exploração dessa estrada, que compreendia também futuros ramais “que a ponham em communicacão com o porto de Santo Antonio do rio Madeira”, demonstra o interesse do Governo Imperial Brasileiro na consolidação da posse sobre a região bem anterior às disputas da última metade do século, algo que

⁵⁹ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Itinerário de exploração do Amazonas á Bolivia*, p.35.

⁶⁰ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Itinerário de exploração do Amazonas á Bolivia*, p.36.

⁶¹ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Viagem exploradora do Rio Madre de Deus ao Acre*, p. 103.



levariam ao acordo do Tratado de Petrópolis, em 1903, entre Brasil e Bolívia; pondo fim às disputas pela última fronteira. Mais ainda, também demonstra que a governo imperial buscava uma alternativa mais econômica para a superação do trecho encachoeirado do Rio Madeira que impedia a navegação. Dessa maneira, a concessão ao Coronel Labre previa, nesse sentido, o assentamento de “trilhos para o estabelecimento de tramuays”. A tração ainda deveria ser feita por força animal, pois o emprego de “motor mecanico” ainda ficaria para autorizações futuras⁶².

Todos os objetivos de Labre pareciam estar se realizando e o Purus, através do recebimento de cada vez mais imigrantes que se assentavam em seus seringais naturais, estava se convertendo num grande polo econômico da região amazônica. Infelizmente, o projeto do Coronel da construção de uma ferrovia que ligasse o povoado de Lábria ao Beni nunca foi realizada, provavelmente por causa da proclamação da República, em 1889, que teria inviabilizado suas negociações políticas. Labre faleceu em 1899, provavelmente ainda defendendo seu projeto de ferrovia, o trajeto margeado do Rio Madeira, ou seja, não demonstrou viabilidade, uma vez que o eixo econômico do Purus se deslocou para o Rio Acre, afluente a montante do Purus que podia ser acessado via navegação na maior parte do ano.

Conclusão

Este artigo discutiu o projeto colonizador de Antonio Rodrigues Pereira Labre para o Complexo do Madeira e para a última fronteira brasileira entre Brasil e Bolívia, a partir de quatro relatos de sua autoria, e de outras fontes de exploradores, como colonizadores, etnógrafos e missionários.

Assim, ao fazermos a crítica às anotações de Labre, diferenciamos seus escritos das demais fontes contemporâneas, pois seus registros estão permeados pelo projeto pessoal de colonização, isto é, a fundação da cidade de Lábrea. Dessa forma, no primeiro documento de sua autoria, “relato de notícias sobre o Purus” (1872), constatamos que suas descrições, especialmente etnográficas, são de segunda mão. Desse modo, o objetivo principal de Labre é atrair imigrantes para a região, com suporte da Igreja e do Estado.

⁶² BRASIL. Decreto Nº 10.027-B, de 21 de agosto de 1888. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, v. 2, p. 251, 1888. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10027-b-21-agosto-1888-542798-publicacaooriginal-52305-pe.html>.



Já em relação aos registros de suas viagens exploratórias aos rios Madre de Deus, Acre e Ituxi, a descrição etnográfica é muito mais detalhada, pois Labre já contabilizava mais de uma década e meia de experiência e conhecimento em relação aos povos indígenas do Purus e seus afluentes. No entanto, as intenções políticas e econômicas de Lábrea ainda continuam sendo o objetivo principal de seus escritos.

Dessa forma, tanto o “Itinerário da exploração do Amazonas a Bolívia”, quanto os relatos da “Viagem exploradora do Rio Madre de Deus ao Acre” e da “Exploração do Rio Ituxy” foram pensados para convencer a sociedade política, econômica e científica do Rio de Janeiro, isto é, para investir em seu empreendimento de construção de uma ferrovia que ligasse seu empreendimento no Médio Rio Purus aos rios Beni, Madre de Dios e Alto Madeira em detrimento da proposta de margear o Rio Madeira.

Logo, em agosto daquele ano, os esforços de Lavre no Rio de Janeiro foram recompensados, o Coronel Labre conseguiu autorização do Império do Brasil, assinado pela Princesa Imperial Regente (Princesa Isabel), para a construção e exploração de uma estrada que ligou a localidade fundada por ele no Purus ao Beni na Bolívia, atualmente Riberalta, na confluência dos rios Beni e Madre de Dios, na Bolívia.

A autorização para a construção e exploração de uma estrada ligando sua povoação ao Rio Beni, e ao Alto Rio Madeira, demonstra o interesse do Governo Imperial Brasileiro na consolidação da posse sobre a região bem anterior às disputas da última metade do século que levariam ao acordo do Tratado de Petrópolis, em 1903, entre Brasil e Bolívia. Além disso, também demonstra que o governo imperial buscava uma alternativa economicamente viável para a superação do trecho encachoeirado do Rio Madeira que impedia a navegação.

Infelizmente, o projeto do Coronel para a construção de uma ferrovia que ligasse o povoado de Lábria ao Beni nunca foi realizado, provavelmente por causa da proclamação da República, em 1889, que teria inviabilizado suas negociações políticas.

Labre faleceu em 1899, provavelmente ainda defendendo seu projeto de ferrovia o trajeto margeado do Rio Madeira, ou seja, não demonstrou viabilidade, uma vez que o eixo econômico do Purus se deslocou para o Rio Acre, afluente a montante do Purus que podia ser acessado via navegação na maior parte do ano.

Data de submissão: 28/08/2020

Data de aceite: 03/11/2020



Referências Bibliográficas

BRASIL. Decreto Nº 10.027-B, de 21 de agosto de 1888. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, v. 2, p. 251, 1888. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10027-b-21-agosto-1888-542798-publicacaooriginal-52305-pe.html>>.

BRASIL E BOLÍVIA. **Tratado de Petrópolis de 17 de novembro de 1903**. Petrópolis: [s.n.]. 1903.

CASTELO BRANCO, José Moreira Brandão. Acreania. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 240, p. 3-83, 1958.

CHANDLESS, Willian. Ascent of the River Purús. **Journal of the Royal Geographical Society of London**, v. 36, p. 86-118, 1866a.

CHANDLESS, Willian. Notes on the River Aquiry, the principal affluent of the River Purús. **Journal of the Royal Geographical Society of London**, v. 36, p. 119-128, 1866b.

CLOUGH, Robert Stewart. **The Amazons: Diary of a twelvemonth's journey on a mission of inquiry up the River Amazon for the South American Missionary Society**. London: SAMS, 1873.

COSTA, Craveiro. **A conquista do deserto ocidental: Subsídios para a história do Território do Acre**. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1973.

COUTINHO, João Martins da Silva. Account of Manuel Urbanos ascent of the Mucuím and Ituxy, tributaries of the Purús. In: CHANDLESS, Willian. Notes on the River Aquiry, the principal. **Journal of the Royal Geographical Society of London**, v. 36, p. 126-128, 1866 [1865].

COUTINHO, João Martins da Silva. Relação dos lagos, rios, barreiras, casas e rochedos, que se encontram no Purus, da foz às barreiras de Jutanaham, segundo a ordem de subida. In: BRASIL-SENADO-FEDERAL. **O tratado Brasil-Peru: Documentos para a História do Acre**. Brasília: [s.n.], 2009a [1863]. p. 203-243.

COUTINHO, João Martins da Silva. Relatório a Manuel Clementino Carneiro da Cunha, presidente da Província do Amazonas, informando sobre a viagem de exploração do Rio Purus, desde sua foz até as barreiras de Hiutanahã. Manaus, 8 de abril de 1862. In: BRASIL-SENADO-FEDERAL. **O tratado Brasil-Peru: Documentos para a História do Acre**. Brasília: [s.n.], 2009b [1862]. p. 179-200.

COUTINHO, João Martins da Silva. Relatório a Manuel Clementino Carneiro da Cunha, presidente da Província do Amazonas, informando sobre o Rio Purus. Manaus, 08 de abril de 1862 (Ofício). In: BRASIL-FEDERAL-SENANDO. **O tratado Brasil-Peru: Documentos para a História do Acre**. Brasília: [s.n.], 2009c [1862]. p. 247-249.

COUTINHO, João Martins da Silva. Considerações gerais sobre os rios que descem da cordilheira dos Andes nas proximidades de Cuzco, cachoeiras do Purus e Juruá. 1º de março de 1863. In: BRASIL-SENADO-FEDERAL. **O tratado Brasil-Peru: Documentos para a História do Acre**. Brasília: [s.n.], 2009d [1863]. p. 253-299.



EHRENREICH, Paul. **Beiträge zur völkerkunde Brasiliens**. Berlin: Verlag von W. Spemann, 1891a.

EHRENREICH, Paul. Die Einteilung und Verbreitung der Völkerstämme Brasiliens nach dem gegenwärtigen Stand unsrer Kenntnisse. **Petermanns Mitteilungen**, v. 37, p. 81-89, 114-124, 1891b.

EHRENREICH, Paul. **Ethnographische Karte von Brasilien**. Gotha: Justus Perthes, 1891c. Disponivel em:
<<https://www.lib.uchicago.edu/e/collections/maps/ethnographic/>>.

EHRENREICH, Paul. Divisão e distribuição das tribus do Brasil segundo o estado actual dos nossos conhecimentos. (Traduzido do original alemão por João Capistrano de Abreu). **Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. VIII, n. 1º Boletim, p. 3-55, 1892.

EHRENREICH, Paul. Materialien zur Sprachenkunde Brasiliens: Vokabulare von Purus Stämmen. **Zeitschrift für Ethnologie**, Berlin, p. 59-71, 1897.

EHRENREICH, Paul. A ethnographia da America do Sul ao começar o século XX. **Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo**, São Paulo, v. XI, p. 280-305, 1906.

EHRENREICH, Paul. Viagem nos rios Amazonas e Purús. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. XVI, p. 277-312, 1929.

EHRENREICH, Paul. Contribuições para a etnologia do Brasil, parte 2: sobre alguns povos do Purus. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. 2, p. 17-13, 1948 [1891a].

GONÇALVES, Marco Antonio (Ed.). **Acre: História e etnologia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991.

HEMMING, John. **Fronteiras Amazônicas: a derrota dos índios brasileiros**. São Paulo: USP, 2009 [1978].

KROEMER, Gunter. **Cuxiuara, o Purus dos indígenas: Ensaio etno-histórico e etnográfico sobre os índios do Médio Purus**. São Paulo: Loyola, 1985.

LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. **Rio Purus: Notícias**. Maranhão: Tipografia do Paiz Imp. M. F. V. Pires, 1872.

LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. **Itinerário de exploração do Amazonas á Bolivia**. Belém: Typ. d' "A Provincia do Pará", 1887.

LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. Viagem exploradora do Rio Madre de Deus ao Acre. **Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. IV, n. 2º Boletim, p. 102-116, 1888a.

LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. Exploração do Rio Ituxy. **Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. IV, n. 2º Boletim, p. 117-120, 1888b.



LINK, Rogério Sávio. **Vivendo entre mundos: o povo Apurinã e a última fronteira do Estado.** Tese de doutoramento. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

LINK, Rogério Sávio. Os Apurinã e a última fronteira do Estado brasileiro. **Fronteiras: Revista de História**, Dourados, v. 19, n. 33, p. 11-42, Jul. - Dez 2017.

LISBOA, Pedro. L. B. **Rondônia: colonização e floresta.** Brasília: CNPq/AED, 1989.

LOUREIRO, Antônio José Souto. **O Amazonas na época imperial.** Manaus: T. Loureiro, 1989.

MATOS, João Henrique de. Relatório do estado de decadência em que se acha o Alto Amazonas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 325, p. 143-180, Out.-Dez 1979 [1845].

MATTOS, João Wilkins de. Alguns esclarecimentos sobre as missões da província do Amazonas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. XIX, n. 21, p. 124-131, 1856 [1855].

MEIRELES, Denise Mald. **Guardiães da fronteira: Rio Guaporé, século XVIII.** Petrópolis: Vozes, 1989.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Formas de dominação sobre o indígena na fronteira amazônica: Alto Solimões, de 1650 a 1910. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 17-31, Jan./Abr. 2012.

ROCHA, Hélio. **Coronel Labre.** São Carlos: Editora Scienza, 2018.

SALGADO, Serafim da Silva. **Relatório sobre a exploração do Rio Purus.** Fala dirigida a assembléia legislativa da província do Amazonas, no dia 1º de outubro de 1853 pelo presidente da província, o conselheiro Herculano Ferreira Pena. Barra do Rio Negro: Tipografia de M. 1853.

SCHIEL, Juliana. **Entre patrões e civilizadores: Os Apurinã e a política indigenista no Médio Rio Purus na primeira metade do século XX.** Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 1999.

STEERE, Joseph Beal. Narrative of a visit to Indian tribes of the Purus River, Brazil. **Report of the United States National Museum for 1901**, Washington, p. 359-393, 1903.

STEERE, Joseph Beal. Tribos do Purus. **Revista de Sociologia**, São Paulo, v. 11, n. 1 e 2, p. 64-78, 212-222, 1949 [1903].

URBANO DA ENCARNAÇÃO, Manoel. Carta sobre costumes e crenças dos índios do Purús, dirigida a D. S. Ferreira Penna. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia**, Belém do Pará, v. 3, n. 1, p. 94-97, 1902.

WALLIS, Gustav. **Die Paumarys.** Stuttgart: Das Ausland, v. 59, 1886.



O CÉLEBRE TELESFORO SALVATIERRA, O HERÓI DA TERRÍVEL TRAGÉDIA DE CARAPANATUBA: CONFLITOS PELA POSSE DE SERINGAIS E O MUNDO DO TRABALHO NO RIO MADEIRA

THE CELEBRATE TELESFORO SALVATIERRA, THE HERO
OF THE TERRIBLE TRAGEDY OF CARAPANATUBA: CONFLICTS BY THE
POSSESSION OF SERINGAIS AND THE WORLD OF WORK IN RIO
MADEIRA

Paula de Souza Rosa¹

Jéssyka Sâmya Ladislau Pereira da Costa²

Resumo

O presente artigo analisa, a partir da trajetória do negociante e seringalista boliviano Manoel Telesforo Salvatierra, a expansão conflituosa da fronteira extrativista e as relações estabelecidas no mundo do trabalho do rio Madeira, na segunda metade do século XIX. Para tanto, utilizamos as ferramentas da microanálise e reconstituímos as redes de relações familiares, econômicas e sociais estabelecidas por Telesforo Salvatierra na Bolívia, no rio Madeira e nas províncias do Amazonas e Pará.

Palavras chaves: Conflitos; Fronteira Extrativista; Mundo do Trabalho

Abstract

This paper analyzes, from the trajectory of the Bolivian merchant and rubber tapper Manoel Telesforo Salvatierra, the extractive frontier conflicting expansion, as well as labor world relations on the Madeira River in the second half of the 19th century. Therefore, we use microanalysis tools in order to restore family networks, economic and social relationships settled by Telesforo Salvatierra in Bolivia, on the Madeira River and in the provinces of Amazonas and Pará in Imperial Brazil.

Keywords: Conflicts; Extractive Frontier; labor world.

¹ Doutoranda em História Social da Amazônia, com ênfase em Migração, População, Família e Sociedade. Integrante do grupo de Pesquisa População Família e Migração na Amazônia- RUMA (UFPA/CNPq)

² Doutoranda em História Social na Universidade Estadual de Campinas.



Introdução

Assassinatos no Madeira

O *Celebre* Salvatierra

O *Commercio do Pará* publicou hontem uma carta do Rio Madeira, que relatava minuciosamente o assassinato de Alvaro Cezar da Conceição, seu caixeiro Henrique Giesseking, súbdito alemão, e dois tapuias velhos, remadores.

É autor desta horrível carnificina o celebre Telesphoro Salvatierra, o herói da terrível tragédia de Carapanatuba, onde foram sacrificadas tantas vítimas!³

No decorrer de 1887, a imprensa das províncias do Amazonas e Pará repercutiram a notícia do conflito ocorrido entre os seringalistas e comerciantes Manoel Telesforo Salvatierra, um boliviano; e Álvaro Cesar da Conceição, um português. A origem dessa disputa pode ser remontada ao ano de 1883, quando foi dissolvida a sociedade comercial, existente entre esses agentes históricos e que tinham como objetivo a exploração e comercialização de borracha no igarapé de Carapanatuba, afluente do rio Madeira, na Província do Amazonas.⁴ Todavia, esse não foi o primeiro conflito no qual se envolveu Salvatierra. Durante os quase 20 anos de sua trajetória no rio Madeira, ele esteve ligado à inúmeras contendas motivadas pelas disputas por estradas de seringa ou pelo controle da mão de obra.

Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo analisar a trajetória do negociante boliviano Manoel Telesforo Salvatierra e as relações do mundo do trabalho na região do rio Madeira, na segunda metade do século XIX. O período compreende a expansão da economia da borracha que, por sua vez, possibilitou um maior dinamismo econômico e circulação de pessoas na região amazônica. Para tanto, fizemos uso do aparato técnico-conceitual da micro-história italiana, em um constante jogo de escalas.⁵ Tendo o nome por fio condutor, formamos um corpo documental composto por notícias de jornais, processos criminais e diversas fontes auxiliares. No caso das fontes jurídicas, elas foram encontradas no Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Amazonas, localizado

³ *Diário de Notícia (PA)*, 6 de agosto de 1887, anno VIII, número 176, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/763659/6521>.

⁴ *Jornal do Amazonas (AM)*, 3 de fevereiro de 1887, anno II, número 161, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/260940x/584>. *Diário de Notícia (PA)*, 6 de agosto de 1887, anno VIII, número 176, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/763659/6521>; *Diário de Notícias*, 7 de março de 1885, anno VI, número 53, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/763659/3929>

⁵ GINZBURG, Carlo. *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.



na avenida Constantino Nery, em Manaus. Já o processo criminal referente ao assassinato de Álvaro Cesar da Conceição está localizado no Arquivo da 1ª Vara da Comarca de Manicoré, Fórum Coriolano Lindoso⁶.

Desse modo, a partir da microanálise da reconstituição das relações sociais, comerciais e políticas do comerciante boliviano Manoel Telesforo Salvatierra, procuramos discutir importantes aspectos da história da região amazônica, como: a expansão conflituosa da fronteira extrativista e as singularidades do mundo do trabalho no rio Madeira do século XIX.

Da Bolívia ao Rio Madeira: trajetória e conflitos

Manoel Telesforo Salvatierra nasceu em 1845, no vilarejo de Palmar, nas proximidades de Santa Cruz de la Sierra, República da Bolívia. Era filho dos pequenos comerciantes *Dom*⁷ Juan Salvatierra e dona Ramona Alpire. Pertencente a uma família de condição modesta e de poucos bens, Manoel era o mais novo de três irmãos (Nicanor Gonzalo, Antônio e Manoel Telesforo).

De acordo com as fontes, o primeiro a migrar de Santa Cruz de La Sierra foi Nicanor, em fins da década de 1850. Ainda em tenra idade, empreendeu viagem em direção ao Departamento do Beni⁸. Recém-chegado a região, começou a trabalhar como peão/seringueiro assalariado na exploração de quina, importante produto farmacêutico para o tratamento de doenças tropicais, e borracha para negociantes e exploradores dos núcleos de Apolo, Rurrenabaque e Reyes, ali já instalados desde 1820. Podemos inferir que Salvatierra era uma espécie de encarregado da exploração dos seringais que os patrões benianos iam abrindo na região. Nesse sentido, controlava certo número de trabalhadores indígenas que, efetivamente, coletavam goma elástica.

Em virtude de seu trabalho, Nicanor Salvatierra foi avançando cada vez mais ao norte, até chegar ao curso do alto rio Madeira, ademais, empreendeu diversas viagens comerciais com seus patrões até a cidade de Belém, na província do Pará, para

⁶ As fontes documentais do Fórum Coriolano Lindoso se encontram em blocos enrolados em papel, minimamente conservados, mas sem nenhuma organização. Não sabemos exatamente a composição do acervo, visto ser um conjunto documental de uso inédito. Porquanto, encontramos o processo criminal em uma de nossas explorações abrindo uma por uma das diversas “caixas” do arquivo.

⁷ *Dom* é uma forma de tratamento distintivo, em língua espanhola, geralmente utilizado para se referir a pessoas com posses (comerciantes, proprietários, seringueiros, militares etc.).

⁸ Estamos nos referindo a uma região político-administrativa da Bolívia. Contudo, a mesma área possui um rio denominado Beni. Portanto, ao longo do trabalho estaremos nos referindo a região do rio Beni, no Departamento de mesmo nome.



escoamento da produção e abastecimento da região beniana. Após a experiência adquirida no rio Madeira, Nicanor ocupou uma pequena extensão de seringais no mesmo rio, pouco abaixo do Abunã e antes das cachoeiras, onde permaneceu pouco tempo, indo se estabelecer no rio Geneshuaya, tributário do Beni. Ainda em meados da década de 1860, mandou vir de Santa Cruz de La Sierra seus irmãos, Antônio e Manoel Telesforo, para ajudarem na descoberta, extração e comercialização da goma elástica.⁹

A economia da borracha na Amazônia, seja boliviana ou brasileira, em especial nos primeiros anos, era fundamentalmente uma atividade familiar. Desde as casas aviadoras nas praças de Belém e Manaus até as sociedades para exploração, transporte e comercialização no rio Madeira e região do Beni (Bolívia), as firmas comerciais eram compostas por pais, filhos e irmãos - algo constante de ocorrer. Podemos citar a firma Suarez Hermanos, conhecida como casa Suarez, uma empresa familiar assentada em *Cachuela Esperanza*, no rio Beni, com filiais nas localidades brasileiras de Santo Antônio do rio Madeira, Manaus; Belém do Pará e na capital inglesa, Londres.

Em outars palavras, a casa Suarez era um verdadeiro império comercial, atuando em diversas frentes, desde a produção agropecuária e extrativista, até o transporte e comercialização de produtos, tendo como motor principal a indústria gomífera.¹⁰

Desse modo, assim como os irmãos Suarez, dezenas de outros indivíduos atuaram no mesmo sentido, entretanto, com menos sucesso e em menor escala, como é o caso da família Salvatierra. Ademais, destaca-se que os irmãos Nicanor e Antônio permaneceram na Bolívia, explorando e conhecendo, sozinhos ou em sociedade com outras famílias, áreas estratégicas onde podiam situar suas barracas de extração gomífera, como também de abastecimento, bem como ampliar as atividades comerciais nos rios Beni e Madre de Dios.

Por sua vez, nos primeiros anos da década de 1870, Manoel Telesforo partiu em direção ao rio Madeira, rota fluvial utilizada desde o século XVIII, entre a primeira capital do Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), e as missões espanholas dos rios Guaporé e Mamoré e a cidade de Belém.

No decorrer do século XIX, com o aumento da demanda mundial por borracha e a gradativa perda do valor da quina no mercado internacional, os negociantes e

⁹ FERNANDEZ, Hernando Sanabria. *Cruceños Notables*. La Paz: Juventud, 1991, p. 154-155.

¹⁰ MOMBOLIOLA, Anna Guiteras. Estudio introductorio: Nicolás Suárez, pionero y patriota en los confines de la Amazonía boliviana. In: SUÁREZ, Nicolás. *Anotaciones y documentos sobre la Campaña del Alto Acre, 1902-1903* [reedición de la obra original de 1928]. La Paz, Biblioteca del Bicentenario de Bolivia-Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia, 2018, pp. 13-34.



proprietários, em sua maioria oriundos de Santa Cruz de La Sierra, nas décadas de 1840 e 1850 mobilizaram milhares de trabalhadores indígenas provenientes das antigas missões de Mojos e Chiquitos para o trabalho de extração da quina, produção agrícola¹¹ e transporte fluvial, na década de 1860. Dessa forma, começaram a ocupar as margens do rio Madeira, via de escoamento, abastecimento de mercadorias e região rica em seringais.¹²

Se utilizarmos a título de demonstração o primeiro recenseamento realizado no Brasil em 1872, fazendo as respectivas críticas a precariedade das informações contidas na fonte, as freguesias do rio Madeira: Santo Antônio de Borba e Nossa Senhora das Dores de Manicoré, possuíam respectivamente: 1.266 e 5.180 habitantes, sendo 6 bolivianos residentes na vila de Borba e 753 em Manicoré.¹³ Podemos inferir que os migrantes bolivianos recenseados eram, preferencialmente, comerciantes de ascendência espanhola e oriundos de Santa Cruz de La Sierra.

Destarte, os milhares de indígenas dos antigos aldeamentos que desciam o rio Madeira, juntamente com esses negociantes, na categoria de remadores, carregadores e, posteriormente, extratores de goma elástica, não foram incluídos no recenseamento. Nisso, observou-se que com a expansão da economia da borracha na segunda metade do século XIX, o número de migrantes bolivianos livres e/ou compulsoriamente deslocados para o rio Madeira foi consideravelmente maior do que os dados fornecidos pelo recenseamento de 1872. Em vista disso, partindo das limitações das fontes demográficas, a análise das trajetórias abre um horizonte de possibilidades para entender o fluxo migratório boliviano e o avanço da fronteira extrativista no rio Madeira.

Em 1871, seguindo a rota de centenas de patrões bolivianos, Manoel Telesforo Salvatierra, aos 26 anos de idade, desceu o rio Madeira acompanhado de encarregados e indígenas bolivianos domesticados. Em um primeiro momento, instalou uma casa comercial no lugar Baetas, onde recebia e enviava mercadorias para os comerciantes do Beni, na Bolívia, bem como atendia a demanda por trabalhadores e produtos; além dos negociantes brasileiros e bolivianos instalados no rio Madeira.

¹¹ Apesar da quina e, posteriormente, a borracha ocuparem lugar de destaque nas mercadorias exportadas do departamento do Beni, os gêneros agrícolas e de criação, figurando entre eles o açúcar, cacau, charutos, charque, couros, graxa etc, representavam quase a metade dos produtos enviados, até a década de 1870, pela via do Madeira com destino aos portos brasileiros de Manaus e Belém do Pará.

¹² BLOCK, David. *La cultura reduccional de los llanos de Mojos*. Sucre: Historia Boliviana, 1997, p. 211-212.

¹³ DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento do Brasil – Amazonas*. Vol.2. Rio de Janeiro, DGE, 1872.



Assim, Manoel Telesforo comprou de D. Ignácio Arauz, ex-vice-cônsul da Bolívia no Amazonas e comerciante residente no rio Madeira, por 8:500\$000 réis (oito contos e quinhentos mil réis) dois seringais localizados no rio Jacaré/Carapanatuba¹⁴, afluente da margem esquerda do rio Madeira. Contudo, de acordo com o relatório da comissão de terras do rio Madeira para o ano de 1874, na região já havia se estabelecido uma cadeia de compra e venda de seringais, sem que o primeiro vendedor possuísse título legal, mas que já efetuara venda a terceiros.¹⁵ Devido a isto, Salvatierra se viu envolvido em um conflito com o major Pedro Luiz Simpson, comerciante instalado no rio Madeira desde 1867, devido à incerteza jurídica sobre a posse e delimitação das propriedades recém-adquiridas.

Conforme ofício enviado ao presidente da província do Amazonas, pela firma Salvatierra & Hermanos¹⁶, do qual Manoel Telesforo era representante no Baetas, em dezembro de 1871, Salvatierra enviou Manoel José Saldaña, boliviano encarregado dos indígenas de mesma nacionalidade, para explorar os seringais legalmente adquiridos por compra de Ignácio Arauz.¹⁷ Em contrapartida, de acordo Pedro Luiz Simpson, o boliviano Manoel Telesforo Salvatierra acompanhado de indígenas da mesma nacionalidade, todos armados e municados, atacaram de surpresa, expulsaram seus trabalhadores, instalaram-se e fizeram derrubadas em dois seringais de sua propriedade no igarapé de Carapanatuba.¹⁸ Contudo, o major Simpson, com o auxílio de 30 guardas nacionais, derrubou as barracas construídas pelos trabalhadores de Salvatierra e os mandaram de volta para o Baetas.

Nesse ínterim, Manoel Telesforo recorreu aos aparatos jurídicos modernos e ao governo provincial, porém, a demora na resolução do conflito por meios legais fez com que Telesforo Salvatierra adotasse o método mais utilizado nas regiões onde havia um

¹⁴ A partir da análise das fontes ficou claro que o rio Jacaré era conhecido por este nome até fins da década de 1870, após esse período passa a ser mais comum encontrar na documentação o nome de Carapanatuba. Nesse sentido, independente da descrição contida nas fontes, para evitar maiores complicações aos leitores, iremos utilizar apenas a denominação de rio e/ou igarapé de Carapanatuba.

¹⁵ BENJAMIN, Feliciano Antonio. *Relatorio apresentado ao exm. sr. Dr. Presidente da Provincia Domingos Monteiro Peixoto, pelo Engenheiro bacharel Feliciano Antonio Benjamin, membro da Comissão de fiscalisação da estrada de ferro do Madeira e Mamoré e de medição e demarcação de terras no Rio Madeira, actualmente encarregado da mesma comissão*. Manaus: Typographia do Commercio do Amasonas, 1874.

¹⁶ Eram signatários da firma comercial os irmãos Nicanor Gonzalo, Antônio e Manoel Telesforo Salvatierra.

¹⁷ Arquivo Público do Estado do Amazonas. Ministério dos Negócios Estrangeiros 1873. *Oficio de Salvatierra & Hermanos al ilustríssimo señor Ministro de Bolívia em el Brasil. Baetas em el rio Madeira, 10 de julio de 1872*.

¹⁸ Amazonas, 21 de setembro de 1872, anno VII, número 470, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/1304>. Acessado em 03 de set. de 2020.



menor controle e presença de agentes estatais, como é o caso do rio Madeira no século XIX; isto é, o uso da força, visto que a posse da terra se dava pela ocupação e capacidade de manter o domínio da propriedade.¹⁹

Assim, no dia 5 de abril de 1872, Manoel Telesforo Salvatierra partiu em direção a Carapanatuba “con treinta hombres de nuestra gente, indígenas bolivianos y um moso nacional Ramon Chaves, todos con mujeres e hijos, en dos canoas cargadas de comestibles, y fueronse a desembarcar arriba de la casa que destruyo el Mayor Simpson”.²⁰ Após levantarem uma casa de palha e se estabelecerem, no dia 7 do mesmo mês, Pedro Luiz Simpson acompanhado do capitão José Lauriano Bentes, do tenente Joaquim Theodoro Bentes e de 25 guardas nacionais incendiou as barracas erguidas e deu voz de prisão a Salvatierra, Ramon Chaves e dois indígenas bolivianos, levando-os para a casa do subdelegado Manoel Joaquim Portilho Bentes que, posteriormente, foram enviados para Manaus.

Contudo, ao chegar à Manaus, o boliviano Manoel Telesforo Salvatierra conseguiu, com a ajuda dos negociantes e proprietários do rio Madeira – D. Juan Prado, ex-vice-cônsul da Bolívia no Amazonas e Cassio Carlos Mendes, de quem Salvatierra era aviado – mobilizar a seu favor os aparatos jurídicos da província do Amazonas. Dessa maneira, as articulações de Telesforo Salvatierra junto às autoridades brasileiras e bolivianas alcançou a capital do Império brasileiro e provocou uma interferência estatal direta na disputa pelos seringais. Porquanto, com a expansão do capitalismo sobre novas áreas de exploração, em escala global, e com o avanço da fronteira comercial e extrativista na Amazônia, em nível local, o rio Madeira se converteu em região de interesse estratégico tanto da Bolívia como do Brasil.²¹

Nesse cenário, em 27 julho de 1872, Salvatierra seguiu para o rio Madeira acompanhado do juiz municipal de Manaus, que dentre as questões que devia resolver estava a disputa pelos seringais do rio Carapanatuba.²²

¹⁹ LEAL, Davi Avelino. *Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no Rio Madeira (1861-1932)*. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013, p. 94.

²⁰ Arquivo Público do Estado do Amazonas. Ministério dos Negócios Estrangeiros 1873. *Ofício de Salvatierra & Hermanos al*

²¹ CÓRDOBA, Lorena. *El boom cauchero en la Amazonía boliviana: encuentros y desencuentros con una sociedad indígena (1869-1912)*. D. & Villar. *Las tierras bajas de Bolivia: miradas históricas y antropológicas*. Santa Cruz de La Sierra: El País, 2012, p. 129.

²² Amazonas, 27 de julho de 1872, anno VII, número 454, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/1237> Acessado em 03 de set. de 2020.



Sem embargo, podemos inferir que Manoel Telesforo logrou uma decisão favorável à sua causa, visto ter permanecido na posse dos ditos seringais. Se observarmos o mapa da região (Figura 1) veremos que as terras disputadas por Telesforo (ponto 7) e Simpson (ponto 7.1) eram extremamente próximas, daí o conflito pelas estradas de seringa que ficavam na divisa incerta das propriedades. Em contrapartida, o major Pedro Luiz Simpson vendeu as terras que ainda lhe restavam, contíguas a Salvatierra, para Fulgêncio José da Mota Reimão.

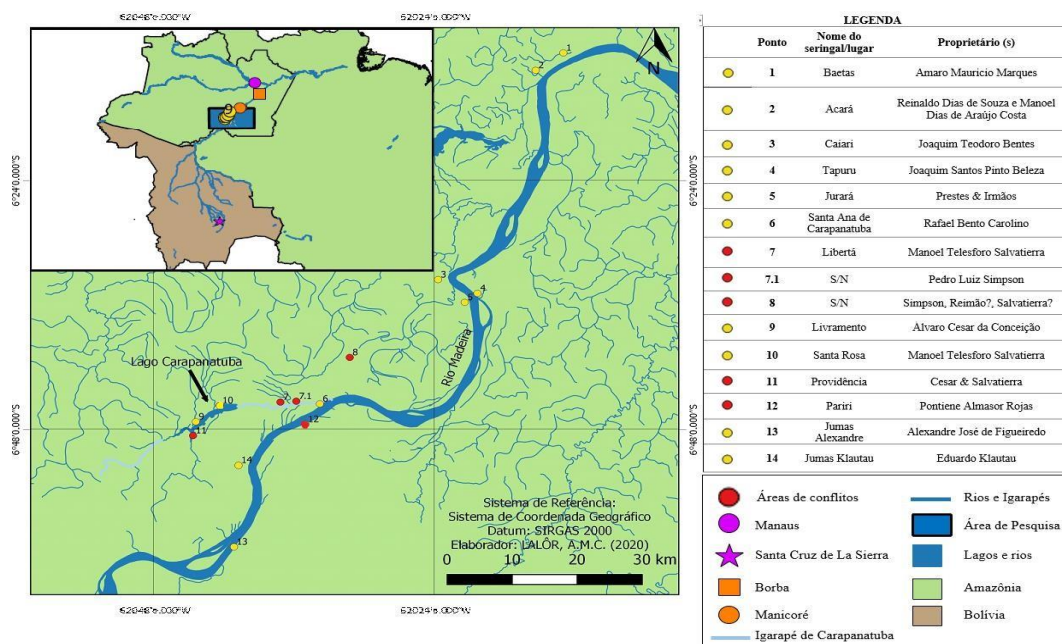
Não obstante, a indefinição e a expansão ordenada dos limites territoriais dos seringais, promovida pelos patrões, visando aumentar e controlar um maior número de estradas de seringa, tornava corriqueiro o conflito entre seringalistas. Nesse sentido, vale salientar que o avanço de Salvatierra sobre os seringais do igarapé Carapanatuba culminou em dois processos criminais. Destaca-se que um deles por um por tentativa de homicídio, envolvendo outros seringalistas estabelecidos no mesmo rio, juntamente com seus respectivos trabalhadores.

De acordo com os autos do primeiro processo, em 1876, a mando de Salvatierra, o boliviano Eusebio Mendonza, encarregado assalariado, ocupou seringais vizinhos a propriedade de seu patrão, no igarapé Carapanatuba (Figura 1, ponto 8).²³ Se observamos com atenção o mapa abaixo podemos ver o processo de avanço sistemático perpetrado por Telesforo Salvatierra sobre áreas ricas em seringa e, por conseguinte, as zonas de conflito com outros seringalistas pela ocupação e domínio desses seringais. Ademais, ao longo do texto analisaremos as múltiplas facetas da expansão da economia da borracha sobre novos territórios de exploração, a partir das relações sociais estabelecidas por Manoel Telesforo Salvatierra.

²³ Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Amazonas. *Autos Crime. Ferimentos graves. Autor: Eusebio Mendonza. Réu: Heliodoro Ferreira Bentes.* Manaus. 1876. Localização: JD. TJUR. PJ.ACFG1876:02(05). Caixa: TJUR (05)



Figura 1: Médio rio Madeira - Zona de atuação de Manoel Telesforo Salvatierra



Voltando ao processo, em seu depoimento, Mendoza relatou que Telesforo havia comprado as estradas de seringa do comerciante Joaquim Santos Pinto Beleza. Contudo, ao mesmo tempo, os irmãos João, Romão e Olímpio Prestes, estabelecidos no Jurará (Figura 1, ponto 5), levantaram uma barraca no lote de terras contíguos ao ocupado por Eusebio Mendoza.

A partir do mapa acima, podemos visualizar o avanço de Salvatierra em direção aos seringais nos fundos de sua propriedade, Libertá (ponto 7). Em contrapartida, o mesmo processo de deslocamento dos limites dos seringais foi perpetrado pelos irmãos Prestes, de modo que os trabalhadores de ambos os seringalistas se encontraram disputando as mesmas estradas de seringa (ponto 8).

Em seus depoimentos, os irmãos Prestes afirmaram que a propriedade pertencia a Fulgêncio José da Mota Reimão, que a comprou do major Pedro Luiz Simpson, e havia cedido a eles a exploração de borracha. Assim, pouco tempo depois do encarregado de Salvatierra ter instalado uma barraca, os irmãos Prestes, acompanhados por um grupo de homens armados, pelo subdelegado Joaquim Teodoro Bentes, Heliodoro Ferreira Bentes, Anélio e Constantino Santos Pinto Beleza, invadiram o lugar onde estava Eusebio Mendoza e os trabalhadores indígenas, ordenando para “entregar-lhe a barraca por pertencer a Fulgêncio e não a Salvatierra”.²⁴ A recusa de Mendoza em abandonar o sítio

²⁴ Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Amazonas. *Autos Crime. Ferimentos graves...* 1876.



ocasionou em um conflito armado, saindo ferido Anélio dos Santos Pinto Beleza e Mendoza, este com um ferimento a bala disparada por Heliodoro. De acordo com Mendonza, ele e seus companheiros, incluído sua amásia Guadalupe, foram levados presos até a casa de João Prestes, sendo que ele mesmo ferido, obrigado a caminhar toda a distância, sendo logo depois remetido à Manaus, onde conseguiu *habeas corpus*. Ainda, os irmãos Prestes, o subdelegado Bentes e os irmãos Pinto Beleza, aproveitando a ausência dos trabalhadores de Salvatierra, lançaram fogo na barraca e ocuparam as estradas de seringa com seu pessoal.

Além desse processo, outro foi gerado, por tentativa de morte, tendo como réu o escravo João, pertencente a Manoel Dias Araújo Costa, sogro de Salvatierra.²⁵ Sem embargo, ao chegar à região madeirense, Telesforo realizou matrimônio com Maria Rosa, filha de Manoel Dias, ela pertencente a uma extensa família de proprietários e comerciantes, instalados no rio Madeira desde a década de 1850 (Figura 1, ponto 2).²⁶ Essa aliança matrimonial garantiu a Salvatierra uma inserção na sociedade local e possibilitou a exploração de áreas ricas em seringais. Porquanto, os laços estabelecidos meramente pelos negócios poderiam se romper com maior facilidade, à medida que surgissem prejuízos ou novas estratégias econômicas. Todavia, os acordos estabelecidos através de alianças matrimoniais e de negócios possuíam caráter mais durável e os vínculos que uniam as partes eram mais fortes. Isto é, de modo que os processos permitissem entrever como os vínculos familiares influenciaram Salvatierra em sua estratégia de ocupação e exploração de estradas de seringa, optando por permanecer ele próximo a residência de seu sogro.

De acordo com as testemunhas do processo, Telesforo andava sempre “conquistando”, através da força, lugares alheios e procurava fazer com Fulgêncio - o mesmo que havia feito com o major Simpson. Como podemos observar, a necessidade de aumentar o número de estradas a serem exploradas, tornou o conflito entre seringalistas uma ocorrência corriqueira. Conforme salientou Davi Leal, “determinado dono de seringal, ou patrão, reunia os seus fregueses, e, usando os termos da época, dirigiam-se

²⁵ Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Amazonas. *Autos Crime. Tentativa de morte*. Autora: A justiça pública. Réus: Heliodoro Ferreira Bentes, Euzebio Mendoza e João, escravo. Manaus. 1876. Localização: JM.JM.PC.OFTM1876:01(04). Caixa: JM (04).

²⁶ Manoel Dias de Araújo Costa era sobrinho do capitão Reinaldo Dias de Souza, estabelecido no rio Madeira desde a década de 1850 (veja o ponto 2 na Figura 1). Para maiores informações ver: COSTA, Jéssyka Sâmia Ladislau Pereira. A trajetória de Catharina Maria Rosa da Conceição e a escravidão ilegal no Norte Imperial. *SEMINA (UPF)*, v. 17, p. 81-101, 2018.



para “tomar” as estradas de outro seringalista. Esse choque direto era responsável por muitos mortos e feridos nos seringais”.²⁷

Entretanto, além das alianças comerciais e vínculos familiares, Manoel Telesforo tinha a seu serviço centenas de trabalhadores de origens e condições jurídicas diversas. Desde indígenas bolivianos e escravos negros, até cearenses, paraenses e bolivianos livres.

Em realidade, o controle da força de trabalho era o que possibilitava o avanço e o domínio sobre novas áreas de exploração gomífera no rio Madeira. Assim, logo após o conflito com Fulgêncio e os irmãos Prestes pelos seringais de Carapanatuba, Manoel Telesforo, novamente com o apoio de Eusebio Mendonza, auxiliaram o negociante boliviano Pontiene Almasor Rojas na disputa pelos seringais do Pariri, localizados na margem direita do Madeira (Figura 1, ponto 12).

Os referidos seringais haviam sido penhorados por Pontiene ao português Alexandre José de Figueiredo (Figura 1, ponto 13), vizinho do mesmo. Após a falta de pagamento, o comerciante português ganhou em ação judicial para obter a posse das estradas de seringa.²⁸ Contudo, auxiliado por Salvatierra e Mendonza, Pontiene Almasor Rojas logrou impedir as tentativas de Alexandre José de Figueiredo para ocupar o território, tendo incendiado e destruído barracas e plantações dos fregueses do seringalista.²⁹ As idas e vindas nessa disputa perdurou por uma década e envolveu outros comerciantes e proprietários da região, como é o caso do boliviano Dom Antônio Chaves que comprou de Alexandre o seringal Pariri, em 1884, e acabou se envolvendo na disputa com Salvatierra e Pontiene. Não obstante, com a fuga de Salvatierra para a Bolívia, Antônio Chaves ocupou efetivamente o seringal Pariri. Nesse sentido, as tensões e conflitos não tinha a ver com a nacionalidade, mas os interesses distintos dos indivíduos que tentavam controlar a mesma propriedade.

Todavia, apesar dos conflitos, Manoel Telesforo Salvatierra aumentou gradativamente sua riqueza, advinda da comercialização e exploração da goma elástica, e adquiriu novos seringais na região. Dessa vez, comprou de Manoel Soares Botelho uma propriedade com o nome de Santa Rosa (Figura 1, ponto 10), no lago de Carapanatuba,

²⁷ LEAL, *Op Cit.* 2013, p. 73.

²⁸ Amazonas, 3 de abril de 1881, anno XV, número 553, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/2901>. Acessado em: 20 de set. de 2020

²⁹ Jornal do Amazonas, 3 de fevereiro de 1877, anno II, número 161, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/260940x/584>. Acessado em: 20 de set. de 2020; Amazonas, 14 de julho de 1878, anno XII, número 151, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/1613>. Acessado em: 20 de set. de 2020



com barracas, bem feitorias e estradas de seringueiras; todas vizinhas ao seringal do português Álvaro Cesar da Conceição.³⁰

Nesse ínterim, Telesforo estabeleceu com Álvaro Cesar uma sociedade, denominada Cesar & Salvatierra, para exploração e comercialização de goma elástica, tendo como aviadores a firma B. A. Antunes & Cia. do Pará. Tal como os vínculos familiares as alianças comerciais constituíam estratégias eficazes para a inserção social e permanência dos migrantes, bolivianos ou portugueses na comunidade local. Muito provavelmente a sociedade com Álvaro Cesar foi estratégica não apenas pela estruturação financeira, mas pela inserção em uma rede de ajuda mútua. Porquanto, segundo Weinstein, a maioria das casas de aviamento instaladas no Pará e Amazonas eram de portugueses que controlavam a quase totalidade do comércio.³¹ Desse modo, as pequenas firmas do interior, como é o caso da Cesar & Salvatierra permaneciam negociando dentro da comunidade portuguesa.

Apesar disso, as redes de negócios e alianças comerciais podiam ser rompidas caso houvesse conflito de interesses entre as partes. Desse modo, em 1885, Telesforo e Álvaro romperam a sociedade, dissolvendo a firma comercial, porque entraram em uma disputa pelo domínio e exploração do seringal Providência (Figura 1, ponto 11), localizado no lago de Carapanatuba que haviam adquirido em sociedade.

Dessa forma, no dia 19 de fevereiro de 1885, Manoel Telesforo Salvatierra, acompanhado de um oficial de justiça, de 50 pessoas armadas e municadas, em sua maioria indígenas bolivianos, foi a residência de Álvaro Cesar, “notificar” acerca de um mandado de desapropriação.³² O confronto durou cerca de meia hora, totalizando 7 mortos e 14 feridos, e só terminou com o ferimento de Manoel Telesforo.³³ Ambos seringalistas e trabalhadores envolvidos acabaram sendo processados. Contudo, Álvaro Cesar e Telesforo Salvatierra foram absolvidos das acusações.³⁴

Podemos observar que o conflito entre os padrões adquiria novos contornos, pois envolvia os trabalhadores de ambos os proprietários. Segundo Leal, o conflito por terras

³⁰ Jornal do Amazonas, 2 de março de 1884, anno IX, número 903, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/260940/1013>. Acessado em: 20 de set. de 2020.

³¹ WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993, p. 92.

³² Jornal do Amazonas, 2 de abril de 1885, anno X, número 1044, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/260940x/1036>. Acessado em: 20 de set. de 2020

³³ Diário de Notícias, 7 de março de 1885, anno VI, número 53, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/763659/3929>. Acessado em: 20 de set. de 2020

³⁴ de Notícias, 26 de junho de 1885, anno VI, número 142, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/763659/4238>. Acessado em: 20 de set. de 2020



ricas em seringais materializa não apenas uma disputa pelas estradas de borracha, “mas objetiva também um domínio sobre os homens que ali viviam. Para o contexto de área de expansão da fronteira extrativista, assim como o controle dessas estradas, somado ao controle do crédito, é uma forma de imobilizar a mão de obra”.³⁵ Apesar disso, a despeito dos múltiplos conflitos, Telesforo continuou negociando no rio Madeira, tendo criado e fortalecido suas redes de negócios com portugueses, brasileiros e bolivianos. Essas conexões com sujeitos de diversas origens demonstravam como o comerciante boliviano foi bem sucedido em sua trajetória de crescimento e enriquecimento na região. Todavia, a disputa por seringais com Álvaro Cesar se estendeu até o ano de 1887, quando um último conflito culminou no assassinato de Álvaro.

De acordo com o processo criminal, no dia 25 de julho de 1887, às 3 horas da tarde, subia o igarapé de Carapanatuba, em uma canoa, os infelizes Álvaro Cesar da Conceição, o caixeiro Henrique Giescking (alemão) e os índios mura Antônio Castanheiro e Crispim.³⁶ Segundo os autos, no meio do caminho foram com barbárie e traiçoeiramente assassinados por Domingos José Freitas Guimarães (cearense), Francisco Antônio Franco (cearense) e João Francisco Xavier em uma emboscada a mando de Manoel Telesforo Salvatierra, Rafael Bento Carolino (português) e Francisco Barros Cardoso (brasileiro). Os três primeiros eram fregueses de Manoel Telesforo, já os dois últimos eram importantes negociantes e proprietários que possuíam uma relação de amizade e negócios com Salvatierra.

Ao que parece, o único a escapar foi o índio Crispim. Isto segundo os autos de perguntas feito pelo subdelegado Capitão Joaquim Teodoro Bentes, tendo como intérprete Lazaro de Almeida Braga, que entendia a língua geral que falava o índio mura. Nesse sentido, o interrogado respondeu chamar-se “Chrispim, que não sabe sua idade, mas representa ter sessenta annos, solteiro, que ignora a filiação, que não tem profissão, natural desta provincia e morador de Carapanatuba”. Ainda disse que ia em companhia de Álvaro Cesar, seu patrão, para o lago de Carapanatuba, onde moravam, e que em viagem encontraram a canoa de Manoel Telesforo Salvatierra encostada na beira do igarapé, sem nenhuma pessoa dentro e que mais adiante, “rompeo fogo de ambos os lados do Igarapé, caindo logo morte o mesmo Alvaro Cezar da Conceição para dentro da canoa;

³⁵ LEAL, *Op. Cit.* 2013, p. 74.

³⁶ Arquivo do Fórum da Comarca de Manicoré. *Sumário de Culpa*. Autora: A Justiça Pública. Réus: Manoel Telesforo Salvatierra, Francisco Barros Cardoso, Rafael Bento Carolino, Domingos José Freitas Guimarães, Francisco Antônio Franco, João Francisco Xavier. Manicoré, 1887, 326 fls.



que viu cinco pessoas das que atiravao, conhecendo na ocasião Manoel Thelesphoro Salvatierra ser uma delas”.³⁷

Tendo sido preso, Manoel Telesforo fugiu para a Bolívia, de onde negociou a venda de suas propriedades no rio Madeira³⁸ e, em sociedade com seus irmãos, dedicou-se a exploração de novos seringais na região beniana. De acordo com Gioda e Forenza, em 1890, Telesforo possuía um seringal denominado Bella Brisa, no rio Beni, acima do Madre de Dios que explorava acompanhado de 15 trabalhadores.³⁹ No entanto, “devido aos ferimentos que recebeu, que jamais cicatrizaram”, quando do conflito com Álvaro Cesar no Madeira, acabou falecendo, em 1891, em sua propriedade no rio Beni.⁴⁰

Podemos visualizar no mapa (Figura 1) todo processo conflituoso de avanço da exploração gomífera descrito ao longo do texto. Contudo, para além dos conflitos e tensões que envolveu a sua trajetória, Manoel Telesforo Salvatierra se tornou o epicentro de uma rede migratória de bolivianos, pequenos comerciantes oriundos de Santa Cruz de La Sierra e indígenas dos antigos aldeamentos de Mojos e Chiquitos para o rio Madeira. Além disso, a partir da história de vida desse sujeito podemos perceber o caráter familiar do processo migratório boliviano. Porquanto, num primeiro momento, os negociantes naturais de Santa Cruz de La Sierra tiveram como estratégia a permanência de familiares na região beniana, enquanto outros eram enviados ao Madeira como trabalhadores assalariados dos patrões bolivianos já estabelecidos na província do Amazonas.

Conseqüentemente, a permanência de familiares e sócios no Beni garantia aos negociantes bolivianos estabelecidos na província do Amazonas um constante fluxo de produtos agrícolas e indígenas para atender a demanda por mão de obra nos seringais da região madeirense. Paralelamente, as propriedades de patrões bolivianos situadas ao longo das margens do rio Madeira e afluentes se tornaram um entreposto comercial para o abastecimento das canoas que desciam da Bolívia até Serpa, ou seja, para embarcarem nos vapores para o Pará. E, mesmo com a introdução da navegação a vapor no rio Madeira, os remeiros indígenas bolivianos que desciam as cachoeiras nas caravanas comerciais acabavam por serem alugados aos proprietários brasileiros e bolivianos no rio

³⁷ Arquivo do Fórum da Comarca de Manicoré. *Sumário de Culpa*, 1887, p. 35.

³⁸ A Província do Amazonas, 11 de março de 1888, anno 1, número 63, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/850950/55>. Acessado em: 20 de set. de 2020.

³⁹ GIODA, Alain; FORENZA A. Luigi Balzan, les rivières et le climat de l'Orient bolivien dans la presse de son temps (1890-1894). In: *Anuario del Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia*, ABNB, Sucre: 2003, p. 199-200.

⁴⁰ SILVA, Bernardo da Costa e. *Viagens no sertão do Amazonas: do Pará á costa do mar Pacífico pelo Amazonas, Bolívia e Peru*. Porto: Typ. de A. J. de Sousa e Irmão, 1891, p. 103.



Madeira para trabalharem na extração de goma, enquanto seus patrões iam fazer seus negócios em Belém ou além-mar.

Nesse sentido, as redes sociais foram importantes não apenas para o deslocamento, mas na ordem do sucesso e permanência desses migrantes, bem como tornou possível o domínio sobre uma força de trabalho diversa. E esta, por conseguinte, foi crucial para o avanço da fronteira extrativista no rio Madeira e afluentes.

Salvatierra e o mundo do trabalho no rio madeira

Através da análise da trajetória de Telesforo Salvatierra também é possível identificar o emaranhado complexo das relações sociais constituídas no mundo do trabalho do rio Madeira no século XIX. As relações de trabalho na região de produção gomífera eram múltiplas e implicavam variados níveis de associações e interesses. Desse modo, o movimento da frente de expansão sobre novas áreas de exploração de goma elástica ocasionou o crescimento da demanda por força de trabalho. Índios, negros – cooptados compulsoriamente –, migrantes nacionais e estrangeiros foram a força motriz de toda produção na Amazônia na segunda metade do XIX.

Dessa forma, para iniciar o exame das relações de trabalho começaremos recuperando as testemunhas do processo de 1887 acerca da acusação do assassinato do português Álvaro, imputada ao súbdito boliviano Manoel Telesforo Salvatierra.⁴¹ No decorrer do processo, além de Salvatierra, foram ouvidos 22 indivíduos que declararam exercer as mais diferentes ocupações e manter laços diversos no mundo do trabalho do rio Madeira. Assim, o exame de suas declarações em associação a outras fontes nos permitiu reconstruir o diversificado mundo do trabalho e as relações em que estavam inseridos esses sujeitos.

Das 22 testemunhas ouvidas no processo, 1 era do sexo feminino e 21 do sexo masculino. Ademais, todas as pessoas chamadas para inquirição estavam em diferentes níveis, envolvidas para além do assassinato de Álvaro Cesar, isto é, com as atividades de produção gomífera na região de Manicoré, onde está situado o igarapé de Carapanatuba. Sendo que a partir de 1870, essa região já despontava como grande centro de produção e atraía nisso milhares de pessoas, nacionais e estrangeiros. Assim, ao analisarmos as

⁴¹ Arquivo do Fórum da Comarca de Manicoré. *Sumário de Culpa*. Autora: A Justiça Pública. Réus: Manoel Telesforo Salvatierra, Francisco Barros Cardoso, Rafael Bento Carolino, Domingos José Freitas Guimarães, Francisco Antônio Franco, João Francisco Xavier. Manicoré, 1887, 326 fls.



origens declaradas pelas testemunhas podemos encontrar: Portugal (1), Bolívia (2), Espanha (1), Marrocos (1), Pará (3), Ceará (7) e Amazonas (7). Além disso, nessa região o comércio era quase todo controlado por estrangeiros, preferencialmente portugueses e bolivianos, que após alguns anos de prática se tornavam seringalistas.⁴²

De acordo com o processo, Salvatierra utilizava o porto do seringal do português Rafael Bento Carolino (Figura 1, ponto 6) para enviar sua produção de borracha pelos vapores que por ali passavam até a cidade de Belém do Pará. Tendo em vista que o barracão de Carolino era situado fora do povoado de Manicoré, este mantinha relações com Isaac Serfaty, natural do Marrocos, morador e comerciante instalado no povoado, possivelmente um intermediário nas negociações para o escoamento e abastecimento através das canoas de regatão, dos seringais da região.⁴³

Contudo, nem todos estrangeiros se ocupavam das atividades comerciais. O espanhol Pedro Duran era carpinteiro e estava em Carapanatuba, temporariamente com o objetivo de construir uma casa para Salvatierra. Já os bolivianos Manoel de Jesus Gil Baca e Manoel Gatuto declararam, respectivamente, serem lavrador e seringueiro.⁴⁴ Apesar das declarações distintas, ambos eram fregueses de Telesforo e trabalhavam na coleta de seringa. Na maioria das vezes, ser lavrador no rio Madeira do século XIX quase sempre implicava atuar na extração de borracha.

A presença de trabalhadores bolivianos no curso do rio Madeira era algo comum e muitos deles, além de serem comerciantes, deslocavam-se ou eram compulsoriamente cooptados para exercerem diferentes posições no mundo do trabalho da região. Havia aqueles que voluntariamente acompanhavam os negociantes bolivianos para as áreas de produção gomífera para ocuparem posições estratégicas e de melhor status social, ou seja, como responsáveis pela fiscalização e exploração das estradas de seringa. Se observamos o mapa (Figura 1) podemos ver que Telesforo Salvatierra, ao mesmo tempo que estava instalado no lago de Carapanatuba, possuía ou ocupou inúmeros sítios com estradas de seringa distribuídas pela região e bem distantes entre si. Destaca-se nisso que algumas podiam levar até dois dias de distância em canoas para serem acessadas. Em função disso,

⁴² Em recente dissertação, a historiadora Paula Rosa analisou detalhadamente a presença de portugueses no rio Madeira, ver: ROSA, Paula de Souza. *Os portugueses no rio Madeira: imigração, estratégias políticas e sociais (1840-1920)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Pará: Belém, 2019.

⁴³ Os regatões eram agentes sociais de grande importância na sociedade amazônica, principalmente devido às conexões que estabeleciam com os comerciantes das praças de Manaus e Belém e com os diferentes grupos indígenas, ver: HENRIQUE, Márcio Couto; MORAIS, Laura Trindade de. Estradas líquidas, comércio sólido: índios e regatões na Amazônia (século XIX). *Revista de História*, n. 171, p. 49-82, 2014.

⁴⁴ Arquivo do Fórum da Comarca de Manicoré. Sumário de Culpa...1887, p. 29



podemos inferir que os comerciantes escolhiam alguns homens de sua confiança para ficarem incumbidos de garantir a posse das “estradas de seringa”, como também supervisionar os trabalhadores e, sobretudo, a produção gomífera desses seringais.

Era justamente ocupando um lugar de confiança e de grande importância na lógica de ocupação dos seringais que localizamos o boliviano Eusebio de Mendonza, 26 anos de idade, natural de Santa Cruz de La Sierra. Considerado um dos homens de confiança de

Salvatierra, em 1876, Mendoza estava encarregado de explorar diversas estradas de seringa pretendidas por seu patrão no lago de Carapanatuba (Figura 1, ponto 8). De modo geral, esses encarregados depois de passarem um tempo nessa posição acabavam adquirindo pequenos seringais e arregimentando seus próprios trabalhadores. Contudo, não ficavam totalmente independentes dos laços anteriores, pois muitos se tornavam aviados de seus antigos patrões e permaneciam atuando em um comércio de menor escala.

Como analisado anteriormente, enquanto estava atuando como encarregado de Salvatierra na região de Carapanatuba, Mendonza acabou envolvido em disputas pelo controle das estradas de seringa que devia fiscalizar e explorar.⁴⁵ Esses conflitos originaram dois processos, através dos quais podemos identificar os trabalhadores que estavam submetidos ao controle de Eusebio Mendonza, sendo alguns indígenas bolivianos e até mesmo um escravizado chamado João, pertencente a Manoel Dias de Araújo Costa, sogro de Telesforo Salvatierra.⁴⁶

Não era incomum a existência de trabalhadores escravizados na extração de borracha.⁴⁷ E, assim como João, somente na Paróquia de Nossa Senhora de Manicoré, localizada às margens do rio Madeira, os dados de Recenseamento Geral do Império de 1872 apresentaram a existência de 163 escravizados, sendo 80 homens e 83 mulheres.⁴⁸ Em relação ao trabalho, eles foram classificados majoritariamente nas ocupações de “lavoura” e “serviço doméstico”.

⁴⁵ Para uma análise mais ampla dos conflitos nos seringais do rio Madeira, ver: LEAL, Davi Avelino. *Entre barracões, varadouros e tapiris: os seringueiros e as relações de poder nos seringais do Rio Madeira (1880-1930)*. Mestrado em Sociedade e Cultura, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.

⁴⁶ Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Amazonas. *Autos Crime. Ferimentos graves*. Autor: Eusebio Mendonza. Réu: Heliodoro Ferreira Bentes. Manaus. 1876. Localização: JD. TJUR. PJ.ACFG1876:02(05). Caixa: TJUR (05); Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Amazonas. *Autos Crime. Tentativa de morte*. Autora: A justiça pública. Réus: Heliodoro Ferreira Bentes, Eusebio Mendoza e João, escravo. Manaus. 1876. Localização: JM.JM.PC.OFTM1876:01(04). Caixa: JM (04).

⁴⁷ Laurindo Junior identificou a presença de escravizados em seringais na província do Pará. LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. *Escravidão e Extrativismo na Província do Pará: século XIX*. Fronteiras do tempo: Revista de Estudos Amazônicos, nº 5, 2014, p. 73-86.

⁴⁸ DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento do Brasil – Amazonas*. Vol.2. Rio de Janeiro, DGE, 1872.



Sendo assim, uma década após esse levantamento, o número de escravizados na região dobrou de tamanho, passando de 163 para 342 indivíduos.⁴⁹ Esse aumento pode estar relacionado a crescente concentração de escravos no setor extrativista. Dessa forma, ao analisar um conjunto de inventários, Patrícia Melo destaca como, a partir da década de 1880, os proprietários de seringais passaram a controlar cerca de 56,2% dos escravos declarados na documentação.

Por sua vez, os agricultores detinham 37,5%; e os comerciantes com apenas 6,2% dos cativos.⁵⁰ Ainda segundo a historiadora, este grupo poderia ter utilizado a posse de escravos como uma forma a mais de investimento de capital. Contudo, é notável a utilização de mão de obra escravizada como importante força de trabalho nos seringais amazônicos.

Quanto aos trabalhadores bolivianos, podemos identificá-los ocupando duas posições distintas no mundo do trabalho. A primeira era formada de indivíduos livres, comerciantes, proprietários e encarregados, em sua maioria de ascendência espanhola e originários de Santa Cruz de La Sierra, como foi o caso de Eusébio de Mendoza.

A segunda categoria é trabalhadores indígenas submetidos a um sistema de trabalho compulsório e oriundos das pequenas aldeias e povoados do Beni. Essa divisão pode ser vista nos casos de Manoel de Jesus Silva Baca e Manoel Gatuto que declararam serem naturais, respectivamente de Santa Cruz e San Ramon. O último, muito possivelmente um indígena boliviano trazido, inicialmente, na condição de remeiro de Telesforo Salvatierra, sendo depois empregado no serviço de extração da borracha.

Apesar do processo criminal não fazer menção da etnia dos indígenas, a pesquisa desenvolvida por Gary Van Valen indica que a maior parte dos indígenas bolivianos trazidos para o Madeira eram da etnia *Mojos*, deslocados das bacias do Beni, Mamoré e Guaporé.⁵¹ Segundo o autor, antes mesmo do crescimento da produção de borracha, eram frequentes que embarcações de comerciantes bolivianos com remeiros indígenas navegassem o rio Madeira, negociando diversos produtos como carne salgada, cigarros, açúcar e outros que eram trocados por outras mercadorias em Serpa (Itacoatiara), Vila Bela da Imperatriz (Parintins), Manaus e Belém. Todavia, após 1850, com o aumento da

⁴⁹ SOUTO, Theodoro Carlos de Farias. *Exposição apresentada á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da primeira sessão da decima sétima legislatura em 25 de março de 1884 pelo presidente, dr. Theodoro Carlos de Faria Souto*. Manaus, Tip. do Amazonas, 1884.

⁵⁰ SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Os fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus, 1840-1880*. Editora da Universidade do Amazonas, 1997, p. 153.

⁵¹ VALEN, Gary Van. *Indigenous agency in the Amazon: The Mojos in liberal and Rubber-Boom Bolivia*. Tucson: The University of Arizona Press, 2013.



demanda internacional por goma elástica, a presença dos indígenas bolivianos passou a ser ainda mais frequente e em maior proporção na província do Amazonas.

Em outras palavras, passaram a ser comuns as notícias de que comerciantes bolivianos, ao descerem do Beni viessem acompanhados de tripulação composta por centenas de indígenas que eram distribuídos nos seringais do Madeira para seringalistas bolivianos e, até mesmo, brasileiros, enquanto seus patrões iam nos vapores negociar nas praças de Belém e Manaus. Não é à toa que Telesforo Salvatierra tinha sob seu controle uma grande quantidade de índios bolivianos e fazia uso dessa força de trabalho em diferentes atividades.

Em 1872, durante seu conflito com Luiz Pedro Simpson foi “acompanhado de 30 indígenas bolivianos e todos armados e municidados” para tentar reaver as estradas de seringa que julgava lhe pertencer.⁵² Esses indígenas bolivianos eram “contratados”, de forma coercitiva nas prefeituras das vilas dos antigos aldeamentos espanhóis de *Mojos* e *Chiquitos* para exercerem, num primeiro momento, a ocupação de remeiros e depois terminavam alocados nos seringais madeirenses.⁵³

Ao percorrer o rio Madeira, em 1874, Franz Keller relatou a dificuldade de conseguir uma navegação para sair de Manaus em direção ao rio Madeira, sendo essa viagem possível apenas depois da intervenção do então cônsul boliviano, Dom Ignacio Arauz.⁵⁴ O cônsul conseguiu convencer um comerciante italiano que retornava à Bolívia conceder “com a devida compensação [...] alguns de seus barcos com o número requerido de indígenas *Mojos* e *Canichana*” e serviriam de remeiros. Keller descreveu ser comum a existência desses indígenas bolivianos, sendo eles “as únicas pessoas que via trabalhando nas ruas”, andando pela cidade de Manaus com seus trajes típicos e ocupados em diversas atividades, seja carregando tartarugas, seja buscando lenha para as casas, bem como servindo nas construções.⁵⁵

De acordo com Keller, a presença desses sujeitos em proporções significativas na cidade de Manaus era devido ao fato de ali ganharem dez vezes mais do que podiam ganhar no seu país de origem, sendo este um dos motivos da intensa corrente migratória boliviana para o Amazonas. Desse modo, acompanhado de oito índios bolivianos, Franz

⁵² Amazonas, 21 de setembro de 1872, número 470, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/1304>. Acessado em: 20 de set. de 2020

⁵³ BLOCK, David. *La cultura reduccional de los llanos de Mojos*. Sucre: Historia Boliviana, 1997.

⁵⁴ KELLER, Franz. *The Amazon and Madeira river: sketches and descriptions from the note-book of an explorer*. New edition with sixty-eight illustrations on wood. Philadelphia: J. B. Lippincott & Co., 1874, p. 36-40

⁵⁵ KELLER, Franz. *Op. Cit* 1874, p. 36.



Keller começou a viagem subindo o rio Madeira e ao se aproximar do distrito de Crato notou a existência de “dez ou doze seringueiros bolivianos, cada um deles trabalhando com 20 a 30 indígenas *Mojos*, que os fariam homens ricos em poucos anos”.⁵⁶

Vale lembrar que no século XIX ainda não havia uma distinção clara entre seringalista e seringueiro, de modo que muitas vezes o proprietário era denominado como seringueiro. Nesse sentido, podemos afirmar que Keller encontrou cerca de 10 ou 12 patrões bolivianos, cada um com aproximadamente 20 ou 30 indígenas *mojenhos*, ou seja, um total de mais de 200 indivíduos oriundos da Bolívia.

Quase sempre, aos trabalhadores indígenas bolivianos eram atribuídas características como *habilidosos*, *aptos*, *aclimatados* e *obedientes*, opiniões compartilhadas tanto por estrangeiros como brasileiros. Foi usando essas afirmações que em 1875 uma publicação anônima no periódico *Jornal do Amazonas*, direcionada ao presidente da província do Amazonas, Antônio de Passos Miranda, ao descrever as necessidades mais urgentes requeridas pelos moradores do rio Madeira, propunha a imigração boliviana como caminho para alavancar o crescimento da região.

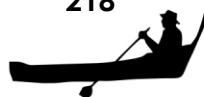
Ademais, observa-se que o anônimo afirmava que naquela região habitavam “mais de três mil bolivianos de ambos os sexos, e quase todos empregados no comércio e pequena agricultura”, qualificando-os como “dotados de boa índole e muito dedicados ao trabalho”. Devido a isto, sugeria ao presidente que se elaborasse um projeto para conceder terras e ferramentas de trabalho agrícolas assentando-os no curso do rio. Desse modo, o autor asseverava como “a emigração boliviana será uma excelente aquisição, não só por ser gente *morigerada* e de *bons costumes*, como também *laboriosa* e *dedicada ao trabalho* [grifo nosso]”.⁵⁷

Interessante destacar que, assim como Keller, o autor da publicação exaltou as qualificações que expressavam as expectativas tanto de nacionais como de estrangeiros em relação aos trabalhadores e, sobretudo, ao lugar que deveriam ocupar no mundo do trabalho. Nesse sentido, as classificações de “dedicados ao trabalho”, “morigerados”, “obedientes” não estavam despidas de intencionalidades.

Na verdade, através delas os patrões deixaram definidos quais suas perspectivas quanto ao papel dos trabalhadores ao seu serviço e sob seu domínio. Essas referências se assemelham as aplicadas por senhores de escravizados em anúncios de compra, aluguel

⁵⁶ KELLER, Franz. *Op. cit.*, 1874, p. 40.

⁵⁷ *Jornal do Amazonas*, 4 de outubro de 1875, anno I, nº 40, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/260940x/110>. Acessado em: 03 de set. de 2020.



ou fuga nos jornais. Segundo José Maia Bezerra Neto, esses atributos deixam transparecer “a projeção senhorial sobre as características e qualidades imprescindíveis ao trabalhador, projeto senhorial que era parte e constituinte de uma ética do trabalho no mundo da escravidão”.⁵⁸ Dessa forma, há nessas qualificações, direcionadas à mão de obra escravizada e livre, nacional ou estrangeira, a tentativa de estabelecer uma ética do trabalho através da qual esperava-se que os trabalhadores se comportassem, ou seja, submissos aos parâmetros impostos pelos valores paternalistas da fidelidade e obediência.

Na prática, a aplicação dessa ética do trabalho estava cercada por ações coercitivas e violentas. A mencionada “adaptabilidade” do indígena boliviano, com efeito, era resultado da aplicação de práticas compulsórias de cooptação e controle impostas sobre esses indivíduos. Não obstante, ao voltar de sua expedição ao rio Madeira, em 1878, o presidente da província do Amazonas, Agesilão Pereira da Silva, relatou as condições precárias as quais estavam submetidos os indígenas bolivianos nos distritos de Crato, Abelhas e Santo Antônio:

Recebendo diminuto salario, mal alimentados e ainda pior vestidos, são obrigados a um serviço pesadíssimo, que lhes é distribuído por tarefa, e do qual tem de dar conta, quer possam quer não, sob pena de serem castigados com açoites, cujo número varia segunda a gravidade da falta e a índole do feitos que os aplica. Mais de um desses infelizes há sucumbido, segundo informaram a tão bárbaros castigos [...]. Se qualquer desses míseros para subtrair-se aos maus tratos que recebe, foge da companhia de seu patrão, arma-se este e da-lhe caça de barraca em barraca, até que o agarra e fa-lo voltar ao seu poder. Nestas ocasiões e por tal falta, é que o castigo ordinariamente excede a tudo quanto se pode imaginar de rigoroso e severo.⁵⁹

O presidente da província havia viajado para região depois de uma denúncia realizada pelo vice-cônsul da Bolívia, Dom Ignacio Arauz, ou seja, patrões brasileiros que estariam seduzindo os trabalhadores bolivianos para suas estradas de seringa. Contudo, Agesilão afirmou ser a denúncia de Arauz completamente falsa. Nisso, atribuiu a fuga dos trabalhadores aos maus tratos sofridos e aplicados pelos seus compatriotas. Entretanto, a denúncia do vice-cônsul não deve ser ignorada completamente. As fontes nos mostram que toda mão de obra disponível na região era alvo de disputas entre os

⁵⁸ BEZERRA NETO, José Maia. Mercado, conflitos e controle social. Aspectos da escravidão urbana em Belém (1860-1888). *Revista História & Perspectiva*, Uberlândia (41): jul.dez, 2009, p. 283

⁵⁹ Jornal do Amazonas, 14 de fevereiro de 1878, ano III, nº 226, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/260940x/764>. Acessado em: 03 de set. de 2020.



patrões, brasileiros e estrangeiros, em especial sobre os trabalhadores indígenas bolivianos.

A fim de compreendermos melhor isto, tomemos como exemplo Dom Francisco Suarez, que estando em Serpa, parada obrigatória aos comerciantes bolivianos que desciam o rio Madeira em direção ao Pará, denunciou o subdelegado de polícia Jesuíno da Costa Fonseca de conservar em seu poder os índios bolivianos, seus trabalhadores, sem permissão. Dessa maneira, o subdelegado, em 1869, teria sido ordenado a prender alguns indígenas que haviam fugido da canoa do patrão Suarez; todavia, ao invés de devolvê-los os manteve sob seu serviço e submetidos a severos castigos. Assim, Jesuíno Fonseca alegou serem falsas as acusações, ainda que mantivesse o índio Cruz e Paulo por concessão recebida diretamente do vice-cônsul Dom Ignácio Arauz. Em suma, o subdelegado apresentou ao juiz municipal uma carta da mencionada permissão para ter os índios Paulo Zeco e Cruz Cruzeiro, sob sua guarda, até que surgisse “uma ocasião para serem remetidos a Bolívia”.⁶⁰

Contudo, na carta transcrita não existe nenhuma autorização para utilização dos indígenas, mas o subdelegado não só fazia uso da força de trabalho destes como ainda os enviou para o seringal Tabocal, pertencente ao seu compadre e parente Francisco Rodrigues Vieira. Ora, a distribuição de concessões de indígenas bolivianos a brasileiros poderia ser uma estratégia utilizada para fortalecer os laços sociais, políticos e econômicos; principalmente entre as autoridades locais e os patrões bolivianos.

As disputas pelo controle da força de trabalho dos indígenas perduraram por muito tempo entre comerciantes e seringalistas do rio Madeira. Em 1883, no distrito de Araras, o seringalista português Manoel Maria de Moraes acusou o boliviano Ignácio Veloso de ser movido pelo desejo de vingança, por ter sido despedido do serviço, como também para invadir suas estradas de seringa e “levar dela treze índios bolivianos, que o dito Moraes havia legalmente contratado” e, por essa razão, requeria que lhe fossem restituídos.⁶¹

Além dos bolivianos, no processo criminal analisado neste trabalho, também estão presentes testemunhas brasileiras oriundas do Pará (3), Ceará (7) e Amazonas (7). As três testemunhas do Pará eram: Joaquim Theodoro Bentes, comerciante e subdelegado de

⁶⁰ Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Amazonas. *Sumario de Culpa procedido por crime de Responsabilidade*. Manaus. 1869. Localização: JD.JD.PJ.SCRP1869:03(03). Caixa: JD(03)

⁶¹ Amazonas, 6 de abril de 1883, anno XVII, n. 855, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/3817>. Acessado em: 03 de set. de 2020



polícia; Gerinaldo Antônio dos Santos, natural de Santarém, pescador; e Raymundo Acácio de Jesus Palheta, natural de Barcarena, seringueiro e assalariado.⁶² Os dois últimos eram fregueses de Telesforo Salvatierra e se ocupavam do serviço de coleta de seringa no lago de Caranapatuba. Gerinaldo e Raymundo faziam parte da significativa migração paraense em direção aos rios Solimões, Madeira, Purus e Juruá, importantes centros de produção gomífera.

Em 1870, João Wilkens de Mattos, presidente da província do Amazonas, destacou que se “a imigração estrangeira deixou de dirigir-se para esta província, outro tanto não acontece com a nacional”.⁶³ Wilkens apontava a existência de um considerável fluxo migratório oriundo das regiões das Comarcas de Gurupá e Santarém, localizados na vizinha província do Pará que entrava com destino aos rios Madeira e Purús para se dedicarem à indústria extrativista.

Segundo Barbará Weinstein, o movimento rumo ao oeste amazônico foi tão intenso que a população do Pará decresceu ligeiramente entre 1870 e 1880, ao passo que o número de habitantes amazonenses aumentou.⁶⁴ Entretanto, a presença dos trabalhadores paraenses não era bem quista por todos, a mesma publicação que citamos anteriormente defendendo a imigração boliviana posicionava-se de forma negativa acerca da corrente migratória paraense em direção ao rio Madeira. Nisso, o autor classificava a migração paraense como completamente negativa para a região, pois “não tem pessoal habilitado, morigerado e (dado) ao trabalho, homens inteiramente (inaptos) ao serviço da agricultura, e viciados”.⁶⁵ Talvez, a rejeição aos trabalhadores paraenses estivesse relacionada a uma questão racial, porquanto podemos inferir que os migrantes paraenses eram formados por indivíduos de cor negra, homens e mulheres de condição livre, recém-libertos e mesmo escravizados. Essa visão era compartilhada tanto pelas autoridades públicas quanto particulares que identificavam os altos rios como destino de fugas de escravizados que aproveitavam o movimento de expansão das fronteiras para buscar melhores condições de vida.⁶⁶

⁶² Arquivo do Fórum da Comarca de Manicoré. Sumário de Culpa...1887.

⁶³ MATTOS, João Wilkens. *Relatório lido pelo exm. o sr. presidente da província do Amazonas, tenente-coronel João Wilkens de Mattos, na sessão d'abertura da Assembleia Legislativa Provincial á 25 de março de 1870*. Manaus, 1870, p. 28.

⁶⁴ WEINSTEIN, Barbará. *Op. Cit.* 1993, p. 72.

⁶⁵ Jornal do Amazonas, 4 de outubro de 1875, anno I, nº 40, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/260940x/110>. Acessado em: 03 de set. de 2020.

⁶⁶ CAVALCANTE, Ygor Olinto Rocha. *Uma viva e permanente ameaça: resistência, rebeldia e fugas de escravos no Amazonas Provincial (c.1850-c.1882)*. Dissertação de mestrado. UFAM: Manaus, 2013.



Do mesmo modo, atraídos pelos discursos que desenhavam a província do Amazonas como um espaço de incontáveis riquezas e possibilidades de enriquecimento, chegaram milhares de nordestinos, principalmente cearenses. Nos autos do processo, todas as testemunhas oriundas do Ceará ocupavam no momento da inquirição a função de seringueiros, algumas vezes aliada a outras atividades. Eles são: Leandro José da Silva, João Avelino de Souza, Manoel Serafim (lavrador), lavrad Francisco Antônio Franco, Antônio José de Souza, Domingos José de Freitas Guimarães (carpina) e Virgílio Nunes Sarmento (alfaiate). Os últimos cinco estavam a serviço de Teleforo Salvatierra, sendo que dois deles (Domingos e Francisco) foram acusados pelo assassinato do português Álvaro Cesár.

De acordo com Antônio Alexandre Isídio Cardoso, a migração nordestina com destino a Amazônia pode ser mapeada desde 1845, quando já podemos identificar um fluxo de deslocamento entre o Ceará e o Amazonas.⁶⁷ O autor assevera como esse movimento estava em concatenação com demandas de diferentes ordens que partiam tanto dos interesses do Estado, do capitalismo internacional, das elites regionais, como também dos próprios sujeitos-migrantes em trânsito.

Esses trabalhadores ficavam submetidos à cadeia de endividamento contínuo chamada na região de aviamento. Essa ferramenta consistia no adiantamento de víveres e materiais de trabalho à crédito com valores exorbitantes em troca dos produtos extrativistas. A partir do adensamento da expansão de fronteiras e o advento dos migrantes nordestinos, essa estratégia foi reforçada pelos proprietários dos seringais como forma de fixar esses sujeitos a seu serviço e exercerem assim o controle sobre seu deslocamento.⁶⁸

Ainda, o processo criminal faz referência a dois indígenas Muras, Crispim e Antônio Castanheiro que serviam ao falecido Álvaro Cesar da Conceição e estavam juntos do patrão na hora do atentado. Crispim foi o único a sobreviver por ter-se jogado dentro do rio quando se iniciou a saraivada de tiros contra a embarcação na qual estava junto com seu patrão. Isto reflete um processo comum na Amazônia do período, uma vez que com o adensamento da economia da borracha, observa-se que muitos indígenas de

⁶⁷ O autor esclarece que apesar de não ser “possível visualizar em 1845-1846 uma política dirigida abertamente pelo Estado no fito enviar pessoas para outros locais do Império [...] é importante não deixar de perceber que essas movimentações existiam, inclusive, com algum auxílio oficial”. CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. *Nem sina e nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1852-1877)*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 2011.

⁶⁸ LEAL, Davi Avelino. *Op Cit.* 2013, p. 64-69, 75-82.



diferentes etnias se envolveram com a produção gomífera, alguns voluntariamente; contudo, a maioria de forma compulsória.⁶⁹

Note-se que ao analisarmos em conjunto todos os níveis de relações presente na produção de goma elástica no rio Madeira, descrevemos uma força de trabalho formada por sujeitos com status social, origem e condições jurídicas diferentes, mas que se encontravam dispostos no mundo do trabalho da Amazônia na segunda metade do século XIX.

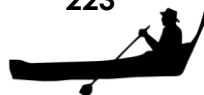
Nesse sentido, indígenas (nacionais e bolivianos), mestiços, cearenses, paraenses e escravos formaram a classe trabalhadora responsável por transformar os produtos nativos em produtos do capital e geradores de riqueza. Longe da afirmação de que a produção gomífera foi marcada pelo trabalho livre, demonstramos como a compulsoriedade foi um traço marcante no mundo do trabalho.⁷⁰ Com efeito, Manoel Telesforo Salvatierra, assim como outros homens do seu tempo, para atender as demandas do mercado internacional e seus próprios interesses utilizou-se de toda a força de trabalho disponível sem, aparentemente, preferir uma em detrimento da outra, visto que as distintas categorias de trabalhadores atendiam as diversas necessidades desse comerciante e seringalista no rio Madeira do século XIX.

Considerações finais

Utilizando a trajetória do negociante Manoel Telesforo Salvatierra buscamos demonstrar, a partir da microanálise através das redes sociais, o caráter familiar do fluxo migratório boliviano e a importância dessas relações para o avanço e domínio sobre áreas ricas em seringais no rio Madeira na segunda metade do século XIX. Ao mesmo tempo, contar a história desse indivíduo possibilitou visualizar como a expansão da fronteira

⁶⁹ O historiador Márcio Couto Henrique destaca como uma das estratégias de ocupação do Estado Imperial para ocupação do território ao logo do rio Madeira foi a criação de Missões. Com a expansão da extração de borracha, muitos povos indígenas se envolveram neste trabalho, principalmente os Munduruku". HENRIQUE, Márcio Couto. *Sem Vieira Nem Pombal: índios na Amazônia no século XIX*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, p. 83/74.

⁷⁰ Importantes pesquisas têm analisando como a questão da persistência da compulsoriedade nas relações de trabalho seja em sociedades marcadas pela escravidão ou mesmo naquelas onde esse sistema já havia sido abolido, ver: COOPER, Frederick; SCOTT, Rebecca Jarvis; HOLT, Thomas Cleveland. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Editora Record, 2005; STEINFELD, Robert J. *Coercion, contract, and free labor in the nineteenth century*. Cambridge University Press, 2001; PAZ, Adalberto. *Repúblicas contestadas: liberdade, trabalho e disputas políticas na Amazônia do século XIX*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2017.



extrativista e comercial na Amazônia foi extremamente conflituosa. Porquanto, durante os quase 20 anos de permanência na região madeirense, Telesforo Salvatierra esteve envolvido recorrentemente em disputas, na maioria das vezes sanguinárias por seringais no rio Madeira e afluentes.

Todavia, para além dos conflitos e tensões que envolve sua trajetória, Manoel Telesforo se tornou o epicentro de uma rede migratória de bolivianos, pequenos comerciantes oriundos de Santa Cruz de La Sierra e indígenas dos antigos aldeamentos de Mojos e Chiquitos, para o rio Madeira. Em decorrência disso, os negociantes bolivianos acabavam por alimentar uma rede de informações que permitiu a migração de outros conterrâneos, provocando um efeito em cadeia e tornando as redes autossustentáveis.

Por fim, a análise do percurso transcorrido por Telesforo Salvatierra possibilitou demonstrar a forte presença de bolivianos, fosse na condição de patrões ou trabalhadores como agentes da expansão gomífera no rio Madeira, bem como aproximar ainda mais o debate historiográfico que busca compreender as conexões existentes nas fronteiras amazônicas.

Foi ainda possível examinarmos a pluralidade das relações existentes no mundo do trabalho do rio madeira, na segunda metade do XIX. Um universo composto de sujeitos de origens e condições jurídicas diversas onde as categorias de trabalho escravo, livre e/ou compulsório, além de coexistirem, eram utilizadas de forma complementares no mundo do trabalho na Amazônia Oitocentista. Assim, indígenas (brasileiros e bolivianos), mestiços, migrantes (bolivianos, paraenses e cearenses) e negros (escravos e livres) cujas vidas foram atravessadas, condicionadas e até mesmo destruídas no processo de expansão da fronteira extrativista, eram pessoas reais que visavam emergir e, subitamente, desaparecer no emaranhado complexo do processo histórico.

Data de submissão: 22/07/2020

Data de aceite: 21/10/2020



Fontes

a) Periódicos – Arquivo Hemeroteca Digital

A Província do Amazonas (PA)

Diário de Belém (PA)

Diário de Notícia (PA)

Jornal do Amazonas (AM)

Amazonas (AM)

b) Arquivo Público do Estado do Amazonas

Ministério dos Negócios Estrangeiros 1873. *Ofício de Salvatierra & Hermanos al ilustríssimo señor Ministro de Bolívia em el Brasil. Baetas em el rio Madeira, 10 de julio de 1872.*

c) Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Amazonas - Manaus

Sumario de Culpa procedido por crime de Responsabilidade. Manaus. 1869. Localização: JD.JD.PJ.SCRP1869:03(03). Caixa: JD(03).

Autos crimes de ofensas física e Tentativa de Morte. Manaus. 1876. Localização: JM.JM.PC.OFTM1876:01(04). Caixa: JM(04).

Autos Crimes de Ferimentos Graves. Manaus. 1876. Localização: JD.TJUR.PJ.ACFG1876:02(05). Caixa: TJUR(05).

d) Arquivo do Fórum da Comarca de Manicoré.

Arquivo do Fórum da Comarca de Manicoré. Sumário de Culpa. Autora: A Justiça Pública. Réus: Manoel Telesforo Salvatierra, Francisco Barros Cardoso, Rafael Bento Carolino, Domingos José Freitas Guimarães, Francisco Antônio Franco, João Francisco Xavier. Manicoré, 1887, 326 fls.

e) Relatório de Presidente de Província

MATTOS, João Wilkens. *Relatório lido pelo exm. o sr. presidente da província do Amazonas, tenente-coronel João Wilkens de Mattos, na sessão d'abertura da Assembleia Legislativa Provincial á 25 de março de 1870.* Manaus, 1870

BENJAMIN, Feliciano Antonio. *Relatorio apresentado ao exm. sr. Dr. Presidente da Provincia Domingos Monteiro Peixoto, pelo Engenheiro bacharel Feliciano Antonio Benjamin, membro da Comissão de fiscalisação da estrada de ferro do Madeira e Mamoré e de medição e demarcação de terras no Rio Madeira, actualmente encarregado da mesma commissão.* Manaus: Typographia do Commercio do Amasonas, 1874.

SOUTO, Theodoreto Carlos de Faria. *Exposição apresentada á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da primeira sessão da decima sétima legislatura*



em 25 de março de 1884 pelo presidente, dr. Theodoro Carlos de Faria Souto. Manaus, Tip. do Amazonas, 1884.

f) Outros

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento do Brasil – Amazonas*. Vol.2. Rio de Janeiro, DGE, 1872.

KELLER, Franz. *The Amazon and Madeira river: sketches and descriptions from the note-book of an explorer*. New edition with sixty-eight illustrations on wood. Philadelphia: J. B. Lippincott & Co., 1874.

Referências Bibliográficas

BEZERRA NETO, José Maia. **Mercado, conflitos e controle social. Aspectos da escravidão urbana em Belém (1860-1888)**. Revista História & Perspectiva, vol 22, n. 41: jul.dez, 2009, pp. 267-298.

BLOCK, David. **La cultura reduccional de los llanos de Mojos**. Sucre: Historia Boliviana, 1997.

CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. **Nem sina e nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1852-1877)**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 2011.

CAVALCANTE, Ygor Olinto Rocha. **Uma viva e permanente ameaça: resistência, rebeldia e fugas de escravos no Amazonas Provincial (c.1850-c.1882)**. Dissertação de mestrado. UFAM: Manaus, 2013.

COOPER, Frederick; SCOTT, Rebecca Jarvis; HOLT, Thomas Cleveland. **Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Editora Record, 2005.

CÓRDOBA, Lorena. **El boom cauchero en la Amazonía boliviana: encuentros y desencuentros con una sociedad indígena (1869-1912)**. In: D. & Villar. Las tierras bajas de Bolivia: miradas históricas y antropológicas. Santa Cruz de La Sierra: El País, 2012.

COSTA, Jéssyka Sâmia Ladislau Pereira. **A trajetória de Catharina Maria Rosa da Conceição e a escravidão ilegal no Norte Imperial**. SEMINA (UPF), v. 17, p. 81-101, 2018.

COSTA, Jéssyka Sâmia Ladislau Pereira. **Por todos os cantos da cidade: escravos negros nos mundos do trabalho na Manaus oitocentista (1850-1884)**. Niterói, Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2016.

FERNANDEZ, Hernando Sanabria. **Cruceños Notables**. La Paz: Juventud, 1991.



GINZBURG, Carlo. **A Micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

GIODA, Alain; FORENZA A. **Luigi Balzan, les rivières et le climat de l'Orient bolivien dans la presse de son temps (1890-1894)**. In: Anuario del Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia, ABNB, Sucre: 2003.

HENRIQUE, Márcio Couto. **Sem Vieira Nem Pombal: índios na Amazônia no século XIX**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

HENRIQUE, Márcio Couto; MORAIS, Laura Trindade de. **Estradas líquidas, comércio sólido: índios e regatões na Amazônia (século XIX)**. Revista de História, n. 171, 2014, pp. 49-82.

LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. **Escravidão e Extrativismo na Província do Pará: século XIX**. Fronteiras do tempo: Revista de Estudos Amazônicos, nº 5, 2014, p. 73-86.

LEAL, Davi Avelino. **Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no Rio Madeira (1861-1932)**. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

LEAL, Davi Avelino. **Entre barracões, varadouros e tapiris: os seringueiros e as relações de poder nos seringais do Rio Madeira (1880-1930)**. Dissertação de Mestrado. Programas de Pós-graduação, UFAM/Sociedade e Cultura na Amazônia, Manaus, 2007.

MOMBLIOLA, Anna Guiteras. **Estudio introductorio: Nicolás Suárez, pionero y patriota en los confines de la Amazonía boliviana**. In: SUÁREZ, Nicolás. Anotaciones y documentos sobre la Campaña del Alto Acre, 1902-1903 [reedición de la obra original de 1928]. La Paz, Biblioteca del Bicentenario de Bolivia- Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia, 2018.

PAZ, Adalberto. **Repúblicas contestadas: liberdade, trabalho e disputas políticas na Amazônia do século XIX**. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2017.

ROSA, Paula de Souza. **Os portugueses no rio Madeira: imigração, estratégias políticas e sociais (1840-1920)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Pará: Belém, 2019.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Os fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus, 1840-1880**. Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

SILVA, Bernardo da Costa e. **Viagens no sertão do Amazonas: do Pará á costa do mar Pacífico pelo Amazonas, Bolívia e Peru**. Porto: Typ. de A. J. de Sousa e Irmão, 1891.

STEINFELD, Robert J. **Coercion, contract, and free labor in the nineteenth century**. Cambridge University Press, 2001.

VALEN, Gary Van. **Indigenous agency in the Amazon: The Mojós in liberal and Rubber-Boom Bolivia**. Tucson: The University of Arizona Press, 2013.



WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**.
São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.



PESCARIAS TRADICIONAIS DA CACHOEIRA DO TEOTÔNIO SUBMERSAS PELA USINAS EM RONDÔNIA

TRADITIONAL FISHERIES FROM THE WATERFALL OF TEOTÔNIO
SUBMERSED BY THE PLANTS IN RONDÔNIA

Igor Rechetnicow Alves Sant'Anna¹

Edson Rubens²

Danielle Mendonça Pinto³

Carolina Rodrigues da Costa Doria⁴

Resumo

A pesca de pequena escala tem importância histórica nas comunidades do rio Madeira, garantindo segurança alimentar e renda às populações tradicionais ribeirinhas. A Cachoeira do Teotônio, antes da construção das barragens (UHE SAE e Jirau), destacava-se pela pescaria altamente adaptada a captura dos bagres migradores e pela alta produtividade. O objetivo desse trabalho é descrever as mudanças ocorridas na pesca, na Cachoeira do Teotônio, após a construção da UHE SAE. Os resultados mostraram que a pesca praticada na região envolvia conhecimentos tradicionais de engenharia, do ambiente e das espécies, bem como práticas de rodízio, com a submersão e a formação do reservatório teve que ser substituída ou adaptada ao novo ambiente. A alteração da condição da pesca pela modificação antropogênica do ambiente ou deslocar comunidades, altera locais de pesca historicamente mapeados ao longo de gerações de pescadores.

Palavras-chave: “Burra”; Cachoeira do Teotônio; Usina Hidrelétrica; Pesca artesanal de pequena escala

Abstract

Small-scale fishing is of historical importance in the communities of the Madeira River, guaranteeing food security and income for the traditional riverside populations. The Teotônio Waterfall, before the Santo Antônio Hydroelectric Plant (UHE SAE) was built, stood out for its highly adapted fisheries for capturing migratory catfish and for its high productivity. The objective of this work is to describe the changes that occurred in the practice of fishing, at Cachoeira do Teotônio, after the construction of UHE SAE. The results showed that the fishing practiced in the region involved traditional knowledge of engineering, the environment and species, as well as practices of rotation, with the submersion and the formation of the reservoir had to be replaced or adapted to the new environment. Changing the condition of fishing by anthropogenic modification of the environment or displacing communities, alters fishing locations historically mapped over generations of fishermen.

Keywords: Madeira river. Cachoeira do Teotônio. Hydroelectric Plant. Small-scale artisanal fishing

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho - Rondônia, Brasil. E-mail: igorcoop@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-0069-5397>.

² Estudante do Laboratório de Ictiologia e Pesca/UNIR. E-mail: edsonrubensmba@gmail.com.

³ Estudante do Laboratório de Ictiologia e Pesca/UNIR. E-mail: danielle.mendonca7@gmail.com.

⁴ Laboratório de Ictiologia e Pesca (LIP), Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus José Ribeiro Filho, Porto Velho - Rondônia, Brasil. E-mail: carolinarcdoria@unir.br.

Introdução

A pesca artesanal de pequena escala tem importância vital nas comunidades do rio Madeira em Rondônia, garantindo alimento e renda às populações tradicionais.⁵ As práticas produtivas e os hábitos dessas comunidades possuem grande relação com a natureza e seus ciclos naturais principalmente a pesca que é diretamente influenciada pelo ciclo hidrológico regional⁶. A sazonalidade hidrológica interfere na produção total e na composição das espécies de peixes capturadas, uma vez que os estoques pesqueiros estão sincronizados com as variações do nível dos rios, para seus processos migratórios de reprodução e dispersão.⁷ Além disso, as práticas pesqueiras são influenciadas pelas características geomorfológicas e ambientais das regiões, visto que podem determinar as espécies exploradas, os apetrechos e embarcações utilizadas. Os pescadores, por sua vez, demonstram ter conhecimento sobre o ambiente pesqueiro e se adaptam a essas variações para terem sucesso em suas pescarias.⁸

Historicamente, são inúmeros os impactos negativos de grandes hidrelétricas sobre os recursos naturais e sobre o modo de vida de comunidades afetadas pelo empreendimento e usuários dos recursos naturais, representando um alto custo social, econômico e cultural para essas localidades.⁹ Em diversos países da América Latina a construção de usinas hidrelétricas, tem sido um caminho adotado como estratégia para a industrialização e o crescimento econômico.¹⁰ Durante algumas décadas no Brasil, era defendida a implantação de hidrelétricas como uma saída à crescente demanda de

⁵ Entrevistas com pescadores da cachoeira, realizadas com autorização do comitê de ética em pesquisa CAAE: 32561919.2.0000.5300, parecer: 4.114.706, seguindo as recomendações da Resolução Conama Nº 466/2012 (BRASIL, 2012) da proposta de pesquisa com o ser humano.

⁶ GARCEZ, Raniere Costa S.; SOUZA, Lucirene A.; FRUTUOSO, Márcia E.; FREITAS, Carlos Edwar C. (2017) Seasonal dynamic of amazonian small-scale fisheries is dictated by the hydrologic pulse. *B. Inst. Pesca*, São Paulo, 43(2): 207- 221.

⁷ ISAAC, Victoria J.; ALMEIDA, Morgana C.; GIARRIZZO, Tommaso; DEUS, Claudia P.; VALE, Rozailza; KLEIN, Gilmar; BEGOSSI, Alpina. (2015). Food consumption as an indicator of the conservation of natural resources in riverine communities of the Brazilian Amazon. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, v. 87, n. 4, p. 2229–2242.

⁸ LIMA, Maria Alice L. (2017). História do ecossistema e dos recursos pesqueiros frente a implementação de hidrelétricas na bacia do rio Madeira. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia. 138f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Disponível em:

<https://www.ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/2199/1/6709_maria_alice_lima_tese_2013_2017.pdf>.

⁹ ANSAR, Atif; FLYVBJERG, Bent; BUDZIER, Alexander; LUNN, Daniel (2014). Should we build more large dams? The actual costs of hydropower megaproject development. *Energy Policy*, v. 69, p. 43-56.

¹⁰ SOARES-FILHO, Britaldo S.; NEPSTAD, Daniel C.; CURRAN, Lisa M.; Cerqueira, Gustavo Coutinho; Garcia, Ricardo Alexandrino; Ramos, Claudia Azevedo; Voll, Eliane; McDonald, Alice; Lefebvre, Paul e Schlesinger, Peter (2006). Modelling conservation in the Amazon basin. *Nature*, n.440, p. 520–523.



eletricidade vista como seus pontos positivos o processo de segurança energética do país para o desenvolvimento e a geração de empregos.¹¹ Contudo, a pesca que constitui uma das principais fontes de proteína animal e de renda para as comunidades ribeirinhas amazônicas,¹² sofre alterações na composição e abundância de sua ictiofauna original,¹³ devido a expressiva modificação de atributos hidrológicos, físico-químicos e biológicos no sistema fluvial. Especialmente em regiões tropicais e subtropicais, como a Amazônia, afetando a qualidade de vida das comunidades locais que dependem estreitamente da conservação dos recursos pesqueiros.

O reservatório de Santo Antônio levou ao afogamento da Cachoeira do Teotônio e das relações e sistemas que ali existiam. O potencial elétrico das cachoeiras do Madeira foi destacado no Plano Energético Brasileiro (1987), o que levou a construção dos aproveitamentos hidrelétricos de Jirau (3.750 MW) e Santo Antonio (3.568 MW), respectivamente a terceira e quarta maior geradora hídrica do Brasil e dentre as 20 maiores hidrelétricas do mundo.¹⁴

A comunidade da Cachoeira do Teotônio localizada as margens do rio Madeira (Porto Velho, Rondônia), antes da construção das barragens da Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio (UHE SAE) e Jirau, destacava-se pela pescaria altamente adaptada à captura dos bagres migradores na área do pedral e pela alta produtividade. Das dezenove corredeiras existentes no rio Madeira, a Cachoeira do Teotônio funcionava como barreira natural difícil de ser ultrapassada pelos peixes durante a migração rio acima.¹⁵ Os peixes, geralmente, ficavam concentrados nos "remansos" ou "tombos" da cachoeira onde se tornavam presa fácil para os pescadores.¹⁶

¹¹ MME/EPE (2017). Plano Decenal de Expansão de Energia 2026 / Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. Brasília: MME/EPE.

¹² ISAAC, Victoria J.; ALMEIDA Morgana C. (2011). El consumo de pescado em la Amazonia Brasiliana. COPESCAALC/OP13, ISSN 2224-8536 FAO: ROMA. p. 54.

¹³ PETESSE, Maria L.; PETRERE-JR, Miguel (2012). Tendency towards homogenization in fish assemblages in the cascade reservoir system of the Tietê river basin, Brazil. *Ecological Engineering*, v. 48, p. 109-116.

¹⁴ DORIA, Carolina Rodrigues da Costa; DUPONCHELLE, Fabrice; LIMA, Maria Alice L.; GARCÍA, Aurea; Carvajal-VALLEJOS, Fernando; MENDEZ, Claudia C.; CATARINO, Michael Fabiano; FREITAS, Carlos Edwar C.; VEGA, Blanca; MIRANDA-CHUMACERO, Guido; DAMME, Paul A. V. (2018). Review of Fisheries Resource Use and Status in the Madeira River Basin (Brazil, Bolivia, and Peru) Before Hydroelectric Dam Completion. *Reviews in Fisheries Science & Aquaculture*, 26(4): p. 594-514.

¹⁵ TORRENTE-VILARA, Gislene; ZUANON, Jansen; LEPRIEUR, Fabrien; OBERDORFF, Thierry; TEDESCO, Pablo A. (2011). Effects of natural rapids and waterfalls on fish assemblage structure in the Madeira River (Amazon Basin). *Ecology of Freshwater Fish*, 20: 588–597. <https://doi.org/10.1111/j.1600-0633.2011.00508.x>

¹⁶ SANT'ANNA, Igor Rechetnicow Alves. SIMÃO, Maria Olívia A. R. SILVA, Livia Maciel L.; SANTOS, Ariel R.; DORIA, Carolina Rodrigues da C. As pescarias tradicionais da Cachoeira do Teotônio, Rio Madeira, Porto Velho, RO. In: DORIA, Carolina Rodrigues da Costa; LIMA, Maria Alice



Diante desse cenário, o objetivo desse trabalho é descrever as mudanças ocorridas na prática da pesca na região da Cachoeira do Teotônio após a construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, por meio de registros etnográficos, relatos de pescadores locais¹⁷ e pesquisa bibliográfica.

Pescarias tradicionais da cachoeira do Teotônio antes da implantação da UHE SAE.

Antes da implantação das hidrelétricas, a comunidade da Cachoeira do Teotônio possuía 66 famílias, sendo 42 famílias na Vila Teotônio, que correspondia a margem direita da cachoeira e 24 famílias na Vila Amazonas, situada na margem esquerda¹⁸. Estas famílias viviam em sua grande maioria da pesca comercial ou de atividades relacionadas a pesca como a produção de apetrechos, comercialização do pescado e condução de visitantes para pescaria no pedral. As pescarias realizadas na cachoeira do Teotônio eram famosas pela fartura e diversidade de peixes, atraindo muitas pessoas das comunidades locais e turistas de várias regiões do Brasil.

Na grande maioria das pescarias, os pescadores utilizavam as tarrafas para capturar os peixes que se concentravam nos remansos antes de subir as turbulentas águas da cachoeira (Figura 1), entretanto, em alguns remansos e pedrais ocorriam acordos informais e rodízios para que todos pudessem ter acesso aos recursos sem uma disputa direta entre estes.

Figura 1 - Pescadores lançando suas tarrafas em um dos remansos onde se concentravam os peixes para transpor a Cachoeira do Teotônio, na Vila Amazonas (A) e na Vila Teotônio (B), Porto Velho, Rondônia.



Leite. (Orgs.) Rio Madeira: Seus Peixes e Sua Pesca. Porto Velho: EDUFRO. Co-edição: RiMa Editora, cap. 5, p. 67-98, 2015. 163p.

¹⁷ Entrevistas com pescadores da cachoeira, realizadas com autorização do comitê de ética em pesquisa CAAE: 32561919.2.0000.5300, parecer: 4.114.706, seguindo as recomendações da Resolução Conama Nº 466/2012 (BRASIL, 2012) da proposta de pesquisa com o ser humano.

¹⁸ DORIA, Carolina Rodrigues da Costa; LIMA, Maria Alice L.; LIMA, Haïssa M; SANT'ANNA, Igor Rechetnicow A.; MONTEIRO-NETO, José M. (2010). Monitoramento da Atividade Pesqueira no rio Madeira. In: Relatório Técnico Anual: Programa de Monitoramento e Conservação da Ictiofauna do rio Madeira. Convênio SAE/UNIR/RIOMAR. Porto Velho. 215 p. p.





B

Fotos: Igor R. A. Sant'Anna

Dentre os métodos de capturas de pescado utilizados, que não existem mais, destacavam-se a pesca de figa, a pesca de covi e a pescaria do paredão. Esta ocorria por meio de acordos informais entre os pescadores da comunidade em forma de rodízios, como forma de garantir que todos usufríssem dos recursos pesqueiros disponíveis (Figuras 2 e 3).

Figura 2 - Produção desembarcada em um rodízio de pescaria na pesca do paredão.



Foto: Igor R. A. Sant'Anna.

Figura 3 - Produção desembarcada em um rodízio de pescaria na pesca do paredão, aproximadamente, uma tonelada de peixe, Porto Velho, Rondônia.



Foto: Igor R. A. Sant'Anna.



A pesca dos grandes bagres tinha destaque na região¹⁹. Uma das peculiares eram as obras de engenharia para a pesca, denominadas “burras”, as quais eram estruturas de madeira construídas de forma artesanal sobre as águas velozes da Cachoeira do Teotônio. Os pescadores das comunidades ribeirinhas locais conheciam os canais formados entre as pedras por onde os peixes migravam rio acima, e ao longo de várias gerações, baseados no Conhecimento Ecológico Local (CEL) desenvolveram essa estrutura para alcançar o canal para que pudessem pescar. O tamanho da estrutura variava entre 15 a 30 metros de comprimento e entre 10 e 15 metros de altura (Figura 4).

Figura 4 – As “burra” do Madeira, construção tradicional de madeira implantada sobre o pedral da Cachoeira do Teotônio para pesca dos grandes bagres migradores.



Fonte: Sant’Anna *et al.*, (2015).

As “burras” eram construídas com madeira da árvore tachi ou tachizeira (*Tachigali venusta dwyer*), identificadas em 2010 pelo professor da Universidade Federal de Rondônia, Angelo Mazatto, apoiadas nas pedras em forma “V” e presas por cimento em seus alicerces.²⁰ Além disso, os pescadores adaptaram apetrechos de segurança, como cordas e cabos de aço que os mantinham presos a “burra”, para que

¹⁹ Goulding, Michael 1979. Ecologia da pesca do rio Madeira. Manaus: INPA. 172p.; DORIA, Carolina Rodrigues da Costa, RUFFINO, Mauro. L.; HIJAZI, Nasser C.; CRUZ, Ricardo Lopes (2012), “A pesca comercial na bacia do rio Madeira no estado de Rondônia, Amazônia brasileira”, Acta Amazonica, vol. 42, No 1, págs. 183–193.

²⁰ SANT’ANNA, Igor Rechetnicow Alves. SIMÃO, Maria Olívia A. R. SILVA, Lívia Maciel L.; SANTOS, Ariel R.; DORIA, Carolina Rodrigues da C. As pescarias tradicionais da Cachoeira do Teotônio, Rio Madeira, Porto Velho, RO. In: DORIA, Carolina Rodrigues da Costa; LIMA, Maria Alice Leite. (Orgs.) Rio Madeira: Seus Peixes e Sua Pesca. Porto Velho: EDUFRO. Co-edição: RiMa Editora, cap. 5, p. 67-98, 2015. 163p.



não fossem levados pela força das correntezas do rio, especialmente, durante a pesca da dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*) e do filhote/piraíba (*Brachyplatystoma filamentosum*) que podem alcançar até 147 cm e 15 quilos e 196 cm e 50 quilos (Figura 5), respectivamente. A captura dos bagres era feita com a fisga, um apetrecho singular adaptado para esse tipo de captura, de madeira longa (entre 5 a 9 m de comprimento) que possuía uma haste de ferro na qual em uma das suas extremidades se prendia, por meio de cordões¹⁴, um anzol de 15 a 25 cm de comprimento (Figuras 6).

O sucesso nas pescarias dependia muito da capacidade do pescador de perceber a passagem do cardume nas águas barrentas do rio Madeira e acertar um dos peixes, além de exigir uma enorme coragem para que ele ficasse sentado na ponta da “burra” com a possibilidade de cair na água. Durante o período da cheia, cerca de 55 pescadores revezavam a pescaria sobre as cachoeiras e alguns desses pescadores chegavam a capturar cerca de 40 quilos de peixes por dia.

Figura 5 – Exemplar de piraíba (*Brachyplatystoma filamentosum*) “fisgada” na pesca de fisga na Cachoeira do Teotônio, rio Madeira (Porto velho – Rondônia).



Foto: Igor R. A. Sant’Anna.

Figura 6 - A fisga e o anzol desse apetrecho utilizado para a pescaria dos grandes bagres na Cachoeira do Teotônio.



Foto: (A) Igor R. A. Sant’Anna; (B) Danielle Mendonça Pinto.



Na cheia de 2010, foram registradas outras formas de utilização da fisga por pescadores da Cachoeira, o Bate-bate, o Garajau e a fisga na Ilha das Flores (Figura 7)¹⁴.

Figura 7 - Pesca de fisga realizada na Ilha da Flores.



Fonte: Sant'Anna *et al.*, (2015).

O covi era um apetrecho adaptado de um antigo artefato de pesca, utilizado desde o período pré-colonial pelos nativos da Amazônia para captura de camarões, sem isca.²¹ A pesca do covi ocorria nos meses de cheia (fevereiro a abril) e a pesca do paredão nos meses de enchente (novembro a janeiro) e vazante (maio a julho)²² demonstrando a adaptação dos pescadores as variações de nível da água do rio Madeira e dos ambientes. O covi era uma armadilha feita de vergalhões em formato cônico, confeccionado por metalúrgicas locais ao custo médio de R\$ 600,00 na época.

Durante os anos de 2009 e 2010, foram observados três tamanhos de covi na pesca, medindo de 1,60 m a 2 m de comprimento e com boca de 62 a 81 cm de diâmetro. A variedade de tamanhos permitia a captura de diversas espécies de bagres migradores, sendo os mais capturados em 2009 e 2011 (antes da construção das UHE SAE) o babão (*Brachyplatystoma platynema*) e a dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*).

²¹ VIEIRA, Inacia Maria; ARAÚJO-NETO, Mário Diniz. (2006). Aspectos da socio economia dos pescadores de camarão da ilha do Pará (PA) e arquipélago do Bailique (AP). Boletim do laboratório de Hidrobiologia, 19:85-94. the Madeira River (Amazon Basin). Ecology of Freshwater Fish 20: 588–597. <https://doi.org/10.1111/j.1600-0633.2011.00508.x>

¹⁶ SANT'ANNA, Igor Rechetnicow Alves. SIMÃO, Maria Olívia A. R. SILVA, Livia Maciel L.; SANTOS, Ariel R.; DORIA, Carolina Rodrigues da C. As pescarias tradicionais da Cachoeira do Teotônio, Rio Madeira, Porto Velho, RO. In: DORIA, Carolina Rodrigues da Costa; LIMA, Maria Alice Leite. (Orgs.) Rio Madeira: Seus Peixes e Sua Pesca. Porto Velho: EDUFRO. Co-edição: RiMa Editora, cap. 5, p. 67-98, 2015. 163p.



A estrutura do covi era elaborada para permitir a entrada dos peixes, que em seguida eram impedidos de sair, uma vez que a entrada era voltada para dentro semelhante ao matapi utilizado no estado do Pará, porém, no covi não era utilizado isca.²³ Quando capturados, os peixes ficavam prensados contra as grades do covi em virtude da força da água (Figura 8).

Figura 8 – O covi, apetrecho utilizado para captura dos peixes na área do pedral na Cacheira do Teotônio, Porto Velho (Rondônia). Os peixes ficam presos na parte posterior do covi. A seta na cor preta indicando um peixe capturado.



Fonte: Sant'Anna *et al.*, (2015).

Para posicionar e manusear o covi eram utilizados cabos de aço e manivelas que eram colocadas em locais chamados “remansos” (Figura 9). Os pescadores frequentemente revisavam o covi, em média cada revisão era entorno 45 minutos, para impedir que os peixes capturados ficassem presos por muito tempo evitando marcas que pudessem diminuir o valor do pescado, durante a revisão, caso fosse preciso, faziam manutenção das peças e equipamentos do apetrecho (Figura 10).

Figura 9 - Pescadores içando o covi para conferir a captura do pescado, na Vila Amazonas, rio Madeira (Porto Velho, Rondônia).

²³ SILVA, Márcia Cristina Nylander; FRÉDOU, Flávia Lucena; FILHO, José Souto Rosa (2007). Estudo do crescimento do camarão *macrobrachium amazonicum* (heller, 1862) da ilha de Combú, Belém, estado do Pará. Amazônia: Ciência & Desenvolvimento, Belém, v. 2, n. 4.





Fonte: LIP/UNIR (2019).

Figura 10 – Pescadores fazendo a manutenção das roldanas utilizadas para içar o covi, na Vila Amazonas, rio Madeira, Porto Velho, Rondônia.

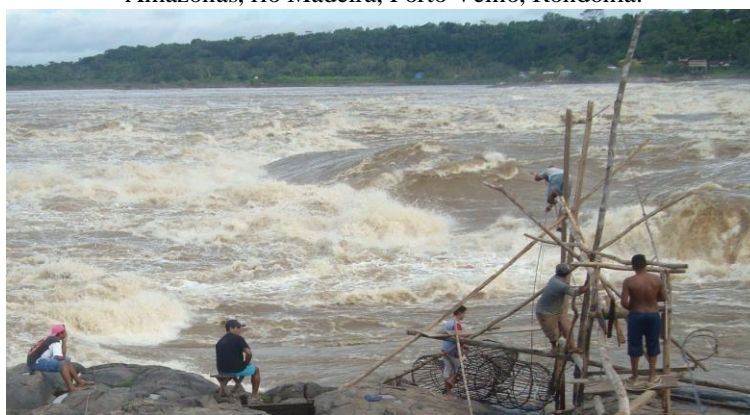


Foto: Igor R. A. Sant'Anna.

A pesca do paredão recebeu essa denominação por ser realizada em um poço no meio da cachoeira, logo abaixo da queda principal, em um rochedo identificado localmente como Paredão (Figura 11). Para ter acesso ao local, os pescadores precisavam se organizar e contar com a habilidade de um barqueiro experiente, devido a quantidade de correntezas e redemoinhos que haviam no caminho até o rochedo onde ocorria a pesca. Ao chegar à rocha que dava acesso ao Paredão, os pescadores subiam cuidadosa e rapidamente para que as ondas não jogassem o barco contra o rochedo.²⁴

²⁴ SANT'ANNA, Igor Rechetnicow Alves. SIMÃO, Maria Olívia A. R. SILVA, Livia Maciel L.; SANTOS, Ariel R.; DORIA, Carolina Rodrigues da C. As pescarias tradicionais da Cachoeira do Teotônio, Rio Madeira, Porto Velho, RO. In: DORIA, Carolina Rodrigues da Costa; LIMA, Maria Alice Leite. (Orgs.) Rio Madeira: Seus Peixes e Sua Pesca. Porto Velho: EDUFRO. Co-edição: RiMa Editora, cap. 5, p. 67-98, 2015. 163p.



Cada pescador usava uma tarrafa de 6 a 8 m de diâmetro que era acoplada a pesos de chumbo ou correntes.

Figura 11 - Pescadores jogando suas tarrafas na pesca do Paredão.



Fonte: Sant'Anna et al., (2015).

Segundo relatos dos pescadores, havia dois tipos de tarrafa, as feitas com corrente, de fibra, mais resistentes (indicada para peixes maiores, de 80 a 130 cm) afundavam mais rápido, entretanto, se enganchassem, era bem difícil resgatá-las. Dessa forma, os locais para uso desse apetrecho eram bem definidos, evitando possíveis perdas. Já as tarrafas de chumbo, feitas de náilon, e indicadas para todos os lugares, porém, permitia a captura de peixes de tamanho menor dos que os descritos acima. O uso das tarrafas dependia muito do conhecimento dos pescadores sobre as espécies que estavam subindo a cachoeira. Por exemplo, durante a vazante, para capturar o jaú (*Zungaro zungaro*) ou os surubins (*Pseudoplatystoma spp.*), a tarrafa de corrente era a mais indicada; por outro lado, para peixes de 2 a 7 kg, como a piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*) e o barba-chata (*Pinirampu pirinampu*), os pescadores davam preferência à tarrafa de chumbo. Os pescadores se posicionavam em volta do poço e lançavam as tarrafas buscando cobrir a maior área possível.

Mudanças nas pescarias tradicionais da cachoeira do Teotônio após da implantação da UHE

Os impactos que já eram previstos para região se concretizaram. Com a transformação do ambiente de pesca, a região dos pedrais da cachoeira do Teotônio foi



transformada em um grande lago (Figura 12). Além da mudança do ambiente lótico para lêntico que impõe transformações nos métodos de pescaria, as hidrelétricas trouxeram impactos negativos sobre a migração dos peixes, levando a diminuição da ocorrência de determinadas espécies na região à montante do rio Madeira.

Após o fechamento das barragens das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, as populações que moravam na comunidade da Cachoeira do Teotônio foram obrigadas a deixar suas casas, sendo remanejadas para o reassentamento rural Vila Nova do Teotônio. Dentre elas, diversos pescadores optaram por não ir para essa nova localidade decidindo buscar o sustento na cidade em uma nova profissão; outros tentam realizar outras atividades na comunidade nova e uma pequena parcela, entorno de 14 pescadores dos 101 que havia anteriormente, tentam adaptar suas pescarias a nova realidade pós-usina.²⁵

Os pescadores que continuam atuantes na região relatam que enfrentam problemas para realizar a pesca na comunidade, onde as pescarias precisam ser adaptadas às condições oferecidas no ambiente do lago do reservatório (Tabela 1).

Figura 12 – Imagens do reservatório formado pela construção da barragem da UHE Santo Antônio.



Fonte: LIP/UNIR (2019).

Tabela 1. Relato dos pescadores de Vila Nova do Teotônio sobre os problemas enfrentados na comunidade para

²⁵ SANT'ANNA, Igor Rechetnicow Alves. SIMÃO, Maria Olívia A. R. SILVA, Livia Maciel L.; SANTOS, Ariel R.; DORIA, Carolina Rodrigues da C. As pescarias tradicionais da Cachoeira do Teotônio, Rio Madeira, Porto Velho, RO. In: DORIA, Carolina Rodrigues da Costa; LIMA, Maria Alice Leite. (Orgs.) Rio Madeira: Seus Peixes e Sua Pesca. Porto Velho: EDUFRO. Co-edição: RiMa Editora, cap. 5, p. 67-98, 2015. 163p.



realizar as pescarias, no período pós a construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio.

Problemas enfrentados HOJE para realizar a pesca na comunidade

- " Distância e a dificuldade pra chegar no pesqueiro. [...] Hoje, se vou no pé da usina se arriscar pegar uma quantidade, aí a gente pode perder motor, ser preso."
- "Falta de peixe. Não tinha despesa com a pesca e a distância do pesqueiro da morada da gente."
- "Fiscalização; Falta de peixe; Nome sujo na justiça todos os pescadores hoje tem."
- "Fiscalização; Gasto com gasolina e material de pesca."
- "Enfrento o trânsito de Porto Velho para chegar ao pesqueiro, que antes era perto de casa. A fiscalização da ambiental que hoje tem muito e antes era raro aparecer."
- "Falta de áreas de pesca. O local de pesca de antes agora é proibido (pé da usina)."
- "Falta de peixe, áreas de pesca."
- "A qualidade dos peixes pescados, qualidade da água que suja a malhadeira e demora pra limpar, tipos de peixes. Dificuldades com gasto com a pesca."

A pesca tradicional adaptada ao ambiente de pedral da antiga cachoeira, no período pré-reservatório (PRER), atualmente submersa (Período Pós-Reservatório – POSR), teve que ser adaptada ao novo ambiente lacustre formado pelo Reservatório da UHE SAE e a locais utilizados para pesca (Figura 13). Isso requereu mudanças nos apetrechos utilizados na pesca do covi e da fisga nas burras no período PRER, sendo substituídos pela malhadeira e espinhel no Período POSR (Figuras 14).

Figura 13 – Frequência relativa (%) dos locais de pesca no período Pré-Reservatório (PRER) e no Pós a formação do Reservatório (POSR) dos pescadores de Vila Nova do Teotônio (Porto Velho, Rondônia).

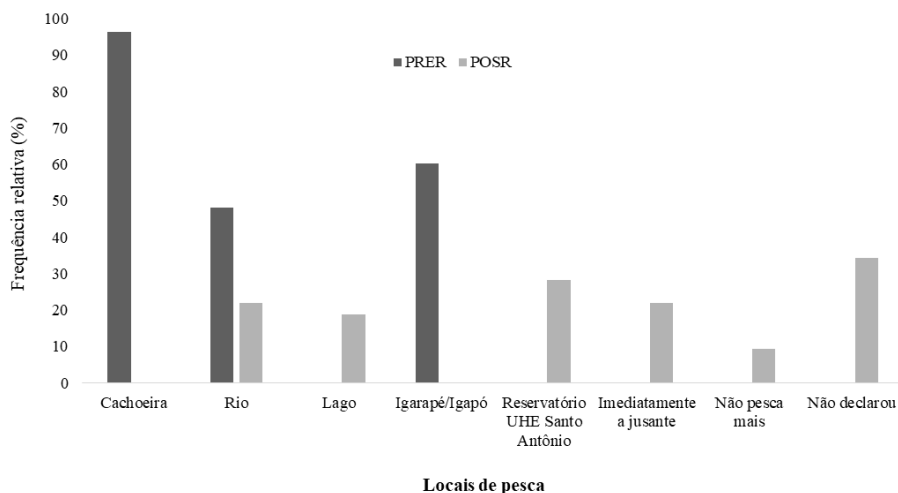
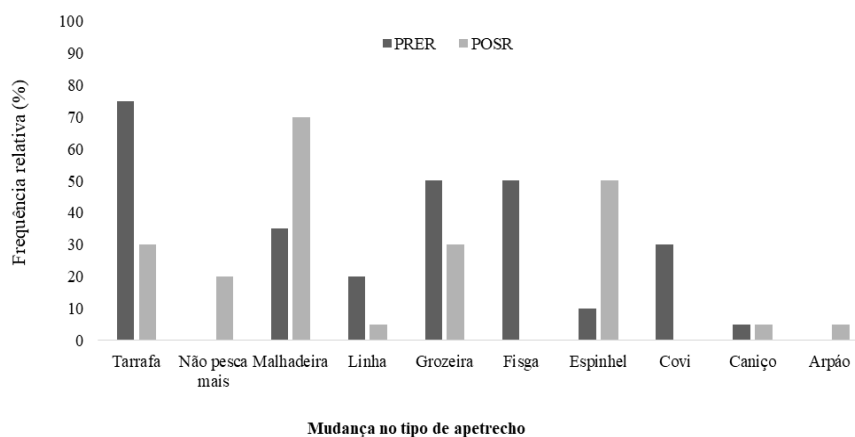


Figura 14 – Frequência relativa (%) do tipo de apetrecho utilizado no período Pré-Reservatório (PRER) e no Pós-Reservatório (POSR) pelos pescadores de Vila Nova do Teotônio (Porto Velho, Rondônia).





As mudanças também foram sentidas no deslocamento ao pesqueiro, no período PRER os pescadores pescavam no pedral que ficava à frente de suas casas, e no Período POSR a mudança da vila para área distante do rio cerca de 27 km, precisam de embarcações para chegar aos pesqueiros em áreas mais distantes (>2 horas).²⁶ De acordo com os relatos dos pescadores, essas mudanças refletem na composição específica e na abundância da pesca, pela redução dos migradores de grande valor comercial, sendo substituídas por espécies de menor valor (Figura 15).

Dentre os exemplos de espécies migradoras que tiveram sua rota migratória afetada, a dourada é uma das mais vulneráveis (Hauser, 2018)²⁷. De acordo com o relatado dos pescadores, poucos são os exemplares que conseguem transpor Sistema de Transposição de Peixes construído pela UHE SAE e UHE JIRAU, e os exemplares que conseguem passar pelo sofrem com o estresse, apresentando machucados ao longo do corpo e cabeça, o que impede o peixe de se alimentar, e conseqüentemente migrar para conseguir se reproduzir (Figura 16). Esses resultados sugerem eficiência duvidosa dos Sistema de Transposição de Peixes destas UHEs.

Figura 15- Exemplares de pescado capturado de Vila Nova do Teotônio no período POSR (Porto Velho, Rondônia).

²⁶ MENDONÇA, Danielle P.; DORIA, Carolina Rodrigues da Costa (2019). Alterações na dinâmica da pesca na área do reservatório de Santo Antônio no rio Madeira, Rondônia. Anais do XXIII Encontro Brasileiro de Ictiologia, Belém-PA.

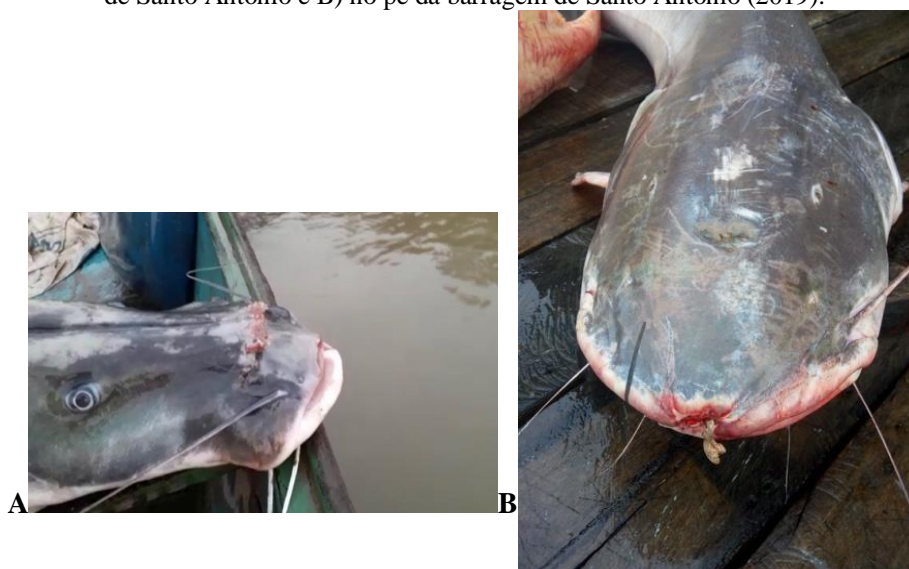
²⁷ HAUSER, M. et al. (2018). Age and growth of the Amazonian migratory catfish *Brachyplatystoma rousseauxii* in the Madeira River basin before the construction of dams. *Neotropical Ichthyology*, Maringá, v. 16, n. 1. <https://doi.org/10.1590/1982-0224-20170130>.





Fonte: LIP/UNIR (2019).

Figura 16 - Fotos dos peixes machucados capturados no rio Madeira. Legendas: A) Acima da barragem de Santo Antônio e B) no pé da barragem de Santo Antônio (2019).



Fonte: LIP/UNIR (2019).

Soma-se a esse cenário de imposição de novos métodos de pesca o aparecimento do pirarucu (*Arapaima gigas*) que teve aumento de 50% na produção desembarcada em Porto Velho, a partir do ano de 2019.²⁸ Doria *et al.* (2020) observaram que a presença de *A. gigas* é devido a fugas de pisciculturas na Bolívia, Peru e Brasil, portanto é uma espécie invasora à montante da bacia do rio Madeira na Bolívia e no Peru. O elevado aumento na abundância do *A. gigas* está relacionado a formação dos reservatórios das usinas hidrelétricas, pois possuem características que facilitam a dispersão e

²⁸ SANT'ANNA, Igor Rechetnicow A.; RODRIGUES, Edson R. F.; Das NEVES Kassio. P.; PINTO, Danielle M.; DORIA, Carolina Rodrigues da Costa (2020). A dinâmica do desembarque pesqueiro pelos registros dos intermediários do Mercado pesqueiro Cai n'água em Porto Velho-RO. Revista Brasileira de Ciências da Amazônia, Edição Especial: Biodiversidade e Conservação da Amazônia Sul Ocidental 9 (3): 107–120.



estabelecimento de espécies com hábitos sedentários, cuidado parental e adaptadas às essas novas configurações de ambientes lênticos ou semi-lênticos.²⁹ Sendo um predador de topo, que se alimenta de mais de 10 espécies comerciais de peixes da Amazônia o aumento de sua população pode alterar a proporção de espécies em desembarques como visto em dois portos na Bolívia³⁰ e também já relatado pelos pescadores da cachoeira do Teotônio.

A pesca na cachoeira movimentava também outras relações comerciais que deixaram de existir, afetando negativamente sua sustentabilidade. Atravessadores da capital deixaram de ir às comunidades, em função da diminuição das capturas, e os próprios pescadores passam a realizar a venda na comunidade e/ou em Porto Velho (47 km de Vila Nova do Teotônio), elevando as despesas e reduzindo o lucro. As atividades ligadas ao turismo, como o festival de pesca e frete de barcos para pescadores esportivos também deixaram de existir.

Como resultado dessas transformações a renda aferida com a pesca também sofreu grandes mudanças. No período PRER a renda média familiar dos pescadores na antiga Vila Teotônio era R\$ 2.631,00 (> 4 salários mínimos), já no período POSR passou para R\$ 1.000,00 (~1 salário mínimo), situação que vem colocando em risco a segurança alimentar e econômica dessa comunidade³¹. Além da perda do conhecimento tradicional envolvido nas pescarias.

Considerações finais

As hidrelétricas trouxeram, não somente impactos previstos e assumidos ao licenciar uma hidrelétrica, como alterações na composição e abundância das espécies de peixes e com consequência para as comunidades ribeirinhas e pescadores mas também mudando a relação destas comunidade ribeirinhas com o seu modo de vida tradicional. Com a barragem, viver da pesca ou viver como pescador, exigiu uma mudança cultural abrupta, portanto, não se trata exclusivamente de um prejuízo econômico, mas, também

²⁹ LIMA-JUNIOR, Dilermando P.; MAGALHÃES, André L. B.; PELICICE, Fernando M.; VITULE, Jean Ricardo S.; AZEVEDO-SANTOS, Valter M.; ORSI, Mário L.; SIMBERLOFF, Daniel; AGOSTINHO, Angelo Antônio. (2018). Aquaculture expansion in Brazilian freshwaters against the Aichi Biodiversity Targets. *Ambio* 47: 427, <https://doi.org/10.1007/s13280-017-1001-z>.

³⁰ DORIA, Carolina Rodrigues da Costa; CATÂNEO, Dayane T. B. S., TORRENTE-VILARA, Gislene; VITULE, Jean R. S. (2020). Is there a future for artisanal fishing in the Amazon? The case of *Arapima gigas*. *Management of Biological Invasions*, 11(1), 1-8. doi: 10.3391/mbi.2020.11.1.01

³¹ MENDONÇA, Danielle P.; DORIA, Carolina Rodrigues da Costa (2019). Alterações na dinâmica da pesca na área do reservatório de Santo Antônio no rio Madeira, Rondônia. *Anais do XXIII Encontro Brasileiro de Ictiologia*, Belém-PA.



de identidade. A atividade da pesca na Cachoeira do Teotônio era uma tradição familiar e comunitária estabelecida por décadas, que embute valores culturais e históricos incomensuráveis, que foram submersos pelas Usinas do Madeira. Alterar a condição da pesca pela modificação antropogênica do ambiente utilizado na obtenção do recurso (rio) ou deslocar comunidades, altera locais de pesca historicamente mapeados ao longo de gerações de pescadores.

Data de submissão: 31/08/2020

Data de aceite: 24/10/2020



Referências Bibliográficas

ANSAR, Atif; FLYVBJERG, Bent; BUDZIER, Alexander; LUNN, Daniel (2014). Should we build more large dams? The actual costs of hydropower megaproject development. *Energy Policy*, v. 69, p. 43-56.

CARDOSO, Renato S.; FREITAS, Carlos Edwar C. (2007). Desembarque e esforço de pesca da frota pesqueira comercial de Manicoré (Médio Rio Madeira), Amazonas, Brasil. *Acta Amazonica*, Manaus, v. 37, p. 605-612.

DORIA, Carolina Rodrigues da Costa; CATÂNEO, Dayane T. B. S., TORRENTE-VILARA, Gislene, ; VITULE, Jean R. S. (2020). **Is there a future for artisanal fishing in the Amazon? The case of *Arapima gigas***. *Management of Biological Invasions*, 11(1), 1-8. doi: 10.3391/mbi.2020.11.1.01

DORIA, Carolina Rodrigues da Costa; DUPONCHELLE, Fabrice; LIMA, Maria Alice L.; GARCÍA, Aurea; Carvajal-VALLEJOS, Fernando; MENDEZ, Claudia C.; CATARINO, Michael Fabiano; FREITAS, Carlos Edwar C.; VEGA, Blanca; MIRANDA-CHUMACERO, Guido; DAMME, Paul A. V. (2018). Review of Fisheries Resource Use and Status in the Madeira River Basin (Brazil, Bolivia, and Peru) Before Hydroelectric Dam Completion. *Reviews in Fisheries Science & Aquaculture*, 26(4): p. 594-514.

DORIA, Carolina Rodrigues da Costa; LIMA, Maria Alice L.; LIMA, Haíssa M; SANT'ANNA, Igor Rechetnicow A.; MONTEIRO-NETO, José M. (2010). **Monitoramento da Atividade Pesqueira no rio Madeira**. In: Relatório Técnico Anual: Programa de Monitoramento e Conservação da Ictiofauna do rio Madeira. Convênio SAE/UNIR/RIOMAR. Porto Velho. 215 p.

DORIA, Carolina Rodrigues da Costa, RUFFINO, Mauro. L.; HIJAZI, Nasser C.; CRUZ, Ricardo Lopes (2012), “A pesca comercial na bacia do rio Madeira no estado de Rondônia, Amazônia brasileira”, *Acta Amazonica*, vol. 42, No 1, págs. 183–193.

ELETRÓBRÁS. (1987). **Plano 2010: Relatório Geral Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010**. Brasília, 269p.

GARCEZ, Raniere Costa S.; SOUZA, Lucirene A.; FRUTUOSO, Márcia E.; FREITAS, Carlos Edwar C. 2017. Seasonal dynamic of amazonian small-scale fisheries is dictated by the hydrologic pulse. *B. Inst. Pesca*, São Paulo, 43(2): 207- 221.

GOULDING, Michael. (1979). **Ecologia da pesca do rio Madeira**. Manaus: INPA. 172p

HAUSER, M. et al. (2018). Age and growth of the Amazonian migratory catfish *Brachyplatystoma rousseauxii* in the Madeira River basin before the construction of dams. *Neotropical Ichthyology*, Maringá, v. 16, n. 1. <https://doi.org/10.1590/1982-0224-20170130>.

ISAAC, Victoria J.; ALMEIDA, M. C. **El consumo de pescado en la Amazonia Brasileña**. COPESCAALC/OP13, ISSN 2224-8536 FAO: ROMA, p. 54, 2011



ISAAC, Victoria J.; ALMEIDA, Morgana C.; GIARRIZZO, Tommazo; DEUS, Claudia P.; VALE, Rozailza; KLEIN, Gilmar; BEGOSSI, Alpina. (2015). Food consumption as an indicator of the conservation of natural resources in riverine communities of the Brazilian Amazon. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, v. 87, n. 4, p. 2229–2242.

JUNK, Wolfgang J.; BAYLEY, Peter B.; SPARKS, Richard E. (1989). The flood pulse concept in riverflood plain systems. In: DODGE, D. P. (Ed.). Proceedings of the of international Large River Symposium. **Canadian Special Publication of Fisheries and Aquatic Sciences**, p. 110-127, 1989.

LIMA, Maria Alice L. (2017). **História do ecossistema e dos recursos pesqueiros frente a implementação de hidrelétricas na bacia do rio Madeira**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia.138f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Disponível em: <https://www.ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/2199/1/6709_maria_alice_lima_tese_2013_2017.pdf>. Acessado em: 12 de abril de 2020.

LIMA-JUNIOR, Dilermando P.; MAGALHÃES, André L. B.; PELICICE, Fernando M.; VITULE, Jean Ricardo S.; AZEVEDO-SANTOS, Valter M.; ORSI, Mário L.; SIMBERLOFF, Daniel; AGOSTINHO, Angelo Antônio. (2018). Aquaculture expansion in Brazilian freshwaters against the Aichi Biodiversity Targets. **Ambio** 47: 427, <https://doi.org/10.1007/s13280-017-1001-z>.

MENDONÇA, Danielle P.; DORIA, Carolina Rodrigues da Costa (2019). **Alterações na dinâmica da pesca na área do reservatório de Santo Antônio no rio Madeira, Rondônia**. Anais do XXIII Encontro Brasileiro de Ictiologia, Belém-PA.

MME/EPE (2017). **Plano Decenal de Expansão de Energia 2026** / Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. Brasília: MME/EPE.

PETESSE, Maria L.; PETRERE-JR, Miguel (2012). Tendency towards homogenization in fish assemblages in the cascade reservoir system of the Tietê river basin, Brazil. **Ecological Engineering**, v. 48, p. 109-116.

SANT'ANNA, Igor Rechetnicow A.; RODRIGUES, Edson R. F.; Das NEVES Kassio. P.; PINTO, Danielle M.; DORIA, Carolina Rodrigues da Costa (2020). A dinâmica do desembarque pesqueiro pelos registros dos intermediários do Mercado pesqueiro Cai n'água em Porto Velho-RO. **Revista Brasileira de Ciências da Amazônia**, Edição Especial: Biodiversidade e Conservação da Amazônia Sul Ocidental 9 (3): 107–120.

SANT'ANNA, Igor Rechetnicow Alves. SIMÃO, Maria Olívia A. R. SILVA, Livia Maciel L.; SANTOS, Ariel R.; DORIA, Carolina Rodrigues da C. **As pescarias tradicionais da Cachoeira do Teotônio, Rio Madeira, Porto Velho, RO**. In: DORIA, Carolina Rodrigues da Costa; LIMA, Maria Alice Leite. (Orgs.) **Rio Madeira: Seus Peixes e Sua Pesca**. Porto Velho: EDUFRO. Co-edição: RiMa Editora, cap. 5, p. 67-98, 2015. 163p.



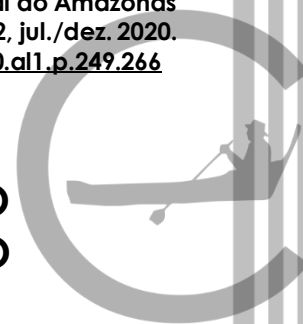
SILVA, Márcia Cristina Nylander; FRÉDOU, Flávia Lucena; FILHO, José Souto Rosa (2007). Estudo do crescimento do camarão *macrobrachium amazonicum* (heller, 1862) da ilha de Combú, Belém, estado do Pará. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, Belém, v. 2, n. 4.

SOARES-FILHO, Britaldo S.; NEPSTAD, Daniel C.; CURRAN, Lisa M.; Cerqueira, Gustavo Coutinho; Garcia, Ricardo Alexandrino; Ramos, Claudia Azevedo; Voll, Eliane; McDonald, Alice; Lefebvre, Paul e Schlesinger, Peter (2006). Modelling conservation in the Amazon basin. **Nature**, n.440, p. 520–523.

TORRENTE-VILARA, Gislene; ZUANON, Jansen; LEPRIEUR, Fabrien; OBERDORFF, Thierry; TEDESCO, Pablo A. (2011). Effects of natural rapids and waterfalls on fish assemblage structure in the Madeira River (Amazon Basin). **Ecology of Freshwater Fish**, 20: 588–597. <https://doi.org/10.1111/j.1600-0633.2011.00508.x>

VIEIRA, Inacia Maria; ARAÚJO-NETO, Mário Diniz. (2006). Aspectos da socio economia dos pescadores de camarão da ilha do Pará (PA) e arquipélago do Bailique (AP). **Boletim do laboratório de Hidrobiologia**, 19:85-94. the Madeira River (Amazon Basin). **Ecology of Freshwater Fish** 20: 588–597. <https://doi.org/10.1111/j.1600-0633.2011.00508.x>





HISTÓRIA E MEMÓRIA DA COLONIZAÇÃO: TEMPO PRESENTE E USOS DO PASSADO

COLONIZATION HISTORY AND MEMORY: PRESENT TIME AND USES OF THE PAST

Filipe Soares¹

Resumo

O artigo a seguir é fruto de minha pesquisa na Amazônia, parte de uma trajetória entre mestrado e doutorado. Compreende a necessidade de demonstrar os caminhos estabelecidos para a realização de uma história oral competente. A temática envolve a tão citada e debatida política de colonização dirigida da Amazônia, ao longo da década de 1970 – responsabilidade do INCRA. Tentarei captar os objetivos do governo federal com a ocupação das margens da Transamazônica a partir do cotidiano de trabalhadores rurais que para lá foram deslocados. Aqui foram analisados depoimentos desses sujeitos, ou seja, antigos colonos que constituíram nova moradia e trabalho na supracitada região. São estudos de memória que pretendem demonstrar a importância do tempo presente na conformação dos relatos e nas discussões estabelecidas pela historiografia responsável. As escutas sensíveis são fundamentais às mediações das distintas temporalidades históricas, importante ferramenta da disciplina para o enfrentamento de momentos desafiadores.

Palavras-chave: Memória; Amazônia; Trabalhadores Rurais.

Abstract

The following article is the result of my research in the Amazon, part of a trajectory between master's and doctorate. Comprises the necessity to demonstrate the paths established to carry out a competent oral history. The theme involves a well renowned issue such as the Amazon Colonization policies developed throughout the 1970s a responsibility of INCRA. I will try to understand the federal government goals by occupying the Transamazônica roadside from the daily life of rural workers who have been displaced there. Here, the testimonies of these subjects were analyzed, namely, former colonists who constituted new housing and work in the aforementioned region. These are memory studies that intend to demonstrate the importance of the present time in shaping the reports and in the discussions established by responsible historiography. Sensitive listening is fundamental to the mediation of the different historical temporalities, an important discipline tool to face challenging moments.

Keywords: Memory; Amazon; Rural Workers.

¹ Mestre em História pela UFPE; Doutor em História pela UFPA.

Introdução

As variadas críticas às tentativas do INCRA em montar um quadro de assistência aos colonos nos conduzem a um importante aspecto da política de colonização. Neste artigo, pretendo esboçar uma avaliação dos fracassos e sucessos atrelados ao programa de colonização dirigida. É evidente que esta avaliação partirá de meu olhar crítico sobre a política, mas é importante notar que existem considerações múltiplas sobre o que ela representou. Em geral, o sucesso ou o fracasso é sempre considerado a partir daquilo que o projeto representou aos colonos, à própria região amazônica e ao governo ditatorial do período. Essa avaliação sugere que é justo admitir um relativo sucesso das realizações encaminhadas nos primeiros anos da colonização dirigida. Me refiro à capacidade que tiveram alguns colonos em adquirir os meios para produzir nas terras da região, ascendendo socialmente naquelas localidades. Mas, na verdade, esta é uma estratégia que nos permite enxergar a colonização de um ponto distante da interpretação polarizada entre o completo sucesso ou inevitável fracasso. Argumentar sem polarizações, nesse sentido, não é utilizar de um recurso retórico segundo o qual esterilizamos nossos argumentos diante da falta de posicionamentos políticos bem definidos. Esta foi somente uma forma que encontrei para melhor perceber as concepções que orientaram o governo da ditadura e captar a experiência daqueles trabalhadores rurais que chegavam à Amazônia.

Por exemplo, se as críticas aos moldes como foi implantada a colonização nos levassem ao descrédito total da política entraríamos em coesão com o que postulou o governo Geisel a partir da segunda metade da década de 1970, pois em seu governo foram revertidas as prioridades na região: o modelo de assentamento em pequenas propriedades foi revertido para a entrada de grandes projetos pecuários e minerais. Ao apontarmos o relativo sucesso dos poucos migrantes nas regiões de colonização, fica evidente que o modelo que prioriza o assentamento de trabalhadores rurais é mais justo e de menos impacto quando comparado àquele defendido por Geisel. Mas também não completaríamos as análises sem postular os erros de execução da política. Na verdade, o que importa demarcar é que o desfecho da colonização dirigida indica que ela foi guiada sem o privilégio e confiança institucional que necessitava o seu amplo programa, elaborado durante os anos de Médici. Acredito que entre todos os estudos que reuni sobre o tema, esta seria a minha principal contribuição: a política de colonização dirigida foi vista apenas como uma ação passageira para um abrangente processo de ocupação da região amazônica no qual seriam privilegiados os grandes projetos e os



grandes latifundiários. Essa conclusão não é necessariamente original e autêntica, mas está atrelada a uma ampla pesquisa, onde reuni fontes e bibliografias ao longo dos meus cursos de mestrado e doutorado. Neste artigo, parte desse material está disponibilizado ao leitor para que possamos melhor entender os processos que envolvem a prática da história oral, desde a escuta até a escrita. De maneira geral, a estrutura do texto assim se apresenta: um debate historiográfico onde está contido a avaliação da política de colonização dirigida; importantes depoimentos que atestam as dificuldades da vida na Amazônia desde a década de 1970, em outras palavras, discursos de trabalhadores que carregam consigo o sofrimento dos anos de colonização e o descaso do governo para com aqueles que não tinham recursos ao chegar na Amazônia; e, por fim, um trecho onde recupero os relatos que defendem e valorizam não só o programa, mas, em certo sentido, a ditadura.

Avaliação da colonização: um debate historiográfico

No início da década de 1970, o compromisso com a população rural estabelecido na retórica oficial do governo cumpre a função de aliviar o conflito pela terra ao redor do país para, na Amazônia, estabelecer uma intervenção que pudesse abrir caminho aos grandes empreendimentos e à concentração privada da produção. Esse é um deslocamento somente possível de ser realizado quando problematizamos não só os discursos oficiais, mas quando elencamos os processos sociais em que emergem o Estado brasileiro da época, sua prática política, mas também os personagens da colonização, migrantes e funcionários do governo, bem como as empresas e projetos que tomaram o lugar de protagonismo nas ações institucionais sobre a região.

Com a instituição do PIN pelo Decreto Lei nº 1.106/70 foi definida uma estratégia de desenvolvimento da Amazônia por um programa de colonização dirigida de suas terras. O termo *colonização dirigida*¹ é uma denominação oficial e indica que a ocupação das terras seria encaminhada pelas instituições do governo brasileiro na década de 1970. O espaço selecionado para essa política eram as faixas de 10km nas margens da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém – rodovias que também foram construídas pelos investimentos do Programa de Integração Nacional. Os primeiros lotes ocupados pelos colonos, os assentamentos pioneiros, foram aqueles realizados às margens da BR-230, a Transamazônica. Isso porquê, no início da colonização, os grandes contingentes de trabalhadores rurais foram trazidos para a região da Transamazônica, enquanto que as margens da Cuiabá-Santarém foram posteriormente



ocupadas por empresas agropecuárias – essa foi uma determinação outorgada pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A criação do INCRA é um grande exemplo da expansão das instituições federais na década de 1970, principalmente por se tratar de um órgão submetido ao Ministério da Agricultura, ou seja, voltado para o interior do país, suas áreas rurais. Junto com a criação do INCRA, uma série de medidas e programas assistencialistas foram direcionadas à população do campo. O INCRA foi criado pelo decreto-lei número 1.110 de 9 de julho de 1970, um pouco antes do decreto que deu origem ao PIN, o 1.106, de 16 de julho de 1970. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária praticamente foi fundado para assumir as ações da colonização dirigida na Amazônia. Não é por acaso que a própria sigla da instituição carrega o nome do programa que distribuiu terras na Amazônia: o “C” da colonização. Portanto, o INCRA foi a instituição que possibilitou falar da colonização como uma política oficial do governo da época. Além de conceder salários mínimos aos colonos durante os seis primeiros meses em que trabalhavam na terra, o INCRA emitiu os documentos necessários à ocupação, como as carteirinhas, os títulos e os carnês de pagamento da terra.

Agora cabe entender, a partir da concepção dos próprios migrantes, como os diferentes grupos da colonização mobilizam argumentos contraditórios para explicar tanto o fracasso da política como o relativo sucesso do programa. Sobre a forma do sucesso, é preciso reforçar que a ascensão social de alguns colonos na Amazônia constituiu uma das razões que levaram o governo a abandonar a possibilidade de seguir com a política de assentamento de trabalhadores pobres. Na concepção governamental, o sonho de enriquecer na Amazônia, mais precisamente a possibilidade eminente de realizá-lo, instigou uma série de trabalhadores rurais a se deslocarem espontaneamente à região, o que, ao final, ameaçaria o plano de a manter sob as garras da iniciativa privada e do grande latifúndio. Se esse conjunto de pessoas seguisse auxiliado pela infraestrutura que estava sendo montada pelo governo naquelas localidades, a opção institucional se daria por seguir com a orientação do assentamento de trabalhadores pobres, o que foi excluído logo na oportunidade em que Médici deixou a presidência. Quando notamos o relativo sucesso de alguns trabalhadores, percebemos que a região estava atraindo outros segmentos que não somente aqueles que para lá eram direcionados pelo INCRA. O sonho amazônico propagandeado pelo regime mobilizou a consciência nacional a tal ponto que o projeto final da ditadura com a colonização estava sendo ameaçado.



Mas não podemos romantizar os raros casos de ascensão social para validar as intenções do governo Médici para com a colonização dirigida. O relativo sucesso de alguns colonos ao adquirir seus meios de produção na Amazônia foi restrito e teve prazo de validade. A continuidade de nossas investigações aponta que a racionalidade do regime nunca esteve preocupada com os trabalhadores. O que eles viam na Amazônia era o sonho de enriquecimento. Tanto é que a ditadura não poupou esforços para interromper o processo de distribuição de terras e reverter a ocupação, priorizando dessa vez o grande empreendimento e o latifúndio. Mas o maior problema ainda estava por vir. Com o alcance do objetivo final, ou seja, primeiramente ocupa-la com mão-de-obra para depois privilegiar o latifúndio, foi criada uma relação explosiva que acomete a Amazônia até os dias de hoje. A chegada de milhares de trabalhadores em busca de uma vida melhor na região teve que disputar o espaço com o grande latifúndio, este último enfim priorizado nos encaminhamentos do regime, salvo o breve momento do início da década de 1970. O resultado foi a criação de um intenso conflito pela terra. Ao longo desses anos não é rara a notícia dos assassinatos em série de trabalhadores ou lideranças que se organizam em busca do acesso à terra.

Portanto, para entendermos os caminhos que nos levam à abordagem contraditória da colonização é preciso ter em mente que ela

não conseguiu concretizar uma ocupação uniforme por pequenos proprietários inseridos num processo de capitalização. No sentido dos grupos sociais que para essa área se dirigiram, constituiu um processo com efeitos desiguais que aparecem expressos na diferenciação sócio-econômica dos parceiros².

A partir dos relatos dos colonos, conduzirei o estabelecimento da diferenciação entre os distintos personagens da colonização: aqueles que argumentam o seu sucesso e aqueles que argumentam seu fracasso, condição que no geral varia de acordo com suas posições socioeconômicas. Mas, para além desse ponto, a citação nos oferece um outro importante elemento na análise da colonização. Ele corresponde à ideia de que a minoria dos colonos que ascenderam na região só conseguiu este feito à medida que foram inseridos num processo de capitalização. Somente aqueles que puderam lidar com as já ditas culturas industriais foram capazes de atingir o relativo sucesso. A colonização só deu brechas à estabilidade para aqueles que se inseriram numa economia de mercado, demarcando os compromissos do governo para com o desenvolvimento capitalista nas

² MIRANDA, Mariana. Colonização e Reforma Agrária. In BECKER, B.; MIRANDA, M; MACHADO, L. **Fronteira Amazônica: Questões sobre a Gestão do Território**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990, p. 45.



localidades de intervenção do programa. A condução da política não previa assistência aos migrantes que pudessem se dedicar a uma produção mais autônoma e de subsistência. Os que não tiveram condições de lidar com as culturas de alto valor, não contaram com a ajuda institucional, e parecem terem sido jogados na região para apenas realizar o desmatamento ou somente para diminuir a tensão da luta pela terra nas localidades de onde provinham, caso dos trabalhadores advindos do Nordeste. Dessa forma, o abandono foi um descaso que deve ser aqui denunciado com firmeza, uma vez que atentou contra a própria vida de muitos dos trabalhadores.

A Memória da Resistência

Mas o momento exige a discussão dos depoimentos de antigos colonos. Nesse ponto, veremos que eles se revezam entre a defesa da política, seu relativo sucesso, e suas falhas, seu completo fracasso. Para tanto, é preciso o debate de alguns problemas relativos aos estudos da memória. Se os depoimentos utilizados tratam de uma narrativa ligada aos anos 70, “o passado recordado está perto demais e, por isso, ainda desempenha funções políticas fortes no presente³.” A memória não é um tecido puro da lembrança, mas reflete um investimento calcado no presente, onde os depoentes tentam a todo momento deferir suas opiniões sobre o que aconteceu poucos anos atrás. Ao leitor, pode até parecer uma obviedade, mas é preciso o registro de que, de maneira geral, aqueles antigos colonos que argumentam o sucesso da política são aqueles que se encontram num lugar de prestígio e/ou estabilidade social. Por outro lado, os que denunciam o fracasso são justamente aqueles que no presente ainda enfrentam dificuldades para se manterem na região, tendo na luta pela sobrevivência a grande marca de suas vidas. Esse é o caso de Sr. Nelson⁴, que no relato que postula o sofrimento daqueles anos, estabelece uma conexão entre seu passado na Amazônia e seu presente na região:

³ SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 60.

⁴ Sr. Nelson: Por alguns problemas técnicos na entrevista, Nelson foi o único depoente do qual não consegui registrar o momento em que me diz seu nome completo. Contudo, acredito que se trata da entrevista concedida com maior competência narrativa. O depoimento de Sr. Nelson é fundamental para o entendimento da arbitrariedade e descaso com que as instituições do regime militar trataram os migrantes na colonização, sobretudo os advindos da região Nordeste. Nelson é cearense e antes de se encaminhar à Transamazônica no início da década de 1970, residia no então pequeno município de Quixadá. Sua vida, marcada pela luta aberta pela sobrevivência, compreende uma série de experiências limite, entre elas, um caso que extrapola o contexto da colonização dirigida e remete ao seu trabalho como seringueiro nas regiões de Belterra – também estado do Pará. O relato de Nelson é preenchido por metáforas, mas ainda emocionante, capaz de nos transpor para a dificuldade da vida de um trabalhador rural naqueles anos da ditadura.



Hoje eu tenho um “aposentosinho” dado pelo INSS, sou aposentado, e aí eu como desse “aposentosinho”. Se a gente atravessar o pé dentro da mão não dá pra viver. É, não dá não. As coisas hoje muito caro. O salário não sobe. Nós vive comendo migalha na vida pra poder nós viver (...). Nós não tem vida boa não. Até hoje nós não têm vida boa. A nossa vida sempre foi sofrida, muita família, trabalhando muito pra sobreviver (...)⁵.

Para Nelson, é como se sua condição social no presente atestasse a validade do que contava sobre o sofrimento de seu passado. A dificuldade que encontra nos dias atuais para sobreviver é uma marca presente em toda sua história. Diante da luta pela sobrevivência ao longo de sua vida, como poderia este senhor argumentar a favor da política de colonização? Ela não lhe acarretou em nenhuma transformação significativa, nem para ele nem para sua família. Pelo contrário, com o sofrimento que descreve os anos de chegada na Amazônia, talvez a ida para a região tenha dificultado ainda mais a vida desse trabalhador. E a vida sofrida de Nelson não sou eu quem arbitrariamente postula, mas de posse de seu depoimento posso estabelecer que o sofrimento é o substantivo-mor que orienta sua narrativa. “Um homem sofrido, eu sofri o pão que o diabo amaçou pra nós sobreviver”, diz ele. O que introduzo na discussão de seu depoimento é que a análise que o próprio depoente faz da sua vida encontra no presente, na sua vida atual, a conformação das opiniões que ele estabelece sobre a história da colonização. É dessa forma que ele encerra as reflexões sobre sua vida: “Nós sofreu, nós tivemos um sofrimento eterno... eterno, é”. A eternidade é justamente o espaço em que se desdobra sua vida e, nesse sentido, o sofrimento é o principal elemento de caracterização de sua experiência, um ingrato companheiro. Sendo assim, não há sentido para ele ter benevolência para com a política do INCRA. Nelson é hoje o principal advogado do fracasso que representou aqueles anos de colonização. Sua vida presente é a própria prova; a verdade que orienta a narrativa sobre o processo institucional que o levou à Amazônia no início da década de 1970. Vítima deste processo, mas nem por isso se exime de enfrentar as memórias sofridas e organizar sua própria opinião sobre o passado. Sabe que é sua luta ao longo dos anos o que lhe dá forças para encarar toda a dificuldade que insiste em rondar sua experiência. Ele parece ter consciência de que se um dia dependesse do Estado, já nem vivo estaria.

Na sequência, Nelson resume seus argumentos sobre a política e as instituições: “pois é, então o INCRA era pra ter dado um grande apoio a nós que sobrevivemo aqui.

⁵ Entrevista Realizada na Amazônia em janeiro de 2015.



Chegamo sem nada e nós atuemo um trabalho complicado, porque quando nós chegou aqui, nós ficou dentro dessas matona aí, sofrendo”. Mesmo ciente de que sua vida nunca foi fácil, Sr Nelson não se vitimiza, sabe que sua vida é marcada pelo trabalho e pela superação. Acredita é que as instituições deveriam é ter sido mais consequentes com a condução da política. A princípio, Nelson pode ter acreditado na promessa de ajuda, tendo em vista o otimismo que rondava as ações pela migração e toda propaganda mobilizada nos discursos da ditadura. Outra questão é que a confiança de Nelson naquilo que era apalavrado pelo governo não reduz o depoente a uma condição de ludibriado pela retórica institucional. Se somente assim o fosse, teria cedido aos estereótipos com que as instituições o entendiam, ou seja, como um homem acostumado ao sofrimento e, portanto, fácil de ser abandonado à própria sorte. Nelson resistiu, lutou para ser alocado numa região mais segura, salvou outros companheiros de ficarem literalmente à margem das iniciativas assistencialistas e hoje segue com firmeza criticando a crueldade do Estado brasileiro no trato com os segmentos de trabalhadores pobres do país.

A crítica ao INCRA não aparece somente nos depoimentos de Nelson. Dona Adélia⁶, mesmo ainda marcada pelos discursos que a conduziram à região, entende que nem todo sacrifício individual autoriza o mau trato das instituições para com a população pobre. Diz ela que nas áreas de colonização “o INCRA, se pudesse botar o carro em cima de nós, ele botava. E nós sofremos”. Segundo seu depoimento, Dona Adélia constituiu uma importante voz de cobrança ao governo durante os primeiros anos de execução da política. Sua condição de professora lhe rendeu alguma capacidade de melhor elaborar a crítica às instituições durante o andamento da colonização. Sua posição na hierarquia social do empreendimento era outra, o que pode ter evitado possíveis retaliações do regime. Ela também afirma que chegou a lutar pelo alimento básico de crianças que, à míngua, estavam morrendo aos montes quando chegaram na Amazônia. Também destaca que por muitas vezes foi entendida pelos colonos como representante do INCRA, o que a afastava dos colonos. Nessa oportunidade perguntei se “as mulheres do INCRA”, como ela se referia, não eram bem quistas pelos

⁶ Adélia Araújo: Viúva, Dona Adélia reside sozinha numa humilde casa em Brasil Novo. Seu depoimento contrasta as vozes predominantemente masculinas presentes no texto. Poeta e professora de formação, a migrante chega às áreas de colonização por conta própria, no intuito de participar da educação dos filhos e filhas dos colonos que com ela chegavam à região. Em vários momentos da entrevista era perceptível a emoção com que relatava a história daqueles anos. Tendo em vista o seu papel e formação de professora, Dona Adélia foi uma importante figura questionadora do modo como as instituições encaminham a política, principalmente no caso em que muitas crianças vieram a óbito, justamente por falta de assistência. Figura até hoje bastante conhecida em Brasil Novo, dona Adélia é um símbolo educacional do município



trabalhadores, quando ela pronto me respondeu: “Não era bem quista porque maltratava. Quando eu cheguei (...) corriam de mim, porque eu era toda bem trajada, né? (...) pensaram que eu era mulher do INCRA”.

Portanto, entende-se que é a narrativa do sofrimento o que atesta o descaso da política de colonização e, por conseguinte, o seu fracasso. Mas essa narrativa não é apenas uma elaboração do presente, ela também advém da própria experiência daqueles anos. O que quero dizer é que “não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração⁷”. E no momento em que esses depoentes organizam a fala de sua experiência, eles recorrem a situação de seu presente para compreenderem os anos da colonização. É através dessa elaboração presente que o entrevistado redime a memória “de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no comum”⁸. Como nos auxilia Beatriz Sarlo, “o retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente⁹.”. É assim que ao narrarem suas experiências, Seu Nelson e Dona Adélia não apenas se libertam dos sofridos anos que tiveram que enfrentar na Transamazônica, mas também denunciam a situação social a que hoje estão relegados naqueles espaços. Ao me receberem, ambos demonstraram partilhar de uma vida bastante simples, onde o enfrentamento das dificuldades segue sendo uma grande marca de suas existências. A lembrança de suas experiências, por outro lado, é fundamental para que possamos denunciar os maus tratos institucionais à população pobre da década de 1970. A memória daqueles anos pode contribuir para que jamais esqueçamos a crueldade das Ditaduras Militares que assolaram a América Latina na segunda metade do século XX. Essa violência não se resume aos porões de tortura e recorrentes assassinatos de militantes, mas também se faz presente na sutileza com que as instituições do regime organizaram suas políticas para as populações pobres.

Por outro lado, “embora para entender também seja preciso lembrar”, não podemos nos dar ao luxo de no contato com as memórias esquecermos que “é mais importante entender do que lembrar¹⁰.”. E para melhor entendermos a política de

⁷ SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 24.

⁸ SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 24.

⁹ SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 9.

¹⁰ SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 22.



colonização faz-se agora necessário recuperar uma outra sorte de memórias, àquelas mais ligadas à construção de uma visão positiva em torno das instituições e do governo brasileiro da época. As memórias da colonização são importantes veículos para criticarmos a política, mas, contudo, não se fundamentam apenas no aspecto de sua injustiça, descaso e negligência – emoções profundamente sentidas quando alguns me relataram a experiência de ocupação da Amazônia na década de 1970. As memórias da colonização também se baseiam numa construção ideológica e institucional onde o presente não deixa de modelá-las, mas, pelo contrário, segue alterando o quadro individual e pessoal nos quais se fundam a experiência¹¹. Esta é a marca das memórias que atestam o sucesso da política de colonização.

A Memória dos Colaboradores

Partiremos então da memória de um sujeito referência na execução do programa realizado pelo INCRA. A primeira fala de apoio ao governo vem através daquilo que me foi relatado por Zé Gaúcho¹²:

E em relação à Transamazônica eu tenho lhe dizer o seguinte, foi uma grande coisa que o governo fez, foi uma decisão muito boa do presidente Médici que também fez, e aqui é uma região que eu digo que é o coração do Brasil, é o coração do mundo, porque aqui tem terra boa, o camarada que tenha vontade de trabalhar, progride. Do governo eu não tenho o que falar, as promessas que foram feitas, foram mais ou menos cumpridas¹³.

No relato acima aparece a figura de Médici, então general-presidente da ditadura e do Brasil. Cabe destacar a recorrente afirmativa de que a colonização exigia o sacrifício do trabalho. De acordo com Zé Gaúcho, assim como para muitos outros colonos entrevistados, aqueles que se dedicavam, que tinham vontade de trabalhar, por suposto progrediriam nas terras que lhes foram cedidas. Mas o que Zé Gaúcho tem em comum com os outros depoentes que sustentam o sucesso da política? Durante a realização das entrevistas, não foi difícil a percepção de que todos aqueles que no presente se encontram numa situação financeira estável, se portam como defensores do

¹¹ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In AMADO, J. e FERREIRA, M. (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

¹² José Osmar Couto (Zé Gaúcho): Antigo colono agraciado com as terras concedidas na Política de Colonização Dirigida. Zé Gaúcho, como até hoje é conhecido na região, reside na beira da rodovia Transamazônica, na altura do município de Medicilândia. Trabalhador rural desde a infância, chega a Amazônia com um certo recurso financeiro. Aproveitando as políticas públicas na localidade e sua capacidade de investimento, consegue expandir sua propriedade, se tornando um grande exemplo na utilização do solo amazônico.

¹³ Entrevista realizada na Amazônia em janeiro de 2015.



INCRA e das instituições que mediaram suas chegadas na Amazônia. Lembro de outros dois casos emblemáticos, o de Dona Eunice e o de Dona Creuza. Ambas viúvas, chegaram às regiões da Transamazônica no início da década de 1970 e até hoje residem na parte onde se identifica a presença da chamada terra roxa¹⁴. Vizinhos, tanto as mulheres como Zé Gaúcho, recorreram a ideia de que “não tinham o que falar” sobre a atuação do INCRA na região. Durante as entrevistas, sempre deixei que os trabalhadores discorressem à vontade sobre a história que tinham para me contar. Mas no caso desses grupos de colonos, como todos os argumentos giravam em torno de uma representação positiva dos anos da política, me permiti perguntar sobre se eles tinham alguma crítica em relação ao trato das instituições. O curioso é que a resposta era direta e se apresentava sob a mesma forma: “não tenho o que falar do INCRA”.

O Sr. José Martins¹⁵ ocupou uma posição única durante os anos de implementação da colonização. Ele chegou à Transamazônica como funcionário contratado pelo INCRA, marceneiro responsável pela montagem das casas nas agrovilas. Depois, pediu dispensa do contrato com a instituição para poder ser agraciado pelo programa de colonização, uma vez que não era permitido aos funcionários do órgão adquirir os lotes que eram cedidos aos colonos. Seu depoimento seguiu a mesma regra dos anteriores: criar uma imagem positiva do INCRA e de suas tarefas na colonização. Quando lhe perguntei de alguma possível crítica à instituição, respondeu:

Não, esse é o seguinte: foi muito bom. Quando chegava, a gente pegava eles, levava. Era entregue um lote pra cada um, né? Aí, a gente pegava, eu fiz isso muito, pegava a mudança, as coisas da pessoa que chegava, o bagulho que eles chegava. Levava no lote dele. Nessa época, quando vinha pro lote, a casinha já tava feita, o INCRA... foi muito bom. A casinha dele feita, o INCRA dava seis meses de salário, dez tarefas de roça pronta e seis meses de salário (...) pra ele trabalhar (...). Chegava, a gente ia levar informação, precisava de alguma coisa ou outra, era assim. E foi muito bom, tanto pra gente, como pros colonos que chegaram. Quem não tá bem hoje é porque não quis mesmo. Porque chance, oportunidade, teve demais!¹⁶

¹⁴ O curioso é que ambas provêm do Nordeste e constituem o raro grupo proveniente da região que conseguiu adquirir terras nas áreas de cultivo de lavoura comercial. São justamente os seus depoimentos que analiso no artigo onde discuto questões de gênero relativas às áreas da Transamazônica.

¹⁵ José Martins: Marceneiro de profissão, foi um funcionário contratado pelo INCRA para realizar a construção das casas que iriam abrigar os colonos nas chamadas agrovilas. Acompanhou o processo de ocupação das margens da rodovia, desde o seu início, sendo uma testemunha ocular da chegada dos milhares de migrantes naquela região. Antes de decidir trabalhar na Amazônia, no início da década de 1970, residia no interior do Espírito Santo, local que retornou algumas vezes, mesmo depois da decisão de se estabelecer nos arredores de Altamira, onde realizei a entrevista.

¹⁶ Entrevista realizada na Amazônia em janeiro de 2015.



A contradição entre os depoimentos é evidente. Enquanto uns responsabilizam a falta de iniciativa do INCRA, outros relatam que não faltou oportunidade. Nessa última forma, tudo parece ser medido pela expressão utilizada por Zé Martins: “*Quem não tá bem hoje é porque não quis*”. Ou seja, o presente comanda o julgamento dos colonos sobre a política de colonização. Quem está bem atualmente, ou seja, financeiramente acomodado, construiu um relato onde a marca é a positividade da política, quem não está, endurece na crítica às instituições. Não custa reiterar que já argumentei onde se encontra a chave explicativa: ela não está posta em nenhum dos polos, mas remete a uma análise detalhada entre os diferentes personagens da colonização e os reais compromissos do governo para com o território amazônico.

Por outro lado, ao trazer de novo as concepções de Zé Gaúcho, é possível vermos uma articulação interessante entre os seus discursos. Estar bem na região da Transamazônica, na linguagem daqueles que defendem a política de colonização, é ter se submetido aos sacrifícios do trabalho. Esta é uma síntese entre a meritocracia que postula o senso comum e aquilo que era sustentado pelo governo da época. Mas para Zé Gaúcho, o trabalho a ser desempenhado na região não era de qualquer natureza:

(...) porque , infelizmente , o que eu tenho dito é o seguinte: terra é que nem uma caneta. Uma caneta num analfabeto não vale nada, mas num doutor, vale muita coisa. E terra é pra quem sabe trabalhar, pra quem é acostumado a trabalhar e dedicar. (...) E não tem terra ruim, basta saber trabalhar nela. Se uma terra não dá uma coisa, dá outra. (...) então de forma que eu tô muito contente, progredi bem, não posso dizer que sou rico porque tive prejuízos¹⁷.

Nesse trecho não nos desvencilhamos da influência que tem o presente na construção dos relatos de memória. Zé Gaúcho está correto quando define que trabalhar na terra exige conhecimento. Mas ele também sabe que sua condição atual não é só fruto do capital que detinha antes da sua chegada na Transamazônica. Também contribuíram a sua capacidade e conhecimento sobre o cultivo e o manejo da terra – suas propriedades são referências na utilização do solo amazônico. Contudo, será mesmo que terra é tudo igual? Ele teria a mesma sorte caso ficasse, por exemplo, nas terras que se distanciam de Altamira em direção a Marabá, onde as lavouras comerciais não se dão e onde a malária incidia com mais frequência? Em seu argumento tendo a supor que como bom conhecedor do trabalho com a terra, ele também tem a noção de que estar situado na região da terra roxa e à beira da rodovia foram questões

¹⁷ Entrevista realizada na Amazônia em janeiro de 2015.



determinantes para sua ascensão social. E ele só conseguiu este acesso por ter sido de certo modo privilegiado no processo de aquisição das terras. Sua posição na região, desde o início da colonização, difere em muito daquela a que foi relegado, por exemplo, Seu Nelson e boa parte dos nordestinos. Essas conclusões, contudo, não aparecem em seus depoimentos. No entanto, não é preciso ser um grande analista para perceber que Zé Gaúcho é ciente de seus privilégios. Não quero negar que o conhecimento que ele detém não tenha sido relevante para sua estabilidade e crescimento na região. Mas é justamente o seu conhecimento que me faz supor o que ele esconde em seus depoimentos: Zé Gaúcho é um caso raro na política de colonização.

Conclusão

Não posso negar que antes de chegar às regiões da Transamazônica para realizar as entrevistas, fui na esperança de colher relatos que manifestassem um posicionamento crítico frente ao governo ditatorial responsável pela colonização. Mas no exercício de nossa profissão, estou ciente de que a pesquisa nos oferece mais descaminhos do que as comprovações de nossas ingênuas hipóteses. Como obviamente as entrevistas só puderam ser feitas com os ex-colonos que ainda residem nas margens da rodovia, os relatos que me foram dados em sua maioria refletem a posição de estabilidade e ascensão promovida pela política na região de Altamira. Foi assim que, na contramão do que imaginava, me deparei com uma certa complacência da classe de colonos para com o autoritarismo característico dos anos da ditadura. Levei um tempo para digerir a frustração e aceitar recorrer às entrevistas. A verdade é que só consegui recuperar o entusiasmo para analisar esses dados quando o tempo me mostrou o que esses depoimentos já indicavam anos antes. A realidade política brasileira caminhava para o novo autoritarismo que a tomou de assalto em 2018. A ascensão do campo autoritário nesse ano, de certa forma me ajudou a retomar a problematização das entrevistas. Para mim, elas eram a confirmação de que em nenhum momento a violência institucional cometida pela ditadura havia de fato sido enterrada na consciência nacional. Outrossim, elas estavam na eminência de serem propagadas no imaginário político popular. Para isso, bastou o surgimento de um exemplo grotesco que pudessem ecoá-las. Naquele momento de realização das entrevistas, de posse dos depoimentos já sistematizados, não pude prever a catástrofe que se anunciava: o autoritarismo voltaria com força à política brasileira, dessa vez fruto de um processo espúrio terminado nas eleições presidenciais de 2018.



Foi então após mais de três anos com as entrevistas em mãos que me dei conta de o porquê ser o presente um elemento definidor e consensual nos estudos de memória. A importância do hoje não orienta somente a construção dos relatos, mas também o entendimento do historiador. Após 2018, compreendi aquilo que me era revelado anos antes, ou seja, parte dos colonos manifestavam não apenas um certo apoio à ditadura de outrora, mas eram verdadeiros entusiastas do autoritarismo brasileiro. É certo então que as impressões e experiências do tempo presente influenciam tanto no ato de lembrar como na atitude de problematização da memória. A positividade da política contida nos relatos dos migrantes não significava a certeza da benevolência e apoio do INCRA nas áreas de colonização. Antes de tudo, elas correspondiam à atual consciência política dos segmentos rurais representados por uma classe já bem posicionada na Amazônia da atualidade. E, nesse grupo, não há espaço para a crítica ao autoritarismo da ditadura pois atualmente eles são justamente os seus defensores. Assim que percebi a questão, pude comprovar que

Através da rememoração de fragmentos do passado, cada memória social transmite ao presente uma das múltiplas representações do passado que ela quer exprimir. Entre diversos outros fatores, ela se constrói sob influência dos códigos e das preocupações do presente, por vezes mesmo em função dos fins do presente¹⁸.

Ceder à concepção de que os estudos de memória têm uma relação íntima com as construções políticas ligadas ao tempo presente não invalida nem deslegitima o uso da história oral. Acredito que esta influência reveste ainda mais a necessidade de compromisso do historiador e a produção de um trabalho consequente. Por isso, é certo que o trato com os relatos orais exige entendermos a influência que tem o presente sobre a memória de quaisquer acontecimentos históricos. Fica evidente então que escrever a história é mediar temporalidades e o uso dos relatos de memória não oferece perigos à disciplina, mas torna-se uma das ferramentas para o estabelecimento do nosso olhar sobre o passado¹⁹

No trato com a memória do Sr. Aurindo²⁰, um colono emblemático na história da colonização, assumo que suas posições conservadoras me causavam um certo

¹⁸ LABORIE, Pierre. Memória e opinião. In: AZEVEDO, C. et. al (orgs). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009, p. 2.

¹⁹ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado: ensaios sobre teoria da história**. Bauru: Edusc, 2007.

²⁰ Aurindo de Souza: Trabalhador rural do município de Brasil Novo, urbanização resultante do processo de colonização dirigida às margens da Transamazônica. Praticamente um fundador da cidade em que reside, Aurindo se tornou um caso emblemático da política. Sua trágica história na região tem início com



incômodo. Era como se me faltasse algum outro elemento para dar conta de sua interpretação. Mesmo de acordo que suas construções remetiam mais a sua elaboração política do presente, mesmo constatando que sua fala apontava, apesar da simplicidade, para uma certa estabilidade na região, inclusive indicando ter sido capaz de deixar uma herança digna para seus filhos, não me fazia sentido que depois de tanto sofrimento sua construção se mantivesse não somente fiel à uma leitura positiva da política de colonização, como também benevolente para com os anos do regime. Foi então que mais uma vez me vi diante dos estudos de Walter Benjamin sobre o esgotamento do relato daqueles que vivenciaram o trauma da Primeira Guerra Mundial (SARLO, 2007). Benjamin argumenta que os homens que participaram das batalhas voltaram emudecidos das trincheiras. Logo me lembrei de uma experiência traumática vivida por Aurindo quando sobreviveu ao acidente da lancha Anaman. Ele viu dezenas de companheiros de empreitada morrerem a sua frente, juntamente com sua esposa e filho, além de perder todos os bens e economias. Como disse, não sou capaz de medir a dimensão do trauma que este evento representou na vida de Aurindo, mas acredito que esse possa ser um elemento que explique sua retórica a respeito do sucesso da colonização dirigida. O trauma silenciou a crítica. Se ele optasse por um tom de denúncia ao revelar as dificuldades que enfrentou naqueles anos inevitavelmente se poria em contato com o sofrimento limite que enfrentou na tragédia; esse acontecimento serviria como justificativa para suas dificuldades, o que certamente dificultaria sua superação, mesmo sabendo que foi por pouco que sua vida não foi arruinada em definitivo. Seu Nelson, por outro lado, conseguiu articular a crítica à política e também não teve vida fácil. Mas é impossível tecermos comparações entre as dificuldades dele e de Aurindo, uma vez que o acidente de barco tem a força representativa de uma guerra. Enquanto um me parece silenciar para o fardo correspondente aos anos da colonização, outro prefere adotar o tom de crítica e denúncia. Aurindo seguiu a sua vida, mas parece que morreu um pouco com aquele acidente, o que o fez emudecer diante da oportunidade em explicar as dificuldades que enfrentou. Nelson, por outro lado, não morreu, mas sofreu bastante junto a uma série de companheiros cujo destino de suas vidas foi a morte precoce. Para Nelson é a luta e o esforço pela sobrevivência que o

o acidente da lancha Anaman, em Breves, no Pará. Migrante que sai do Paraná, vai por conta própria a Belém, e de lá embarca com mais um conjunto de paranaenses rumo às áreas de colonização. No percurso, o barco que os transportava pega fogo. Aurindo, no acidente, perde família e filhos, além de seus pertences e recursos.



permite encarar e narrar todas as dificuldades que enfrentou naqueles anos. Segundo ele: “(...) o que escapou conta essa história, o que não escapou não contará nada. Porque quem não escapou não contará nada. Mas o que escapou ainda tem eu justificando pra contar essa história de alguém que já morreu que não tem mais osso”.

Concordo com Nelson e, portanto, os condenados pela morte já não podem falar e este é relativamente o caso de Aurindo, que morreu um pouco no acidente. Nelson, por sua vez, assume o lugar crítico da fala, não porque seja capaz de substituir aqueles que se foram, mas porque não morreu no lugar de quem morreu. Viu a morte de perto, mas diferente de Aurindo, manteve-se vivo pois não experimentou o trauma do acidente. A Nelson resta denunciar que o risco de morte por qual passou remete à irresponsabilidade do governo e das instituições que conduziram a colonização. Já a tragédia vivenciada por Aurindo é mais difícil de atribuir um responsável direito. Para mim, a ditadura é quem deveria ser responsabilizada, mas, para ele, o Anaman foi, antes de tudo, um acidente e, como tal, sem culpados. Quem morreu, mesmo um pouco como no caso de Aurindo, não fala, não critica e emudece. Já quem sobreviveu pela própria luta tem a responsabilidade e o dever da denúncia, como no caso de Nelson. Os verdadeiros testemunhos do descaso das instituições e do fracasso da política estão mortos. – coube a Nelson a missão de lembrá-los²¹.

Para finalizar, ofereço a síntese apresentada no início do artigo. Elas contribuem para entendermos a diferença entre os depoimentos do fracasso e do sucesso, mas dessa vez não a partir das questões relativas às reflexões de memória. O lugar da crítica que agora me ponho é o da natureza socioeconômica que divide esses depoimentos. Nesse sentido, o que divide os relatos de sujeitos como Nelson e Zé Gaúcho é a ação de governo. Foi ela que definiu os níveis de subordinação de cada colono ao capital. O processo de ocupação da Amazônia no início dos anos de 1970 se expressa no status socioeconômico diferenciado de cada colono. Essa distinção polarizada é o que demarca a construção diferenciada entre os relatos do sucesso e os relatos do fracasso. Na Transamazônica, foi a distribuição irregular das terras com maior potencial de cultivo que “tornou seletivo o processo, contribuindo para uma heterogeneidade econômica, social e espacial.²² – bem ao gosto do desequilíbrio e competição capitalista.

²¹ SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

²² MIRANDA, Mariana. Colonização e Reforma Agrária. In BECKER, B.; MIRANDA, M; MACHADO, L. **Fronteira Amazônica: Questões sobre a Gestão do Território**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990, p. 71.



Portanto, a história da colonização nos permite dividir os colonos de acordo com a posição socioeconômica que ocupam. Na análise dos depoimentos, isso significou a distinção entre duas vertentes narrativas – uma que atesta o fracasso e outra que atesta o sucesso da política de colonização. No entanto, cada entrevistado manifestou uma opinião particular sobre o ocorrido. Por generalização, apesar de ser possível reuni-los em grupos opostos, os depoimentos são sempre únicos e estão atrelados a experiência individual de cada colono. A tentativa de traçar possíveis regularidades entre eles remete ao esforço artificial do historiador na construção de sua narrativa crítica. A multiplicidade das memórias é inquestionável quando percebemos que existem diferentes versões para um mesmo acontecimento histórico, a depender da experiência individual de cada colono. Contudo, essa diversidade perde um pouco do seu glamour quando entendemos que os distintos posicionamentos sobre o ocorrido compartilham interpretações decorrentes das posições sociais das quais ocupam os entrevistados. Com esse vai-e-vem podemos então demonstrar como “cada memória individual é um ponto de vista da memória coletiva²³”.

Data de submissão: 05/05/2020

Data de aceite: 10/09/2020

²³ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006, p. 69.



Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado:** ensaios sobre teoria da história. Bauru: Edusc, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

LABORIE, Pierre. Memória e opinião. In: AZEVEDO, C. et. al (orgs). **Cultura política, memória e historiografia.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

MIRANDA, Mariana. Colonização e Reforma Agrária. In BECKER, B.; MIRANDA, M; MACHADO, L. **Fronteira Amazônica: Questões sobre a Gestão do Território.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In AMADO, J. e FERREIRA, M. (org.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado.** Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.



O ESTIGMA SOBRE A MULHER PORTADORA DE HANSENÍASE: UM ESTUDO DO ASILO COLÔNIA LAURO DE SOUZA LIMA

THE WOMAN WITH LEPROSY STIGMA: A COLONY ASYLUM

LAURO DE SOUZA LIMA STUDY

Meiriane Jordão da Silva¹

Resumo

Analisar a concepção da mulher portadora de hanseníase na unidade hospitalar Instituto Lauro de Souza Lima (antigo Aimorés), localizado no município de Bauru Estado de São Paulo, com o objetivo de verificar a questão do preconceito vivenciado pela mulher portadora do bacilo de Hansen, como seria a sua inserção na sociedade hospitalar e como seriam aceitas as sequelas que a doença causava no corpo e em seu psicológico. Este estudo é importante para observar como a mulher portadora de hanseníase foi julgada e condenada por padrões médicos e morais de convívio sociais considerados adequados para a vida social e sadia. E como a doença poderia estabelecer condutas de vivência e padrões de convívio sociais, comportamentais e psicológicos distantes daqueles experimentados fora do asilo colônia. A pesquisa foi realizada por meio de texto de memória sobre o asilo colônia Lauro de Souza Lima e de obras historiográficas sobre a temática.

Palavras-chave: Mulher; Hanseníase; Internação Compulsória.

Abstract

This paper analyzes the woman with leprosy stigma at Lauro de Souza Lima Institute (former Aimorés) located at Bauru, São Paulo State, aiming to verify the prejudice experienced by women with Hansen's bacillus, their insertion in the hospital society and how they would be accepted with body and psychological sequels caused by the disease. This study is important to observe how the woman with leprosy was judged and condemned by medical, moral and social living standards considered adequate for social and healthy life. As well as, how the disease could establish conducts of social, behavioral and psychological living patterns far from those experienced outside the colony asylum. The research was carried out by means of a memory text on the Lauro de Souza Lima colony asylum and historiographical works on the theme.

Keywords: Woman; Leprosy; Compulsory hospitalization.

¹Mestre em Mídia e Tecnologia pela Universidade Júlio de Mesquita Filho (UNESP) Bauru, especialista em Antropologia Cultural pela Universidade do Sagrado Coração e Graduada em História.



Asilo - Colônia Aimorés

O Instituto Lauro de Souza Lima nasceu como Asilo-colônia Aimorés, no início do século XX, por iniciativa da sociedade, para abrigar os doentes de lepra de Bauru e região que viviam perambulando pelas ruas com o intuito de afastar os sadios dos doentes e de não propagar a doença para uma maior esfera social. Em 1933, foi incorporado pela Secretaria do Estado da Saúde de São Paulo e por meio da Inspetoria da Profilaxia da Lepra, que incluía mais quatro outros asilos semelhantes no Estado de São Paulo. Neste período as pessoas eram submetidas internação compulsória e de isolamento, sendo excluídas completamente do convívio familiar e social (SES/SP, 2008).

Dentro destes asilos construía um sonho de cura da doença física e mental e de vida melhor. Muitos morreram antes da descoberta da cura medicamentosa (em 1949) e outros conseguiram usufruir do tratamento, mas ficando com grandes sequelas físicas, psicológicas e sociais.

O isolamento compulsório durou até a década de 60 dos anos 1900. Os leprosários possuíam toda a infraestrutura de uma cidade comum, como igreja, escolas, área social, delegacia, cinema, lojas etc. e eram autossustentáveis. Isto porque, diante da perspectiva de uma longa permanência, muitos, sem esperança de retornarem aos seus lares, ali se casavam e constituíam suas famílias. Buscavam, assim, uma nova identidade de construção do pensamento humanístico de vida, adequando-se aos novos padrões sociais ao qual estavam sujeitos.

Considerando o fator vaidade e a exigência social de padrões de perfeição de beleza e de maternidade da mulher, constatamos várias situações enlouquecedoras vivenciadas por elas, como conviver com o corpo tremendamente deformado, suas faces desfiguradas pela doença, seus filhos arrancados de seus braços ao nascer, a submissão aos olhares curiosos daqueles considerados saudáveis e a vergonha de carregar consigo todas estas marcas que a doença deixava bem clara. Eram rotuladas como pessoas diferentes para o convívio. Sendo assim, para viver fora do asilo colônia não estavam aptas (consideradas fisicamente e mentalmente para o convívio social), fisicamente e mentalmente. Para Foulcault (2005), tudo o que difere de uma sociedade rotulada por padrões morais e conservadores seguramente gera motivo de reclusão social e moral.

Como esse estigma poderia mudar sua convivência perante a sociedade e até mesmo a visão que ela tinha de seu corpo? Como era a aceitação da doença perante a sociedade da época e do leprosário na cidade de Bauru? Como seria aceita dentro dos muros do



asilos, onde havia padrões físicos pré-estabelecidos para serem aceitos naquela sociedade condenada pelo seu aspecto de ser diferente dos “sadios”?

Este artigo propõe investigar como as imposições do sistema de saúde isolacionista poderiam levar a mulher hanseniana a um estado de isolamento moral e social, e as estratégias utilizadas por elas para superar os padrões impostos por uma sociedade preconceituosa em relação a essa doença. Os padrões são o que regem a sociedade e que controlam as decisões que todos que estão inseridos devem se encaixar, como um modelo real e que julgam ser correto e de melhor aceitação, pois todos são frutos desse sistema e todos vivem de acordo com o que é regente, não por eles, mas sim pelo que a maioria considera certa e de boa moral social.

Desta maneira, busca-se analisar a concepção de isolamento físico e moral da mulher portadora de hanseníase que viveu na sociedade bauruense do século XX, excluída por estigmas taxatário, a partir da ótica dos padrões médicos e morais estabelecidos no período e suas estratégias de superação. Tem-se o intuito de identificar a participação antropológica da mulher portadora de hanseníase neste leprosário, discutindo sua posição de gênero e os aspectos sociais, culturais e morais que a envolviam no momento em que era internada compulsoriamente na sociedade bauruense no século XX. Considerar os benefícios e prejuízos sociais da lei de isolamento compulsório sob a ótica da mulher adoecida e refletir sobre a contribuição do Asilo Colônia, hoje Instituto Lauro de Souza Lima, para a mulher bauruense portadora de hanseníase.

Para abordarmos o tema da hanseníase e do isolamento, com foco sobre a questão feminina, devemos primeiramente analisar a questão dos valores e padrões predominantes sobre a hanseníase do início do século XX e a importância do Asilo colônia de Aimorés.

Esclarecemos que o estudo sobre a mulher é ainda relativamente novo na historiografia, sendo levada em consideração no início da década de 1960, como forte influência do contexto histórico marcado pela luta feminina pela igualdade social e de gênero e também por sua inclusão na História passando, assim, a ser um ser histórico com uma historiografia própria. De acordo com Soihet, “A onda do movimento feminista, ocorrida a partir dos anos 60 contribuiu, ainda mais, para o surgimento da história das mulheres [...]”². Esse estudo também ganha importância a partir da 3ª

² SOIHET, Raquel. História das mulheres. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.



geração da escola dos *Annales*. Participação, tanto cultural como política, que ainda está sofrendo um grande processo de adaptação na História.

A hanseníase, desde o seu descobrimento, sempre foi considerada perigosa para quem vivia perto dela. Do seu descobrimento até o início do século XX, esta doença sempre trouxe medo e se mostrava perigosa para quem era considerado sadio por ser uma doença que até mesmo as passagens bíblicas condenavam. O acometido pela doença ficou, na maioria das vezes, sem saber qual era seu papel social e o que a sociedade poderia aceitar ou não para viver novamente entre a sociedade.

Sem saber corretamente quais eram seus malefícios e como se adquiria essa moléstia, adotou-se uma série de precauções e o isolamento foi a principal arma de combate para evitar a proliferação deste mal. O isolamento foi uma das maiores forças para a prevenção da doença, como indicou Oliveira. [...] Isolaram à força todos os pacientes com hanseníase no Brasil”. “Fechados em colônias, numa época em que o tratamento era experimental e não se conhecia a cura, o sofrimento se iniciava”³.

A hanseníase foi uma doença que marcou gerações através dos estigmas estabelecidos pela sociedade sadia. A partir dos padrões considerados moralmente considerados aceitos corretos para a convivência social, moral, étnica, cultural e política, estabeleceu-se o preconceito em relação àqueles que contraíam essa moléstia.

O portador do Bacilo de Hansen não se enquadrava nos padrões que a sociedade considerava adequados para o convívio social e moral, sendo considerados inadequados para o convívio social e moral na sociedade a que estavam inseridos. A sociedade sempre se baseou em um padrão em que a maioria das pessoas aceitava e que era definido como melhor para o convívio de todos.

Mas, o que seria a adequação aos padrões morais? Segundo Foucault:

[...] não pode ser entendida como uma figura total, que finalmente chegaria, por esse caminho, à sua verdade positiva; é uma figura fragmentária que, de modo abusivo, se apresenta como exaustiva; é um conjunto desequilibrado.

Por tudo aquilo de que carece, isto é, por tudo aquilo que o oculta. Sob a ciência crítica da loucura e suas formas filosóficas ou científicas,

³ OLIVEIRA, Maria Helena Pessini; ROMANELLI, Geraldo. Os efeitos da hanseníase em homens e mulheres: um estudo de gênero. **Caderno de saúde pública** Rio de Janeiro, vol. 14, n. 1, p. 51-60, jan-mar, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v14n1/0125.pdf>. Acesso em 09 abr 2015.



morais ou médicas, uma abafada consciência trágica não deixou de ficar em vigília⁴.

Nota-se que os pacientes internados, na maioria das vezes, eram levados contra a sua vontade até os asilos colônias. Foucault associa isso ao “modelo de exclusão”⁵ em que a categoria não aceita socialmente era colocada às margens dessa sociedade, sendo estigmatizada por não se enquadrar aos padrões sociais estabelecidos. Vamos nos atentar, entretanto, na situação feminina daquelas portadoras da doença, a transformação física e mental e como elas encaravam essa nova condição na qual se encontravam. E como o corpo, para elas, era o principal meio para uma interação social, a falta de divulgação e as incertezas da transmissão dessa doença tornavam o isolamento a única arma para controle da proliferação do bacilo de Hansen.

De acordo com Oliveira (1998), a mulher acometida pela hanseníase estava em desvantagem pela duplicidade da discriminação em função do gênero a que pertencia e pelo fato de estar doente. Defende o autor que a condição feminina punha a mulher em desvantagem social, por não ser ativamente participante social. O problema não era somente por ser portadora desta doença, mas também ser mulher e as questões pessoais, físicas e sociais em que se encontrava, pois, a condição feminina era muitas vezes o maior estigma que elas sofriam. Como essa doença desestruturava e mudava o conceito de autoafirmação do seu eu, afetava suas condutas e tornava-as fora dos padrões adequados. A adequação dos padrões sociais é um dos obstáculos mais difíceis para a portadora de hanseníase, pois esses padrões estabeleciam como seria a sua vivência social e moral.

Segundo Engel:

[...] De acordo com os valores e padrões predominantes nos enfoques psiquiátricos do corpo e da sexualidade femininos, a mulher estaria mais próxima da loucura do que o homem. Embora tal afirmação aparecesse, muitas vezes, explicitamente formulada pelos alienistas na transição entre o século XIX e o XX, ela não deve nos levar a conclusões simplistas e equivocadas⁶.

⁴ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

⁵ FOUCAULT, Michael. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2005

⁶ ENGEL, Magali. **Psiquiatria e Feminilidade**. São Paulo: Contexto, 2009



Como enfatiza Cunha, as mulheres que não obedeciam a esses padrões deveriam recorrer a tratamentos adequados para a sua volta no convívio social, quando possível. No caso da hanseníase que é uma doença que modifica o corpo e a vida da pessoa, o estigma da doença contribui para a falta de perspectiva de vida de muitas mulheres internadas. Para Cunha, “[...] São para as mulheres que insistiram em enlouquecer de uma forma rebelde, adotando posturas e comportamentos pouco próprios à condição feminina”⁷.

Muitas mulheres que se encontravam nessa condição ficavam em um estado atormentador, pois muitas não conseguiam voltar a viver fora dos muros do asilo, pois o fato de terem no corpo as marcas dessa doença as enlouquecia. A falta de aceitação e os olhares curiosos as deixavam com a autoestima baixa e em um estado de depressão profundo causados pela falta de aceitação do seu novo eu, pois considera-se uma aberração para poder se relacionar novamente.

Segundo Palmeira, “O corpo transforma em algo repulsivo e fora dos padrões altera as formas de convívio e por vezes limita a participação social”⁸. Como cita o autor, muitas dessas mulheres limitavam a sua participação social e afetuosa por transformações físicas que se corpo estava acometido, não conseguiam por muitas vezes nem mesmo olhar seu novo corpo adoecido, caindo em um estado de tristeza e martírio dessa nova condição social a que estava condenado.

De acordo com Garcia:

[...] a hanseníase, que durante vários séculos foi denominada lepra, se diferenciava das demais doenças por possuir características especiais, uma delas é o estigma social”. Ao longo da história o hanseniano foi visto como o “senhor do perigo e da morte”⁹.

O indivíduo portador do mal de Hansen ficava totalmente isolado do convívio social por ser uma doença que levava à exclusão; o próprio doente se recolhia, pois, sua

⁷ CUNHA, Maria. **Da “casa de loucos” a ordem terapêutica: o hospício do Juquery**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

⁸ PALMEIRA, Iací Proença; FERREIRA, Marcia de Assunção. “O corpo que fui e o corpo que eu sou”: Concepção de mulheres com alterações causadas pela Hanseníase. **Texto & Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, vol. 21 n.2, p. 379-386, Apr./June 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072012000200016&script=sci_arttext>. Acesso em 19 abr 2015.

⁹ GARCIA, José Ricardo Lopes. **Considerações psicossociais sobre pessoas portadora de Hanseníase**. Prevenção de Incapacidades e reabilitação em Hanseníase. In: OPROMOLLA; Diltor Vladimir Araújo, BACCARELLI, Rosemari e colaboradores. Bauru: Instituto Lauro de Souza Lima, 2003.



aparência física não se enquadrava no ambiente de pessoas sadias. E também o fato de ser portador do bacilo de Hansen não se enquadrar como ser socialmente adequado.

Para compreender melhor este estudo devemos primeiramente entender que a lepra e a loucura são duas doenças de caráter isolacionista, de pessoas que não eram consideradas cidadãos moralmente adequados para viver em sociedade. O que era condenado era o fato de não ser adequado para o convívio social e não respeitar a uma ordem. Sendo assim, uma das doenças mais excludentes de todos os tempos taxando e asilando os portadores desta moléstia do convívio familiar, social e psicossocial.

Que retira a pessoa que possuía esta moléstia do convívio de uma sociedade considerada sã e que dentro deste isolamento, ficaria totalmente sem poder manifestar sua verdadeira visão sobre a realidade que comedia o paciente durante esta situação que causava um grande distanciamento social.

De acordo com Cunha:

Os hospícios consolidam-se inicialmente como espaços destinados à cura, à regeneração e às tarefas de “assistir, tratar e consolar” uns tipos especiais de enfermos da razão incompatibilizados com as disciplinas requeridas pela ordem burguesa¹⁰.

Na condição de mulher portadora do bacilo de Hansen, o seu corpo tendia a levá-la a ter um novo olhar sobre a condição de seu novo eu e a uma mudança nada aceitável sobre ela mesma, definido a partir de um olhar mistificado e intolerante estabelecido pela sociedade na qual se encontrava. A aceitação dessa nova condição a tornava cada vez mais excluída, uma vez que era taxada como diferente.

Segundo Palmeira:

[...] o corpo da mulher marcado pela doença com qualquer incapacidade visível compreender um universo subjetivo que pode causar danos na maneira desta mulher refletir sua autoimagem, implicando no cuidado de si e no modo de relacionar-se com o mundo¹¹.

¹⁰ CUNHA, Maria. **Os mil Rostos da desordem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

¹¹ PALMEIRA, Iaci Proença; FERREIRA, Marcia de Assunção. “O corpo que fui e o corpo que eu sou”: Concepção de mulheres com alterações causadas pela Hanseníase. **Texto & Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, vol. 21 n.2, p. 379-386, Apr./June 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072012000200016&script=sci_arttext. Acesso em 19 abr. 2015.



Marcadas por estigmas, era frequente as mulheres portadoras de Hanseníase saírem do convívio social até mesmo dentro do próprio asilo e entrarem em um estado de demência. Marcadas fisicamente pela doença, excluídas à força do convívio social, angustiadas, tristes e isoladas, muitas vezes não tentou relações com o sexo oposto, por vergonha de sua nova condição, essas mulheres se deparam também com a classificação de loucura moral, o que tornava o seu isolamento ainda maior.

O corpo deformado era um grande empecilho para sua interação social e mesmo para a sua aceitação pessoal, pois como afirma Palmeira: “o corpo da mulher é um sistema simbólico, para o qual a cultura serve de moldura determinando as diferenças que constituirão as identidades das pessoas de acordo com suas concepções de mundo e do meio social ao qual se inserem”¹².

Muitas se encontravam em um estado tão desesperador de não aceitação da nova condição de vida que se reprimiam, viviam alguns colapsos físicos e mentais, causados por uma depressão tão profunda que se encontravam com surtos psicológicos caracterizados, à época, como loucura moral, pois culpavam a sociedade por excluí-las de seu meio.

Conforme Palmeira, o corpo da mulher com alterações causadas pela hanseníase requeria a compreensão das representações sobre a doença e o significado da linguagem de seu novo corpo, em como o reconhecimento de sua diferença, sem que esta fosse percebida como um desvio capaz de estigmatizá-la e levá-la ao isolamento de si e dos outros.

A mulher portadora do bacilo de Hansen encontrava-se com muitas dificuldades no relacionamento sexual, pois tinha a ideia de que o corpo era o principal meio de interação social e de convívio com o próximo. O corpo da mulher mudava todo seu padrão de vida e até mesmo a relação com seu parceiro.

De acordo com Oliveira¹³, algumas mencionaram que se sentiram inibidas em decorrência das transformações físicas provocadas pela doença ou de sua auto-rejeição. Em geral, neste estudo, as mulheres não se colocaram como beneficiadas pelo prazer na

¹² PALMEIRA, Iací Proença; FERREIRA, Marcia de Assunção. “O corpo que fui e o corpo que eu sou”: Concepção de mulheres com alterações causadas pela Hanseníase. **Texto & Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, vol. 21 n.2, p. 379-386, Apr./June 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072012000200016&script=sci_arttext>. Acesso em 19 abr. 2015.

¹³ OLIVEIRA, Maria Helena Pessini; ROMANELLI, Geraldo. Os efeitos da hanseníase em homens e mulheres: um estudo de gênero. **Caderno de saúde pública**. Rio de Janeiro, vol. 14, n. 1, p. 51-60, jan-mar, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v14n1/0125.pdf>. Acesso em 09 abr. 2015.



relação sexual, mas como objeto de satisfação do homem. Nota-se, assim, que o isolamento as levava a maiores insatisfações.

Os asilos colônias estavam inseridos nesta sistemática, tendo como padrão o contexto social em que se encontravam. Esses padrões eram respeitados dentro dos muros do asilo, pois lá era uma sociedade com regras sociais diferenciadas. A única coisa que os igualava era a condição de portadores de hanseníase.

Muitas mulheres encontraram dentro do Asilo Colônia uma nova visão de mundo e um novo olhar sobre o seu corpo e sexualidade. Essas mulheres que eram retiradas do seu meio eram muitas vezes acusadas de impuras, pois a hanseníase era tratada como uma doença que somente quem era impuro possuía. Como dizia Foucault: “O abandono é, para ele, a salvação; sua exclusão oferece-lhe outra forma de comunhão”¹⁴. Ao dizer isso Foucault conclui o pensamento de muitas pessoas que colocavam a lepra (hanseníase) como uma doença de exclusão. Ele fala sobre como as pessoas encaravam o que não compreendiam e para poderem lidar com a situação, excluía-las de seu convívio, pois todos que não estavam de acordo com os preceitos da sociedade deveriam ser tirados do convívio social. Tudo que era diferente não poderia ser bom para os demais, que se encontravam sadios e socialmente aptos para viverem em uma sociedade que tinha padrões pré-estabelecidos socialmente.

Essa era a sociedade na qual as portadoras de hanseníase estavam vivendo e por suas moléstias não serem aceitas naquele modelo social, foram criados Asilos como este localizado em Bauru, para que o portador fosse deslocado.

De acordo com Oliveira: “A hanseníase, ainda é lembrada como Lepra, é uma das doenças mais antigas conhecidas pelo homem, e ainda traz consigo, através dos tempos uma carga de preconceito acumulados”¹⁵.

A hanseníase impunha às pessoas portadoras dessa doença a vivência em completa exclusão, pois como não era conhecido o modo de contágio, a profilaxia da lepra tomava medidas de controle. Uma delas era o isolamento destes pacientes sendo taxada pela sociedade sadia de impuros para a vida social e emocional da vida em sociedade.

O asilo Colônia de Lauro de Souza Lima tinha a finalidade de reabilitar as internas que a sociedade excluiu do convívio familiar e social. Traziam-nas para um novo convívio social e a uma nova forma de interação. Buscavam, assim, repouso e

¹⁴ FOUCAULT, Michael. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

¹⁵ OLIVEIRA, Maria Helena Pessini; ROMANELLI, Geraldo. Os efeitos da hanseníase em homens e mulheres: um estudo de gênero. **Caderno de saúde pública**. Rio de Janeiro, vol. 14, n. 1, p. 51-60, janeiro, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v14n1/0125.pdf>. Acesso em 09 abr. 2015.



consolo dentro dos muros da colônia, formando uma nova vivência familiar, social e psicológica. Dentro das paredes do asilo as internas buscavam um novo padrão de beleza em que elas pudessem se adaptar em sua nova vida.

Segundo Foucault, acreditava-se que o pecador que abandonava o leproso à sua porta estava, com esse gesto, abrindo-lhe as portas da salvação: que o retiro do portador do bacilo de Hansen era o melhor para a sociedade em geral. Mantê-los longe do convívio social, pois não se sabia ao certo como se pegava esta doença, então como medida de convívio social, o portador de hanseníase era mantido fora da sociedade considerada sadia¹⁶.

De acordo com Garcia: “[...] que o paciente hanseniano necessita de apoio profissional também no que diz respeito à prevenção de sua incapacidade e no enfrentamento das restrições psicossociais que ele vivencia”¹⁷. Isso tornava o asilo colônia um dos lugares no qual o portador do bacilo de Hansen era mais aconselhado a viver para voltar a ser inserido no convívio social, pois somente assim poderia encarar a doença que estava destinada a carregar.

Como principal defensora dos asilos, Maria da Conceição Costa Neves, funda, em 1943, a Associação Paulista de Assistência ao Doente da Lepra. Na Assembleia, foi a defensora que atuou mais em defesa aos doentes de lepra e de suas famílias, criando leis que garantiam os direitos dessas pessoas. Na mesma legislatura, realizou um trabalho de investigação, visitando os quatro leprosários incluindo o Instituto Lauro de Souza Lima em Bauru. Como uma das maiores defensoras do portador de hanseníase, considera o leprosário como a única forma da mulher portadora de hanseníase voltar a viver em sociedade.

Uma mulher não acometida pela doença defendia não somente as mulheres, mas o que era a hanseníase na cidade e o isolamento não somente físico e social, mas também o aspecto pessoal de cada interna, como argumenta Oliveira (1998). Enfatiza o autor que muitas mulheres portadoras dessa doença revelaram que o seu corpo transformado em algo repulsivo e fora dos padrões alterava as formas de convívio e por vezes limitava as participações sociais.

Valendo-nos da hipótese de Oliveira constatamos que,

¹⁶ FOUCAULT, Michael. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

¹⁷ GARCIA, José Ricardo Lopes. **Considerações psicossociais sobre pessoas portadoras de Hanseníase**. Prevenção de Incapacidades e reabilitação em Hanseníase. In: OPROMOLLA; Diltor Vladimir Araújo, BACCARELLI, Rosemari e colaboradores. Bauru: Instituto Lauro de Souza Lima, 2003.



As dimensões funcionais aliam-se à estética do corpo mostrando uma estreita relação entre estas, servindo à construção das concepções das mulheres, orientando-as na autopercepção das vistas das alterações corporais e dos sentimentos que vão surgindo com as transformações sofridas em seus corpos. O corpo saudável é bonito e tem suas funções preservadas; o corpo doente é feio e comprometido na sua funcionalidade¹⁸.

Ao perceber-se o olhar pessoal e social sobre a situação da mulher, notamos que ela mesma vivia inserida em muitos preconceitos, pois se auto excluía do ambiente social, mostrando-se infeliz com a nova condição na qual ela se encontrava.

Mas o asilo não era somente espaço de tristeza. Não devemos pensar que o asilo foi somente algo negativo para as suas internas; muitas preferiram manter-se ali, pois havia possibilidade de constituírem nova família, uma nova perspectiva sobre o seu corpo e sua condição feminina e uma nova visão de beleza compartilhada pelos internos no mesmo meio social no qual agora pertenciam. No interior dos muros do asilo muitas dessas internas redescobriram a sua sexualidade, seu amor e a sua autoestima. Foucault defende a ideia de que o abandono é, para ele, a salvação; sua exclusão oferece-lhe outra forma de comunhão. Muitos acreditavam que a partir deste momento a vida lhe daria uma nova oportunidade de recomeçar.

Pode-se ver que dentro do leprosário também se constituíam relações conjugais, sendo legal o matrimônio, mas seguindo as seguintes ordens, como cita o decreto nº7558, de 11.11.1938, RS:

O casamento entre doentes de lepra internados só será realizado com assentimento da administração dos estabelecimentos, que atenderá, salvo casos especiais, à sua oportunidade em relação ao estado da evolução da doença e à capacidade de seção destinada à habitação dos casados.

Ali as relações matrimoniais necessitavam do parecer médico estabelecido pela administração, pois até o momento da criação da lei não se sabia exatamente como as pessoas eram contaminadas pela doença, por isso eram tomadas medidas de prevenção para que houvesse o controle e a possível cura da doença. É interessante ressaltar aqui que não existe somente um tipo de hanseníase e essa doença manifestava-se de maneiras

¹⁸ OLIVEIRA, Maria Helena Pessini; ROMANELLI, Geraldo. Os efeitos da hanseníase em homens e mulheres: um estudo de gênero. **Caderno de saúde pública**. Rio de Janeiro, vol. 14, n. 1, p. 51-60, jan-mar, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v14n1/0125.pdf>. Acesso em 09 abr. 2015.



diferente nas pessoas, e no período estudado ainda pouco se sabia sobre esse problema e sua forma de contágio.

O asilo, para grande maioria das mulheres, significava como uma salvação social, pois começam a conviver com pessoas que tinham a mesma doença e voltavam a ser inseridas em uma sociedade, não tendo a doença como um tabu de inserção social. Muitas prefeririam viver dentro do asilo, pois lá se sentiam acolhidas, conviviam com pessoas semelhantes, tanto física como emocional. O asilo colônia continuou abrigando muitos internos, pois não se sentiam seguros em voltar a viver em meio aos sadios.

A partir de 1963 quando o Decreto Federal 962 levou ao fechamento do DPL e em 1967 houve o fechamento do isolamento compulsório no Brasil, essa medida não foi a solução para as portadoras de hanseníase, pois muitas não conseguiram o retorno social já que ainda permanecia o estigma e a doença continuava sendo de forte excludente social.

Segundo Monteiro (citado por Garcia):

Os doentes readquiriram sua liberdade, porém nem todos saíram dos asilos. O retorno à sociedade que os segregou não lhes pareceu tranquilo, e muitos deles também perderam as referências externas aos asilos – colônias, como suas famílias, trabalhos e amigos.

O estigma de portadora da lepra ainda causa dores para aquela que precisa ser reinserida na sociedade, algo que não acontece sem preconceito e temor. A experiência continua a de viver à margem da sociedade.

Considerações Finais

Após contrapormos a bibliografia analisada neste artigo, conseguimos enfatizar variação do conceito de inserção social e o comportamento adequado para as mulheres do início do século XX, e também desmistificar o conceito adequado de conduta moral do período. A aceitação do eu hansenico e a influência que a sociedade tinha sobre o indivíduo e sobre seu corpo e psicológico mostra que a sociedade aceita aquilo que é mais cômodo para ela e também aquilo que a maioria quer estabelecer e considerar correto ou imoral. É importante abordamos essa problemática para entendermos como foi a emancipação da mulher através de lutas de aceitação na sociedade tanto sadia quando adoentada e como as referências preconceituosas com as quais a sociedade dita sadia interferia na saúde física, mental e social da mulher.



O asilo também acolhia quem não estava apto a voltar a viver no meio dos sadios, grande maioria das internas com medo de voltar a este convívio social, com medo de não serem aceitas no convívio familiar, social e amoroso, continuavam dentro do asilo colônia, pois ali já tinham construído uma nova vida, um novo convívio familiar e social no qual a doença não era mais um empecilho para viver com a sociedade.

Vemos também a visão da medicina e como era um instrumento de cerceamento social e que vivia de acordo com os padrões impostos para limitar a visão da mulher e de seu papel social. Nota-se que tudo que era diferente da visão social era considerado alienismo, a mulher que saía da condição de dependência financeira, intelectual e social era vista como anormal e doente, ou seja, louca.

A visão da figura feminina era de servidão e de aceitação da sua condição de inferioridade, com a mudança do seu comportamento em defender ou de ir atrás de uma nova forma de vida onde poderiam ser elas mesmas.

Considerando-se que existiam diferenças sociais entre a mulher portadora de hanseníase e o homem portador da mesma doença, a questão do eu feminino afetava socialmente e psicologicamente a mulher em particular, pois ela levava consigo o estigma social e o peso que a sociedade colocava sobre a mulher, pois retira do seu convívio seu filho, e muitas vezes sua dignidade. A mulher portadora do Bacilo de Hansen encontrava-se não somente fisicamente abalada, mas também psicologicamente e emocionalmente, por não participar e ser aceita na conduta social e moral estabelecida para ela. A mulher hansênica, como todas as outras mulheres, se preocupava muito com sua beleza, sendo assim umas das maiores dificuldades em voltar a viver em sociedade.

A culpa pela doença recaía muitas vezes por ser mulher e estar condenado a ter levado a doença até seu parceiro ou ao seu meio de convívio social. Tinha também a culpa de não estar de acordo com os padrões estabelecidos pela sociedade em que se encontrava. A mulher portadora dessa doença encontra-se com mais dificuldade para conseguir um parceiro e também para aceitar o seu convívio social, pois se determinava o seu isolamento do convívio social e a privação dos desejos carnis, sociais e amorosos. Era considerada, assim, como um fardo social por não estar apta em conviver com os padrões sociais estabelecidos para ela. Com medo da não aceitação social tornaram o asilo colônia seu lar e sua moradia, pois não queriam novamente ter que passar pelo processo de ser aceita na sociedade a mesma que ainda não estivesse apta para o convívio do hansênico na sociedade dos sadios.



Não foi encontrado nenhum caso de loucura causado pela doença, mas sim aspectos de depressão em consequência dos novos valores morais, físicos, sociais e psicológico que a interna estava vivenciando. A não aceitação do seu eu hansenico fez com que essa mulher entrasse em um estado tão profundo de depressão que não seria capaz de se enxergar sem ser como doente.

Pela nova mudança e pela questão do asilamento, essas mulheres encontravam-se em estado de depressão por essa nova condição de vida. A mudança da condição do asilamento não mudou muito a questão da autoestima da mulher portadora de hanseníase, pois a sociedade sadia ainda a condenava e a julgava pela doença, condenando todos os portadores de hanseníase como pecadores e ainda com mais intensidade era a condenação sobre a mulher.

Muitos viam dentro da colônia uma nova chance de reconstruir sua vida, no lado afetivo, físico e moral. Lá não tinham que se adequar aos padrões que não iriam conseguir seguir, pois a doença mudava seu físico e seu emocional. A doença contribuía para que elas entrassem em uma forte depressão, mas era lá que também havia a possibilidade de novas convivências, relacionamentos e amores.

Este asilo colônia ainda permanece com marcas sociais, econômicas, históricas, antropológicas no contexto de permanência de uma história dos asilos colônias da região.

É possível dentro deste cenário lembrar a importância histórica desses asilos na região, pois até o momento é um hospital que trata desta moléstia porem com métodos mais sofisticados e com tratamentos específicos para o acompanhamento desta moléstia.

Data de submissão: 15/04/2020

Data de aceite: 30/06/2020



Referências Bibliográficas

- **Livros**

CUNHA, Maria. **Da “casa de loucos” á ordem terapêutica:** o hospício do Juquery. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CUNHA, Maria. **Higiene mental e ordem social.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CUNHA, Maria. **Os mil Rostos da desordem.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ENGEL, Magali. **Psiquiatria e Feminilidade.** São Paulo: Contexto, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** Nascimento da Prisão. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

FOUCAULT, Michael. **História da loucura.** São Paulo: Perspectiva, 2005.

SOIHET, Raquel. História das mulheres. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da História:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

- **Artigos de revistas**

GARCIA, José Ricardo Lopes. **Considerações psicossociais sobre pessoas portadoras de Hanseníase.** Prevenção de Incapacidades e reabilitação em Hanseníase. In: OPROMOLLA; Diltor Vladimir Araújo, BACCARELLI, Rosemari e colaboradores. Bauru: Instituto Lauro de Souza Lima, 2003.

OLIVEIRA, Maria Helena Pessini; ROMANELLI, Geraldo. Os efeitos da hanseníase em homens e mulheres: um estudo de gênero. **Caderno de saúde pública.** Rio de Janeiro, vol. 14, n. 1, p. 51-60, jan-mar, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v14n1/0125.pdf>. Acesso em 09 abr 2015.

PALMEIRA, Iací Proença; FERREIRA, Marcia de Assunção. “O corpo que fui e o corpo que eu sou”: Concepção de mulheres com alterações causadas pela Hanseníase. **Texto & Contexto – Enfermagem,** Florianópolis, vol. 21 n.2, p. 379-386, Apr./June 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072012000200016&script=sci_arttext>. Acesso em 19 abr 2015.

PRADO, Jaime. **História do Antigo Asilo-Colônia de Aimorés.** 03 abr. 2015, [http://www.morhan.org.br/noticias/1790/historia do antigo asilo colonia de aimores jaime prado](http://www.morhan.org.br/noticias/1790/historia%20do%20antigo%20asilo%20colonia%20de%20aimores%20jaime%20prado)>. Acesso em: 29 jun. 2015.

